



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

LUCAS NEIVA PEREGRINO

**DESVELANDO AS TRILHAS E TRAMAS DE UM PROCESSO SOCIAL:
diferentes leituras da patrimonialização da Feira de Campina Grande (PB).**

Campina Grande, PB

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

LUCAS NEIVA PEREGRINO

**DESVELANDO AS TRILHAS E TRAMAS DE UM PROCESSO SOCIAL:
diferentes leituras da patrimonialização da Feira de Campina Grande (PB).**

Orientadora:

Profa. Dr.^a Mércia Rejane Rangel Batista

Texto de Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais de Campina Grande (PPGCS) na área de concentração Cultura e Identidades, como exigência para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Profa. Dr.^a Mércia Rejane Rangel Batista.

Campina Grande, PB

2018

P435d

Peregrino, Lucas Neiva.

Desvelando as trilhas e tramas de um processo social: diferentes leituras da patrimonialização da Feira de Campina Grande (PB) / Lucas Neiva Peregrino. – Campina Grande, 2018.

204 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação: Profa. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista".

Referências.

1. Antropologia Social. 2. Patrimônio Imaterial. 3. Antropologia dos Patrimônios. 4. Processo Social. 5. Registro – Feira de Campina Grande. I. Batista, Mércia Rejane Rangel. II. Título.

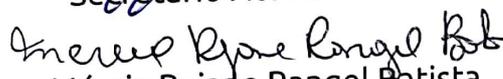
CDU 572.028(043)

Ata da 376ª Sessão Pública de defesa de Dissertação de Mestrado do aluno Lucas Neiva Peregrino do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às 14:00 horas, no Auditório de Letras – CH/UFCG, campus de Campina Grande, reuniu-se, na forma e termos dos artigos 63, 64 e 65 do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação "Stricto Sensu" da UFCG, Resolução nº 02/2006 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG, a Banca Examinadora, composta pelos professores: Dra. Mércia Rejane Rangel Batista – PPGCS/UFCG, na qualidade de Presidente da Banca e Orientadora, Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha – PPGCS/UFCG, como examinador interno e Dra. Luciana de Oliveira Chianca – PPGA/UFPB, como examinadora externa, todos na qualidade de Membros Titulares, para julgamento da Dissertação de Mestrado do aluno Lucas Neiva Peregrino, intitulada "Desvelando as Trilhas e Tramas de um Processo Social: As diferentes leituras da patrimonialização da Feira de Campina Grande (PB)". A sessão pública foi aberta pela professora Dra. Mércia Rejane Rangel Batista. Após a apresentação dos integrantes da Banca Examinadora, o candidato iniciou a exposição do seu trabalho, sendo este seguido das arguições dos examinadores. A professora Dra. Mércia Rejane Rangel Batista convidou a professora Dra. Luciana de Oliveira Chianca para iniciar a arguição e o professor Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha prosseguiu com a arguição. Em seguida, a banca examinadora solicitou a retirada da assembleia para, em sessão secreta, avaliar o candidato. Após análise da Banca Examinadora foi atribuído o conceito aprovado, conforme o artigo 65 da Resolução 02/2006 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG. Nada mais havendo a tratar, eu, Rinaldo Rodrigues da Silva, Secretário acadêmico, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, assino, juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Campina Grande, 18 de junho de 2018


Rinaldo Rodrigues da Silva
Secretário Acadêmico


Dra. Mércia Rejane Rangel Batista
Orientadora/Presidente da Banca


Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha
Membro Titular


Dra. Luciana de Oliveira Chianca
Membro Titular

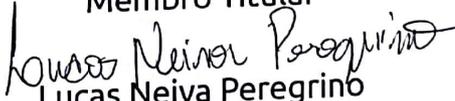
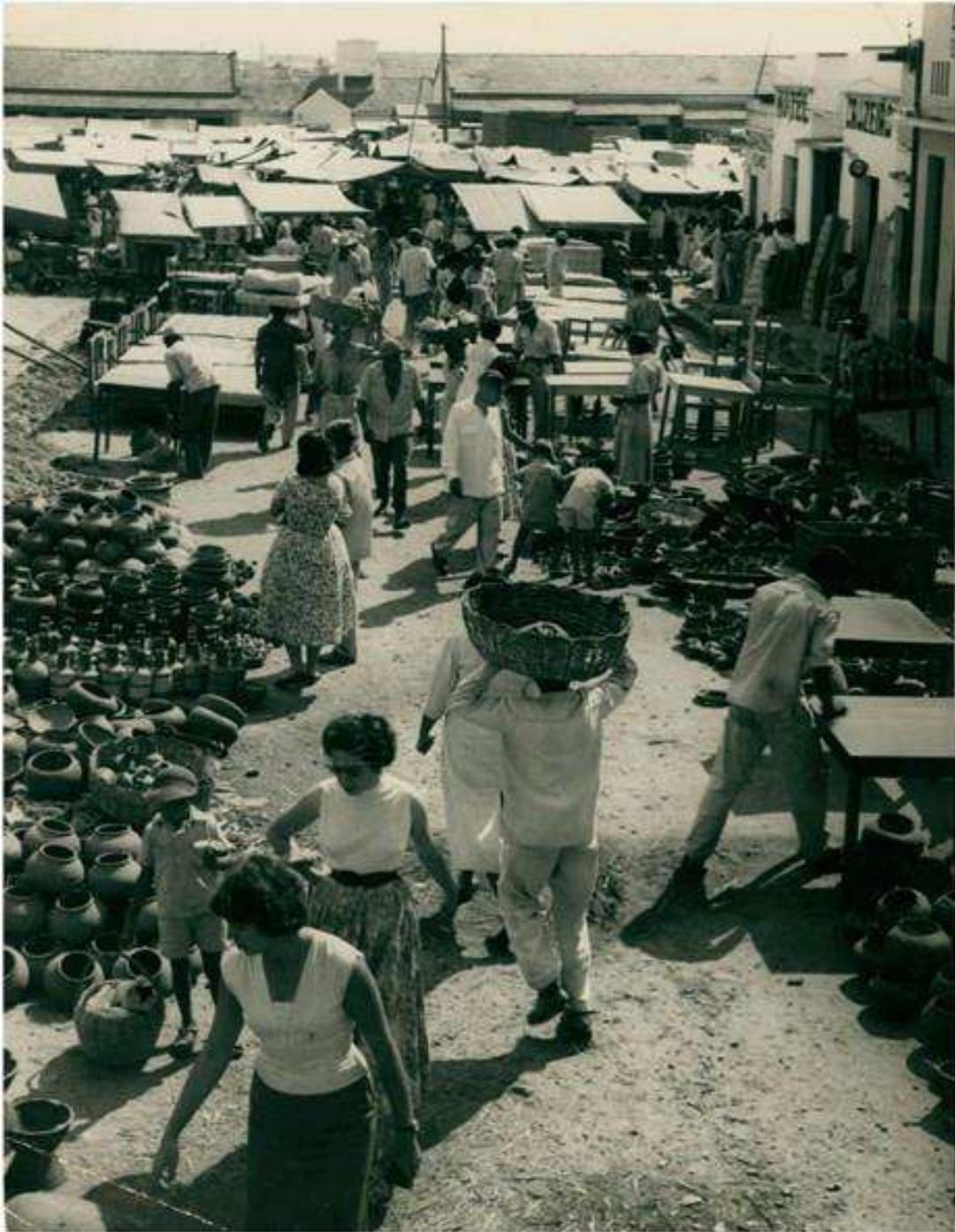

Lucas Neiva Peregrino
Aluno

Figura 1 – Feira de Artesanato e Cerâmica (CG)



Feira de Campina Grande entre as décadas de 60 e 70. Foto: Autor desconhecido. Fonte: Portal Virtual do IBGE - Biblioteca. Título: “Feira [Livre] de Campina Grande”.

Dedico este trabalho as
três crianças que mais
amo, Beatriz, Júlio e
Pedro.

AGRADECIMENTOS

O movimento e o processo da vida foram a peça chave para conclusão dessa dissertação. Apesar de às vezes achar que nunca chegaria ao fim, percebia o constante movimento seja na escrita, no pensar ou nas conversas com a orientadora e amigos. Por isso, devo agradecer primeiro à vida e ao poder transformador. É creditada ao filósofo pré-socrático Heráclito de Éfeso que “não podemos entrar no mesmo rio duas vezes”, pois tudo flui. Este é um ensinamento profundo, mas muito leve quando o sentimos – por isso, a mudança e o processo estão para além da escrita do texto, alcançando a minha vida pessoal.

A dissertação não seria possível sem o apoio que recebi de diversas pessoas, seja material ou simbólico, seja financeiro ou com palavras. Desde sempre e mais recentemente, quando concluí a graduação em Ciências Sociais recebi de meus pais (Hugo e Ana) o apoio em todas as dimensões, mas principalmente a simbólica, com sentimentos e palavras de amor – o mais importante para mim. Além disso, acolheram-me de volta quando tive que retornar a João Pessoa. Agradeço mais uma vez por tudo, amo vocês.

A parte gráfica da dissertação contou com o apoio das mãos talentosas de Vanessa, Janja e Tomé, que me ajudaram na montagem de mapas e imagens. Agradeço a vocês por isto e muito mais.

Aos meus irmãos queridos, Mateus, Isabel e, mais uma vez, Tomé e Janja, gratidão pela compreensão com minhas ausências. Aos meus afilhados, Bia e Julinho, agradeço, o amor que sinto por vocês não cabe em espaço algum. Sou grato ao amor e carinho de Julinha e Juju, irmãs que a grande família Neiva me deu.

Nesse contexto de amor e fraternidade, agradeço aos meus queridos amigos que me mostraram e me mostram o sentido da União. Principalmente à Nina, Lívia, Leandro, Roberta e Badu, reconheço e agradeço imensamente as palavras de apoio de vocês, as boas companhias, a compreensão e pelo silêncio, quando necessário. Vocês me fazem muito feliz. Minha gratidão à Gê, querida amiga, pela companhia e palavras de sabedoria que sempre me deu. Agradeço também a Luana pela força e companheirismo nos tempos difíceis das idas e vindas do Sertão da Paraíba, te admiro e te quero bem.

Me sinto agradecido pelo papel fundamental que minha orientadora, Mércia Batista, teve neste trabalho. Gratidão pela liberdade que me deu em tantos momentos, pela compreensão com minhas dificuldades, pela flexibilidade com meus compromissos, mas, acima de tudo, por me ensinar a sempre refletir um pouco mais, a problematizar o que para mim estava como dado. Peço desculpas caso não tenha alcançado as expectativas.

Direciono meus agradecimentos também a Luciana Chianca, professora e orientadora da graduação na UFPB pelos conselhos nestes dois anos de mestrado, por ouvir meus desabafos e sempre me motivar com novos desafios e oportunidades no passado, com o projeto de extensão PAMIN (Patrimônio Memória e Interatividade), e no presente com a sua confiança e amizade. No contexto do PAMIN tive o prazer de aproximar-me de colegas que admiro, principalmente da colega de universidade Jessyka Marins (mãe da linda Luna); conversar com você sempre me instiga e me alegra; te agradeço por tudo.

Aos queridos amigos do mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFCG, agradeço, pelas boas conversas, discussões, risadas e aprendizados, pessoas que tenho carinho e admiração. Neste sentido, não tem como falar do PPGCS sem agradecer a Rinaldo e Claudiana, dois funcionários comprometidos e que sempre se dispuseram a atender meus pedidos.

Também agradeço a todos os professores do PPGCS que mantêm o mestrado e o doutorado do Programa, principalmente aqueles que tive maior contato através das aulas: Vanderlan, Lemuel, Gonzalo, Ramonildes e Bebeth; esta que também me ajudou na construção da dissertação ao participar da Banca de Projeto. Ao professor Luís Henrique, que coordenou o PPGCS durante este tempo, agradeço o trabalho e dedicação ao Programa e, também, o apoio mais direto na dissertação com as críticas severas, mas sempre construtivas na Banca de Qualificação.

Dirijo o meu agradecimento ao professor José Gabriel pela prontidão e atenção sempre que precisei de ajuda, com indicações, no acesso a bibliografias e tudo o mais. Minha gratidão também ao professor Fábio Murá do Programa de Pós-Graduação de Antropologia (PPGA) da UFPB, pela instigante disciplina que lá cursei em 2016.

Na minha graduação na UFPB conheci Emanuel e Carla, pessoas que motivaram o meu interesse pela temática do patrimônio. Foi Emanuel o primeiro a me falar das polêmicas que estavam acontecendo no processo de registro da Feira de Campina Grande e que plantou, assim, a semente do mestrado. Agradeço aos dois pela motivação, conversas e a intensa assessoria no presente trabalho.

Um agradecimento especial a Giovanna, Paula, Agnaldo, Cícero, Diana, o professor Márcio, Fabiano e Marcus Vinícius que contribuíram imensamente com este trabalho. Agradeço ao IPHAN e ao IPHAEP por possibilitar, na medida de suas limitações, o acesso aos documentos. Agradeço à Rosane, funcionária do IPHAEP, que sempre tornou as idas ao arquivo da instituição mais leve e prazerosa.

Agradeço a todas as pessoas que não estão citadas aqui, seja por motivos de meu esquecimento, seja àquelas que não pude agradecer nominalmente, porque não quiserem ou puderam contribuir com a pesquisa. Gratidão por me mostrarem que o seu silêncio foi capaz de revelar também o quanto o tema mexia com questões delicadas e que, por isso, mereciam ser desveladas.

Por fim, agradeço o apoio financeiro da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), sem ele não seria possível a dedicação à pesquisa e ao meu aprendizado nesses dois anos de mestrado.

E o que fazemos nesse meio tempo? Tomamos partido de acordo com o que ditam nosso compromissos pessoais e políticos, usamos nossos recursos teóricos e técnicos para evitar as distorções que se poderiam introduzir em nosso trabalho, limitamos nossas conclusões cuidadosamente, reconhecemos a existência da hierarquia de credibilidade, e encaramos da melhor maneira que podemos as acusações e dúvidas que certamente nos esperarão. (BECKER, 1976, p. 136).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de registro da Feira de Campina Grande (PB), que durou de 2007 a 2017. O registro é um instrumento de preservação do patrimônio cultural, instituído pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que busca respeitar a dinâmica e o processo social que produz o bem cultural, além de incentivar a participação da comunidade local. A Feira de Campina Grande, lugar de memória que nasceu com a cidade de Campina Grande e que é referência para diversos campinenses, se constitui também como um lugar de disputas econômicas, políticas e sociais. Ela concentra uma complexidade de sentimentos e debates contraditórios, interesses diversos e projetos antagônicos, que são revelados por sua história e por processos sociais menores como é o caso do seu processo de patrimonialização. Existe o processo administrativo de registro, instituído pelo IPHAN, mas que se insere no processo social de mudanças e disputas da qual a Feira faz parte. Em que medida o processo de registro influencia e é influenciado pela estrutura das relações – interações, memória, discursos e práticas – estabelecidas em torno da Feira? De que forma o processo de registro nos revela o processo social no qual ela se insere? Como se estabeleceu o processo de registro no campo político da cidade? De que forma a prática institucional do IPHAN foi efetivada durante estes dez anos do registro da Feira (2007-2017)? A metodologia empregada para responder estas questões consistiu na utilização do trabalho de campo, com o recurso da etnografia, mais especificamente a análise situacional (GLUCKMAN, 1987), com pesquisa que incluiu a pesquisa histórica, entrevistas com a técnica de bola de neve onde recorremos à memória de alguns agentes que participaram do processo de registro, através de entrevistas semiestruturadas; outras fontes de pesquisa de extrema importância foram os processos administrativos que tramitam no IPHAN e no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), os quais foram capazes de apresentar um tipo de linguagem burocrática, mas que serviram para ampliar e problematizar os discursos sobre o processo. Desta forma o texto descreve duas situações sociais que ilustram a história das tensões, disputas e apropriações políticas do espaço social e, assim, da patrimonialização. Assim, a descrição densa (GEERTZ, 2008) do processo administrativo de registro com seus documentos, ofícios e pareceres expressam mais uma vez o reflexo destas disputas. Desta forma, constata-se que o processo social e histórico pelo qual a Feira passou e vem passando se refletem na patrimonialização, onde projetos e interesses variados (políticos, econômicos e sociais) são efetivados, ora modificando o percurso do processo, ora transformando as disputas em alianças que contribuíram para o seu desfecho: o título de Patrimônio Cultural Brasileiro.

Palavras-chave: Patrimônio imaterial, registro, processo social, Feira de Campina Grande.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the process of registration of Campina Grande's Farmers Market (PB), which lasted from 2007 to 2017. The registry is an instrument for the preservation of cultural heritage, established by the Brazilian cultural heritage Institute – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) –, which seeks to respect the dynamics and social process that produce the cultural goods, and to encourage the participation of the local community. Campina Grande's Farmers Market, a place of memory that was born with the city of Campina Grande and which is reference for several “campinenses”, is also a place of economical, political and social disputes. It concentrates a complex of conflicting feelings and debates, diverse interests and opposing projects, which are revealed by its history and minor social processes, as in the case of the Farmers Market's patrimonialization. There is an administrative process of registration, created by IPHAN, which is part of the social process of changes and disputes in which the Farmers Market is inserted. To what extent does the registration process influence and is influenced by the structure of the relationships – interactions, memory, discourses and practices – established around the Market? How does the registration process reveal the social process in which it is embedded? How was the registration process established in the political field of the city? How has IPHAN's institutional practice taken place during these ten years of registration of the Farmers Market (2007-2017)? The methodology used to answer these questions consisted in the use of fieldwork, with the use of ethnography, more specifically, situational analysis (GLUCKMAN, 1987), research that included historical data, interviews with the snowball technique (in which the memory of some agents who participated in the registration process was included), and semi-structured interviews. Some other extremely important sources of research were the administrative processes that follow their courses in IPHAN and in the local Cultural Heritage Institute – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) – which were able to present a kind of bureaucratic language, but also served to broaden and problematize the speeches about the process. This way, the text describes two social situations that illustrate the history of tension, disputes and political appropriations of the social space and, thus, the patrimonialization. Hence, the thick description (GEERTZ, 2008) of the administrative process of registration with its documents, administrative letters and technical opinions express once again the reflection of these disputes. Therefore, it can be seen that the social and historical processes through which the Farmers Market has undergone are reflected in its patrimonialization, where varied projects and interests (political, economical and social) are affected, sometimes modifying the course of the process, sometimes transforming the disputes in alliances that contributed to its outcome: the title of Brazilian Cultural Heritage.

Keywords: Intangible heritage, registration, social process, Campina Grande's Farmers Market.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Feira de Artesanato e Cerâmica (CG)	2
Figura 2 – A Feira.....	13
Figura 3 – Supermercado Pexinxá.....	40
Figura 4 – Atual entrada do Pexinxá	41
Figura 5 – A Barraca de Seu Biu.....	46
Figura 6 – Barraca de Queijos da Renata	47
Figura 7 – Entrando no Mercado Central	48
Figura 8 – Dentro do Mercado Central.....	48
Figura 9 – Entrevistam Ulpiano no Mercado Central	49
Figura 10 - Roteiro da Visita técnica.....	53
Figura 11 – A Sede do IPHAN.....	55
Figura 12 – Organizando a mesa de doces	57
Figura 13 – A mesa do Conselho	58
Figura 14 – A mesa de comidas	58
Figura 15 – Pessoas se servindo da Mesa de Lanches.....	59
Figura 16 – Discurso da coordenadora do registro.....	64
Figura 17 – Conclusão da Reunião.....	65
Figura 18 – Evento pós-registro na Feira de Campina Grande	73
Figura 19 – Posicionamento dos políticos na Reunião do Conselho.....	78
Figura 20 – Monumento "Os Pioneiros da Borborema"	91
Figura 21 – Monumento “A chegada dos Tropeiros da Borborema”	92
Figura 22 - Mapa de Campina Grande no Século XIX	94
Figura 23 - Linha do Tempo das mudanças do local da Feira de Campina Grande.....	97
Figura 24 – Monumento à João Carga D´Água.....	99
Figura 25 – Um exemplo das transformações de Paris	103
Figura 26 – Antiga Feira na Rua Maciel Pinheiro.....	105
Figura 27 – A Feira na rua.....	106
Figura 28 – O Grande Hotel	108
Figura 29 – Casino Eldorado (desenho	109
Figura 30 – Fachada do Casino Eldorado.....	110
Figura 31 – O Cassino Eldorado “tombado”	110
Figura 32 – Foto aérea da Feira de Campina Grande	111

Figura 33 – Feira de Campina Grande em 1960.....	112
Figura 34 - Feira de Campina Grande atualmente.....	113
Figura 35 – Projeto de Revitalização da gestão de Veneziano.....	126
Figura 36 – Corredor da rua Cristóvão Colombo.....	141
Figura 37 – Cartaz do Evento.....	141
Figura 38 – Feira das Galinhas.....	147
Figura 39 – Feira de Carnes no Mercado Central.....	150
Figura 40 – Feira de Doces e Queijos.....	151
Figura 41 – Local de abate das galinhas.....	152
Figura 42 – Propostas para Rua Deputado José Tavares.....	158
Figura 43 – Entrada da Rua Deputado José Tavares.....	159
Figura 44 – Etapas da Requalificação.....	162
Figura 45 – Projeto de Requalificação.....	163
Figura 46 – Feira Central atualmente.....	164
Figura 47 – Convite para o lançamento do livro.....	167
Figura 48 - Linhas do tempo do Processo de Registro.....	174
Figura 49 – O palhaço Major Palito.....	194

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Entrevistas realizadas na pesquisa.....	195
Quadro 2 – Bens Culturais Registrados pelo IPHAN.....	196
Quadro 3 – Bens Imateriais em Processo de Instrução para Registro.....	201

LISTA DE SIGLAS

AFEMEC	Associação dos Feirantes do Mercado Central
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APE	Área de Preservação de Entorno
APR	Área de Preservação Rigorosa
CAE	Coordenação de Arquitetura e Ecologia do IPHAEP
CLC	Centro Lúcio Costa
CNFPC	Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONPEC	Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais
DEM	Partido dos Democratas
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DPI	Departamento do Patrimônio Imaterial
FAMUP	Federação dos Municípios da Paraíba
FIEP	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FUNAI	Fundação Nacional de Apoio aos Índios
GVISA	Gerência de Vigilância Sanitária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IT	Informação Técnica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MPF	Ministério Público Federal
PEP	Programa de Especialização em Patrimônio
PMCG	Prefeitura Municipal de Campina Grande
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPL	Partido Pátria Livre
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAMR	Sociedade de Arte Moderna de Recife
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOB	Secretaria Municipal de Obras
SECULT	Secretaria de Cultura
SEDUC	Secretaria de Educação
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SESI	Serviço de Social da Indústria
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN	Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais
STTP	Superintendência de Trânsito e Transporte Público
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
A FEIRA	14
PATRIMÔNIO E ESTADO	15
O REGISTRO COMO INSTRUMENTO DE SALVAGUARDA	17
ENCONTRANDO O PATRIMÔNIO.....	26
PATRIMÔNIO E DISPUTA	27
METODOLOGIA	31
CAPÍTULO 1 – DUAS SITUAÇÕES SOCIAIS	36
PREÂMBULO EXPLICATIVO	36
SOBRE AS VISITAS TÉCNICAS E AS REUNIÕES DO CONSELHO	38
AS SITUAÇÕES SOCIAIS	39
A VISITA TÉCNICA	39
A REUNIÃO.....	54
BREVES COMENTÁRIOS SOBRE O DOCUMENTÁRIO DO DOSSIÊ.....	65
PERCEPÇÕES SOBRE SITUAÇÕES	69
ANÁLISE SITUACIONAL E A ANTROPOLOGIA	85
CAPÍTULO 2 – A FEIRA DE CAMPINA GRANDE: DO CENTRO PARA A MARGEM	89
A FEIRA NA HISTÓRIA OU A HISTÓRIA DA FEIRA.....	89
PERSONAGENS E MITOS DE ORIGEM	90
FORMAÇÃO DA CIDADE E DAS DISPUTAS.....	93
A FEIRA: OBJETO E CENÁRIO DE DISPUTAS POLÍTICAS	98
REFLEXOS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	101
MUDANÇA “DEFINITIVA” DA FEIRA DE CAMPINA GRANDE.....	108
POLÍTICA E ANTROPOLOGIA.....	115
CAPÍTULO 3 – O PROCESSO DE REGISTRO DA FEIRA DE CAMPINA GRANDE	118
O PROCESSO ADMINISTRATIVO E O PROCESSO SOCIAL.....	119
O PEDIDO DE REGISTRO DA FEIRA	119
PRIMEIRA TENTATIVA DE REFORMA NA FEIRA.....	124
DISPUTAS POR ESPAÇO INSTITUCIONAL: REGISTRO OU REVITALIZAÇÃO?	125
PROJETOS PARA FEIRA E A DISPUTA PELO CAPITAL ESTATAL	128
CAPÍTULO 4 – PROSSEGUIMENTO DO REGISTRO	135
NOVA POSSIBILIDADE DE REFORMA DA FEIRA.....	135
RETOMADA DO REGISTRO E FORMAÇÃO DA EQUIPE DO INRC	137
DUAS SECRETARIAS, DOIS OBJETIVOS, UM LUGAR	138
OFICINA DE PROJETO PARTICIPATIVO.....	139
MOBILIDADE URBANA (STTP).....	153
DANDO RELEVÂNCIA À FEIRA: ESTRATÉGIAS DA PRESERVAÇÃO	166
ATIVIDADES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGISTRO DA FEIRA DE CAMPINA GRANDE	168
COSTURANDO ALGUNS PONTOS	171
O REGISTRO E A SUA EXECUÇÃO DIRETA	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
REFERÊNCIAS	183
ANEXOS	195

Figura 2 – A Feira



Foto: autor desconhecido. Década de 1960. Fonte: Portal Virtual do IBGE – Biblioteca. Título: Feira [Livre] de Campina Grande: Campina Grande, PB

INTRODUÇÃO



Introdução

Consideradas por alguns como um lugar de problemas sociais, por outros como um lugar de problemas sociológicos, a Feira de Campina Grande causa sentimentos, preocupações, interesses, disputas e problemáticas em diversas instâncias. Constitui-se como lugar central para a história da cidade de Campina Grande (PB) e, assim, para o desenvolvimento das relações sociais e econômicas do Nordeste. Em setembro 2017 esta Feira recebeu o título de Patrimônio Cultural Brasileiro, atribuído pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sendo reconhecida e legitimada pela política de salvaguarda do órgão, que vem desde os anos 2000 colocando em prática estratégias de preservação do patrimônio imaterial.

Alerto aos leitores que o presente trabalho não é sobre a Feira de Campina Grande, mas sim sobre o seu registro, isto é, a institucionalização de sua preservação como patrimônio imaterial. Contudo, para falarmos do seu processo administrativo de registro temos que contextualizá-la e posicioná-la na cidade, no campo e na memória (história) regional.

Esta Feira, como o seu próprio nome já diz, localiza-se na área central da cidade de Campina Grande, Paraíba, por isso é também conhecida como Feira Central¹. O seu surgimento está relacionado com a ocupação do interior do Estado, assim como a Feira de Caruaru, em Pernambuco. Portanto falar do nascimento da Feira de Campina Grande é falar também do nascimento da cidade de Campina Grande.

A Feira

Hoje localizada no bairro do Centro, próxima da principal avenida da cidade, avenida Floriano Peixoto, o comércio da Feira se distribui por nove ruas, ocupando uma área de aproximadamente 75 mil m² (ARAÚJO, 2006). As ruas, além dos estabelecimentos que funcionam no lote dos quarteirões, são ocupadas por mais de três mil pontos comerciais, na sua maioria barracas feitas de zinco, madeira ou cimento, distribuídas neste espaço público. A concentração de pontos comerciais varia por cada rua, que muitas vezes é dividida por dois ou três corredores com barracas de ambos os lados, além das fachadas dos prédios dos quarteirões.

¹ No decorrer de todo o trabalho iremos nos referir a Feira de Campina Grande como Feira Central de Campina Grande ou Feira de Campina Grande ou simplesmente Feira (com início maiúsculo), contudo ressaltamos que o nome escolhido para o registro do bem cultural no livro dos Lugares é “Feira de Campina Grande”, assim como em Pernambuco temos a “Feira de Caruaru”, também registrada no livro dos lugares em 2006 e, em Salvador, a “Feira de São Joaquim”, em processo de registro. Os moradores da cidade se referem a ela de diversas formas, Feira Central, Feira do Centro, Feira de Campina Grande, etc.

Além das ruas, a Feira possui um mercado central inaugurado na década de 1940, em virtude de uma das transferências que a Feira sofreu. Por causa dos mais variados discursos e necessidades a Feira já ocupou mais de seis lugares diferentes, como será descrito no capítulo dois. Ela já foi palco de revoltas populares e, por ser um espaço público de passagem e concentração de pessoas, sofre as mais diversas apropriações políticas.

A Feira, por sua história, é também símbolo de cultura popular e tradição. Portanto, guarda sua relação com a população mais pobre, a classe dominada e, muitas vezes, oposta à cultura erudita dos dominantes (CHARTIER, 1995) e, também, guarda sua relação com um passado referencial, que é construído com um discurso sobre costumes antigos que não existem mais ou que só existem na Feira. Assim, a ideia de tradição representa um passado com poder de influenciar o presente arbitrariamente (GRÜNEWALD, 2012), a partir da ideia da Feira como lugar de preservar a tradição. Ambas categorias (tradição e cultura popular) já foram problematizadas em virtude de seu conteúdo variar discricionariamente em virtude da imposição de valores diferenciados. Um destes valores é o do nacionalismo e patrimônio.

O termo “patrimônio” remete a diversos usos e concepções, sendo utilizado em situações substancialmente diferentes. Ao falarmos de patrimônio cultural temos que atentar para a polissemia da expressão nos diversos contextos culturais. No presente trabalho, ao falarmos de patrimônio cultural ou simplesmente patrimônio, utilizamos como referência a legislação vigente, autores estabelecidos no campo antropológico e os discursos dos agentes envolvidos na pesquisa que, em resumo, indicam percepções (às vezes convergentes, às vezes divergentes) da noção de patrimônio estabelecida hoje no Brasil.

Patrimônio e Estado

No Brasil, a institucionalização do campo do patrimônio se iniciou na década de 1930, quando foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Este órgão foi criado para atuar na preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico, contudo, em um primeiro momento, resume suas atividades às edificações e objetos que representariam um Brasil, uma nação uniforme. O discurso do patrimônio surge, segundo a perspectiva de José Reginaldo Gonçalves (1996), associado a ideia da construção de um Estado Nacional e de sua identidade. O mesmo autor defende que o discurso patrimonialista quer defender a tradição e o passado do

povo brasileiro que correriam o risco de serem esquecidos em virtude do caráter destrutivo da história².

A construção do discurso do referido órgão – de 1937 até a década de 1980 – já foi amplamente discutida (GONÇALVES, 1996; FONSECA, 2005), contudo destacamos aqui a forma como a história do IPHAN é veiculada pelo próprio órgão para legitimar sua atuação “heroica”. “Toda organização política, por exemplo – sindicato, partido etc. –, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma” (POLLAK, 1989, p.8). Assim, as duas “funções essenciais” da memória, para Pollak (1989) são “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados)” (IDEM, p. 7). No caso do IPHAN seu território é delimitado socialmente no campo de poder do qual a instituição é produtora de conhecimento.

A história do IPHAN aponta o papel de Aloisio Magalhães, diretor do IPHAN de 1979 a 1982, que ratificou o trabalho da instituição na proteção do patrimônio edificado, e acrescentou à atuação do órgão um foco para a diversidade cultural e o fazer cotidiano dos diversos segmentos sociais que, segundo ele, seriam centrais para construção de uma identidade nacional. A partir de uma noção mais ampla de cultura ele porta um discurso ligado ao contexto da globalização e de acordo com as discussões que eram feitas no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)³ – fala-se em “produto cultural” e “bem cultural”, duas categorias que parecem se encaixar em um discurso comercial e turístico, mas que buscava principalmente incentivar o fazer popular presentes no cotidiano do povo brasileiro, percebidos a partir da ideia de dinâmica e processo, isto é, relacionado às transformações do fluxo cultural. A noção de bem cultural englobaria esse fazer cotidiano e o patrimônio histórico e artístico nacional.

Por outro, lado a ampliação no conceito de patrimônio iniciada na gestão de Aloísio Magalhães, atinge seu auge com o Decreto 3.551 de 4 de agosto 2000, que cria o registro do patrimônio imaterial. Ao contrário do tombamento⁴ que limita a utilização da propriedade privada – portanto só é utilizado para o patrimônio material – restringindo intervenções, no caso

² Por outro lado, sabemos que outras questões foram elaboradas sobre o processo de fragmentação identitária pela qual o Brasil passou, dentre as quais: a separação de Portugal e conseqüente independência, além das dificuldades enfrentadas em virtude das questões étnico-raciais. O que nos interessa neste trabalho é que a institucionalização da noção de patrimônio estabelece um campo de atuação bem delimitado.

³ A UNESCO “foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades” (ONU/BR, 2017). Doravante iremos nos reportar a essa instituição apenas por sua sigla.

⁴ Uma vez tombado, o bem é inscrito em um dos quatro livros do tomo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

dos imóveis, (como reformas, pinturas, benfeitorias, etc.) e alienações⁵, o registro é um instrumento que tem como objetivo salvaguardar o patrimônio, respeitando a dinâmica cultural da sociedade e as transformações sociais. Desta forma, o bem é registrado em um dos livros⁶, passando a receber o título de Patrimônio Cultural do Brasil.

Apesar da importância que o instrumento do registro trouxe para o fomento da cultura e o empoderamento da população detentora do bem cultural, ressaltamos neste trabalho que na medida que consideramos o patrimônio cultural como uma categoria englobada pelo conceito de cultura, devemos também nos ater a questões mais amplas – tais como a política e a economia – que exercem seu domínio na cultura e pela cultura. Assim, uma celebração religiosa, como o Círio de Nazaré, no Pará, que envolve milhares de pessoas e que é considerado patrimônio cultural registrado pelo IPHAN, não se relaciona apenas aos significados simbólicos e míticos da comunidade local, mas também a processos políticos e econômicos que envolvem as sociedades contemporâneas.

O registro como instrumento de salvaguarda

Desde a publicação do Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000, o governo federal instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial⁷. Assim, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia federal que tem como função a preservação do patrimônio cultural, seria o responsável pela efetivação do instrumento de registro. Este órgão classifica o Patrimônio Cultural em duas espécies: o patrimônio material (os bens móveis e imóveis) e o patrimônio imaterial (as práticas e expressões culturais)⁸.

O serviço de preservação ao patrimônio brasileiro foi idealizado por um grupo de intelectuais modernistas com ideais nacionalistas. A lei ordinária nº 378 de 13 de janeiro de 1937 que dava nova organização ao então Ministério da Educação e Saúde Pública, criava na

⁵ Quando o imóvel tombado for colocado à venda o Estado terá o direito de preferência.

⁶ Quando registrado, além de receber o título de “Patrimônio Cultural do Brasil”, o bem é inscrito em dos quatro livros do registro: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e o Livro de Registro dos Lugares.

⁷ O mesmo decreto foi responsável pela instituição do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), “visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio” (BRASIL, 2000, art. 8º).

⁸ Apesar da classificação facilitar a instrumentalização das práticas preservacionistas em torno da categoria Patrimônio, ela também gera um tipo de especialização e compartimentalização das áreas. A cultura, vista de forma ampla, abarca a dimensão material e imaterial, e, assim como uma prática cultural se efetiva a partir de pessoas que usam objetos e artefatos e cultivam sua atividade em determinado espaço, os objetos e os lugares podem estar intrinsecamente relacionados com símbolos e práticas culturais. Com relação a discussão conceitual sobre a materialidade do imaterial e a imaterialidade do material acredito que isso pode nos levar a um tipo de discussão acadêmica que não contribuiria para a presente pesquisa.

seção “Dos serviços relativos á [sic] educação”, artigo 46, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁹. Em novembro de 1937, quando já havia decretado o Estado Novo¹⁰, o Governo Vargas organiza a proteção do patrimônio e institui o instrumento de tombamento com o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro. Neste primeiro momento o órgão manteve sua atenção para o patrimônio material¹¹, tratado na lei como “o conjunto dos bens móveis e imóveis” vinculados à “fatos memoráveis da história do Brasil” e “por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937B, art. 1º) incluindo também “os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pelo [sic] natureza ou agenciados pelo [sic] indústria humana” (BRASIL, 1937B, art. 1º, § 2º).

Em virtude dos avanços nas diversas áreas de estudo sobre cultura, cultura popular e folclore verificadas nas legislações nacionais e internacionais, além de encontros e convenções organizados por instituições, como a UNESCO¹², a preservação do patrimônio é ampliada para os bens de natureza imaterial, contudo não foi um processo simples e repentino. No Brasil, as primeiras discussões realizadas em busca da ampliação do conceito de patrimônio, foram feitas quando Aloísio Magalhães esteve à frente do Centro Nacional de Referências Culturais e posteriormente na presidência da Fundação Nacional Pró-Memória (que desenvolveu as ações executivas da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1979 a 1990). Ele retomava a noção de patrimônio que Mário de Andrade havia apresentado em escritos na década de 1930 – ressalto o anteprojeto de lei que Rodrigo Melo Franco de Andrade havia encomendado a ele¹³.

Já na década de 1990, o “Seminário Internacional Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção” organizado pelo IPHAN em 1997, tendo a participação da UNESCO, deu as bases das primeiras sistematizações acerca do patrimônio imaterial e que estão na Carta de Fortaleza. A partir deste seminário uma série de medidas foram tomadas pelo Ministério da

⁹ No mesmo artigo, a lei ainda previa o Conselho Consultivo como órgão do SPHAN.

¹⁰ O Estado Novo é decretado em 10 de novembro de 1937, durando até janeiro de 1946.

¹¹ Apesar disso, o anteprojeto da lei que deu bases para a criação do SPHAN desenvolvido por Mário de Andrade sob encomenda de Gustavo Capanema (Ministro da Educação e Saúde), fazia menção ao patrimônio imaterial, tratando-o como arte ou folclore ameríndio e popular.

¹² Ressalto a Declaração do México de 1985 (Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais), a Recomendação de Paris de 1989 (sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, fruto da 25ª Reunião – Conferência Geral da UNESCO), a Carta de Fortaleza de 1997 (encontro organizado pelo IPHAN em Fortaleza/CE) e a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (32ª Sessão – Conferência Geral da UNESCO).

¹³ O anteprojeto de lei do antigo SPHAN serviu para fundamentar as bases do Serviço de Proteção, mas não conseguiu firmar a noção de patrimônio imaterial, que carecia de um instrumento de proteção como o tombamento funcionou para o patrimônio material.

Cultura, que criou a Comissão Patrimônio Imaterial e o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial, responsáveis por redigir o decreto do registro (PATRIMÔNIO IMATERIAL, 2006).

No mesmo ano da publicação do decreto 3.551, nos anos 2000, foi criado o INRC, instrumento para a identificação e documentação de bens culturais, criado pela empresa “Andrade e Arantes – Consultoria e Projetos Culturais”¹⁴ a partir das demandas do IPHAN. Similarmente aos Livros do Tombo, no qual são inscritos os bens materiais tombados, o órgão federal criou os Livros do Registro. Neste sentido, o decreto criou quatro categorias de bens imateriais, que seriam registrados em um dos livros: Livro dos Saberes, Livros da Formas de Expressão, Livro das Celebrações e o Livro dos Lugares¹⁵. Contudo, só a partir de 2002 foi que os primeiros bens foram registrados pelo IPHAN e, até fevereiro de 2018, já foram 41.

Destes bens, onze estão inscritos no Livro dos Saberes, dezesseis no de Formas de Expressão, dez no de Celebrações e quatro no de Lugares (ver Quadro 2 – Anexos). Todos os bens passaram por processos administrativos de registro, contudo foi no decorrer dos registros que o instrumento foi sendo aprimorado. Apesar deste registro ter sido instituído em 2000, outras legislações foram desenvolvidas desde então, com o objetivo de suprir necessidades e preencher algumas brechas jurídicas. É o caso da Resolução IPHAN nº 001/2006, a Instrução Normativa do IPHAN nº 001/2009, a Resolução IPHAN nº 001/2013 e a Portaria IPHAN nº 200/2016.

O processo administrativo de registro

O artigo 216 da Constituição Federal já trazia em seu texto a possibilidade de se desenvolver a atividade de inventário e de registro, ao lado do tombamento e da desapropriação, com o objetivo de preservar o patrimônio cultural. O IPHAN conseguiu detalhar e transformar o registro em uma ferramenta administrativa com consequências para a sociedade, nomeando-o como um dos instrumentos de salvaguarda dos bens de natureza imaterial. O registro, portanto, é uma ferramenta de proteção ao patrimônio cultural assim como o tombamento. Entretanto, este tem como objeto o patrimônio material ao passo que aquele se atém ao patrimônio imaterial. Em virtude de seus objetos diferentes os dois instrumentos possuem consequências e procedimentos específicos.

¹⁴ A frente da equipe do escritório estava Antonio Augusto Arantes, antropólogo e professor da Universidade Federal de Campinas (UNICAMP).

¹⁵ Os Livros do Tombo também são divididos em quatro categorias: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Ao passo que o tombamento age diretamente no direito de propriedade, restringindo a fruição do bem material, o registro é um instrumento que não gera consequências para o direito de propriedade, respeitando a dinâmica do seu objeto. Formalmente, portanto, o bem registrado não sofrerá restrição do IPHAN, cabendo a “comunidade produtora” do mesmo a sua administração, modificação e destinação.

Para entender o que é que o IPHAN quer dizer com “comunidade produtora” e com o objeto do registro deve-se ter em mente que o patrimônio imaterial é relacionado com a categoria “referência cultural”. Desta forma, o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INVENTÁRIO NACIONAL, 2000) conceitua o que quer dizer referências culturais:

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (INVENTÁRIO NACIONAL, 2000, p. 29).

Diversos exemplos são trazidos pelo Manual (INVENTÁRIO NACIONAL, 2000):

Mas referência também é baliza, ou seja, marca que indica limite e que estabelece termo de comparação e diferenciação. Assim, por exemplo [...] pode-se afirmar que o chimarrão é uma referência da cultura gaúcha e [...] que o forró é uma referência (tradicional) da lambada, sendo esta uma transformação daquela. Assim também o Pão de Açúcar (formação geológica) é uma referência do Rio de Janeiro (cidade), tal como o conjunto urbano do Pelourinho ou a capoeira (como prática corporal) podem significar Bahia, e o samba e a feijoada, brasilidade. (INVENTÁRIO NACIONAL, 2000, p. 29).

Antes de exemplificar, contudo, o Manual constrói a base do seu significado a partir da atuação de preservação (inventário):

Orientar um trabalho de preservação a partir da noção de “referência cultural” – tal como foi entendida neste texto – significa buscar formas de se aproximar do ponto-de-vista dos sujeitos diretamente envolvidos com a dinâmica da produção, circulação e consumo dos bens culturais. Ou seja, significa, em última instância, reconhecer-lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas de um “saber-fazer”, como também do destino de sua própria cultura. Não é preciso chamar a atenção para as implicações políticas dessa perspectiva, nem para seus limites em situações concretas, quando até o termo

“comunidade” pode servir para encobrir interesses de grupos locais mais poderosos, de autoridades políticas, etc. (INVENTÁRIO NACIONAL, 2000, p. 19)

É necessário lembrarmos que não há autonomia dos sujeitos quanto a distribuição, produção e consumo dos bens culturais. Bourdieu (2007) já demonstrou isso através do estudo do sistema educacional Francês. Portanto, quem são os reais detentores do bem cultural? No processo de registro da Feira veremos exemplos da interferência política e da necessidade do IPHAN disputar o espaço com estas forças em busca da proteção da comunidade. Como a “comunidade detentora” executa sua legitimidade durante o processo? A sua legitimidade de detentor é percebida através de sua atuação em um processo de registro? São questões que se apresentam na descrição do processo administrativo de registro da Feira de Campina Grande.

Atualmente o procedimento do registro está detalhado na Resolução do IPHAN nº 001/2006¹⁶, que complementa o que o Decreto 3.551/2000 estabeleceu. Para iniciar o processo as partes legítimas devem requerer ao IPHAN a abertura de um processo administrativo que irá apurar se o bem está de acordo com o que estabelece a Constituição Federal, com o Decreto e a Resolução. O termo utilizado por esta norma é “processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial”, portanto um conjunto de procedimentos sucessivos que devem ser respeitados com o objetivo específico de registrar um bem de natureza imaterial. Ele é composto por diversos documentos, como ofícios, pareceres, despachos, relatórios, memorandos, laudos e pesquisas sobre o objeto tratado.

A legislação trata o processo administrativo com duas fases – a instauração e a instrução – acrescento ainda mais duas fases: a avaliação e a certificação¹⁷. A instauração é a fase inicial do processo administrativo, onde são verificados os requisitos preliminares do processo, isto é, quem é a parte legítima para fazer a proposta de registro, a quem deve ser encaminhado e qual a documentação necessária para justificar o requerimento, ou seja, o pedido de registro. Verificados os requisitos haverá o julgamento sobre a procedência ou não do pedido por um órgão específico do IPHAN.

A instrução é fase posterior ao julgamento da procedência do pedido, onde é feita a investigação e detalhamento do bem. A sua responsabilidade é do Departamento do Patrimônio

¹⁶ Esta estabelece “o procedimento de instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial” (IPHAN, 2006, art. 1º).

¹⁷ O Decreto 3.551/2000 ainda prevê a Revalidação do Título a cada dez anos. Entretanto, esta é feita a partir de um novo processo administrativo que possui um rito diferente.

Imaterial (DPI) do IPHAN¹⁸, constituído, em sua maioria por especialistas em ciências sociais, antropologia e história. Contudo, em virtude da grande demanda de pedidos de registro este departamento passou a delegar a instrução do registro para entidades públicas ou privadas, que detivessem competência técnica para desenvolver as funções. Esta fase é concluída com um parecer técnico do DPI e encaminhado para o Ministério Público fazer a avaliação que lhe compete. Em seguida será feita a publicação no Diário da União para que a sociedade tome conhecimento do parecer e do processo em vias de conclusão. Decorrido o prazo de 30 dias o processo será encaminhado ao Conselho Consultivo do Patrimônio que fará a avaliação.

Na fase de avaliação, a Presidência do IPHAN indicará um conselheiro relator que apresentará o seu relatório e voto na Reunião do Conselho. O relatório é lido em uma Reunião do Conselho Consultivo e, a partir do posicionamento do conselheiro relator, é colocado para discussão e posterior votação do colegiado. Uma vez aprovado o registro, o IPHAN fará a inscrição do bem no livro indicado. Após a inscrição, é produzida a Certidão de Registro, dando o direito da comunidade detentora utilizar o título de “Patrimônio Cultural do Brasil”.

Na exposição de motivos do Decreto 3.551/2000 o Ministro da Cultura, à época Francisco Weffort, declara as consequências do registro:

As consequências práticas do Registro serão várias. A primeira é instituir a obrigação pública, governamental sobretudo, de inventariar, documentar, acompanhar e apoiar a dinâmica das manifestações culturais registradas, mecanismo fundamental para a preservação de sua memória. A segunda é o reconhecimento e a valorização desses bens mediante a concessão do direito de utilizar o título de Patrimônio Cultural do Brasil. A terceira é a sua divulgação e promoção, a serem realizadas pelo Ministério da Cultura, órgãos públicos, entidades privadas e dos cidadãos. Todas essas ações poderão ser apoiadas pelo Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, no âmbito do Ministério da Cultura (PATRIMÔNIO IMATERIAL, 2006, p. 26-27).

O artigo 6º do Decreto 3.551 acrescenta que a documentação, a divulgação e a promoção do bem registrado cabem ao Ministério da Cultura. Este, via IPHAN e outras entidades públicas e, até mesmo privadas, podem desenvolver atividades direcionadas aos bens registrados. Neste sentido, o mesmo decreto criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) “visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização” (BRASIL, 2000, art. 8º). Caberia aqui uma outra pesquisa que apontasse os reais investimentos do PNPI e do IPHAN nos bens registrados. Quanto a promoção, percebe-se a publicação de notas e

¹⁸ O IPHAN possui quatro departamentos, são eles, Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização, Departamento de Planejamento e Administração, Departamento de Patrimônio Imaterial, Departamento de Articulação e Fomento, além da Diretoria do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas.

reportagens que o Instituto tem feito nas redes sociais e em eventos, lembrando algumas datas e festividades associadas a estes bens.

Já a revalidação, pode ser considerada como uma etapa após o registro, pois trata-se de um novo processo administrativo, que é iniciado após dez anos do mesmo e, ainda, submete-se a outra resolução¹⁹. Nesta fase cabe ao IPHAN iniciar o processo de revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil.

Art. 7º O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil".

Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo (BRASIL, 2000)

Desde 2015 alguns bens iniciaram o processo administrativo de revalidação²⁰, destes apenas um teve o processo concluído e seu título revalidado até o momento²¹. Há neste procedimento uma possível contradição. Se o objetivo é registrar sem “congelar” a referência cultural, respeitando a dinâmica decorrente das trocas sociais e da própria resignificação inerente à sociedade, qual seria o objetivo da revalidação? Parece que essa revalidação funciona como a verificação da tradicionalidade do bem, isto é, de sua permanência no tempo. Uma vez verificada a perda de um conjunto de valores tidos como tradicionais, o bem perderia seu título.

A salvaguarda visa garantir o processo social (ou fluxo cultural), isto é, o caráter da constante reinvenção da cultura, mas utiliza-se de um instrumento de preservação. Neste sentido, temos que ter em mente que “é o **processo dinâmico** que garante vida longa às tradições e à memória de um povo, pois essas duas últimas palavras não são sinônimos de conservação” (CHIANCA, 2013, p. 12, grifo nosso).

Para que o bem perca o título, devem ocorrer mudanças drásticas na dinâmica cultural do bem. Neste sentido, veremos que o IPHAN evitou que um projeto de reforma na Feira de Campina Grande fosse executado em virtude de suas consequências para as mudanças na dinâmica cultural dos feirantes, em 2010. Ressalto que com o fato de não ocorrer a revalidação, o bem perde o título e, assim, não pode exigir os direitos do Decreto 3551/2000 – permanece,

¹⁹ Resolução IPHAN nº 01/2013.

²⁰ A Resolução IPHAN nº 01/2013 dispõe sobre o “processo administrativo de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil dos bens culturais Registrados” (IPHAN, 2013, Preâmbulo).

²¹ A Arte Kusiwa, Pintura Corporal e Arte Gráfica dos índios Wajãpi, foi revalidado em 27 de abril de 2017, na 85ª Reunião do Conselho Consultivo. Os outros bens que estão passando pela revalidação são o Samba de Roda do Recôncavo baiano, o Ofício das paneleiras de Goiabeiras, a celebração da festa do Círio de Nazaré e a Feira de Caruaru.

por outro lado, o registro para o objetivo de identificação no tempo: “referência cultural de seu tempo” (BRASIL, 2000, at. 7º).

A instrução técnica do registro da Feira de Campina Grande foi subsidiada pelo INRC²² – metodologia criada em 2000 que tem como objetivo documentar de forma exaustiva (completa) determinado bem cultural. Na verdade, o INRC por sua exaustividade²³ contém tudo o que a Resolução 001/2006 exige da instrução técnica e foi desenvolvido com o objetivo de subsidiar as atividades do IPHAN²⁴. A característica ou qualidade da exaustividade precisa ser relativizada. Sabemos que o inventário assim como o patrimônio institucionalizado (pelo IPHAN ou IPHAEP) prenunciam uma escolha. Em certo momento o técnico do patrimônio terá de colocar em uma balança de valores as referências culturais. Existe, portanto, um “controle da memória” (POLLAK, 1989, p.8) que passa a ser autorizada, gozando de aceitação e credibilidade.

Segundo o Manual de Aplicação do INRC (INVENTÁRIO NACIONAL, 2000) a metodologia foi criada para atender a dois objetivos principais:

1. identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e
2. apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferencias de sua preservação. (INVENTÁRIO NACIONAL, 2000, p. 6)

Esta metodologia foi projetada para ser desenvolvida em três etapas: Levantamento preliminar; Identificação; e Documentação. A primeira etapa como já deixa claro o seu título tem o objetivo de reunir e sistematizar informações básicas, nome de pessoas que possam ajudar no entendimento do bem cultural e delimitação do objeto que será estudado. Na identificação são efetivados os conhecimentos reunidos no levantamento, como a realização de entrevistas e observações para descrições mais sucintas do bem cultural ou dos bens associados²⁵. Na terceira etapa, a documentação, é necessário que o aplicador do INRC esteja familiarizado com técnicas

²² Não há nenhuma exigência legal que obrigue a utilização do INRC no registro, contudo já é uma atividade de praxe do órgão indicar o INRC para subsidiar o registro. Segundo informações dos técnicos do IPHAN, o instrumento do INRC está temporariamente suspenso, em virtude de uma reavaliação da metodologia.

²³ No sentido de buscar uma descrição completa. “*Inventário é por definição rol completo: não falta nada do que se pode ou deve incluir; uma primeira característica de qualquer inventário é a exaustividade; [...] Para ser exaustivo, um inventário deve ser sistemático, ou seja, coerente com determinados critérios de inclusão e exclusão dos elementos que deverão constituir-lo*” (INVENTÁRIO NACIONAL, 2000, p. 28, grifos do autor).

²⁴ Ressalto que o IPHAN pode complementar a instrução técnica, que foi delegada, no que achar necessário.

²⁵ O bem associado é aquele que não é objeto do estudo, mas que por guardar relação com o bem estudado deve ser mencionado e caracterizado. Estou utilizando os termos trazidos pelo Manual do INRC ou que são utilizados no campo do patrimônio.

provenientes de formações específicas (história, ciências sociais, arquitetura, artes, etc.). Assim, nesta etapa deverá ser feita a análise e o estudo mais aprofundado do material recolhido na identificação associando-o se for o caso a um estudo historiográfico ou etnográfico, por exemplo (INVENTÁRIO NACIONAL, 2000).

Para cada etapa foi criada um conjunto de fichas que devem ser preenchidas de forma criteriosa, uma vez que elas representam o alicerce do INRC. A partir da etapa de identificação as fichas se complexificam, em termos de detalhes e quantidade de informações. Cada tipo de ficha recebe uma letra e um número, coerentes com os critérios de sua organização lógica. A título de exemplo, a ficha F10 é a “Ficha de Identificação do Sítio”, já a A3 é o “Anexo 3: Bens Culturais inventariados”. Essa breve introdução tem o objetivo de situar o leitor no trabalho que foi desenvolvido pela equipe de trabalho do INRC da Feira de Campina Grande entre outubro de 2013 a outubro de 2015.

O Conselho do Patrimônio

O Conselho Consultivo do Patrimônio foi criado juntamente com o IPHAN (na época SPHAN) através da lei ordinária nº 378 de 13 de janeiro. É um dos órgãos colegiados que compõem a estrutura do IPHAN. Desde seu início fez-se questão de selecionar conselheiros como pessoas de conhecimento amplo sobre a área do patrimônio. Além de intelectuais conhecidos da área, fez-se também necessário a inclusão de agente estatais, representantes do governo.

Atualmente o Conselho é composto por 22 membros além do seu presidente, que é o presidente do IPHAN. Analisando a legislação da instituição percebe-se que existe três classes de conselheiros: os representantes de órgãos públicos²⁶, os conselheiros representantes de entidades de classe²⁷ e os conselheiros representantes da sociedade civil²⁸.

Art. 3º Compete ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas a tombamentos, a **registros de bens culturais de natureza imaterial**, a saídas temporárias do País de bens culturais protegidos por lei, e opinar acerca de outras questões relevantes propostas pelo Presidente (IPHAN, 2012, grifo nosso).

²⁶ Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Ministério do Turismo e Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

²⁷ Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

²⁸ Segundo o Dec. 9.238/17, esta classe é composta de “treze profissionais de notório saber e experiência nas áreas de atuação relacionadas ao patrimônio cultural” (BRASIL, 2017, Art. 6º, III).

Com o objetivo de subsidiar as decisões do Conselho Consultivo do Patrimônio, foram criadas as suas Câmaras Setoriais (de Arquitetura e Urbanismo e a do Patrimônio Imaterial), composta por conselheiros e por técnicos de Departamento específico, isto é, Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização ou Departamento de Patrimônio Imaterial.

Encontrando o Patrimônio

Venho trabalhando com a temática sobre o patrimônio desde a graduação, quando fui chamado pela professora Patrícia Goldfarb (UFPB) a atuar na execução do INRC dos Engenhos de Açúcar, Cachaça e Rapadura da Paraíba, como assistente de pesquisa. Neste primeiro contato tive que me atualizar das questões conceituais e práticas que envolve os instrumentos de salvaguarda desenvolvidos pelo IPHAN. Neste trabalho, nos deparamos com diversas questões problemáticas, principalmente quando do preenchimento das fichas que compõem o INRC, criticávamos a metodologia engessada que não dava espaço para improvisação. Nas reuniões, os técnicos do IPHAN que sempre nos ajudavam a enfrentar essas questões traziam as experiências a nível local, regional e nacional da aplicação do INRC. Foi aí que me apareceu a questão do registro da Feira de Campina Grande e seus entraves, contudo não dei muito atenção em virtude do amadurecimento acadêmico.

O INRC dos Engenhos de Açúcar, Cachaça e Rapadura da Paraíba não chegou ao fim por causa de fraudes que ocorreram na instituição que executava a pesquisa (Fundação José Américo), assim, não passamos da fase inicial de Levantamento Preliminar. A frustração se transformou em oportunidades quando, posteriormente, conheci o projeto de extensão Patrimônio, Memória e Interatividade (PAMIN), coordenado pela professora Luciana Chianca.

Além de trabalharmos (eram dezenas de bolsistas de áreas diferentes) com a comunidade a partir de Oficinas de Educação Patrimonial, tivemos acesso a diversas abordagens teóricas sobre a questão, sempre estimulados a colocar em prática naquelas oficinas o que era discutido nas formações continuadas. Outras oportunidades de pesquisa se abriram quando percebi como as questões políticas e econômicas influenciam e são influenciadas pelo campo do patrimônio. Desenvolvi o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) , intitulado “Tombo, destombo: a Rádio Tabajara e o campo do patrimônio em João Pessoa” (PEREGRINO, 2015), onde estudei o caso de um edifício de arquitetura modernista que era tombado pelo IPHAEP (a Rádio Tabajara), que possui uma referência para a memória local, mas que foi destombado para atender a “interesse público relevante”: a construção de um anexo

do Tribunal de Justiça. Percebi, dentre outras coisas, como valores, interesses e projetos diferenciados são executados a partir de justificativas e discursos técnicos e políticos.

Assim, após minha conclusão da graduação com o objetivo de pesquisar ainda o campo do patrimônio me inteirei do que estava acontecendo no registro da Feira de Campina e me deparei com os entraves no processo, a partir da influência da política local. Entretanto, essa política local não é efetivada apenas com a política partidária, mas pela ação dos indivíduos com outros interesses e pelas disputas entre diferentes instituições.

Patrimônio e disputa

Podemos destacar que, apesar do aumento na quantidade de bens patrimonializados e dos avanços documentados no fomento à cultura, seja através do tombamento seja através do registro²⁹, as repercussões e o processo social que engloba a patrimonialização são reveladores de dinâmicas sociais, econômicas e políticas que envolvem questões complexas que o IPHAN ainda não consegue acessar. Neste sentido o registro da Feira de Campina Grande é um bom exemplo para refletirmos sobre a dinâmica das interações que ocorrem entre as instituições que atuam no campo do patrimônio, tanto na esfera estatal, através de órgãos e autarquias, como da própria sociedade, através de associações e outras organizações, além da atuação dos agentes individuais que atuam com sua devida autonomia. Neste sentido pensamos os conflitos como uma forma de interação (SIMMEL, 2011).

As disputas políticas em torno da Feira de Campina Grande são apresentadas na história da cidade e cotidianamente repetida pelos indivíduos que atuam hoje na Feira. As disputas políticas, neste sentido, dizem respeito a disputa de interesses que são formadas na busca pela concretização de projetos, seja por interesses político partidários, por interesses em benefícios individuais ou apenas na disputa por espaço e posição no campo. Desta forma, veremos como na descrição do processo administrativo de registro os projetos políticos do IPHAN e da Prefeitura Municipal se contrapõem, como os indivíduos que atuam para estas instituições concretizam ou lutam contra a concretização destes projetos a partir de interesses individuais e, às vezes, contraditórios com a estrutura organizacional na qual ele está inserido.

O nosso estudo se desenvolve principalmente na análise do processo de registro da Feira de Campina Grande, dos documentos que compõem uma parte dele, da história da Feira e das entrevistas com os agentes envolvidos no campo (funcionários públicos, feirantes, gerente da

²⁹ Desde a publicação do Dec. 3551/2000, foram registrados 41 bens. A lista dos bens registrados pode ser conferida no Anexo 1.

feira e pesquisadores) que nos ajudam a pensar a amplitude do processo. Assim, no decorrer do trabalho nos referimos ao processo do registro, ao processo administrativo de registro e ao processo social. Cada um deles indicando as atividades de registro (da ação do IPHAN), mas com amplitudes diferentes. Analisamos o processo de registro buscando responder uma pergunta norteadora: em que medida o processo de registro influencia e é influenciado pela estrutura das relações – interações, memória e discursos – estabelecidas em torno da Feira? Dividimos o trabalho em quatro capítulos nos movimentando da análise de duas situações sociais, reduzindo nossa lente de pesquisa para a observação do campo presencial, depois ampliamos para o estudo histórico e concluímos o trabalho com a análise intermediária que dialoga com os discursos (entrevistas) dos agentes que participaram do processo e com a narrativa dos documentos.

No capítulo um trazemos a descrição de duas situações sociais previstas no processo administrativo de registro, da qual participamos. Estas situações apesar de estarem representadas na dimensão documental (relatório, legislação, ofício, etc.) também indicam sua atuação no espaço material e social da Feira e, desta forma, no processo mais amplo. A sua amplitude diz respeito a entender o processo de registro como um campo que engloba redes e interesses diversos (políticos, econômicos e afetivos) para além da preservação da Feira. Utilizamos da noção de análise situacional desenvolvida por Gluckman (1987) que buscou “delinear o funcionamento da estrutura social da Zululândia, em termos das relações entre grupos [...] já que uma pessoa pode pertencer a inúmeros grupos que estão às vezes em oposição entre si ou indo contra outro grupo (GLUCKMAN, 1987, p. 259)”. Na análise situacional, também chamada de estudo de caso detalhado (VAN VELSEN, 1987) o antropólogo “não somente apresenta ao leitor abstrações e conclusões do seu material de campo, mas também lhe fornece parte considerável desse material” (VAN VELSEN, 1987, p. 360):

Assim, registros de situações reais e de comportamentos específicos tem sido transportado dos diários de campo do pesquisador para as suas descrições analíticas, não como ilustrações aptas [...] das formulações abstratas do autor, mas como parte constituinte da análise (VAN VELSEN, 1987, p. 360).

Desta forma, no primeiro capítulo apresentamos a última visita técnica feita pelo IPHAN e pelo conselheiro relator do processo administrativo de registro da Feira de Campina Grande e a Reunião do Conselho do Patrimônio que confirmou o pedido de registro concedendo o título de Patrimônio Cultural Brasileiro. As duas situações revelam como os políticos locais (vereadores, prefeito, deputados federais e um senador) se apropriaram da lógica patrimonial

para legitimar sua atuação. Além, disso chama a atenção a pouca participação dos feirantes nas duas situações em contraste com a quantidade de políticos.

A lógica de apropriação política e econômica da Feira e os diversos discursos construídos em torno desse objeto de disputa é também ratificado no capítulo dois, quando posicionamos a Feira na história. Descrevemos a Feira na história e a história da Feira para mostrar como ela é um lugar de memória e lugar de história. A importância dessa contextualização e assim, o movimento da nossa pesquisa do micro (situações sociais) para o macro (história social) prepara o leitor para os dois últimos capítulos, que tratam do processo administrativo do registro.

Continuamos com o estudo de caso detalhado apresentando para o leitor como as relações burocráticas estabelecidas entre as instituições e indivíduos ocorreram no processo administrativo. O conjunto das diversas situações e eventos sucessivos apontados que envolvem o registro do bem cultural, é iniciado com a solicitação de abertura de um processo administrativo que tramita no IPHAN, composto por um conjunto sucessivo de documentos (ofícios, despachos, memorandos, projetos técnicos, etc.) que formam, assim, um dos materiais estudados e nos indicam uma das narrativas do processo. O discurso burocrático estatal desse processo é aquele que indica uma possível verdade do que ocorreu de 2007 (início do processo de registro) até 2017 (conclusão do registro). Contudo, essa busca intensa pela verdade é um dos pontos mais criticado por Foucault (1999):

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, pelo sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. [...] pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (FOUCAULT, 1999, p. 16).

É o IPHAN, instituição detentora de posição legitimada, tutora do patrimônio, que é capaz de dizer o que é patrimônio ou o que precisa ser registrado, que também detém o discurso da verdade. A mesma lógica burocrática é capaz de concentrar nas mãos de uma parcela de agentes o capital estatal, que é capaz de funcionar como moeda para todos os tipos de capital (social, econômico, político, etc.) (BOURDIEU, 1996). Desta forma:

Para preservar, precisamos, antes, classificar e colecionar. Por isso, temos agentes que detém o poder legítimo de definir o que faz parte do patrimônio. Esses “guardiães do patrimônio” definem o que é digno de ser preservado (OLIVEN, 2009, p. 80).

Ressaltamos, assim, que o processo administrativo de registro possui uma linguagem formal e linear, capaz de revelar algumas disputas, mas não os bastidores. Ofícios, pareceres, relatórios, despachos, cartas, memorandos, etc. – que compõem o processo administrativo – nos revelam a interação entre órgãos e agentes dentro das formalidades requeridas, contudo não relatam os detalhes das reuniões que dão ensejo a estes documentos. Neste sentido, as entrevistas são capazes de nos revelar alguns detalhes destes bastidores.

Analisar o processo de registro que tramita no IPHAN apresentou certa dificuldade, uma vez que ele obedece a uma cronologia específica, fragmentada pelos documentos que o norteiam. Além disso, as tentativas da prefeitura de Campina Grande de fazer a revitalização³⁰ no espaço da Feira Central complexifica ainda mais o processo, uma vez que todos os processos que tinham como objeto a Feira, foram incorporados a um mesmo processo, causando, algumas vezes idas e vindas no tempo cronológico³¹. Além destes processos administrativos, tramita no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) os mesmos processos de revitalização, uma vez que compete a este órgão a decisão pelas intervenções. Estes processos também serão indicados neste capítulo.

Concluimos mostrando que a análise do processo de registro da Feira de Campina Grande nos revela um conjunto de relações estabelecida na Feira e com a Feira posicionando-a ora como um lugar de disputas políticas – onde projetos e interesses diversos se contrapõem ligando e dispersando os atores – ora como um objeto da ação estatal – tal como a ação do órgão federal do patrimônio. O registro foi, desta forma, catalisador de disputas, mas também objeto das disputas, influenciando e sendo influenciado pelo contexto político, impedindo mudanças – como no caso das tentativas de reforma – mas também implicando em possibilidades de apropriação do espaço por grupos políticos mais do que pela comunidade local – muitas vezes ausente do processo.

Desta forma, a tentativa de expor alguns bastidores do processo de registro se deu com o objetivo de trazer em questão a ideia de que o patrimônio cultural dialoga com esferas da sociedade que muitas vezes parecem passar despercebidas pela linearidade e formalidade do processo administrativo de registro e pelo discurso técnico que aponta apenas a beleza e ludicidade da cultura, colocando-a como a parte da economia e da política. A cultura, na

³⁰ No decorrer do trabalho deixaremos claro que houve duas tentativas de revitalização da Feira de Campina Grande, uma na gestão do prefeito Veneziano Vital do Rego (2005-2012) e outra na gestão de Romero Rodrigues (2013-atualidade).

³¹ No IPHAN temos, por exemplo, três principais processos: o de registro (2007), o da análise de reforma na Feira da gestão de Veneziano (2009) e o de análise da revitalização da Feira na gestão de Romero Rodrigues (2013). Todos foram “apensados”, isto é, juntados ou incorporados a um mesmo processo, o de registro.

verdade, está inserida em um âmbito muito mais amplo e, assim, influenciada pela economia e pela política.

Metodologia

A pesquisa implicou na realização de algumas atividades, das quais destacamos: pesquisa no acervo documental do IPHAN/PB, localizado em João Pessoa; visitas a Feira Central de Campina Grande; idas a Secretaria de Cultura e de Planejamento de Campina Grande; ida ao IPHAN/DF, localizado em Brasília; idas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP), em João Pessoa; constituição de uma rede de entrevistados a partir da técnica bola de neve.

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral (VINUTO, 2014, p. 203).

Minha rede de entrevistados se constitui de dez indivíduos que participaram do processo de registro e que entrevistei em virtude da rede de contatos estabelecida desde a graduação quando pesquisei o campo do patrimônio em João Pessoa (PEREGRINO, 2015). Durante atividades da graduação estabeleci relações com dois funcionários do IPHAN/PB que entrevisto no presente trabalho. Eles me indicaram outros participantes do processo de registro com os quais posteriormente consegui negociar as entrevistas e que me indicaram novos possíveis entrevistados. No total foram necessários três ciclos de indicação: os entrevistados e documentos sementes, os entrevistados indicados pelas “sementes” e o terceiro grupo indicado por estes entrevistados.

Algumas situações que aconteceram durante a “execução da amostragem” não foram reveladas no trabalho com o objetivo de preservar a imagem dos entrevistados. Contudo, a dificuldade de acessar alguns entrevistados e algumas recusas de entrevista nos revelou as tensões presentes no processo de registro, seja em virtude de questões políticas (funcionário que se negam a ser entrevistados por causa de sua posição em cargos de confiança) ou de questões afetivas, pois os dez anos de registro fez com que alguns agentes dedicassem um tempo considerável de sua vida a esta atividade e, por isso, a execução de minha pesquisa poderia revelar falhas ou brechas em suas atividades.

Sabemos dos diversos problemas relacionados às entrevistas e, assim, às narrativas dos indivíduos: o lugar de onde o entrevistado e o entrevistador falam, a violência simbólica por traz das perguntas e respostas, dentre outras. Além disso, ao entrevistá-los perguntei sobre eventos e situações que aconteceram há algum tempo³² – o que contribuía para o esquecimento de algumas memórias e a lembrança de outras. Até o momento, também percebemos que alguns indivíduos filtravam muitas informações com o objetivo de não comprometer sua reputação/posição ou a reputação de outras pessoas que participaram do registro. Apesar disso estas narrativas, incluindo as omissões de fatos ou nomes, as mentiras, os silêncios e as expressões corporais formam um material para análise rico e complexo.

Em virtude dessas questões, pensei em ocultar o nome dos entrevistados, mesmo eles tendo assinado termo de consentimento me autorizando a revelar seus nomes e o conteúdo das entrevistas, contudo fui orientado a manter³³. Esta “crise” de pesquisador surge também em virtude de um dilema de pesquisa que me afligiu: de que lado eu estaria? Da comunidade “detentora do bem” ou da política local? Porque estas pareciam as questões levantadas pelos entrevistados. Eles colocavam que existe um Estado capaz de proteger e “melhorar” a Feira (1) e um Estado que a explora e ao mesmo tempo quer tirar cada vez mais o direito dos feirantes (2). Essas questões simplificam o campo, dando uma leitura dual e não abordando o fluxo cultural (HANNERZ, 1992) e a diversidade de interesses no qual ele está inserido.

O dilema do posicionamento me aflige desde a graduação e que resultou em severas críticas ao trabalho de conclusão de curso, pois tomei partido claramente, me posicionando contra o Estado que por causa de interesses políticos destombou um dos poucos prédios modernistas do Centro da Cidade de João pessoa. Justifiquei esse posicionamento colocando que o governo estadual agiu com o objetivo de embelezar e concentrar as atividades judiciárias em um único local (PEREGRINO, 2015). Sobre o “tomar partido” Becker coloca que:

Esse dilema que a muitos parece doloroso, na realidade não existe, pois um de seus tentáculos é imaginário. Para que exista é necessário que alguém suponha [...] que na verdade é possível fazer uma pesquisa que não seja contaminada por simpatias pessoais e políticas (BECKER, 1976, p. 122).

Mesmo entendendo que a pesquisa antropológica será sempre uma pesquisa com um olhar subjetivo e, portanto, valorativo do pesquisador, busquei neste trabalho apresentar as

³² O processo administrativo de registro foi iniciado em março de 2007 e concluído em setembro de 2017.

³³ Coloquei um quadro no anexo com os nomes dos entrevistados (ver Quadro 1), a profissão e as datas das entrevistas. Destaco que alguns entrevistados pediram para não expor alguns trechos das entrevistas em virtude da exposição de algumas de suas opiniões.

visões, narrativas e pontos de vistas diversos para perceber como o processo de registro não é simplesmente a articulação da comunidade que se mobiliza para demandar do Estado ações de preservação ou salvaguarda, mas ele se dá em um espaço social amplo onde as ações estatais passarão por dimensões que a legislação patrimonial não consegue acessar, como a política e a econômica. O registro, portanto, repercute no processo social amplo em que a Feira vem passando, ele revela apenas uma ponta do *iceberg*.

Além da questão valorativa, retomo a ideia da vontade da verdade (FOUCAULT, 1999), da qual, em alguns momentos, fui refém, em virtude de questões colocadas pelos próprios entrevistados, que na maioria das vezes necessitaram controlar as transcrições das entrevistas, cortando parte do texto ou fazendo correções gramaticais. Ouvir as pessoas, gravar suas falas digitalmente, depois transcrever são atividades que passam também pelo filtro da criação, da montagem e desmontagem de narrativas, da etnografia como leituras de leituras (GEERTZ, 2008). Assim, quando vivenciei o processo de interpretação das entrevistas transcritas me perguntava até que ponto não estava executando uma espécie de violência simbólica, a mesma destacada por Bourdieu (2008) durante as entrevistas nas pesquisas sociológicas:

Sem dúvida a interrogação científica exclui por definição a intenção de exercer qualquer forma de violência simbólica capaz de afetar as respostas; acontece, entretanto, que nesses assuntos não se pode confiar somente na boa vontade, porque todo tipo de distorções estão inscritas na própria estrutura da relação de pesquisa (BOURDIEU, 2008, p. 694).

Percebendo isto me esforcei para reconhecer possíveis distorções das entrevista e das falas dos entrevistados na apresentação dos trechos transcritos ao longo do texto, principalmente no capítulo três e quatro, quando as utilizo para esclarecer ou problematizar alguns acontecimentos narrados pelos documentos do processo administrativo. Vale ressaltar que as instituições estudadas estão sendo percebidas por dois ângulos: a partir da perspectiva de seus participantes e de suas rotinas burocráticas. Assim, acessar os documentos que independem de seus atores e acessar os atores nos permite ver as divergências e diferenças entre ambos.

Metodologicamente, destacamos também a importância das observações de campo. No ano de 2017 tive oportunidade de participar de alguns eventos que compõem o processo de registro: a visita técnica do conselheiro relator do processo de registro à Feira de Campina Grande, a reunião do Conselho do Patrimônio realizada na sede do IPHAN/DF em setembro e o evento de exibição do filme documentário feito pela equipe responsável pelo registro, em outubro. Estas e outras observações são reveladoras de situações que nos fazem refletir sobre

os bastidores do processo de registro: a maneira como os atores se posicionam nas situações, os discursos e as narrativas que surgem no decorrer do registro, a interação entre as instituições e entre os atores, etc.

O registro da Feira de Campina Grande é um caso prático que se relaciona com uma política internacional de salvaguarda. Regras, rituais, discursos e diversos atores ou grupo de atores se relacionam em torno de uma temática específica. Percebe-se, também, que um dos instrumentos utilizados pelos atores com o objetivo de se posicionar no campo é o discurso, seja através das entrevistas concedidas para a pesquisa, seja nos eventos em que participam.

CAPÍTULO 1



Capítulo 1 – Duas situações sociais

Um dos mais importantes símbolos da história de Campina Grande, a Feira Central está próxima de se tornar um Patrimônio Cultural do Brasil [...]. Para isso, no próximo sábado, 16, técnicos do Iphan de Brasília e da superintendência do órgão na Paraíba, acompanhados do consultor Ulpiano Toledo Bezerra, doutor em arqueologia clássica pela Universidade de Sorbonne, realizarão uma **visita técnica** a Feira Central, cumprindo assim a última etapa do processo de registro. (EQUIPE DO IPHAN, 2017, grifo nosso).

O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural deliberou, em sua **87ª reunião**, sobre o Registro da Feira de Campina Grande, que agora passa a ser reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial. O pedido de reconhecimento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi feito formalmente há dez anos, em uma articulação entre a Prefeitura Municipal de Campina Grande e grupos de feirantes e fregueses. (FEIRA DE, 2017, grifo nosso).

Preâmbulo explicativo

As duas notícias anunciam dois eventos que ocorreram em setembro de 2017, constituintes do Processo de Registro da Feira de Campina Grande. O objetivo de um processo de registro é a inscrição do bem cultural em um dos Livros de Registro do Patrimônio Imaterial, buscando, assim, a preservação dos bens que façam referências aos grupos formadores da sociedade brasileira. Os dois eventos anunciados na epígrafe deste capítulo, a Visita Técnica e a Reunião do Conselho, constituem-se como atos formais do processo jurídico-administrativo do referido Registro.

Esse processo administrativo compõe o que foi documentado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável pela política de preservação e salvaguarda do patrimônio histórico cultural e assim, por executar a patrimonialização dos bens culturais. A patrimonialização pode ocorrer através do Tombamento, para o patrimônio material, ou através do Registro, para o patrimônio imaterial (manifestações artísticas, danças folclóricas, celebrações, etc.)³⁴. Devo ressaltar que a Feira de Campina Grande está inserida em um processo social mais amplo, o qual revela-se apenas em parte no processo administrativo de registro e, não poderia ser diferente, neste trabalho acontece o mesmo. O processo nos

³⁴ Nos próximos capítulos serão explorados os conceitos destes dois instrumentos. Os “lugares” também são agregados pela categoria do patrimônio imaterial, uma vez que busca-se registrar não o espaço edificado em si, mas a relação da comunidade com este espaço, sua organização e sua dinâmica social, sua história, ressignificações territoriais, etc.

proporciona percebê-lo como reprodutor de características e hábitos constantes do processo mais amplo.

A cidade de Campina Grande é o segundo município mais populoso da Paraíba, com cerca de 400.000 habitantes (IBGE, 2017), com um território de aproximadamente 594 km². A sua história relaciona-se com a dominação do interior do país no século XVII. Neste movimento de expansão a cidade nasce com a sua Feira, local de trocas materiais e simbólicas, sendo por isso chamada de Cidade-Feira (PEREIRA JÚNIOR, 1977), em semelhança a Caruaru, em Pernambuco.

A Feira de Campina Grande situa-se no centro da cidade, distribuindo-se pelos seus 75 mil m² (ARAÚJO, 2011). Ela é conhecida como “feira-livre”, pois a maior parte dos feirantes organizam-se nas ruas, com barracas, mesas, panos ou balaios com seus produtos. Por outro lado, diversas lojas, aproveitando-se da concentração comercial, ali estabeleceram-se nos quarteirões que compõem a Feira. Em um destes quarteirões está o Mercado Público, construído na década de 1930 pelo governo municipal, onde funciona a administração da Feira (feita por funcionários da prefeitura) e diversos boxes de feirantes. Em sua extensão territorial a Feira concentra uma diversidade cultural que faz dela referência não só para a história local, mas a regional e a nacional, sendo, também por isso, objeto de patrimonialização.

Pensar a patrimonialização desta Feira como a efetivação de uma política nacional de preservação é central para o presente trabalho. O nosso fio condutor é, portanto, o processo de registro da dita Feira, um caso prático. Neste capítulo analiso os dois eventos mencionados na epígrafe, que preferi chamar de situações sociais, sinalizando para a colocação de Max Gluckman:

Quando se estuda um evento como parte do campo da Sociologia, é conveniente tratá-lo como uma situação social. Portanto, uma situação social é o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões (GLUCKMAN, 1987, p. 238).

Estas duas situações, que são bastante diferentes entre si, manifestam relações sociais no presente que foram estabelecidas desde muito tempo com a comunidade da Feira. Elas são representativas dos processos sociais, das mudanças e das permanências que ocorrem na Feira. Transparecem características e hábitos de um processo social mais amplo do que o “simples” processo de registro. Neste sentido, percebe-se hoje a construção de um discurso unitário sobre o objeto cultural (que é a Feira), sua história (origem) e, também, de sua folclorização, apontando o nosso olhar para a complexidade da política formal de salvaguarda dos patrimônios

e a participação dos indivíduos da comunidade no processo de registro, bem como da apropriação do espaço (social e físico) da Feira pela política.

Utilizo neste capítulo minhas anotações no diário de campo. Como já dito me inspirei na ideia da análise situacional desenvolvido por Max Gluckman, aproveitando o material coletado com as necessidades reais da pesquisa – uma vez que cheguei ao campo no momento em que o registro da Feira de Campina Grande já estava próximo de sua conclusão. Este autor coloca que descreve os “eventos da forma em que os documentei – ao invés de adicionar à minha descrição tudo aquilo que já conhecia previamente sobre a estrutura social” (GLUCKMAN, 1987, p. 229).

Destaco que preferi modificar o tempo verbal das minhas anotações no diário de campo, que estão no presente do indicativo, para o passado. Esta opção por uma descrição do passado etnográfico, rompe com a noção da “autoridade experiencial”³⁵ (CLIFFORD, 1998), demonstrando que o trabalho etnográfico deve ser percebido como uma construção narrativa do pesquisador, bem mais do que uma descrição da cultura “do outro”, pois a etnografia é uma “interpretação e, na verdade, de segunda e terceira mão” (GEERTZ, 2008, p. 23). Clifford diz isso questionando o papel do “antropólogo camaleão” que descreve o texto como se estivesse fazendo parte daquela realidade, portanto Geertz (2008) questiona a própria autoridade etnográfica clássica. Neste sentido, não procuro narrar uma realidade objetiva, mas sim uma possibilidade da realidade subjetiva, percebida e vivida por mim, como um agente que, até certo ponto, pode ser considerado externo ao processo social do registro.

Sobre as visitas técnicas e as Reuniões do Conselho

Em todo processo de registro de bens culturais ocorrem as visitas técnicas, com o objetivo dos agentes públicos, que fazem parte da instituição responsável por salvaguardar o patrimônio cultural brasileiro (IPHAN), conhecerem o bem com os seus próprios sentidos. Pois os primeiros contatos com o bem cultural em processo de registro ocorrem, na maioria das vezes, através do que está documentado no processo administrativo. Esta documentação contém a descrição que os outros profissionais (sejam técnicos da instituição ou intelectuais contratados) fizeram da realidade a ser patrimonializada.

³⁵ Este tipo de autoridade desenvolvida por antropólogos desenvolvida por antropólogos do início e meados do século XX, como Malinowski e Evan-Pritchard, se caracteriza por ser uma “autoridade cientificamente validada, ao mesmo tempo que baseada numa singular experiência pessoal” (CLIFFORD, 1998, p. 22).

No registro da Feira de Campina Grande as visitas ocorreram em diversos momentos, como veremos nos capítulos que tratam do processo administrativo de registro: o presidente do IPHAN já havia feito uma primeira visita em 2009; e os técnicos do IPHAN na Paraíba haviam feito algumas visitas durante o processo, tanto de ofício como também convidados pela prefeitura. Por outro lado, a visita marcada para setembro de 2017, seria³⁶ do relator do registro, o professor doutor Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes³⁷, conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN – órgão colegiado responsável pelas decisões relativas ao patrimônio material e imaterial. Portanto, não era apenas mais uma das visitas técnicas, era uma situação diferenciada.

Já a Reunião do Conselho se constitui como a etapa final do processo de registro, quando já foi feito todo o levantamento sobre o bem cultural, as visitas técnicas já foram realizadas, já publicou-se o parecer favorável no Diário Oficial da União. A Reunião se constitui o momento em que o colegiado votará contra ou a favor da patrimonialização.

As situações sociais

A visita técnica

Foi marcado o dia 16 de setembro, um sábado, para se fazer a visita – dia em que ocorre a Feira na sua integridade. Faça chuva ou faça sol, lá estão os indivíduos que a mantêm: feirantes, consumidores, transeuntes, funcionários da prefeitura, comerciantes de outros estabelecimentos, moradores de rua, artistas, etc. Fez chuva. Nada que impedisse a visita do conselheiro e dos diversos indivíduos que foram vivenciar a celebração daquela visita. Funcionários do IPHAN, da Secretaria de Cultura e de Planejamento, dois vereadores e seus assessores, jornalistas e fotógrafos, membros da Associação dos Feirantes, pesquisadores responsáveis pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), um professor de arquitetura da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) que participou da criação do projeto de revitalização³⁸ da Feira, e eu, também posicionado na situação – pois havia sido convidado por uma amiga que trabalha como técnica em arquitetura no IPHAN/PB³⁹.

³⁶ Utilizo o verbo no futuro do pretérito com o objetivo de situar o leitor em uma situação que antecede os eventos narrados.

³⁷ Segue seu currículo lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4727442T4>.

³⁸ O termo “revitalização” apesar de criticado atualmente, é diversas vezes utilizado pela Prefeitura, por isso optei por mantê-lo. Por outro lado, isso não impede que se reconheça as problemáticas em torno de seu uso, preferindo a utilização de “requalificação”, “reforma” ou, de forma genérica, “intervenção”.

³⁹ Sinalizo aqui para uma diferença importante entre os funcionários do IPHAN/PB, superintendência do órgão federal na Paraíba, localizada em João Pessoa, e os funcionários da Sede do IPHAN, que está localizada em Brasília. Ressalto que a cidade de Brasília também possui uma superintendência, que é diferente de sua sede.

O ponto de encontro foi o estacionamento da Igreja Nossa Senhora da Conceição (antiga Igreja Matriz), gratuito para os fiéis e pago para quem se utilizasse de seu ponto estratégico – pois é muito comum utilizarem dele para ir à Feira Central ou outros mercados próximos, como o supermercado Hiper Bom Preço que se localiza à frente do mesmo, na avenida Floriano Peixoto⁴⁰. O horário combinado foi às nove horas da manhã (chuvosa) de um sábado de setembro. Chegando cedo entrei na Igreja e verifiquei a presença da pesquisadora responsável pelo INRC e pelo Dossiê Final de Registro, que mais tarde colaborou com a pesquisa. Não nos conhecíamos pessoalmente àquela época, mas apenas pelas redes sociais⁴¹. Saí pela igreja e fui a entrada da Feira, na rua Deputado José Tavares (continuação da rua Afonso Campos), que inclusive foi e é um dos principais objetos de disputas na requalificação proposta pela Prefeitura Municipal, que quer abri-la para circulação de carros – fato bastante combatido pelo IPHAN, que defende a permanência dos feirantes.

Nesta entrada da Feira, também conhecida como entrada do Pexinxá⁴², a rua Deputado José Tavares (Rua Afonso Campos) deixa de ter o propósito de circulação de carros para atender a dinâmica do lugar. Só pessoas, bicicletas, carrinhos de mão e, às vezes, motos, podem passar. É a rua das frutas e verduras.

Figura 3 – Supermercado Pexinxá



Antigo Supermercado Pexinxá. Foto do Google Street View.

⁴⁰ Uma das principais avenidas de Campina Grande, ela praticamente corta a cidade de leste a oeste e concentra a maior parte das frotas do transporte público.

⁴¹ Posteriormente, em dezembro de 2017, consegui entrevistá-la.

⁴² Recebe o nome em virtude do antigo supermercado que se encontrava na esquina: Supermercado Pexinxá. Hoje no mesmo edifício, funciona uma farmácia.

Figura 4 – Atual entrada do Pexinxá



No edifício do supermercado Pexinxá hoje funciona uma farmácia, mas a entrada da Feira é chamada de entrada do Pexinxá. Foto do autor, abril de 2018.

Desta entrada verifiquei que a Feira, mesmo com a chuva, estava muito movimentada, havia filas de guarda-chuvas para entrar no tracejado das vielas e ruas que compõe o grande “labirinto”, com uma área total de 75.000 m². Os gritos dos feirantes mesclado com o barulho das buzinas de motos e carros já anunciavam que era mesmo dia de Feira. Voltei para a Igreja – pois gostaria de ver a chegada do conselheiro do IPHAN – e fiquei esperando sentado em um dos bancos da parte interna, pensando em como poderia ser aquela manhã.

Em contato com a técnica em arquitetura do IPHAN/PB, Carla, amiga e colaboradora da pesquisa, fui informado pelo celular que eles haviam chegado no estacionamento. Era por volta das dez horas quando cheguei no local e percebi o homem de cabelos brancos, que já imaginei ser o Professor Ulpiano, além de uma mulher que ainda não conhecia⁴³ e da técnica em arquitetura do IPHAN/PB. Um grupo de pessoas já o recebiam, com máquinas fotográficas, guarda-chuvas e apertos de mãos. Eles já estavam cercado os visitantes “ilustres”, servindo-os com guarda-chuvas – chovia fino, mas constante. Cumprimentei a técnica do IPHAN/PB e

⁴³ Mas que concluí que seria Marina Duque Lacerda, Coordenadora de Registro do DPI/IPHAN.

deixei ela à vontade para cumprimentar os anfitriões, pois já conhecia a maior parte das pessoas, por ter participado de diversas atividades relacionadas ao processo de registro. Além disso, era a única técnica do IPHAN/PB, portanto seguia um determinado protocolo e algumas formalidades.

Um senhor já vinha cumprimentá-la de forma entusiasmada e dei certa distância para observar, mas fui apresentado a ele como mais um pesquisador que estudava a Feira de Campina Grande. Ele era o gerente da feira, Sr. Agnaldo, que já se interessou e iniciou uma conversa sobre a riqueza cultural que havia naquele lugar, dizendo que o poder público não “via as virtudes da Feira” e, assim, não resolvia seus principais problemas. Já foi me informando que presenciávamos um dos projetos culturais que nasceu naquele lugar, o “Tamanquinhos das Artes”, desenvolvido com os filhos “das profissionais do sexo” da Feira, disse ele. Também se disponibilizou para contribuir com minha pesquisa, o que aconteceu algum tempo depois.

Sorridente e conversador, falava comigo, mas dividia a atenção e o olhar na direção do conselheiro – que ainda estava cercado por diversas pessoas (contei nove) – e ainda era o centro das atenções, afinal ele era a pessoa que decidiria se a Feira de Campina Grande merecia receber o título de Patrimônio Cultural Brasileiro. Pelo menos era o que alguns imaginavam.

Havia um homem jovem que conversava com o grupo central, demonstrando conhecimento do espaço da Feira e de seu processo de requalificação. Ele narrava para os principais visitantes, o professor Ulpiano e Marina, o evento que a prefeitura realizou com os feirantes, em 2013: a “Oficina de Projeto Participativo: Qual a sua ideia para Feira de Campina Grande?”. Só depois fiquei sabendo pela técnica em arquitetura do IPHAN/PB que o homem que falava sobre a Feira, era professor de arquitetura da Universidade Federal de Campina Grande, Marcus Vinícius, responsável pelo referido evento e que tinha pesquisado sobre a Feira durante seu curso de graduação e no seu mestrado⁴⁴. Ao lado dele estava a historiadora, Giovanna Araújo, coordenadora da equipe de trabalho do INRC, que vez ou outra interferia amigavelmente na narração do professor da UFCG para acrescentar algo ou para falar de algumas das fases do processo. Ela é reconhecida pelas diversas pesquisas que fez na Feira, desde sua graduação até o doutorado⁴⁵.

Ao meu lado, a arquiteta do IPHAN/PB, inteirava-me dos nomes de alguns presentes, dividindo sua atenção comigo e com outros que vinham cumprimentá-la. Foi nesse momento que ela me informou que estava respondendo pela Superintendência do IPHAN na Paraíba e

⁴⁴ Consegui entrevistá-lo poucos dias depois graças a esse primeiro encontro.

⁴⁵ Na época não havia feito seu pós-doutorado.

que eu era seu convidado. Isso deixou-me mais à vontade e confiante, pois estava preocupado com a reação que a minha presença poderia gerar naquele contexto.

Um fotógrafo e um rapaz com a câmera fotografava e filmava trechos da roda de conversas e do agrupamento de pessoas que se aglomeravam dentro do pequeno estacionamento, muitas vezes dificultando a passagem dos carros. A chuva aumentou, forçando-nos a entrar na igreja. Assim que entramos, a coordenadora do INRC e a arquiteta do IPHAN/PB indicaram que deveríamos seguir para Feira, pois, segundo elas, o movimento dos usuários enfraqueceria no decorrer do dia – era necessário que o conselheiro visse a Feira em seu auge: de pessoas, de atividades, de produtos, etc. Além disso, havia toda uma programação cultural para aquele evento.

Saímos pela entrada da igreja e caminhamos um quarteirão pela calçada da Avenida Floriano Peixoto. O nosso grupo chamava a atenção dos transeuntes que com dificuldade dividiam conosco a calçada – o dia a dia dessa avenida é bem movimentado, em virtude da grande quantidade de pontos de ônibus. No sábado a concentração de pessoas aumenta consideravelmente por causa do movimento da Feira Central.

Caminhando pela calçada o grupo da visita técnica cresceu, formado por quase vinte pessoas, parecia um cortejo que atraía olhares e falas dos transeuntes que não estavam acostumados com aquele tipo de movimento. O vereador Olímpio Oliveira (PMDB)⁴⁶ e o Secretário de Cultura (Jóia Germano), são figuras conhecidas da população, portanto cumprimentos e paradas foram solicitados com certa frequência. Enquanto isso, o fotógrafo e o câmera continuavam a fazer o seu trabalho – chamando mais atenção.

O grupo parou em um dos pontos de ônibus, pois o vereador quis apresentar ao Prof. Ulpiano um senhor que estava sentado, dizendo ser este uma pessoa conhecida da Feira. Neste momento uma senhora que caminhava na calçada me abordou perguntando o que estava acontecendo. Sem saber informar com precisão falei apenas que era uma visita que estávamos fazendo à Feira – não foi suficiente, mas ela se contentou e já foi informar a outras pessoas que a aguardavam. Percebi que podia ser identificado pelas pessoas do cortejo como apenas um observador externo, ou “mais um pesquisador”, ou um “convidado” da superintendente do IPHAN/PB, contudo para aqueles que passavam e olhavam o grupo de fora, eu fazia parte dele.

Continuamos o trajeto até a entrada do Pexinxa – acredito que não foi por acaso a escolha dessa entrada, em virtude das polêmicas em torno da rua. Contudo, antes desta entrada

⁴⁶ Atualmente Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Preferi manter a sigla PMDB tal como era na época.

podemos encontrar com o seu Martins⁴⁷, raizeiro, que – ainda “fora” da Feira⁴⁸ – mantêm seu ponto de comércio móvel (um caminhão baú que abre as laterais, formando uma barraca). Ele é vendedor de ervas (raízes, garrafadas, pomadas e outros produtos para saúde), concorrendo com as diversas farmácias da rua. Mas, mais do que isso, ele é uma daquelas personalidades folclóricas que chama atenção pela sua aparência, seu jeito de falar, de vestir-se e, é claro, por causa de seus conhecimentos dos unguentos e sua profissão de raizeiro, já quase desaparecida. Os “guias” da expedição (o vereador, o gerente da Feira e a historiadora do registro) o indicaram para Ulpiano que parou para conversar por algum tempo. Neste trecho, a calçada é estreita e o cortejo dos visitantes estava causando certo tumulto. Como procurei me localizar na parte de trás da expedição podia ouvir o que as pessoas falavam, reclamando – isso aconteceu em diversos trechos dentro da Feira. Pessoas gritavam: “Ó o mêi”; “Vamos desafogar o meio de campo”; “Ó o ferro”; “Ai, meu Deus do céu!”. Eu, a arquiteta do IPHAN/PB e o professor de arquitetura da UFCG nos encostamos na parede do prédio na calçada para facilitar o trânsito de pessoas.

Encostados na parede, observando o fluxo e a conversa do Prof. Ulpiano com o seu Martins, participei de uma breve conversa com os dois que também estavam encostados. O professor da UFCG indicava como a presença do IPHAN trazia garantia para a proteção da Feira, evitando que o poder público (a Prefeitura) cometesse abusos com relação a revitalização⁴⁹.

Enquanto aguardávamos o prof. Ulpiano interagir com o seu Martins, perguntando de seus produtos e da Feira, ficava bem claro os olhares curiosos das pessoas que passavam. Em virtude da quantidade de pessoas não consegui me aproximar da conversa que estava restrita aos vereadores e aos pesquisadores da prefeitura. Depois de algum tempo, seguimos em direção a entrada do Pexinxa. A Feira distribui-se em diversas ruas e possui uma setorização⁵⁰ (que nem sempre é unificada): Feira de Frutas e Verduras, Feira das Galinhas, Feira de Artesanato, etc.

⁴⁷ Ele aparece no vídeo documentário, desenvolvido para o registro, falando de seu ofício.

⁴⁸ A noção do território da Feira é ainda pouco explorada pelos pesquisadores. Na verdade, seu Martins não está fora da Feira, mas sim em uma das ruas que não incluídas no que é identificado oficialmente como o seu território.

⁴⁹ Ele ressaltava isso em decorrência das experiências na última gestão municipal do ex-prefeito Veneziano Vital do Rêgo (2008-2012) que por muito pouco não colocou em prática uma reforma na Feira. No decorrer do processo percebe-se que, diversas vezes, o IPHAN se utilizou do discurso, comum a esta instituição, fundamentando-se na defesa dos interesses da “comunidade detentora do bem”. Isto inclusive foi essencial para que o projeto da gestão de Veneziano não fosse aprovado.

⁵⁰ Ressalto aqui que, diferente da Feira de Caruaru que foi registrada com suas diversas feiras, a Feira de Campina Grande foi registrada como apenas uma Feira. Isto fica bem claro no Dossiê Final de Registro, peça que conclui o Registro. A designação de setores é muitas vezes utilizadas de forma prática no cotidiano da Feira para situar o usuário ou o feirante no espaço, mas na prática a diversidade está em todas as ruas.

Entramos pela Feira de Frutas e Verduras. Barracas de madeira e alvenaria formam o corredor colorido, estampando com as frutas, verduras e temperos, as cores e os aromas, que remetem a sensações de acordo com o gosto de quem sente (enjoo, repulsa, prazer, etc.). As vozes e a forma de organizar os produtos interagem com os passantes que competem pelo espaço da estreita viela, o qual o “cortejo patrimonial” parecia monopolizar. As vozes dos passantes impacientes eram constantes: “Ó o mei!” ou “Libera o mei de campo aí!”. Quem estava atrás do cortejo ria da situação.

Os feirantes com seus olhos atentos percebem a figura do Prof. Ulpiano e seus cabelos brancos e comentavam suposições do que estaria acontecendo. Para alguns a imagem do professor cercado de figuras políticas e fotógrafos gerava expectativas e dúvidas. “Ouxe! Todo mundo seguindo o homi?”, “Que danado é isso?”, “É algum artista?”, “É nada, é o povo fazendo campanha”, comentavam.

Seguimos por essa rua até a Rua Cristóvão Colombo, onde, em um primeiro momento existe a venda de diversos produtos, goma de tapioca, raízes, ração de animais, dentre outros. Descendo esta rua, após o cruzamento com a rua Marcílio Dias, está a Feira de Roupas. Nesta parte, o cheiro muda por completo, a luz diminui em virtude da cobertura mais rigorosa – roupas tem maiores restrições à chuva, os feirantes vestem-se e agem de forma diferente diante do grupo – só observam. Bonecos manequins masculinos e femininos, roupas penduradas em cabides, acessórios esportivos, etc. Após caminhar poucos metros entre as roupas, já dentro do Largo do Pau do Meio, deparamo-nos com o nosso destino: uma barraca feita de zinco e madeira. Na parte mais alta dela está escrito em uma placa marrom com os dizeres amarelos: “BIU o Rei da Gelada Tradição e Qualidade desde 1960”. Seu Biu de cabelos brancos voz calma e de pouco falatório vende um refresco feito com água de coco e sua polpa, gelado e adoçado – chamado de “gelada”⁵¹. Além da bebida refrescante, vende salgados e o conhecido “bolo de saia”. No interior da barraca, o balcão possui um orifício largo onde fica armazenada a gelada, fechado com uma tampa de panela (de metal). Ele retira o refresco com uma caneca também de metal e deposita no copo, de plástico ou de vidro, ficando ao gosto do cliente. Ali foi servida a gelada para Ulpiano e Marina, que conversaram com o seu Biu por algum tempo.

⁵¹ Das vezes que fui em sua barraca, ele também vendia gelada de maracujá.

Figura 5 – A Barraca de Seu Biu



Uma das paradas da visita técnica. Ulpiano está à direita da foto, de costas, com seus cabelos brancos. Na maioria das vezes as câmeras estavam voltadas para as atividades do Conselheiro. Fonte: Acervo do autor, set. 2017.

Aquela parada foi estratégica para os repórteres que também seguiam o grupo, aproveitando para entrevistar a coordenadora da equipe do INRC e a arquiteta do IPHAN⁵². Por outro lado, sempre havia câmeras apontadas para o Conselheiro Ulpiano.

Depois retornamos pelo caminho em direção à rua Marçílio Dias, onde são vendidos os queijos e doces. Bem mais aberta neste trecho, a rua oferece uma vitrine de barracas com seus produtos expostos em cima das bancadas. Os vendedores oferecem as provas para aqueles que

⁵² Elas foram entrevistadas mais de uma vez no decorrer da visita, por emissoras diferentes.

se aproximam, citando os diferentes sabores: queijo de coalho, de manteiga, de manteiga com a raspa do tacho, doce de goiaba, de coco, de jaca, etc. Apesar da quantidade de barracas, fomos direto para o próximo destino: a Barraca da Renata⁵³ que já nos aguardava. A sua barraca fica na frente de uma das entradas do Mercado Central. Depois de um tempo conversando e experimentando seus queijos e doces, o Prof. Ulpiano foi encaminhado para o edifício do Mercado Central.

Figura 6 – Barraca de Queijos da Renata



A direita da foto está a Renata a vendedora que conversa com o gerente da feira, Agnaldo, e a arquiteta do IPHAN/PB, Carla, que está com óculos escuros na cabeça. Ao fundo o vereador Olímpio de Oliveira ouve o Prof. Ulpiano. Na foto ainda estão Marina Duque do IPHAN/Sede, Joia Germano (Secretário de Cultura), Luciano Breno (Vereador) e o feirante Hélio Chaves. No plano de fundo está a entrada do Mercado Central, com diversas pessoas (inclusive os repórteres) aguardando a entrada dos visitantes. Fonte: Acervo do autor, set. 2017.

Logo na entrada do Mercado Central os visitantes principais (Ulpiano e Marina) foram recebidos por uma mulher que entregou para eles presentes, com embrulhos chamativos – conversaram alguma coisa. Sem ter certeza, informaram-me que se tratava de um presente da primeira dama – mulher do prefeito⁵⁴. Depois, o cortejo seguiu para um local onde ocorreram as apresentações culturais (bandas de forró e a roda de capoeira), dentro do Mercado, ao lado do pequeno prédio da Administração da Feira (Prefeitura Municipal). Assim, que chegamos no

⁵³ Ela aparece no vídeo que serviu de base para o registro. Ela também estava presente na reunião do Conselho Consultivo em Brasília.

⁵⁴ Depois fiquei sabendo que os presentes eram de um secretário do governo municipal que não consegui identificar.

espaço que haveria a apresentação, outros repórteres aguardavam-nos. Foi quando pediram para entrevistar o Prof. Ulpiano.

Figura 7 – Entrando no Mercado Central



O cortejo patrimonial adentra o Mercado Central, dividindo o espaço com outras pessoas e olhares dos feirantes. Fonte: Acervo do autor, set. 2017.

Figura 8 – Dentro do Mercado Central



Alguns repórteres iniciavam a conversa preliminar antes da entrevista gravada. Próximo do professor Ulpiano, o vereador Pastor Luciano Breno e o Secretário de Cultura Joia Germano acompanham a conversa. Enquanto isso alguns artistas organizavam-se para expor seu artesanato. Pode-se ver o cenário da apresentação cultural montado com algumas barracas de madeira. As bandeirolas de São João ainda enfeitavam o Mercado. Fonte: acervo do autor, set. 2017.

Figura 9 – Entrevistam Ulpiano no Mercado Central



Em volta dele algumas pessoas que estiveram na linha de frente do cortejo: à esquerda da foto, Jóia Germano (Sec. de Cultura); à direita da foto, Dr. Olímpio Oliveira (vereador) e a coordenadora do INRC (de camisa branca), ambos olhando para Ulpiano que está sendo entrevistado. Fonte: Acervo do IPHAN/PB.

Depois de alguns minutos de entrevista, foram assistir à apresentação: as autoridades sentaram nas primeiras cadeiras. No local da apresentação estava montado um cenário com pequenas barracas de uma feira: haveria apresentação teatral. As cadeiras estavam organizadas formando uma pequena plateia. Havia uma faixa no plano de fundo que anunciava “FEIRA DE CAMPINA GRANDE: patrimônio cultural do Brasil”. Primeiro as crianças que fazem parte de um dos projetos⁵⁵ que acontecem na feira apresentaram uma peça de teatro envolvendo o dia a dia dos feirantes e usuários.

Quando encerrada a peça teatral, o apresentador falou sobre o projeto e a importância da Feira – ao mesmo tempo algumas pessoas desmontavam o cenário para que a “Companhia de Teatro Mambembe Major Palito”⁵⁶ fizesse sua apresentação. Eles cantaram a música “Feira de Campina”, de autoria do palhaço Major Palito⁵⁷. As pessoas que estavam próximas a mim

⁵⁵ Projeto Tamanquinho das Artes, apoiado pelo Ministério Público do Trabalho, por um instituto de arte e cultura e pela Diocese de Campina Grande. Tem o objetivo de direcionar as crianças que participam da Feira em atividades de teatro, música e dança. Estas informações foram retiradas do panfleto distribuído no dia do evento.

⁵⁶ A trupe tem esse nome em homenagem ao palhaço Major Palito, conhecido da Feira de Campina Grande, ele iniciou o grupo com sua família: filhos, netos e bisnetos. Ele aparece em alguns momentos do “documentário etnográfico” que subsidiou o registro da Feira.

⁵⁷ A letra da música fala dos produtos encontrados na Feira e tem como refrão: “Feira de Campina tem tudo que se quer”.

conversavam sobre a situação e falavam que Ulpiano não esperava por todo esse espetáculo, ele estava querendo ver a Feira como ela é e não algo montado como estava acontecendo. Após a apresentação musical, iniciou a Roda de Capoeira, contudo com pouco tempo teve que ser interrompida abruptamente, em virtude da visita técnica que deveria prosseguir⁵⁸.

Os que estavam no cortejo já demonstravam um pouco menos de excitação, mas seguimos em direção ao “Bar da Tereza Encontro dos Poetas”, ainda dentro do Mercado Central, um local simples e pequeno onde os repentistas fazem apresentações. Uma dupla já nos aguardava. Assim que o prof. Ulpiano acomodou-se em um banco, eles iniciaram a cantoria, do jeito típico dos repentistas: versos rimados com diálogo entre a dupla, mas sempre fazendo referência a Feira de Campina Grande e aos que estavam presentes, brincando com as características físicas das pessoas. Ao final, ainda na rima, pediram um dinheiro para “o poeta cantador” (em cima da mesa estava um pequeno cesto aguardando as contribuições “voluntárias”). Passamos mais algum tempo naquele local e depois seguimos, finalmente para o almoço.

Fomos almoçar no bar de Dona Carminha, localizado também no interior do Mercado Central. Ela, que na época era a vice-presidente da Associação dos Feirantes do Mercado Central (AFEMEC), recebeu-nos com muita alegria e nos encaminhou para o lugar já reservado para o cortejo (todas as mesas do bar foram alinhadas lado a lado formando uma mesa comprida). Fui convidado para me juntar ao grupo nesse almoço. Sentamos e, conversando, esperamos todo o cortejo – ou o que restava dele. Enquanto isso, Dona Carminha já colocava a comida típica da Feira de Campina grande na mesa: buchada de boi, galinha de capoeira sem ou com cabidela⁵⁹, feijão, pirão de braço de boi⁶⁰, arroz, salada, etc. À mesa conversou-se sobre o tipo de comida que estávamos comendo: os modos de fazer tradicionais, as qualidades do sabor e do seu valor nutricional e como se relaciona com a necessidade dos trabalhadores da Feira – da energia gasta no trabalho braçal e na acessibilidade financeira ao tipo de carne (braço, bucho, vísceras, etc.).

Almoçamos e, pouco tempo depois, seguimos para a continuação da visita técnica. Descemos em outra saída do Mercado Central já na rua Pedro Álvares Cabral, depois na rua Marcílio Dias para chegarmos na Feira das Galinhas, a rua Manoel Pereira de Araújo, onde ainda existem as ruínas do Cassino Eldorado⁶¹. Essa rua já foi conhecida pelos seus famosos cabarés e constante circulação de pessoas, hoje o comércio lá estabelecido é a venda e o abate

⁵⁸ Todas as apresentações duraram uma hora e já se aproximavam das 13 horas.

⁵⁹ Com sangue ou sem sangue.

⁶⁰ É assim que é conhecido o pirão feito com as patas do animal.

⁶¹ A fachada do Cassino caiu em 2014, em virtude da falta de conservação.

de animais vivos e alguns bares. É uma rua com pouca circulação de pessoas e carros, que vão ali para estacionar.

Seguimos pela rua de calçamento malcuidado e malcheirosa, que antigamente era chamada de Rua Boa, por causa dos seus cabarés; passamos pelo comércio de venda de cestos, onde Sr. Dida (conhecido cesteiro da região) exerce seu ofício e chegamos no encontro com a rua Dr. Carlos Agra, onde está uma edificação de esquina, conhecida como Canarinho, um dos antigos cabarés da Rua Boa.

Depois de fazer fotos da edificação, subimos a rua Dr. Carlos Agra, voltando em direção ao Mercado Central e depois seguimos pela rua Dr. Antônio Sá. Essa rua é fechada para carros, e as barracas ali localizadas vendem produtos alimentícios variados, utensílios de casa e cozinha, pesca e materiais de construção, além de lanchonetes. Esperamos um tempo enquanto Upliano era apresentado a alguns mangaieiros⁶².

A visita, chegando ao fim, foi encaminhada à Rua das Flores (para fechar com chave de ouro), local onde além de flores estão as lojas dos mangaieiros e salões de beleza. Ao final, via-se o cansaço do professor Upliano que continuava devagar.

Durante toda a visita apenas a arquiteta do IPHAN/PB e o professor da UFCG conversaram comigo. Mas no final da visita fui indicado como um possível ajudante para buscar os presentes, que os visitantes receberam na entrada do Mercado Público. O pedido direto foi para que eu ajudasse a uma estagiária que não aguentaria trazer os dois pacotes sozinha. Demonstrei solicitude e fui em busca da encomenda com ela, uma estudante de história, que tinha participado da produção do INRC. No caminho conversamos sobre a Feira e sobre o que cada um pesquisava. Na volta uma das professoras – que participou da equipe do INRC – pediu para deixarmos os pacotes pesados no carro que estava mais à frente, na saída para a rua mais próxima.

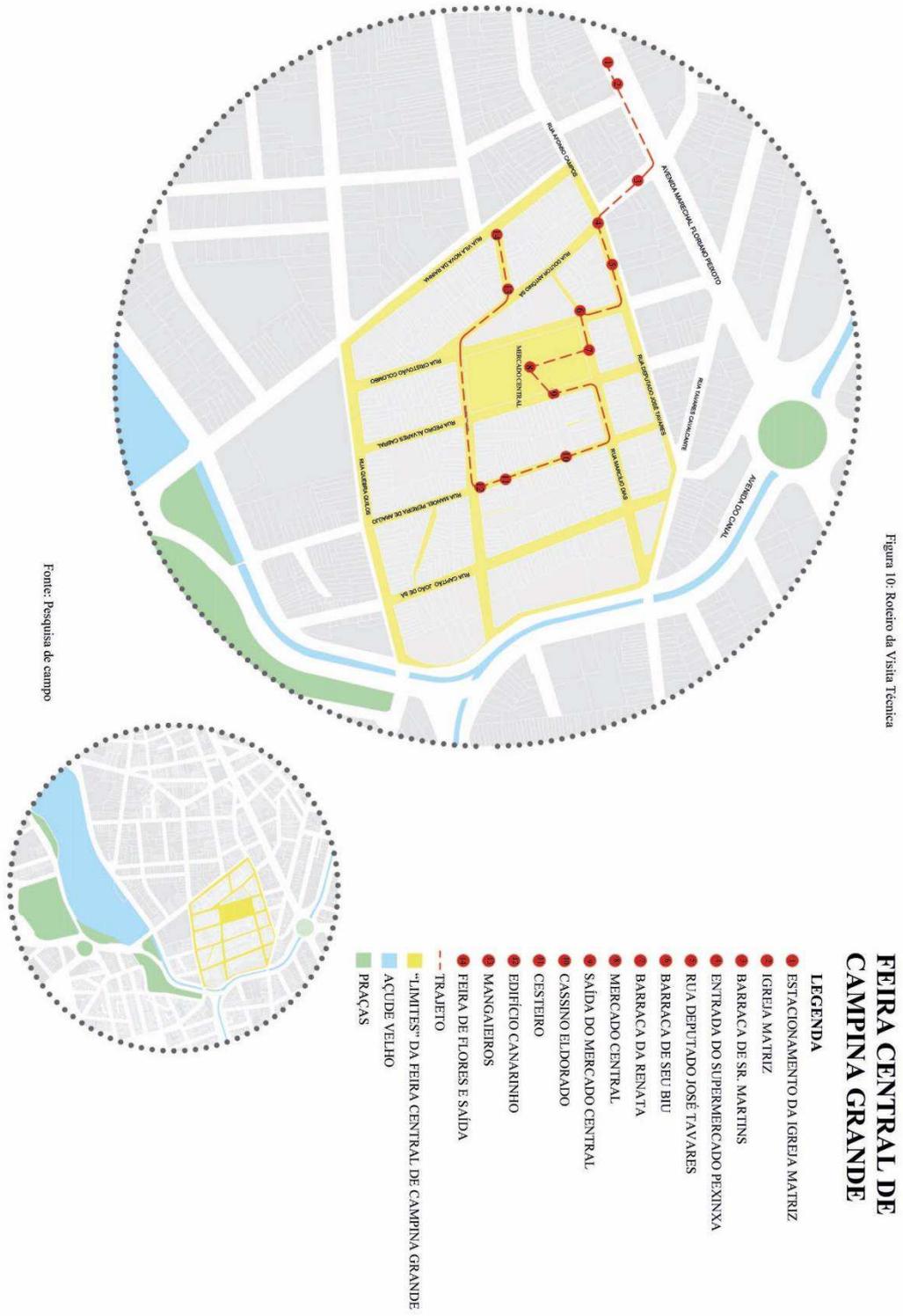
Seguimos, então, pela rua da Feira de Flores até a entrada/saída da Feira, localizada na Rua Vila Nova da Rainha, em frente ao Supermercado Rede Compras⁶³. Por essa saída, por volta das 15 horas, concluiu-se a visita técnica do professor Upliano, que foi embora no carro do IPHAN, que o aguardava. A esta altura do dia Marina Duque já sabia quem eu era e o que eu estava pesquisando e ao despedir-se de mim, desejou-me sorte na pesquisa e falou que nos encontraríamos em Brasília para a Reunião do Conselho, que ocorreria onze dias depois.

⁶² Comerciantes que vendem produtos de diversos tipos: de brinquedos à ferramentas. Mais um dos ofícios, assim como o raizeiro e o cesteiro, que se relaciona com um passado folclórico. A famosa música “Feira de Mangaio”, de Glorinha Gadelha e Sivuca faz referência a este tipo de comércio.

⁶³ No entorno da Feira é possível encontrar uma variedade de supermercados e mercados de tamanhos menores.

Eu já estava com a passagem para ir a Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio antes mesmo de participar da visita técnica – graças a alguns funcionários do IPHAN/PB que haviam me informado da agenda do processo de registro. Assim, cheguei a Brasília um dia antes da Reunião.

Figura 10 - Roteiro da Visita técnica



A Reunião

Era minha segunda vez em Brasília. Diante de tantas crises em que o Brasil estava, a cidade parecia a mesma para mim: cartesiana! Com as suas grandes ruas retas de nomes estranhos para um visitante que não conhece a lógica por trás das siglas e números. Fui à cidade com um objetivo: assistir a tão esperada e falada Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, de um órgão com seus 80 anos de “tradição”. Ao final da Reunião do Conselho, seria julgado o pedido de registro da Feira de Campina Grande como Patrimônio Cultural Brasileiro. Fui informado que a cerimônia começaria pela manhã, mas a pauta que tratava do registro da Feira seria deliberada à tarde. Era a 87ª Reunião do Conselho, em uma tarde (chuvosa) da quarta-feira, do dia 27 de setembro de 2017.

Cheguei ao prédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com um tempo de sobra antes do compromisso. Uma construção nova⁶⁴, localizada em mais uma daquelas quadras (com siglas e números). Sua estrutura branca (quase cinza), era repleta de vidros escuros esverdeados e espelhados formando linhas e cruzamentos numa espécie de estampa xadrez.

O prédio e seus vidros, além de refletirem o céu e a rua, refletiam a arquitetura moderna, tão corriqueira do Plano Piloto. O edifício, não por acaso, é chamado de Lúcio Costa, possui uma sala de exposições chamada Mário de Andrade, além, da biblioteca Aloísio Magalhães. Traz consigo, portanto, a marca da construção e institucionalização do discurso patrimonial no Brasil. Acima da entrada estava escrito: Ministério da Cultura IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁶⁴ O Instituto estava funcionando no local desde de 2011.

Figura 11 – A Sede do IPHAN



Edifício Lúcio Costa, a Sede do IPHAN em Brasília (DF).
Fonte: pesquisa de campo, set. de 2017.

Cheguei com vinte minutos de antecedência e me encontrei coincidentemente na entrada do edifício do IPHAN com a arquiteta do IPHAN/PB, que na época respondia pela Superintendência do órgão na Paraíba, e o arquiteto e professor de arquitetura da Universidade Federal Campina Grande (UFCG), também pesquisador da Feira. Fomos recepcionados e direcionados pela atendente que nos levou à Sala de Reuniões onde ocorreria a Reunião do Conselho Consultivo, localizada em um de seus andares. No caminho percorremos alguns corredores: mais vidros limpíssimos e salas bem iluminadas onde pude ver alguns funcionários que trabalhavam em outros setores. O ambiente fazia-me lembrar constantemente que eu estava a caminho de uma solenidade em um órgão federal, em Brasília, Distrito Federal, capital do País.

Ao chegar à sala de reuniões, percebi o aglomerado de pessoas na entrada da sala. Logo reconheci a coordenadora do INRC da Feira de Campina Grande e alguns funcionários da prefeitura que já tinha visto na visita técnica do professor Ulpiano. Além da equipe do INRC

da Feira⁶⁵, estavam presentes o gerente da Feira e Cassandra Figueiredo, diretora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP). Ao cumprimentar-nos, percebi que eles estavam organizando uma mesa na entrada da sala. Quando entrei percebi que todo ambiente cheirava aos temperos, principalmente às ervas (cominho, erva doce e anis estrelado), algo muito comum na Feira – esse aroma familiar deixou-me mais à vontade com o ambiente do Órgão Público que parecia tão esterilizado e formal.

A mesa estava decorada com uma colcha de algodão, considerada como “típica da Paraíba”, com diversas comidas e temperos organizados nela. As pessoas que estavam próximas da mesa cortavam os doces, biscoitos e bolachas, encontrados na Feira de Campina Grande, para servir numa espécie de *coffee brake*. Já ia me sentar e começar a fazer anotações no celular, mas fui logo apresentado a todos como “um pesquisador da Feira”, o que pareceu ser a justificativa esperada para que pedissem minha ajuda na organização da “oferenda”. “Esta é a melhor forma de conhecer a Feira!”, disseram e eu ri. A situação e minha boa relação com essas pessoas era fundamental e me esforcei a ajudá-los. Dava para ver a empolgação de todos. Na parede acima da mesa estava o cartaz verde e branco com o brasão da Prefeitura Municipal de Campina Grande e a logomarca dos 80 anos do IPHAN que dizia: FEIRA DE CAMPINA GRANDE: Patrimônio Cultural do Brasil – o mesmo cartaz que tinha visto na visita técnica onze dias antes na Feira Central e que até hoje está pendurado em alguns lugares da Feira.

No breve instante entre a conclusão da organização da mesa e a chegada dos conselheiros, alguns membros da equipe do INRC pediram-me para tirar fotos da equipe juntamente com outras pessoas que participaram do processo de registro, como a arquiteta do IPHAN/PB, o professor de arquitetura da UFCG, o feirante presidente da associação dos feirantes, o gerente da Feira, Renata (também feirante) e alguns vereadores que já estavam chegando. Neste instante, Romero Rodrigues⁶⁶, prefeito de Campina Grande, chegou acompanhado de seu assessor, do Secretário de Cultura e de uma vereadora.

⁶⁵ A equipe do INRC representada pela historiadora e coordenadora do INRC, Giovanna, também era composta por um sociólogo, uma pedagoga e uma arte educadora – todos funcionários da prefeitura de Campina Grande. Ressalto que a equipe era composta também por estagiários alunos da graduação de cursos da universidade.

⁶⁶ Romero Rodrigues Veiga, natural de Campina Grande, é filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Antes do conhecido racha do PMDB, que culminaram em 1998 – quando Ronaldo Cunha Lima, então senador pelo PMDB, rompeu ligações com José Maranhão, governador também pelo PMDB – ele era do PMDB. Construiu sua carreira política a partir de sua ligação com a família Cunha Lima, uma vez que é primo de Cássio Cunha Lima, por parte da mãe deste, Glória Rodrigues Cunha Lima. Romero Rodrigues, como é conhecido, atuou como vereador de Campina Grande, deputado estadual e federal.

Figura 12 – Organizando a mesa de doces



Eu e mais duas pessoas cortando os doces e organizando a mesa, que se localizava na entrada da Sala de Reuniões. Fonte: Acervo do IPHAN/PB.

Aos poucos os Conselheiros, políticos e observadores da reunião foram chegando a sala, que tinha um formato de “L”. Na parte mais curta da sala estava a entrada com a mesa de um lado e um grande banco de seu lado oposto; já na parte mais longa do “L”, estava a grande mesa de reuniões em formato de “U”, com assentos demarcados para cada um dos membros do Conselho. A cadeira da presidente estava posicionada na curva, colocando-se de costas para o conjunto de cadeiras destinado aos espectadores – onde a primeira fila era reservada aos políticos e os agentes que participaram do registro. Na abertura do “U”, estava um telão onde seria exibido o documentário sobre a Feira de Campina Grande. Sentei-me em uma das cadeiras, mais próxima da entrada e fiquei observando a movimentação, principalmente das pessoas que haviam participado mais diretamente do registro.

Figura 13 – A mesa do Conselho



Antes de iniciar a Reunião, que ainda aguardava a chegada do Senador Cássio Cunha Lima, alguns conselheiros sentados em suas cadeiras. À direita está a mesa com as comidas típicas da Feira de Campina Grande. Fonte: pesquisa de campo, set. 2017.

A medida que as pessoas iam entrando à sala, percebi a surpresa que expressavam diante da mesa que foi montada com produtos típicos da Feira de Campina Grande: doce de goiaba, doce de jaca, doce quebra-queixo, sequilhos, bolachas de goma e temperos diversos. Em um dos cantos da mesa, diversas embalagens de plástico transparente com produtos sortidos da feira, anunciavam os presentes (dádivas) que seriam distribuídos em retribuição aos conselheiros.

Figura 14 – A mesa de comidas



Os presentes já embalados a esquerda. A direita os doces que colocamos em copos de plásticos ou em bandejas. Fonte: Acervo do IPHAN/PB.

Com o aproximar das horas, muitas pessoas chegavam, na sua maioria, funcionários do IPHAN e Conselheiros. Muitos estavam sentados, outros já se aventuravam e provavam os produtos da Feira, dispostos na mesa, enquanto alguns pesquisadores do INRC anunciavam a eles os produtos com “o cheiro e o gosto da Feira de Campina Grande”. As pessoas elogiavam os sabores ou tiravam dúvidas sobre determinados produtos. Reconheci Maria Cecília Londres, Márcia Sant’Ana, Roque de Barros Laraia e Ulpiano Bezerra de Meneses entre os membros do Conselho.

Figura 15 – Pessoas se servindo da Mesa de Lanches



A outra parte da sala em “L” onde está a porta de entrada, a mesa com as comidas típicas da Feira e a Faixa da Prefeitura proclamando o resultado “antecipado” do Conselho Consultivo. A Reunião não havia começado e as pessoas se serviam dos produtos da Feira. Fonte: pesquisa de campo, set. de 2017.

A sala de reuniões estava cheia de pessoas, os conselheiros já ocupavam seus lugares, os vereadores de Campina Grande, o prefeito e um deputado federal estavam sentados nas cadeiras que foram reservadas para eles. A equipe do INRC e os dois únicos feirantes já estavam acomodados. Algumas pessoas, ainda em pé, conversavam entre si quando a presidente do IPHAN, Katia Bogéa, informou que estavam à espera do senador Cássio Cunha Lima (PSDB) para iniciar a reunião. Pouco tempo depois, quase uma hora após o horário marcado para iniciar a reunião, o Excelentíssimo Senador Cássio chega e é encaminhado para sentar ao lado da presidente, na ponta da mesa.

A presidente inicia sua fala reabrindo os trabalhos da 87ª Reunião e passa a palavra para o Diretor do Patrimônio Imaterial do IPHAN, Hermano Fabrício Oliveira. Este faz um breve relato da ação do registro da Feira de Campina de Grande, destacando a importância do trabalho conjunto que foi feito entre a União, o Estado e o Município; apontou a tentativa de revitalização da Feira, sem citar nomes; e ressaltou a importância do projeto de intervenção atual ter sido produzido com a participação dos feirantes. Após sua fala foi iniciado o documentário sobre a Feira, o vídeo que deve sintetizar “os aspectos culturalmente relevantes do bem”, assim como exige a Resolução IPHAN nº 001/2006, Art. 11, II.

O técnico em Ciências Sociais do IPHAN/PB⁶⁷, havia me falado que a produção do documentário sobre a Feira, que teve o roteiro de Valmir Pereira, tinha gerado uma demanda de trabalho conjunta entre os técnicos do IPHAN/PB e alguns membros da equipe do INRC. Ressalto que ele foi produzido com orçamento do órgão federal, em virtude da falta de recursos da prefeitura. O vídeo deve apresentar o que é indicado na resolução no formato de um curta metragem⁶⁸.

Durante a apresentação do vídeo, com as luzes apagadas, alguns conselheiros aproveitaram para olhar o celular, algumas pessoas, inclusive políticos, próximos a mim, começaram a conversar. Comentavam e riam sobre o vídeo ou outros assuntos. Renata, uma das feirantes presente na reunião, chorou alto ao se ver no filme – ela apareceu em sua barraca vendendo queijos e fala “O queijo barato é aqui na Renata. Venha para a Feira comer queijo aqui na Barraca da Renata”. Uma pesquisadora da equipe do INRC, que estava ao seu lado a consola, que retribui e fala em voz alta da emoção que está sentindo – diversas pessoas olharam em sua direção. Era o segundo momento em que comunidade de feirantes mostrava a sua presença na Reunião – além do filme.

Em um certo momento da exibição do documentário, aparece um trecho de um depoimento dado em 2007 por Veneziano Vital do Rego Neto⁶⁹, prefeito de Campina Grande na época do pedido de registro. Um dos políticos (do PSDB) presentes, sentado ao meu lado, queixa-me da ausência do ex-prefeito, que na época da reunião era deputado federal. Poucos

⁶⁷ Nessa época estava licenciado para o doutorado.

⁶⁸ O vídeo da Feira tem uma duração de pouco mais que 28 minutos, dos quais seis minutos são dedicados aos créditos.

⁶⁹ Veneziano Vital do Rego Segundo Neto, na época filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mas atualmente é do Partido Socialista Brasileiro (PSB). É natural de Campina Grande e fez a sua carreira política em virtude de seu pai, Antônio Vital do Rego. Este já vinha consolidando o nome de sua família desde a década de 1958, quando foi eleito deputado estadual e concorrido à prefeitura de Campina Grande, mas perdido para Ronaldo Cunha Lima, em 1968 e 1982. Veneziano, por outro lado, ganha as eleições à prefeitura em 2004 e se reelege em 2008. Essas duas eleições ficaram conhecidas dos campinenses em virtude da quantidade de agressões que foram trocadas entre ele e seu opositor Rômulo Gouveia. Antes disso, Veneziano havia atuado como vereador de Campina Grande por duas legislaturas.

minutos depois, o deputado Veneziano entra na sala, o vídeo ainda estava sendo exibido, mas alguém o conduziu a um lugar reservado à mesa do conselho, onde já estavam os outros congressistas que o cumprimentam – o deputado federal Damiano Feliciano⁷⁰ havia chegado minutos antes do senador Cássio.

Após a exibição do vídeo, e das palmas, foi dada a palavra ao Conselheiro relator do processo de registro, Ulpiano Bezerra, que leu o seu parecer (ou relatório) na íntegra. Cópias desta peça documental haviam sido distribuídas no início da reunião, contudo o texto lido continha algumas modificações. Durante a leitura, algumas pessoas acompanhavam o relatório com sua cópia, outras conversavam ainda sobre o vídeo. Em um primeiro momento fiquei observando as pessoas, mas depois passei a acompanhar a leitura. O texto do relatório resume a cronologia do processo em duas primeiras páginas, faz uma breve contextualização histórica da feira, e analisa as questões centrais do registro, isto é, a relevância do bem como referência para cultura local e nacional. Assim, demonstrando seu “notório saber e experiência”, exigência para quem ocupa a cadeira de conselheiro do IPHAN, como Representante da Sociedade Civil⁷¹, o Prof. Ulpiano reflete sobre economia, cultura material e imaterial, sobre questões territoriais e identitárias, a relação dos feirantes com a organização espacial da Feira, além disso, discorre sobre alimentação, corporalidade e “sensorialidade”. Ao fim do relatório coloca:

[...] acredito que não são necessárias outras considerações para propor a aceitação do pedido de registro da Feira de Campina Grande, PB como patrimônio cultural do Brasil e sua inscrição no Livro dos Lugares.

Após a leitura do relatório, a presidente do Conselho, Katia Bogéa, dando continuidade ao rito, fez alguns declarações e elogios sobre o parecer e abriu para discussão entre os conselheiros. A primeira a exercer seu direito e se manifestar foi a Conselheira Márcia Genésia de Sant’Ana, também representante da sociedade civil. Ela elogiou o parecer do relator, ao método utilizado ao estudo da Feira e destacou a dedicação que o registro exige dos técnicos e elogiou-os mostrando como o trabalho do IPHAN é importante para o país – continuou direcionando a fala para o senador e os deputados –, enfatizando que o órgão estava sofrendo com os cortes de gastos e que havia urgência para abertura de concurso público para provimento

⁷⁰ Damiano Feliciano da Silva, natural de Campina Grande é filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) desde 2007 e vem se reelegendo a Deputado Federal desde 1999. Construiu sua imagem política dentre outros motivos, por seu prestígio como médico e radialista: doutor Damiano, como ficou conhecido.

⁷¹ O órgão colegiado, composto de 22 conselheiros, todos indicados pela presidência do IPHAN, dentre os quais nove são representantes da Sociedade Civil.

de vagas, uma vez que dos mais de 680 funcionários, 470 estavam em processo de aposentadoria. Concluiu falando da importância que era para o Brasil o registro da Feira.

O segundo conselheiro a pedir a palavra foi Marcos Castrioto de Azambuja, também representante da sociedade civil. Quando ele iniciou a fala, foi interrompido pela presidente, que por questão de ordem, justificou a necessidade da quebra no rito da reunião com a antecipação da votação, uma vez que o senador Cássio Cunha Lima tinha um compromisso em uma das comissões que fazia parte no Congresso Nacional. Depois de explicar o motivo, a presidente anuncia a votação: “Os conselheiros que estão de acordo, com a inscrição, por favor, levantem a mão”. Todos levantaram a mão e entre a salva de palmas, alguns gritos de aprovação e sorrisos a presidente fala: “Declaro que a Feira de Campina Grande foi, por unanimidade, foi [sic] aclamada Patrimônio Cultural Brasileiro”. A equipe do INRC abraça-se, Renata chora, outras pessoas abraçam-se e cumprimentam-se. Enquanto isso está acontecendo, a palavra é dada ao senador que, com a sua oratória rebuscada, fala de seu vínculo com a Feira e com a cidade – os indivíduos que haviam participado do registro ainda cumprimentam-se, conversando e rindo. Cássio Cunha Lima, ao lembrar que foi prefeito por três mandatos, relatou que sempre teve o costume de ir à Feira aos sábados que antecedem as eleições para ficar mais perto do povo e concluiu:

Em nome do prefeito de Campina Grande que aqui está, da presidente da Câmara com vários vereadores, fica a expressão do nosso mais escolhido e sincero agradecimento. Campina Grande, comovida, agradece, agradece por esse reconhecimento que lutamos há tanto tempo que para ele acontecesse, reconhecimento que já existia nas nossas almas, nos nossos corações. Faltava talvez entrar no Livro dos Lugares para que tivesse esse espaço cativado na cultura material cultural, imaterial também, por que não? Do povo brasileiro (CUNHA LIMA, 2017).

Ao concluir sua fala, agradeceu a todos e saiu. Seu objetivo foi alcançado. Apesar de pouca ou nenhuma participação durante o processo de registro, conseguiu deixar a sua “marca” e seu discurso. Fala “em nome” do seu grupo político, afinal é sobre ele (senador) que recai o maior poder e, assim, maiores responsabilidades. Neste sentido, não pode abrir margens para discussões ou demonstrações de acesso nestas situações⁷². Cumprimentou diversas pessoas até a saída por completo da sala. Depois de sua fala, houve a manifestação dos dois deputados federais, primeiro Veneziano Vital do Rego Neto e, em seguida, Damião Feliciano. Todos os

⁷² O que de certa maneira ocorreu com a primeira colocação da Conselheira Márcia de Sant’Ana, que aponta os problemas financeiros que o órgão vem passando. A esperada presença dos políticos na reunião também é uma forma do órgão pleitear publicamente o apoio material e simbólico daqueles que detém o poder político institucional.

três políticos são de Campina Grande e, assim, com competência para falar sobre a Feira. Após a suas oratórias, eles retiram-se da reunião. Em seguida, a presidente serve-se dos produtos da Feira que estavam na outra mesa, onde outras pessoas também estavam. Enquanto isso, o vice-presidente e diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN, o arquiteto Andrey Rosenthal Schlee, assume a direção da reunião.

Após a conclusão da fala dos parlamentares, o rito retornou ao seu andamento, antes interrompido. O Conselheiro Marcos Castrioto Azambuja foi autorizado a retomar sua fala que se resumiu a elogiar o parecer e destacar o trabalho que o IPHAN desenvolve. Segundo ele, essa “agência virtuosa” presta “um dos serviços mais baratos”, contudo de extrema importância para a Nação.

Já de volta à mesa, a presidente Kátia Bogéa aproveita a deixa do Conselheiro para falar da importância do Conselho Consultivo, que existe há 80 anos. Segundo ela, quem tomba e registra os bens não é o IPHAN, mas sim o Conselho, que representa a sociedade. Antes de passar a palavra ao prefeito Romero Rodrigues, convoca a coordenadora do INRC e o presidente da Associação de Feirantes, a compor a mesa.

O prefeito Romero Rodrigues, após os cumprimentos de praxe, elogiou o trabalho feito pela equipe de funcionários da prefeitura que desenvolveram o INRC, especialmente ao sociólogo e a historiadora (e coordenadora) da equipe do INRC. Cita o trabalho feito pelo ex-secretário de planejamento do município, Márcio Caniello, considerado como “um dos responsáveis” pelo projeto para reforma da Feira⁷³. Justificou que a demora decorreu de problemas relativos a um “processo desapropriatório” e ressaltou que o Maior São João do Mundo⁷⁴ é também um patrimônio.

Na sua exposição, a coordenadora da equipe do INRC agradeceu ao prefeito e ao ex-prefeito (Veneziano) pela confiança. Agradecimento especial ao IPHAN/PB, que teve, segundo ela, “uma participação intensa”. Aproveitou para dizer que o objetivo dali para frente seria investir forças no plano de salvaguarda para que o registro pudesse ser renovado⁷⁵.

Em seguida foi dada a palavra ao feirante presidente da Associação, que emocionado falou que há décadas trabalha na Feira. Segundo ele, sua família já está na terceira geração de feirante. Fez algumas críticas ao governo que não tem percebido o valor da Feira, mas

⁷³ Quando secretário de planejamento na gestão de Romero Rodrigues, esteve à frente dos eventos que desencadearam no então projeto de requalificação da Feira de Campina Grande, ainda não executado.

⁷⁴ Festividade conhecida na região, que acontece em Campina Grande durante o mês de junho e julho. É o evento cultural com maior investimento da prefeitura.

⁷⁵ Segundo as normas do Registro, os bens imateriais devem passar por uma revalidação do título a cada dez anos. Nesse intervalo o Plano de Salvaguarda deve ser aplicado com o objetivo de preservar o bem cultural. Ressalto que essa preservação não é a impossibilidade de mudanças ou alterações na manifestação cultural, por exemplo, mas sim o aporte material e social de sua existência – através de investimento e publicidade.

rapidamente, muda de assunto elogiando o órgão que cuida da proteção do que ele chama, os “costumes da feira”. Fez uma comparação da Feira com uma árvore que mesmo com as raízes enfraquecidas, dá frutos, mas que com o registro melhorará a qualidade de seus frutos. Encerrou agradecendo a Deus e a todos.

Figura 16 – Discurso da coordenadora do registro



Na foto a coordenadora do INRC discursa após o resultado da aprovação do registro da Feira. Ao seu lado esquerdo o prefeito Romero Rodrigues que havia discursado antes, e do lado direito o presidente da Associação dos Feirantes. Fonte: Acervo do autor, set. de 2017.

Por último, antes de encerrar a Reunião foi dada a palavra a representante do IPHAN na Paraíba, que na época respondia pela superintendência de forma temporária. Ela agradeceu a todos os funcionários do IPHAN/PB que participaram do processo, mencionando que eles ajudaram, juntamente com a equipe do INRC, a escrever o Dossiê Final, peça chave que integra o registro. Após todos esses discursos, que eram seguidos de aplausos, a presidente do IPHAN encerrou rapidamente a reunião indicando outro evento que ocorreria em seguida no edifício, na Sala de Exposições Mario de Andrade.

Figura 17 – Conclusão da Reunião



Da esquerda para a direita: a terceira da esquerda para a direita é Katia Bógea (Presidente do IPHAN), ao seu lado Hermano José (Diretor do Patrimônio Imaterial) seguido de Cassandra (Presidente do IPHAEP). Além destes diversas pessoas que participaram do processo de registro. Fonte: acervo do autor, set. 2017.

Breves comentários sobre o Documentário do Dossiê

O documentário exibido na 87ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio foi produzido pelo IPHAN a partir de um roteiro desenvolvido por Valmir Pereira, sociólogo da equipe do INRC. Contou, por outro lado, com a assistência de Emanuel Braga, técnico em ciências sociais do IPHAN, que ajudou na edição e montagem. Trago uma descrição dos quadros do primeiro minuto do vídeo com o objetivo do leitor perceber a construção do discurso em torno da Feira de Campina Grande como Patrimônio Cultural Brasileiro. Este produto do INRC e da instrução técnica é de extrema importância para o processo de registro e, assim, para a publicidade do bem cultural – inclusive já está disponibilizado na internet⁷⁶.

O vídeo inicia com a tela preta e a voz abafada de um locutor de rádio, que diz:

Boa noite você, meu amigo e minha amiga, que está acordado para ir ao trabalho para ir à feira. Você que é vigilante, agora são duas horas. Hora de tomar o seu gostoso café São Brás e ler o Diário da Borborema de hoje que publica...

⁷⁶ O link para acesso é: https://www.youtube.com/watch?v=dP_U82s56yg&t=2s.

Enquanto o locutor inicia a fala aparece na penumbra uma senhora na entrada de um cômodo, que acende a luz, mostrando, ainda que com pouca luminosidade, o interior de uma casa simples: sem laje e com quadros na parede. O rosto da mulher aparece – é uma senhora negra, de idade avançada. Ela lava o rosto e o locutor é interrompido pelo som de uma música, a rabeça inicia sua toada arrastada – menção clara à música nordestina. Um outro quadro mostra a mesma senhora carregando grandes maços de folhas de alface para abastecer uma pequena caminhonete, auxiliada por um senhor (negro e idoso) e uma criança. Depois de abastecido com os produtos, o carro movimenta-se e outro quadro mostra apenas a sua placa de Lagoa Seca – cidade vizinha a Campina Grande⁷⁷. Após outro corte na imagem, aparece uma visão aérea de Campina Grande mostrando o céu clareando com o nascer do sol. Em seguida uma filmagem do monumento “Os pioneiros da Borborema”⁷⁸ destacado pelo céu alaranjado das primeiras horas da manhã. Depois, a câmera contra a luz do sol, que ainda está no horizonte, mostra um senhor trabalhando na Feira – debulhando feijão⁷⁹. A imagem escurece e na tela preta surge a frase com letras garrafais: “FEIRA DE CAMPINA GRANDE. Patrimônio Cultural do Brasil”. A partir daí, são mostradas cenas na Feira, a música acelera e inicia uma marcha com tambores e a rabeça.

Esta é a introdução do documentário curta metragem do Dossiê Final de Registro, peça que compõe o processo administrativo de registro. No primeiro momento a narrativa mostra o cotidiano de feirantes, que vêm de outra cidade para vender seus produtos. Depois o vídeo busca sintetizar aspectos históricos, geográficos e econômicos da Feira e sua importância para a cidade e região. Sempre utilizando de narrativas que romantizam e engrandecem o lugar, acompanhadas de músicas populares do Nordeste, que fazem todo o diferencial entre as pausas na voz do narrador e nas entrevistas.

O vídeo é composto por fotografias e filmagens antigas e atuais. Inclusive, são usados diversos trechos de um documentário gravado sobre a Feira, em 1979, por Elyseu Visconti⁸⁰. O vídeo também busca apresentar o cotidiano, os costumes e as diversas referências culturais que foram identificadas nas fichas do INRC, tais como o Cordel, os barbeiros conhecidos como péla-porco, a gelada de seu Biu, além dos diversos ofícios desenvolvidos pelo raizeiro,

⁷⁷ É muito comum agricultores da região venderem seus produtos na Feira de Campina Grande.

⁷⁸ Localizado às margens do Açude Velho, ponto turístico da cidade, construído no século XIX.

⁷⁹ Palavra originada do latim, refere-se ao processo de tirar o feijão de sua vagem.

⁸⁰ O cineasta e artista plástico Elyseu Visconti Cavalleiro (Rio de Janeiro, 1939 – Idem, 2012). Influenciado pelas leituras do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987) iniciou a carreira de documentarista etnográfico. Além do documentário sobre a Feira de Campina Grande produziu também outros documentários: “Ticumbi” (1978) além de “Boi Calemba” (1979) e “Pastoril” (1982) – estes dois últimos em parceria com Câmara Cascudo (1898-1986) (ELYSEU, 2018).

magaieiro, flandreiro, cesteiro, fateiro, o fazedor de cocho e o seleiro⁸¹, utilizando de uma narrativa mais lúdica, faz uso da poesia de cordel para apresentar as principais referências culturais⁸². A narração passa da descrição linear sobre a origem da Feira à poesia rimada, com métricas de cordel:

Viver de furar o couro, pra fazer sela e freio, rabichola e arreio de forma artesanal, é prática imaterial, puro baú com tesouro, valioso como ouro, em uma mão genial (IPHAN, 2017).

Não bastou apresentar as referências da Feira, o documentário buscou apresentar um discurso leve e propagandístico do lugar. Assim, o documentário também mostra alguns personagens marcantes da Feira de Campina Grande como seu Biu e os falecidos Manoel Monteiro (cordelista) e Major Palito (palhaço). O vídeo também apresenta imagens de algumas questões polêmicas sobre a Feira, como a falta de cuidado com o patrimônio construído, principalmente o Cassino Eldorado, antes da queda de sua fachada; a situação de precariedade dos moradores da feira; e o trabalho infantil.

O vídeo tem que se adequar as necessidades do IPHAN, pois o objetivo é a apresentação final de um produto. Este foi construído metodicamente através do INRC e de uma equipe de técnicos capazes de sistematizar os dados coletados no Dossiê Final de Registro – o documentário agrega o valor cinematográfico ao dossiê. Neste sentido, o produto representa a construção de uma imagem da Feira de Campina Grande como um bem imaterial coerente e sistematizado: a Feira é um lugar que abarca formas de expressão, ofício e saberes, o Coco, a Embolada e os repentistas, o seleiro, flandreiro, cesteiro e outros.

O trabalho de patrimonialização trata de sistematizar representações da vida cotidiana dos atores sociais, protagonizados como os “fazedores da feira”. Handler (1984) refletindo sobre o nacionalismo em Quebec destaca como as representações sociais, assim como “patrimônio”, são tratadas como categorias naturais, como entidades com fronteiras bem “claras”, que muitas vezes confunde o “conceito sobre as coisas com as próprias coisas” (HANDLER, 1984, p. 55, tradução minha)⁸³. Na verdade, ele afirma, que o que nós (cientistas

⁸¹ O flandreiro é aquele artesão que trabalha com a matéria-prima do flandres (metal bastante flexível), construindo desde copos e canecas à lamparinas de querosene. É chamado de fateiro aquele açougueiro que trabalha com as vísceras do gado, chamado de “fatos”. O fazedor de cocho da feira é aquele artesão que transforma o pneu de carro em um cocho, isto, é bandeja que serve para o gado se alimentar. Já o seleiro é aquele que trabalha com o coro do gado produzindo indumentária ou acessórios, principalmente a sela de montaria, daí o nome “seleiro”.

⁸² Coloco as principais no sentido das mais destacadas, pois é isso que o roteiro do filme e a visita querem produzir.

⁸³ Tomei a liberdade de traduzir alguns textos do original. Desta forma, remeto o leitor as notas onde disponibilizarei o texto original. No caso acima, segue o original: “to mistake concepts about things for the things themselves” (HANDLER, 1984, p. 55).

da sociedade) fazemos é, na verdade, um processo de objetificação das “coisas” (no sentido durkheimiano) de forma imparcial e que, por isso, deve ser tratado como uma invenção. O processo de “objetificação refere-se à tendência da lógica da cultura ocidental de imaginar fenômenos não materiais (como o tempo) como se fossem incorporados ou existentes como objetos físicos”⁸⁴ (HANDLER, 1984, p. 55, tradução minha). Assim, ele se refere a entidades tais como nação, sociedade, grupo, cultura e, inclui também, o patrimônio.

No citado trabalho de Handler (1984), ele percebe como o discurso nacionalista dos quebequenses se manifesta e se diferencia dos outros canadenses, a partir de exemplos no cotidiano sociocultural deles. Descrevendo e refletindo sobre três situações diferentes que ele viveu em visita à província de Quebec, Handler critica a ideia de que tradição e mudança devem ser estudadas como “continuidade sociocultural” (“sociocultural continuity”), isto é, como um processo de mudança e reafirmação de identidades que ocorrem constantemente nas culturas ou nos indivíduos, persistindo deliberada ou inconscientemente alterando e adaptando-os. Ele critica a noção de continuidade sociocultural, pois percebe que sua construção se origina na ideia de que a “sociocultura”⁸⁵ é, na verdade, produto de uma objetificação cultural e não como é defendida como o “phenomenon itself” (o fenômeno em si), pois não há como se falar em fenômenos que existem naturalmente (por si), eles são criações. Retoma, assim, a discussão epistemológica que Durkheim (1996) levanta na introdução do livro “As Formas Elementares da Vida Religiosa” sobre representações sociais e o debate dos aprioristas e dos empiristas.

A objetificação é um termo apto para falarmos dos processos de patrimonialização. Na medida que preciso enquadrar a “realidade” ou a cultura em um entidade como o patrimônio, privilegio alguns “traços culturais” e excluo outros. Além disso, esses “traços culturais” (“cultural traits”) são percebidos de forma integrada e organizada, por isso, quando sistematizado nas fichas do INRC e na coerência do documentário o patrimônio é entendido como “um objeto único no mundo real” (HANDLER, 1984, p. 61, tradução minha)⁸⁶.

O documentário produzido para o registro da Feira de Campina Grande é um dos produtos que assessora o processo institucional de patrimonialização. Ele produz uma narrativa que garante a unidade do bem cultural como um objeto único. Essa unidade, por sua vez,

⁸⁴ “[...] objectification refers to the tendency of Western cultural logic to imagine nonmaterial phenomena (such as time) as if they were embodied, or existent as physical objects” (HANDLER, 1984, p. 55).

⁸⁵ O termo sociocultura se refere a “sociedade humanas cujas relações sociais estão ligadas por crenças, normas, e objetivos compartilhados”, tradução minha do original: “human societies whose social relations are bonded by shared beliefs, norms, and goals” (HANDLER, 1984, p. 131). O termo traduzido apesar de estranho, parece se referir a identidade entre grupos sociais.

⁸⁶ “Culture itself is understood in a somewhat atomistic fashion as a collection of traits integrated to form a unique object in the real world” (HANDLER, 1984, p. 61).

objetifica realidades diversas (“pedaços objetificados de cultura”⁸⁷), que são as “referências culturais”, vividas de diferentes formas na Feira ou em qualquer outro lugar, mas que são tecnicamente (pois são profissionais capacitados que o fazem) identificadas, coletadas (nas fichas) e coladas, formando um discurso (inventado) que “materializa” o patrimônio imaterial – transformando-o em algo dado (“phenomenon it self”) e não como algo construído. Assim, a exigência de um “documentário etnográfico” já indica que a filmagem é capaz de mostrar o que a referência cultural é, mas não basta. No caso do documentário da Feira, por exemplo, foram preciso horas de montagem na busca para construir a narrativa do fenômeno. Handler sobre o trabalho dos intelectuais que seguem uma lógica objetificante de coletar os pedaços da cultura:

Mas esses pedaços objetificados de cultura não são autênticos – o fenômeno em si – nem meramente preservados; eles não são objetos naturais ou traços limitados continuamente existentes, mas uma objetivação semiótica recém-inventada. Eles são criados quando um conjunto de representações culturais (e a cultura material é tão representativa quanto qualquer outro aspecto da cultura) é reinterpretado ou reformulado, tornando-se assim um novo conjunto de representações que, no entanto, podem se referir ao conjunto anterior (HANDLER, 1984, p. 61)⁸⁸.

Assim, a Feira de Campina Grande patrimonializada, isto é, a ideia da Feira construída para o processo de registro se apresenta como uma “nova” representação diversa das tantas outras representações existentes sobre ela. Surge como uma interpretação moldada pela metodologia empregada do INRC, pela visão da equipe que fez a pesquisa e, também, das necessidades do IPHAN.

Percepções sobre as situações

As descrições das duas situações, a visita e a reunião, foram feitas a partir das minhas anotações quando presente nelas, além de alguns vídeos que gravei no meu celular e outros que encontrei na internet. Na visita técnica estava com meu caderno de anotações no bolso, mas achei estranho fazer anotações nele enquanto participava do cortejo patrimonial. Por isso, usei meu celular, que no decorrer do dia serviu como meu diário de campo – outras pessoas também

⁸⁷ Do original “objectified pieces of culture” (HANDLER, 1984, p. 61).

⁸⁸ No original: “But these objectified pieces of culture are neither authentic - the phenomenon itself - nor merely preserved; they are not continuously existent natural objects or bounded traits, but newly invented semiotic objectification. They are created when one set of cultural representations (and material culture is as representational as any other aspect of culture) is reinterpreted or reformulated, thereby becoming a new set of representations which, nonetheless, can refer to the prior set” (HANDLER, 1984, p. 61).

estavam com celular em mãos: aplicativos de mensagens e de redes sociais, pelo que pude notar; assim, ficava vez por outra passando do aplicativo de mensagens para o aplicativo de texto onde anotava o que acontecia no meu campo de visão.

Ressalto que na Reunião, o único discurso que consegui gravar na íntegra foi do presidente da Associação e da técnica em arquitetura do IPHAN/PB; os outros, fiz anotações do que achava mais importante. Busquei, na medida do possível, nas duas situações, ouvir o que era dito e observar a reação dos participantes, contudo as duas situações demandaram esforços diferentes e, portanto, descrições diferentes.

Na primeira, a situação ocorre em diferentes cenários, onde a interação do cortejo patrimonial com os diferentes personagens da Feira é de certa forma planejado. Não conversei com os funcionários da Prefeitura que estavam à frente da visita técnica, mas comparando esta com o vídeo documentário da Feira, percebe-se que havia um roteiro: em quais locais deveriam ser feitas as paradas e com quais personalidades o conselheiro relator deveria conversar. Só depois fiquei sabendo que o Prof. Ulpiano aproveitou a sua estadia para visitar a Feira nos dias posteriores e acredito que sem a supervisão do cortejo.

Marina Duque, Coordenadora do Registro, esteve mais como coadjuvante no evento, sendo muitas vezes confundida como uma assistente do Conselheiro⁸⁹. Apesar de muitas vezes afirmar esse papel, teve momentos em que as pessoas a chamavam para estar mais à frente do cortejo. Sempre à frente esteve a coordenadora do INRC e alguns membros da sua equipe de trabalho, os políticos locais (dois vereadores e o Secretário de Cultura), além do gerente da Feira, e a equipe de fotografia e filmagem.

A arquiteta do IPHAN/PB e o professor de arquitetura da UFCG ficavam do meio para o final, indo à frente em decorrência de algum chamado para explicação. Eu procurei manter uma aproximação do grupo, mas mais atrás, o que foi interessante para perceber como os feirantes reagem aquela situação. Muitos não faziam ideia do que estava acontecendo, o grupo passava rapidamente pela frente de seus pontos comerciais e fazia as paradas estratégicas nas barracas que pareciam já aguardar a visita.

Ao longo da descrição, referi-me ao grupo da visita técnica como cortejo patrimonial ou apenas grupo da visita, porque às vezes caminhavam próximos um dos outros numa aglomeração, mas em decorrência do espaço de dentro da Feira, andamos, muitas vezes, em “fila indiana”.

⁸⁹ Em um dos momentos da visita, ela, rindo da situação, comentou para mim que haviam falado isso diretamente para ela.

Fui a visita técnica como objetivo de me aproximar das pessoas que participaram mais ativamente do processo de registro – uma oportunidade para adentrar no campo, pois não estava conseguindo ter acesso através dos funcionários do IPHAN. O objetivo foi atendido em parte, uma vez que consegui fazer o contato e entrevistar algumas pessoas, contudo outras questões surgiram com a observação. A primeira questão foi a minha percepção de que muitos feirantes não tinham conhecimento do que estava acontecendo ou quem eram aquelas pessoas e a segunda, o roteiro que foi criado para visita.

Apesar de ter feito algumas visitas a Feira antes, o contato com o “processo de registro” tinha acontecido, até aquele momento, através das pesquisas documentais. Era, portanto, uma etapa do processo de registro que acontecia no espaço da Feira. Eu sabia quem eram os principais agentes envolvidos (funcionários da prefeitura, professores da universidade, feirantes e técnicos do IPHAN), inclusive pelos nomes, por causa das pesquisas documentais e de algumas entrevistas que já tinha feito no início do ano, mas na visita técnica as pessoas estavam ali, na minha frente, interagindo e posicionando-se.

A equipe de trabalho do INRC (que são funcionários da Prefeitura), representada principalmente por sua coordenadora, estava liderando a visita, com a assessoria dos vereadores, Dr. Olímpio Oliveira (participante de diversos momentos do processo de registro) e Pastor Luciano Breno (que vinha intermediando alguns pedidos dos feirantes junto à prefeitura⁹⁰), o gerente da Feira (que é funcionário da prefeitura), além do Secretário de Cultura, Joia Germano⁹¹. O conselheiro (Prof. Ulpiano) e a coordenadora de registro (Marina Duque – IPHAN/Sede) estavam sempre à frente do cortejo, guiado pelos funcionários e políticos. O presidente da Associação dos Feirantes, esteve presente em alguns momentos juntamente com o Sr. Hélio, outro feirante que faz parte da Associação.

Observando a situação, vê-se a participação dos representantes da “comunidade detentora do bem” na visita – sempre um mesmo grupo participou das atividades –, contudo muitos outros não sabiam do que se tratava aquela situação. Um dos momentos finais, quando houve a apresentação cultural, diversas pessoas a assistiram, a maioria estava de passagem e parava para ver o que estava acontecendo, mas algumas eram os próprios feirantes do Mercado Central.

⁹⁰ O que fiquei sabendo depois, quando entrevistei o presidente da Associação de Feirantes.

⁹¹ Ele foi eleito vereador em 2016 pelo PSDB, mas em decorrência de estratégias partidárias assumiu o cargo de Secretário de Cultura com a saída do cantor Capilé (Lenilson Costa de Macedo), que havia passado poucas semanas como Secretário de Cultura. Foi noticiado que ele foi exonerado para poder cantar na Festa do São João de Campina Grande, mas que depois reassumiria a pasta, contudo não foi o que aconteceu (CAPILÉ É EXONERADO..., 2016).

Os que fazem parte da Associação de Feirantes do Mercado Central (AFEMEC) são os que mais aparecem no processo de registro, principalmente o seu presidente. A falta de participação da comunidade local nas atividades da Associação é apontada por ele:

A gente convida, convoca o pessoal, mas é como eu falei, tem essa falta de interesse, não tem esse impulso, estão desacreditados que alguma coisa possa acontecer de melhor pra Feira. Que seria, é a expectativa, que ele vive hoje o feirante, entendeu? Mas a gente fica à mercê do gestor público que tem que mobilizar recurso para isso, que não é pouco, né? (RODRIGUES, 2017).

Fui algumas vezes à banca do presidente da associação e, mesmo ele não estando presente, vi outras pessoas trabalhando, inclusive um de seus filhos, que faz o curso de arquitetura em uma universidade particular. Outros feirantes não teriam como deixar o seu ponto comercial sem perder financeiramente pelo tempo não trabalhado.

Também percebi a falta de participação indicada pelo presidente da associação, em um outro evento ocorrido no Mercado Central alguns dias depois da Reunião, quando a Feira já tinha recebido o título de patrimônio, no dia 7 de outubro de 2017. O objetivo do evento pós-registro foi apresentar o vídeo documentário do Dossiê para os feirantes e outras pessoas da Feira. Foi montada uma tela ao lado do prédio da Administração (dentro do Mercado Central), algumas pessoas discursaram, houve apresentação cultural (Roda de Capoeira). É comum que esses eventos ocorram nos sábados, com a justificativa de que nesse momento há maior concentração de feirantes no local, mas é justamente nesses dias que a quantidade de fregueses é maior e, portanto, exigindo que os donos dos pontos comerciais estejam presentes para trabalhar.

Figura 18 – Evento pós-registro na Feira de Campina Grande



O evento ocorreu dentro do Mercado Central, em outubro de 2017, algumas semanas após o registro da Feira.
Fonte: Acervo do IPHAN/PB.

Quanto ao roteiro da visita, percebe-se que, assim como em uma exposição, os visitantes foram guiados pelo trajeto que foi determinado pelos guias do cortejo em busca de uma narrativa folclorizante sobre a Feira. Buscou-se apresentar para os visitantes o que há de mais exótico e tradicional, através de personagens marcantes e atividades culturais (repente, teatro, dança, música, etc.), mas a Feira não é feita apenas disso, o seu cotidiano está repleto de atividades comuns e corriqueiras que, apesar de serem mencionadas nas fichas do INRC, não foram contempladas no roteiro da visita e no documentário do Dossiê. Em certo sentido o roteiro da visita técnica é bastante parecido com o que aparece no documentário do Dossiê. Há também no projeto de revitalização o desenvolvimento de um trajeto para que o turista possa caminhar pela Feira, iniciando em uma das entradas e concluindo a visita por outra entrada, um trajeto para incentivar o turismo cultural.

A noção de folclore foi estabelecida em meados do século XIX na Inglaterra com o termo *folklore* (ROCHA, 2009), *folk* que significa povo e *lore* que significa conhecimento ou saber. O saber do povo quando estudado pelos folcloristas era colocado como em iminente risco de extinção (LIMA, 2013), daí a necessidade que os guardiões deste passado exigissem a proteção da tradição.

E a “tradição”, essa grande categoria explicativa do “real”, tão cara aos folcloristas, passa a ser o principal valor e relíquia desses povos e dessas

culturas populares que necessitam de um mediador, de um interlocutor que fale por eles e demonstre a sua importância e riqueza cultural (LIMA, 2013, p. 17).

Quando o IPHAN é criado, em 1937, fala-se da necessidade de se preservar um passado em vias de destruição (GONÇALVES, 1996; FONSECA; 2005). Se em um primeiro momento da sua atuação o IPHAN concentra a sua ação para preservar os bens relacionados à cultura lusitana e católica, em um segundo momento o IPHAN surge como um interlocutor para o popular, quando faz o tombamento de bens referentes à cultura afro-brasileira e, posteriormente, criando o registro como forma de salvaguardar os bens imateriais. O termo tradição será problematizado no quarto capítulo quando no processo de registro os participantes deste apontam a necessidade da defesa da tradição, contudo é necessário indicar como esta categoria, que remete a um saber produzido no passado gera repercussões no presente. Assim, Lima (2013) ao desenvolver estudo sobre a festa de São João em Campina Grande reflete como em torno desta atividade cultural surge o discurso da tradição:

A festa de São João, tal como é construída no espaço urbano, é uma fabricação, uma produção prática e discursiva, imagética e cênica, a qual toma a ideia de tradição como principal e fundamental enunciado e elemento definidor do evento junino (LIMA, 2013, p. 26).

A autora conclui que a construção discursiva da festa do “Maior São João do Mundo” e, assim, da noção de tradição da festa é, também, um lugar onde outros setores se apropriam para concretizar projetos diversos:

é uma apropriação da tradição enquanto práticas e discursos que permitem a leitura do evento como um campo aberto a intencionalidades: nos campos econômico, político, social, cultural e midiático (LIMA, 2013, p. 25).

Lima (2013) aponta as reinvenções da festividade de São João. Estas possibilidades de reinvenções do São João nos contextos urbanos foram estudados de forma aprofundada por Chianca (2013). Ela percebe dentre outras coisas que estas reinvenções são reflexos dos processos e dinâmicas culturais, incompatíveis com conservação.

Para além, da noção de tradição e folclore, vemos também na prática do IPHAN, mais tentativas de folclorização, isto é, a construção de um objeto folclórico com objetivos diferentes da pesquisa científica:

A folclorização não no sentido do estudo e conhecimento das tradições de um povo expressa em suas lendas, canções e literatura, mas no sentido de simplificação através da eleição de certos estereótipos para fins de exploração comercial, turística e midiática (LEITE, 1999, p. 125)

A insistência na folclorização já foi relacionada como uma reação à mundialização da cultura na década de 1950 (GARCIA, 2010), mas atualmente é apontado como o atendimento a uma demanda pelo turismo e consumo cultural (LEITE, 1999), chamado também de tradicionalização (GARCIA, 2010) ou turistificação (CARVALHO, 2014).

As três autoras apontam para o processo de folclorização em contextos diferentes: quilombos e quilombolas (LEITE, 1999), música popular brasileira (GARCIA, 2010) e a patrimonialização do “Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão” (CARVALHO, 2014). O caráter negativo dessa folclorização pode ser vista como uma das consequências do turismo cultural. O gerente da feira, exemplifica um caso de folclorização quando aponta a forma como são problematizadas as questões da Feira, principalmente pelas pessoas que não trabalham nela.

Cadê o turismo? O turismo, a maioria das pessoas quando chegar aqui, não para um ônibus de turista aqui para mostrar e quando vem já vem com aquele negócio: “Oxente! E esse...” procuram tirar a foto daquelas pessoas desdentadas. Entendeu? Daquele negócio que está feio e tal, tal. Cadê quem procura as meninas bonitas que tem aqui dentro da feira, para chegar e fazer uma *selfie* bem bonita e dizer: poxa, lá na Feira Central, tem gente bonita. Mas não, só procura aquilo que está deselegante e a gente ainda tem essa cultura de valorizar isso. Valorizar aquilo que na minha opinião é um... está tirando toda característica das pessoas boas, das pessoas belas [...] (BATISTA, 2017).

O entrevistado aponta os estereótipos que a folclorização (LEITE, 1999) pode acarretar, como forma de exploração turística, ou da turistificação (GARCIA, 2010). Alguns turistas buscam, segundo o entrevistado, o exótico, o que difere da realidade familiar do indivíduo.

A folclorização, por outro lado, também relaciona-se com a carnavalização dos espaços como forma de incentivar o turismo cultural. Segundo Brendle (2012) a carnavalização remete às “intervenções epidérmicas e cenográficas que tratavam muito mais a imagem das edificações do que sua recuperação física sendo transformado em polo turístico de consumo, bares e usos afins” (BRENDLE, 2012, p. 9). A autora exemplifica a carnavalização com o projeto que foi desenvolvido pelo IPHAN em parceria com as tintas Coral em diversos Conjuntos Urbanos tombados pelo órgão, como o Centro Histórico de João Pessoa. Apesar da autora referir-se a espaços físicos e bens tombados, remete a uma política do próprio IPHAN.

Ao retomar a noção de folclorização da Feira e de suas referências, e tomarmos a noção de patrimônio como análoga a de cultura popular⁹², a “falta de participação” dos feirantes também pode ser percebida como o reflexo de uma herança dos estudos acadêmicos sobre a temática (CERTEU; JULIA; REVEL, 1989). Esses estudos viam que a inocência e a ingenuidade do povo (infantilização) deveriam ser protegidas, pois ela não seria capaz de se defender da “cidade perigosa e corruptora” e das assimilações e mudanças culturais (CERTEAU; JULIA; REVEL, 1989). Neste sentido, o IPHAN age como outras agências de tutela, construindo seu discurso na busca de proteger ou mediar as transformações aceleradas pela modernização e civilização.

Nesta mesma lógica, em torno da inocência e necessidade de tutela dos indígenas, surge em 1910 o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), liderado pelo Marechal Rondon. Constrói-se uma série de justificativas para que o órgão seja criado e aos poucos ganhe legitimidade. Os indígenas, em 1916, eram considerados relativamente incapazes de exercer alguns atos, comparados com os pródigos (pessoas que não conseguem controlar os seus gastos), as mulheres casadas e os maiores de 16 anos e menores de 21 anos (na época a maioridade civil).

Apesar dos objetos e objetivos serem diferentes, os dois órgãos possuem algumas aproximações. Ambos sofreram modificações em torno da nomenclatura: SPILTN, depois SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e, depois, FUNAI (Fundação Nacional de Apoio aos Índios); já o órgão patrimonial SPHAN (Serviço), DPHAN (Diretoria), IPHAN, SPHAN (Secretaria), Fundação Pró-Memória, IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural), depois IPHAN⁹³. Neste sentido, diferentes Ministérios foram palcos destas disputas: os indígenas foram disputados pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1910), do Trabalho (1934), da Guerra (1939) e, atualmente, Ministério da Justiça (1967); o patrimônio (SPHAN) foi do Ministério da Educação e Saúde Pública (1937), Educação e Cultura (1953), Cultura (1985), Secretaria da Cultura da Presidência da República (1990), Ministério da Cultura (1992), Secretaria da Cultura (2016) e Ministério da Cultura (2016).

Em um primeiro momento pode parecer apenas mudanças formais nas nomenclaturas e nos Ministérios que detêm o poder sobre estes serviços, contudo essa aparente formalidade diz respeito a uma rede de execução do poder governamental em duas áreas diferentes (indígena e

⁹² Gilmar Rocha (2009) a partir de uma reflexão epistemológica aponta três sentidos dados ao mesmo objeto a partir da formação do campo das Ciências Sociais no Brasil: sociologia do folclore, ideologia política da cultura popular e a antropologia do patrimônio.

⁹³ Sem contar as tentativas recentes, de 2016, quando o governo Temer tentou transferir as funções do Instituto para um Secretaria Especial de Patrimônio.

patrimonial), mas que concentram objetos e interesses de extremo valor (bens imóveis, territórios, mão de obra, identidade nacional, etc.).

O discurso da proteção ou da tutela autoriza a instituição a falar e decidir pelo outro. Quando o outro aparece minimamente, exigindo ou apoiando o órgão, faz-se desse movimento um grande acontecimento. Assim, a pouca participação da comunidade local se repetiu no caso da Reunião do Conselho Consultivo. Apenas dois feirantes estiveram presentes, sendo um deles o presidente da Associação, uma pessoa com capital financeiro e social diferente do que comumente se vê na Feira. Ao invés de feirantes, temos a participação dos políticos.

Tudo isso faz-me refletir sobre o processo de registro da Feira de Campina Grande. A reunião seria apenas um ritual ou, na verdade, ela ocorreria como um julgamento sobre o registro? Desde a sua existência o Conselho Consultivo já teve reuniões bastante polêmicas, como a de 31 de maio de 1984 sobre o tombamento do Terreiro Casa Branca em Salvador⁹⁴. Gilberto Velho (2006) descreve este tombamento, sua reunião e alguns contextos políticos, demonstrando sobre a complexidade e os diferentes projetos pessoais e institucionais que guiam as disputas que ocorrem.

Apesar das indicações⁹⁵ de que a reunião, trata-se de um momento de julgamento (com uma votação), percebi, por trás da solenidade, uma aparente informalidade e ludicidade. Desde a mesa que foi preparada com os produtos da Feira (da qual muitos se alimentaram) ao vídeo que gerou boas risadas e comentários. Sem dúvida a seriedade e formalidade do Conselho Consultivo – bastante destacada pelos conselheiros durante a situação – podem ser percebidas no rito da Reunião, mas esta caracterizou-se, principalmente para os participantes do registro, como um evento obrigatório dentro do processo administrativo, mas não como decisório – os cartazes distribuídos pela Feira e exposto na reunião, além do discurso dos participantes demonstravam isso. Para completar, o IPHAN ainda não invalidou nenhum processo de registro que chegou para ser votado na reunião.

⁹⁴ Por outro lado, é mais comum haver polêmicas nas Reuniões que trata do patrimônio material, uma vez que outros interesses estão em jogo, por exemplo, há a restrição do direito de posse do bem.

⁹⁵ O órgão colegiado tem a função formal de decidir. O seu regimento interno (Portaria nº 486, de 29 de novembro de 2012) e o regimento interno do IPHAN (Decreto nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017) fundamentam sua função.

Figura 19 – Posicionamento dos políticos na Reunião do Conselho



Sentados à mesa os membros do Conselho e dos órgãos do IPHAN. Na primeira fileira, após a mesa, está o prefeito Romero Rodrigues, à sua direita o vereador Olímpio Oliveira e, em seguida, a vereadora Ivonete Ludgero. Além destes, um vereador e o Secretário de Cultura estão em pé no momento em que o Prof. Ulpiano lê o seu relatório. O presidente da Associação está na cadeira de encostada na parede. Fonte: Acervo do IPHAN/PB.

Além disso, outros fatos revelaram questões já observadas no processo de registro da Feira de Campina Grande e tratados anteriormente, como, por exemplo, a quantidade de políticos presentes na cerimônia em comparação a quantidade de feirantes. De fato, a presença de um político em eventos solenes e públicos é bastante comum, mas em que medida a proporção de feirantes e de políticos na reunião pode revelar a participação da comunidade da Feira, no processo de registro? O registro da Feira de Campina Grande poderia se enquadrar como mais uma disputa dos grupos políticos pela Feira ou seria um momento de apropriação da comunidade e, assim, de empoderamento desta?

A história da Feira de Campina Grande e sua relação com a memória, as emoções e o cotidiano de parte considerável da cidade, mostra-nos que este lugar é um símbolo onde se manifestam diversas atividades apropriadoras de seu espaço, inclusive a política. A Feira é um lugar de memória “com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (NORA, 1993, p. 5). Pode ser para alguns um lugar “puramente funcional” (lugar de comprar), mas para outros funciona como um lugar de

trocas simbólicas, de sentimentos que a memória aflora, para outros além do simbólico (lugar de amigos e de trocas), pode ser lugar de se concretizar rituais, como o caso citado por Cássio Cunha Lima, que disse sempre ir na Feira de Campina no domingo de eleição – ou também de rituais mais corriqueiros das pessoas que trabalham na Feira, que apenas a utilizam nos seus trajetos diários ou aqueles que usam dos seus serviços (lanches, bares, comércio, etc.).

Durante a Reunião do Conselho, estavam presentes o prefeito que iniciou o registro, Veneziano, e o prefeito que concluiu o registro (Romero Rodrigues). O mérito deveria ser dado aos dois, ou, apenas, a um deles? Sem transparecer este conflito na reunião, ambos os gestores mantiveram a formalidade. Contudo algumas horas antes da Reunião, Veneziano estava no Plenário da Câmara dos Deputados, discursando sobre a economia paraibana, quando aproveitou para destacar que iria participar da Reunião no IPHAN com o objetivo de dar o reconhecimento de Patrimônio à Feira de Campina Grande. Ele, destacando que iniciou o registro na sua gestão em 2007, lastimou que a nova gestão municipal não tenha utilizado os recursos para iniciar as obras de revitalização⁹⁶ (SEGUNDO NETO, 2017).

Pelo que pude perceber, ao ler algumas atas de reuniões anteriores⁹⁷ do Conselho Consultivo, a participação de políticos já é esperada nestas situações. Acontece que estavam presentes na reunião apenas dois feirantes em contraste com sete políticos presentes (um senador, dois deputados federais, três vereadores e o prefeito). Dos dois feirantes apenas um teve direito a voz, enquanto que quatro políticos falaram. Além disso, o rito da reunião foi alterado para atender aos horários dos parlamentares federais, principalmente o senador – começou mais tarde porque ele tinha se atrasado e a ele foi dada a palavra antes dos Conselheiros se pronunciarem, apesar do rito da reunião prever a sequência: leitura do parecer, discussão e votação do mesmo e depois a proclamação do resultado (IPHAN, 2012, art. 13). Geralmente o direito de palavra é dado aos “detentores” ou representantes dos “detentores” e aos políticos, mas após a votação. Em consulta posterior à agenda dos parlamentares, percebi que depois da reunião eles estiveram presentes em sessões legislativas⁹⁸.

⁹⁶ Parte dos recursos para a reforma foi garantido na época em que Veneziano era prefeito, através de seu irmão, Vitalzinho (Vital do Rêgo Filho - MDB), na época deputado federal, e o então senador José Maranhão (MDB), que articularam, através de emendas parlamentares os recursos para diversas obras em Campina Grande (JOSÉ MARANHÃO..., 2009).

⁹⁷ O site do IPHAN disponibiliza todas as atas dessas reuniões desde 1938, quando houve a Reunião Inaugural, até 2017, quando ocorreu a 86ª (IPHAN, 2018D). A ata da 87ª Reunião descrita no presente texto ainda não tinha sido publicada.

⁹⁸ Cássio Cunha Lima esteve na 142ª Sessão (Deliberativa Extraordinária), iniciada às 18 horas. Já Damião Feliciano e Veneziano Vital do Rêgo Neto estiveram presentes na Sessão Extraordinária Nº 280 iniciada às 17 horas e 46 minutos.

Além do Secretário de Cultura de Campina Grande Joia Germano (PSDB)⁹⁹ estavam presentes os seguintes vereadores: Pastor Luciano Breno (PPL), Dr. Olímpio Oliveira (PMDB)¹⁰⁰ e a presidente da Câmara dos Vereadores Ivonete Ludgero (PSD)¹⁰¹. Os dois primeiros possuem atuação na Feira de Campina Grande. Dr. Olímpio tem uma atuação na Feira verificada desde o pedido de registro, tendo participado de alguns eventos no local e de ter tornado possível uma audiência pública na Câmara dos Vereadores em 2013 para discutir a polêmica da rua Deputado José Tavares. O Pastor Luciano Breno¹⁰² foi indicado pelo feirante Cícero (presidente da AFEMEC) como um político que vinha ajudando a Associação dos Feirantes com demandas para a Feira, como o recapeamento de diversas ruas.

Na reunião, os “detentores do patrimônio cultural” estavam representados por dois feirantes: Renata, vendedora de queijos e doces; e Cícero, marchante (vendedor de carnes), presidente da Associação dos Feirantes e dono de uma das duas câmaras frigoríficas que existem na Feira Central. Estava também presente na reunião Agnaldo Batista, gerente da feira, mas que é funcionário da prefeitura¹⁰³.

A “comunidade detentora” do bem, no caso da Feira de Campina Grande, que formalmente são os usuários e feirantes, estes são colocados em um primeiro plano na política de salvaguarda, não por menos, uma vez que têm na Feira seu ganha pão. Por outro lado, a categoria “feirante”, apesar de não ser estudada nesse trabalho, fez-nos refletir sobre a participação deles. Em um primeiro momento se colocarmos os feirantes como aqueles que vendem na Feira, percebe-se que existem aqueles que possuem ponto fixo e aqueles que só vendem nos dias maiores de feira (quarta, sexta e sábado). Dos que possuem ponto fixo existem os que herdaram as barracas, portanto, têm uma história mais longa com o território da Feira, reivindicando essa pertença geracional em sua fala – herdou o banco (ou ponto comercial) do pai, que herdou do seu pai, etc. No entanto, também nessa mesma categoria (proprietário de bancos), existem aqueles que compraram o seu banco¹⁰⁴. Mas o ser feirante parece complicar ainda mais quando percebemos que existem aqueles que vendem na Feira como fonte de renda

⁹⁹ Joia Germano assumiu o cargo de Secretário em 2017, antes disso atuava como vereador na cidade pelo PSDB.

¹⁰⁰ Bastante atuante na Feira, participou da criação da Associação de Feirantes, tendo o seu pai, até hoje, um banco comercial no lugar. Atualmente por se encontrar na oposição vem agindo de forma mais isolada, buscando comparecer às atividades, mas sem poder atender as demandas da Associação.

¹⁰¹ Não identifiquei nenhuma ligação sua com a Feira. Contudo, marcou sua presença na Reunião, sendo inclusive mencionada pelo prefeito durante seu discurso – ela faz parte de sua base aliada.

¹⁰² Foi eleito vereador por uma das coligações que apoiou o prefeito eleito e compõe a base aliada do mesmo na Câmara.

¹⁰³ Ele foi apontado diversas vezes como uma das pessoas que falaria pelos feirantes e que entendia dos problemas da Feira, uma vez que está diariamente no local.

¹⁰⁴ Existem ainda nesse mesmo sentido aqueles proprietários de diversos bancos. Estes alugam seu banco para que outros feirantes possam vender seus produtos ou vender apenas os produtos do grande proprietário que contrata pessoas como funcionários de vendas.

principal e aqueles que vendem no lugar, mas possuem outras atividades comerciais, em lugares distintos ou na própria Feira, explorando ou não serviços neste local (alugando sua câmara frigorífica para outros marchantes, transportando os produtos de outros comerciantes, etc.).

É interessante relacionarmos essa diversidade das identidades que são unificadas em uma mesma categoria: feirante. Quando pensamos essa diversidade, percebemos que os feirantes, que atuaram nas atividades do registro, possuem um acúmulo de capital diferenciado, que pode se efetivar financeira ou culturalmente.

As diversas leituras que podem ser feitas da situação – a quantidade de políticos e funcionários da prefeitura x quantidade de feirantes – revelam certa incoerência entre o discurso (a política de salvaguarda) e a prática estabelecida pelo IPHAN, uma vez que o envolvimento da “comunidade detentora do bem” é a base para a efetivação da política – inclusive, deve ser incentivada em todas as etapas do processo de registro, desde seu inventário ao plano de salvaguarda.

O termo salvaguarda já é trazido pela UNESCO ao referir-se à preservação e à conservação do patrimônio material, contudo ao se expandir para o patrimônio imaterial passa a se diferenciar da salvaguarda dos bens imateriais uma vez que tem como foco o respeito às mudanças implementadas pela “comunidade detentora do bem”. O patrimônio imaterial é assim visto como “constantemente recriado pelas comunidade e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e a história” (UNESCO, 2003, art. 2, § 2º). Nesta perspectiva, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (de Paris - 17 de outubro de 2003) define o termo:

Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos (UNESCO, 2003, Art. 2, § 3º p. 5).

De acordo com o próprio discurso do IPHAN, a base social, isto é, a participação da “comunidade detentora”, é fundamental para a efetivação da salvaguarda. No processo pesquisado, por outro lado, a comunidade apareceu, apenas, quando o projeto de revitalização foi colocado em questão¹⁰⁵. O IPHAN aponta três diretrizes básicas da salvaguarda que só serão efetivamente viáveis “com o envolvimento dos segmentos sociais que cultivam o bem, com respaldo e consentimento das bases sociais envolvidas” (IPHAN, 2018).

¹⁰⁵ Principalmente através das plenárias organizadas pela Prefeitura.

A primeira diretriz propõe investir, prioritariamente, em mapeamento, inventário, documentação e no reconhecimento da diversidade de expressões culturais existentes no território nacional; a segunda busca melhorar as condições sociais, materiais e ambientais que promovem a continuidade desses bens culturais; e a terceira trata do desenvolvimento das bases conceituais, técnicas e administrativas necessárias ao trabalho de salvaguarda, ou seja, ao investimento na capacitação de estruturas institucionais (IPHAN, 2018A).

A primeira diretriz refere-se aos instrumentos de salvaguarda, principalmente o registro e o INRC, ambos considerados fundamentais para a documentação, mapeamento e reconhecimento. Neste sentido, uma vez registrado o bem, a lei (Decreto 3.551/2000) torna obrigatório o apoio do Ministério da Cultura nas ações de fomento, através da divulgação e promoção. Estas ações estabelecem a execução da segunda diretriz, garantindo a existência das “condições sociais, materiais e ambientais” da produção do bem cultural. Já a terceira diretriz diz respeito a produção da base material e intelectual do próprio IPHAN, através da formação e treinamento dos seus quadros e através da criação e desenvolvimento de instrumentos capazes de viabilizar suas atividades¹⁰⁶. Assim, a partir das diretrizes, a instituição conceitua a salvaguarda:

Salvaguardar um bem cultural de natureza imaterial é apoiar sua continuidade de modo sustentável, atuar para melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitam sua existência (IPHAN, 2018B).

Por esse ângulo, a sustentabilidade relaciona-se com a capacidade da comunidade conservar e preservar a sua referência cultural, a partir das garantias das condições de existência supracitadas. Desta forma, a participação da “comunidade detentora da referência cultural” é, na verdade, a base na qual deveria se sustentar toda política de salvaguarda. Suas diretrizes deveriam se guiar por esta participação e, a partir daí, garantir a sustentabilidade do bem. Por outro lado, se nas etapas do processo administrativo de registro não houver a participação, a lei prevê o Plano de Salvaguarda, que, segundo a Instituição (IPHAN, 2018B), relaciona-se diretamente com a continuidade e sustentabilidade do bem cultural.

¹⁰⁶ O maior exemplo dessa formação e capacitação está no Programa de Especialização em Patrimônio (PEP), criado em 2004 pelo IPHAN, com o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. Além deste programa, outros cursos são disponibilizados pela instituição através do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), do Centro Lúcio Costa (CLC) ou Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio e das diversas superintendências do IPHAN, distribuídas pelos estados.

A **mobilização social** ao longo da instrução do registro é uma **condição fundamental para o processo**, e permite que a sociedade aceite, ou não, a proposta e, por sua vez, apresente seu ponto de vista, aponta questões que podem ser elaboradas como recomendações para a salvaguarda - item obrigatório na instrução do processo (IPHAN, 2018B, grifo nosso).

As ações do plano de salvaguarda “podem variar da ajuda financeira a detentores de saberes específicos com vistas à sua transmissão, até, por exemplo, a organização comunitária ou a facilitação de acesso a matérias primas” (IPHAN, 2018B). No caso da Feira de Campina Grande, o Dossiê de Registro traz nove indicações para a salvaguarda deste lugar de referência:

- a) a necessidade de organização da coleta do lixo e ações de engenharia sanitária que consigam reduzir/eliminar o acúmulo de esgotos a céu aberto;
- b) a requalificação dos banheiros públicos existentes e a instalação de novos em pontos estratégicos da Feira;
- c) a implantação de postos policiais que monitorem as atividades da Feira, oferecendo mais segurança aos trabalhadores e visitantes;
- d) a garantia de condições urbanísticas necessárias para que o modo tradicional de compra e venda de animais vivos possa acontecer, especialmente a estruturação de abatedouro público que ofereça oportunidade do freguês escolher junto ao feirante o animal de sua preferência para presenciar o abate, assegurando a qualidade e o frescor do “produto”;
- e) a requalificação, ampliação e criação de espaços que evidenciem e incentivem as práticas gastronômicas da culinária local;
- f) a requalificação, ampliação e criação de espaços que evidenciem e incentivem a realização de atividades artísticas e culturais relacionadas à Literatura de Cordel, ao Repente, às Matrizes do Forró, ao Teatro de Bonecos, à Capoeira e às demais manifestações reconhecidas como patrimônio cultural que estabeleçam vínculos com as referências identificadas na Feira Central;
- g) a reforma/restauro/refazimento das edificações históricas identificadas no inventário de referências culturais, especialmente o Casino Eldorado, Pau do Meio e Mercado Público, com as respectivas requalificações urbanas necessárias para dinamização de velhos e novos usos. O Casino Eldorado, devidamente refeito, apresenta grande potencial turístico e cultural para abrigar o “Museu do Bordel”, com exposições de longa duração e temporárias que traduzam em histórias, imagens e objetos as referências culturais, antigas e atuais, dos cabarés da Feira de Campina e do Nordeste brasileiro. O Pau do Meio, devidamente reformado, apresenta grande potencial turístico e cultural para abrigar o “Museu do Cordel”, com exposições de longa duração e temporárias, que traduzam em histórias, imagens e objetos as referências culturais, antigas e atuais, da forma de expressão Literatura de Cordel, atualmente em processo de Registro como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil;
- h) organização de trabalhos museográficos de forma conjunta com grupos de feirantes interessados, que contemplem e evidenciem as referências culturais inventariadas no processo de Registro em exposições situadas em espaços convidativos da Feira;
- i) estruturação de ações de educação patrimonial que incentivem a circulação dos conhecimentos e pertencimentos presentes na Feira, identificados e reconhecidos no processo de Registro, em espaços educacionais formais e

informais do município de Campina Grande e entorno (DOSSIÊ DE REGISTRO, 2017, pp. 94-96).

A longa, mas necessária, citação, elenca as nove indicações da Equipe. Sete referem-se a intervenções físicas no espaço da Feira, no sentido de melhorar as condições de trabalho e comércio dos feirantes: segurança pública, saneamento básico, etc. O foco é que as necessidades dos feirantes sejam contempladas nas reformas previstas. As atividades culturais indicadas nas recomendações (patrimônio imaterial, museografia e educação patrimonial) dizem respeito a algumas propostas desenvolvidas também na Oficina de Projeto Participativo (2013), a partir das ideias de intelectuais¹⁰⁷ e dos órgãos do patrimônio (IPHAN e IPHAEP).

A análise do Plano de Salvaguarda e acompanhamento de suas ações exigiria uma outra pesquisa¹⁰⁸. Sem dúvida, percebe-se uma relação da Feira com algumas manifestações culturais típicas do fazer popular (cordel, teatro de bonecos, forró, repente, etc.), contudo, é interessante perceber como algumas indicações da salvaguarda citadas se costuram com outras políticas patrimoniais do IPHAN. Assim, vê-se como a rede de relações do órgão cresce à medida que acontecem os registros. O que aparece como principais demandas dos feirantes são, na verdade, demandas e recomendações do próprio órgão. As “Indicações para o Plano de Salvaguarda” (DOSSIÊ DE REGISTRO, 2017), conservam e protegem as próprias atividades do órgão, criando oferta e demanda no campo do patrimônio a nível local e regional.

As principais necessidades apontadas pelos feirantes não fazem parte da competência do IPHAN, mas sim da Prefeitura e, de tabela, do Governo do Estado. Ressalte-se que algumas delas já estão previstas no projeto de Requalificação da Feira de Campina Grande. Já as atividades culturais relacionam-se a bens imateriais registrados ou em fase de registro: Literatura de Cordel¹⁰⁹, Repente¹¹⁰, Matrizes do Forró¹¹¹, Teatro de Bonecos¹¹². Não indico essas estratégias em busca de criticar a instituição ou valorar como certas ou erradas, mas sim de revelar como ela efetiva a estratégia da instituição, sua prática e seu discurso através da utilização do instrumento de registro.

¹⁰⁷ Chamo de intelectuais os estudiosos, professores e técnicos com conhecimento e/ou autoridade para falar. São aqueles que possuem capital cultural diferenciado e, assim, legitimidade para falar sobre o objeto estudado. Por exemplo, na equipe do INRC havia quatro professores, além de diversos outros professores colaboradores de história, arquitetura e engenharia.

¹⁰⁸ Existe uma série de diretrizes criadas pela a própria Instituição indicando o desenvolvimento deste plano (TERMO DE REFERÊNCIA, 2015) e sua análise demandaria outra pesquisa.

¹⁰⁹ Em processo de registro. Processo: 01450.008598/2010-20. Iniciado em 22 de fev. 2010.

¹¹⁰ Em processo de registro. Processo: 01450.000705/2013-14. Iniciado em 14 de fev. de 2013.

¹¹¹ Em processo de registro. Processo: 01450.008052/2011-50. Iniciado em 8 de julho de 2011.

¹¹² Das quatro referências culturais indicadas é o único registrado. Foi inscrito no “Livro Formas de Expressão” com o nome de “Teatro de Bonecos Popular do Nordeste - Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco” no dia 4 de março de 2015.

Análise situacional e a antropologia

Na primeira parte deste capítulo reproduzi as anotações do diário de campo com algumas explicações básicas em notas de rodapé. Posteriormente, fiz algumas explicações sobre os termos usados e as reflexões sobre as duas situações. A descrição das duas situações teve o objetivo, assim como as entrevistas, de refletir sobre o contexto em que o processo social do registro aconteceu.

Na antropologia os estudos africanistas são responsáveis pelo desenvolvimento da etnografia até meados do século XX – o que revela como o neocolonialismo inglês, exerce seu poder e dominação, também, através dos antropólogos¹¹³. Podemos ver isso a partir do trabalho de Evans-Pritchard entre os Nuer, que foi realizado após uma “expedição militar punitiva, respondendo a uma solicitação urgente do governo do Sudão anglo-egípcio” (CLIFFORD, 1998, p. 31).

Ainda na escola africanista os trabalhos de Max Gluckman e Clyde Mitchell devem ser destacados, por suas contribuições para a etnografia e seus métodos. Eles se destacam como principais expoentes da Antropologia da Universidade Manchester, que se difere das outras Escolas principalmente por desenvolver etnografias em estudos de caso. Ao analisar a situação social e fazer comparações com a sociedade estudada de uma forma mais geral, o autor buscar estudar o processo social: conflito e mudança social. É o que podemos ver em “A Dança Kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanos da Rodésia do Norte” de Clyde Mitchell (2010) e “Análise de uma situação social na Zululândia moderna” de Max Gluckman (1987), ambos da Escola de Manchester. Ao contrário de Malinowski e Evans-Pritchard que não dão aos conflitos papel central, os autores da Escola de Manchester percebem o conflito como um fato recorrente e necessário na sociedade – mais especificamente no caso da África – colonizada por diversos países da Europa. Ambos autores desenvolvem pesquisas a partir do Rhodes-Livingstone Institute.

Em “A dança Kalela”, Mitchell descreve minuciosamente a dança, ritual e vestuário kalela. Além de analisar as relações entre brancos e negros – como Gluckman – estuda a relação entre as tribos e as classes. Utilizando abertamente o método da análise social, desenvolvido por Gluckman, pensa a mudança social mostrando como a tradição incorpora valores de lógicas diferentes: indivíduos que tiveram de mudar de local, instalam novas tradições nos novos

¹¹³ Ressalto, por outro lado, que os trabalhos de Malinowski foram desenvolvidos na Oceania, por causa também da influência militar inglesa.

espaços. Analisa a dança kalela no contexto urbano da época, utilizando de métodos quantitativos. Ele propõe o uso de métodos quantitativos como auxiliar da pesquisa antropológica, em oposição ao que defendiam os sociólogos da época, tratando-os como “essencialmente, instrumentos auxiliares para a descrição. Ajudam a focalizar com maior detalhe as regularidades que se apresentam nos dados coletados pelo pesquisador” (MITCHELL, 1987, p. 82). Neste mesmo artigo o autor cita exemplos de utilização de métodos quantitativos por diversos autores, que vinham rompendo com a perspectiva estruturalista, inclusive a análise de Turner (2005) sobre a estrutura social Ndembu.

Já Max Gluckman (1987) analisa duas situações sociais, a inauguração de uma ponte em um distrito e um encontro de magistratura (uma reunião administrativa) de um outro distrito, na Zululândia, entre 1936 e 1938. A primeira situação descrita pelo autor, assim como a primeira situação que descrevi, revela o núcleo do sistema social. O autor coloca o emaranhado de relações que estão na situação:

Os eventos ocorridos na ponte Malungwana – que foi planejada por engenheiros europeus e construída por trabalhadores zulus, que seria usada por um magistrado europeu governando os zulus e por mulheres zulus indo a um hospital europeu, que foi inaugurada por funcionários europeus e pelo regente zulu numa cerimônia que incluiu não somente europeus e zulus, mas também ações historicamente derivadas das culturas europeia e zulu – devem ser relacionados a um sistema no qual, pelo menos uma parte, consiste de relações zulu-europeias (GLUCKMAN, 1987, p. 239).

O emaranhado de situações pode ser percebido na Feira de Campina Grande, nas relações e processos sociais que a englobam. Assim também, vemos na Visita Técnica do conselheiro do IPHAN. Técnicos do órgão, funcionários da prefeitura, vereadores de partidos diferentes e feirantes participam da situação que tem o objetivo de mostrar que a Feira é um patrimônio, que ela não é “mais uma” Feira do Nordeste, ela tem seus aspectos relevantes, folclóricos e culturais e que, por isso, deve ser registrada e receber o título de Patrimônio Cultural do Brasil.

O objetivo de Gluckman é demonstrar como situações sociais ilustram ou reproduzem as relações estabelecidas pela estrutura social. Ele, por outro lado, buscava romper com o paradigma estruturalista onde as relações cotidianas, isto é, as relações de Maria, João e José se diluíam nas análises de *status* e de posições sociais, defendidas por Radcliffe-Brown (VAN VELSEN, 1987). Assim:

Todo o trabalho de Gluckman é na realidade permeado pela noção de que normas conflitantes – i.e., as diversas lealdades dos indivíduos a diferentes

grupos, baseados em diferentes princípios de organização – podem, em última análise, contribuir para a coesão política e social (VAN VELSEN, 1987, p. 359).

Os indivíduos que parecem agir de forma contraditória estão, na verdade, flexibilizando normas para garantir um efeito esperado, seja em termos de benefícios particulares ou coletivos. Então os indivíduos estariam agindo de forma racional weberiana, isto é, em virtude de seus fins? A questão não é o tipo ideal na qual a atuação do agente se enquadra, mas como é vivida a situação social pelos indivíduos que estão dentro dela. Dessa forma: vereadores de partidos diferentes e opostos no município, agem pacificamente e se assessoram na visita técnica para mostrar sua atuação e aumentar seu prestígio para os feirantes e cidadãos; muitos feirantes agem na situação como espectadores de um evento político; os funcionários da prefeitura e do IPHAN cooperam em busca da concretização da situação. O registro da Feira de Campina é foco de todos os conflitos anteriores, mas, também, de todas as cooperações que foram atualizadas e transformadas no decorrer do processo.

Na situação descrita, a cooperação está centrada na ponte e no rio a ser cruzado, sendo a mesma geralmente determinada pela mútua exploração, mesmo que diferenciada e separada, dos recursos naturais (GLUCKMAN, 1987, p. 250).

Neste sentido, as situações sociais nos ajudam a complementar a análise do processo de registro como um processo social. A partir delas também foi possível refletir sobre o discurso e a prática do órgão do patrimônio através da aplicação da sua política de salvaguarda. Em seguida, veremos como alguns pontos descritos ou analisados neste capítulo são reproduções do processo histórico que envolve a Feira. Lugar onde ocorreram trocas materiais e simbólicas capazes de temperar revoltas populares, mas também foi e é local onde rituais políticos institucionalizados se repetem. Diversos gestores municipais interviram e contribuíram para as mudanças ocorridas naquele lugar de memória e de história. Desta forma, as duas situações sociais podem ser percebidas como fragmentos da memória da Feira, que resistiu a transformações materiais e imateriais.

CAPÍTULO 2



Capítulo 2 – A Feira de Campina Grande: do centro para a margem

É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva (NORA, 1993, p. 13).

O presente capítulo tem o objetivo de fazer a descrição histórica da formação da Feira de Campina Grande. Este lugar que enfrentou diversos tipos de intervenções (simbólicas e materiais), inclusive mudanças no seu lugar de funcionamento, tem na sua história algumas indicações do que ela representa para a cidade. Apesar de termos como foco o processo de registro da Feira, achamos importante este tipo de histórico para percebermos como as situações sociais descritas no capítulo anterior ilustram as marcas da história da Feira, deste “lugar de memória”, material, ritual, afetivo e simbólico.

Um espaço que tem sua história e sua memória guardada nos documentos e livros, mas também na trajetória de vida daqueles que a vivem cotidianamente. Além destes, o espaço da Feira é construído, lembrado e reconhecido em uma relação com a cidade de Campina Grande. Assim, os campinenses – mesmo aqueles que não a utilizam – se relacionam com a Feira de diversas maneiras, às vezes simultaneamente contraditórias: amor e identificação, outras de repulsa e medo. Hoje, essas emoções e afetos contraditórios convivem com tantas outras emoções e afetos por outros lugares (bairros, praças, cômodos, etc.) ou outros grupos sociais (negros, pobres, indígenas, gays, transexuais, etc.). Além das emoções e afetos pode-se ver pelos estudos históricos, a apropriação da Feira pelos grupos políticos e econômicos, que reforçam as qualidades ou os “defeitos” da Feira, dependendo da situação. Estes últimos, chamados de “problemas sociais da Feira de Campina Grande”, muitas vezes se sobressaem às suas “virtudes”. A Feira, por outro lado, resiste às mudanças e apropriações políticas, sem utilizar do “escudo do congelamento” (muitas vezes sugeridos pelas políticas de preservação e salvaguarda), mas buscando táticas de sobrevivência (DE CERTEAU, 1998).

A Feira na história ou a história da Feira

A Feira Central de Campina Grande possui uma história que está diretamente relacionada com as origens da cidade de Campina Grande e com as atividades comerciais

iniciada pelos primeiros habitantes para atender os viajantes que utilizavam a localidade como passagem, sendo esta é uma relação lembrada e reconhecida pelos campinenses.

A cidade de Campina Grande está situada na Serra da Borborema, a 120km da capital paraibana, João Pessoa. Possui cerca de 400.000 habitantes (IBGE, 2010). A região, no passado, habitada por indígenas, teve seu primeiro aldeamento no final século XVII e começou a receber maior circulação de pessoas no século XVIII, em virtude de sua localização propícia ao descanso de tropeiros, boiadeiros e viajantes que passavam a caminho do sertão ou do litoral. O pequeno aldeamento foi se estabelecendo como ponto de parada e, com isso, o seu crescimento foi favorecido, inicialmente com a chegada de pequenos agricultores, que vendiam seus produtos excedentes para os viajantes e a seguir com estabelecimento de um comércio que se beneficiava dessa posição geográfica.

Personagens e mitos de origem

Os discursos sobre a origem da cidade de Campina Grande remetem a figura dos índios, primeiros habitantes da região; aos tropeiros que propiciaram o início da cidade, como rota de comércio; e a catadora de algodão, responsável pelo desenvolvimento econômico da cidade (Figura 20). É dito, nestes discursos, que a cidade de Campina Grande nasce em virtude de sua posição estratégica, local de passagem dos tropeiros que percorriam o interior do país. A imagem dos tropeiros é associada ao mito dos fundadores da cidade de Campina Grande e é objetificada nos discursos históricos e em monumentos¹¹⁴ construídos na cidade.

¹¹⁴ Destacamos dois destes monumentos, ambos localizados às margens do Açude Velho: “Os Pioneiros da Borborema” (1964) e a “A chegada dos Tropeiros da Borborema” (2015) (Figura 21).

Figura 20 – Monumento "Os Pioneiros da Borborema"¹¹⁵



Monumento "Os Pioneiros da Borborema" de Corbiniano Lins¹¹⁶, inaugurada em 1964, homenageando os 100 anos da cidade de Campina Grande. Representando o índio, a catadora de algodão e o tropeiro. Fonte: Paraíba Criativa (2018).

Os primeiros habitantes da região foram os índios Cariri (NIMUENDAJÚ, 2017; JOFFILY, 1892; FERREIRA, 2012), contudo no ano de 1697 o “capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, conduzindo os índios Ariú [...] fixou-os no Sítio das Barrocas”¹¹⁷ (COSTA, 2005). Estes indígenas, portanto, foram levados com o objetivo de estabelecer a dominação, constituindo-se em força de trabalho braçal e armado para o capitão-mor. Ainda hoje, aos Ariú é concedido, erroneamente, o título de pioneiro indígena da região, mas, na verdade, são os Cariri os pioneiros.

Segundo Brum (1999), no século XVIII e XIX, a independência das colônias inglesas na América do Norte (1776-1825) e a Guerra da Secessão (1861-1865), geraram um aumento na produção de algodão no Brasil, uma vez que a Inglaterra, detentora da maior indústria têxtil, teve que buscar neste país a sua matéria-prima¹¹⁸. Campina Grande passou a ser uma das

¹¹⁵ Ressaltamos que este monumento foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba em 2015.

¹¹⁶ José Corbiniano Lins (1924-2018). Escultor, pintor e serígrafo. Participou da Sociedade de Arte Moderna de Recife (SAMR) em 1946, juntamente com Gilvan Samico e Abelardo da Hora (CORBINIANO, 2018).

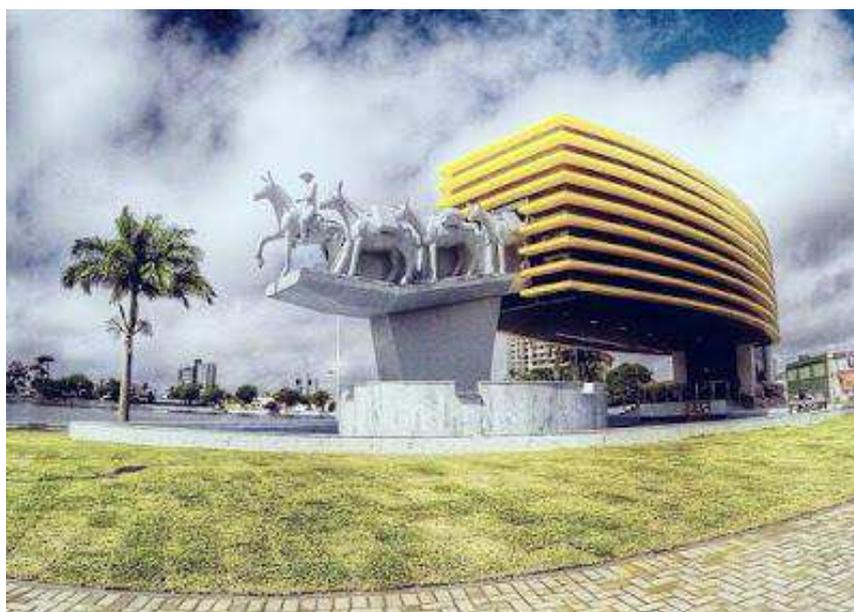
¹¹⁷ Primeiro sítio da localização e que ficou como referência de lugar durante muito tempo, incluindo dando nome à Rua das Barrocas.

¹¹⁸ Apesar de Argemiro Brum (1999) indicar este aumento na economia nacional como “uma importância irrisória”, em relação à economia local estes surtos econômicos ajudaram a transformar diversas cidades no Nordeste.

maiores distribuidoras do chamado “ouro branco” – por isso conhecida por alguns como a “Liverpool Paraibana”, pois perderia apenas para produção da cidade de Liverpool, na Inglaterra¹¹⁹.

Os três personagens que permeiam o imaginário da Cidade estão representados não por acaso na posição da obra de Corbiniano Lins (Figura 20). O índio, personagem conhecido das origens do Brasil, é muitas vezes associado a um herói romântico que existiu no passado, mas que, na verdade, serviu com o seu corpo na construção do Brasil. Esse personagem, hoje cada vez mais apagado pelas políticas públicas, inclusive as patrimoniais, é retratado timidamente na história da cidade (COSTA, 2003; ALMEIDA, 1962). O tropeiro, por outro lado, associa-se a cidade de Campina Grande como o personagem que traz o movimento e a circulação de trocas simbólicas e materiais para a região, sendo, por isso, engradecido nas narrativas. Saliente-se que outro monumento, em homenagem aos 150 anos da cidade, traz não por acaso a centralidade dele na construção: “A chegada dos tropeiros da Borborema” (Figura 21).

Figura 21 – Monumento “A chegada dos Tropeiros da Borborema”¹²⁰



Monumento feito em homenagem aos 150 anos da cidade de Campina Grande, chamado “A chegada dos Tropeiros da Borborema”. Foi inaugurado apenas em 2015. O projeto do prédio é do arquiteto Argemiro Franca Filho e esculturas do arquiteto Alexandre Azêdo de Lacerda. Fonte: Renato Diniz (2015).

¹¹⁹ Não conseguimos referenciar este fato, contudo é muito comum ouvir esse “apelido” de Campina Grande.

¹²⁰ O monumento construído na gestão do prefeito Romero Rodrigues, ficou popularmente conhecido entre os campinenses como “a fábrica de burros”. Inaugurado em 2015, mas reinaugurado, para atender a outras funções, em novembro de 2017, como Museu Digital. Administrado pelo Serviço Social da Indústria (SESI) e a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) este museu traz uma narrativa sobre a história de Campina Grande a partir da tecnologia digital, uma das “virtudes” atuais da cidade.

A terceira personagem, a catadora de algodão, encontra-se ao centro do monumento. Refere-se ao crescimento econômico incentivado pela produção e exportação do algodão, tempo áureo da elite campinense, tido como o mais importante para a formação e modernização da cidade. Apesar do ciclo do algodão ter iniciado na virada do século XVIII para o XIX, é sentido na cidade de Campina Grande com maior integridade no século XX, quando chega o primeiro trem (1907) e as prensas hidráulicas de algodão (COSTA, 2003). A cidade:

“foi se afirmando como cidade-mercado, e sua influência já atingia o interior da região, ao mesmo tempo que se transformava na Porta Oriental do Sertão da Paraíba e, também, do Rio Grande do Norte, e mesmo do Ceará” (PEREIRA JÚNIOR, 1977, p.20).

Ainda hoje, Campina Grande, também conhecida como Rainha da Borborema, é muitas vezes indicada como polo tecnológico e comercial da Paraíba e do Nordeste.

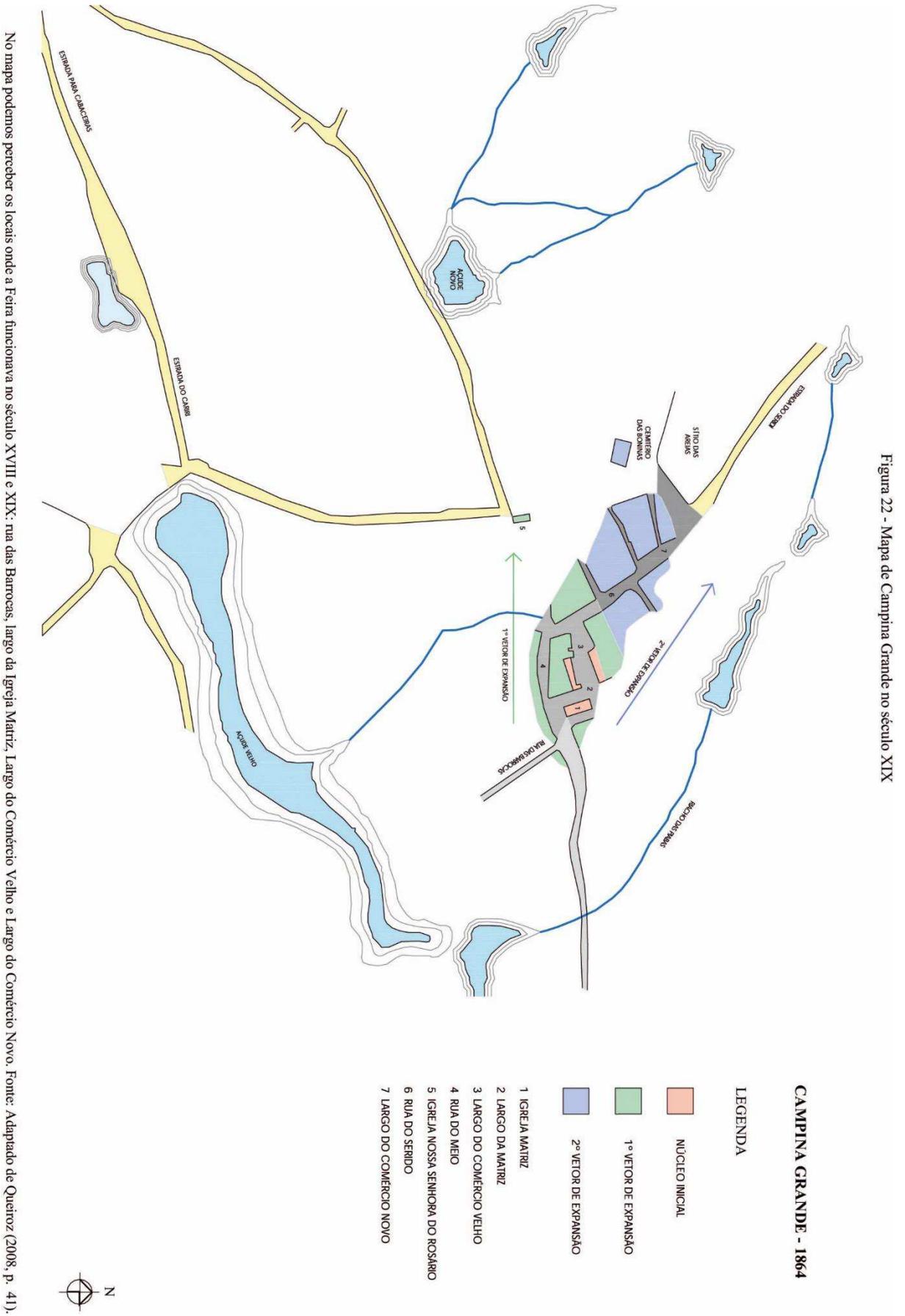
Formação da cidade e das disputas

A ocupação da região, como já indicado, foi iniciada em 1697 com a vinda do capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo e os indígenas aldeados *ariú*, que ocuparam o Sítio das Barrocas. Assim, uma das primeiras ruas da cidade que se tem registro é a Rua das Barrocas, localizada próximo ao Riacho das Piabas¹²¹, o que propiciava o descanso dos animais (principalmente o gado) e o cultivo da macaxeira¹²² (COSTA, 2003). As primeiras atividades comerciais se desenvolvem nesta rua, tendo como os principais produtos a farinha de mandioca e o gado. Pereira Júnior (1997) indica que o desenvolvimento da agricultura e, assim, do comércio foi um dos primeiros transformadores da localidade, como ponto de descanso para os viajantes. Costa (2003) aponta a Rua das Barrocas como a primeira localização da Feira de Campina Grande, com tamanho proporcional as necessidades locais.

¹²¹ Uma das principais fontes de água da localidade.

¹²² A Rua das Barrocas localizava-se onde hoje está a Rua Vila Nova da Rainha e o Riacho das Piabas estaria nas proximidades do Açude Velho (COSTA, 2003).

Figura 22 - Mapa de Campina Grande no Século XIX



Já no século XVIII a construção da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição¹²³ próxima à Rua das Barrocas, mas na parte mais alta do terreno, incentivou a construção de casebres em seu entorno¹²⁴. Neste mesmo período, mais exatamente em 1769¹²⁵, a localidade recebe o título de freguesia de Nossa Senhora da Conceição e em 1790 recebe o título de Vila Nova da Rainha¹²⁶, contudo desde este período já era chamada de Campina Grande (ALMEIDA, 1962; COSTA, 2003).

No século XVIII ocorre a primeira mudança na localização da Feira que é transferida da Rua das Barrocas para o largo da Igreja. Para facilitar o funcionamento e o controle da mesma é construído um galpão¹²⁷ onde seriam realizadas as atividades comerciais. No largo da Igreja Matriz também é construída a Cadeia Pública, em 1814, consolidando, assim, o centro social da Vila Nova da Rainha.

Em 1826, a Feira foi transferida pela segunda vez, agora para a frente do Mercado de Cereais¹²⁸ de Baltazar Luna¹²⁹, localizado nas proximidades do galpão-alpendrada da Feira, próximo da esquina da Estrada do Seridó (futura Rua Maciel Pinheiro). A transferência da Feira para a frente do Mercado gerou maior concentração das atividades comerciais e, consecutivamente, concentração do poder político, uma vez que Baltazar Luna tinha ligação com o Partido Liberal (CÂMARA, 1999). Dentro do Mercado de Cereais funcionavam alguns quiosques, inclusive a loja de seu adversário político, Alexandrino Cavalcanti, comerciante que disputaria o local da Feira anos mais tarde.

Com o objetivo de ceifar qualquer tentativa de realização de atividades comerciais de feirantes em outro local, o presidente da província Francisco de Araújo Lima, também membro do Partido Liberal, sancionou em 1862, a Lei nº 62, que instituía o local da Feira como sendo na frente do mercado de Baltazar Luna, sob pena de “multa de trinta mil réis e cinco dias de prisão” para quem incentivasse ou praticasse comércio em outro local da cidade (ALMEIDA, 1962).

Contudo, a partir de 1864 (ano de emancipação da cidade) um novo cenário foi desenhado, quando Alexandrino Cavalcante, outro comerciante da cidade, constrói um novo

¹²³ Hoje a Catedral Nossa Senhora da Conceição funciona no mesmo local, mas o prédio não é mais o original.

¹²⁴ O Comércio ainda funcionava na Rua das Barrocas.

¹²⁵ Ano da criação da Igreja Matriz.

¹²⁶ Só em 1864 é que se eleva à categoria de cidade: Campina Grande.

¹²⁷ Costa (2006) cita o termo alpendrada para designar o galpão.

¹²⁸ No local do Mercado hoje está a construção do antigo Museu de Arte Assis Chateaubriand, de esquina com o prédio do Grande Hotel (atualmente uma repartição pública), no cruzamento da Rua Maciel Pinheiro com a avenida Floriano Peixoto.

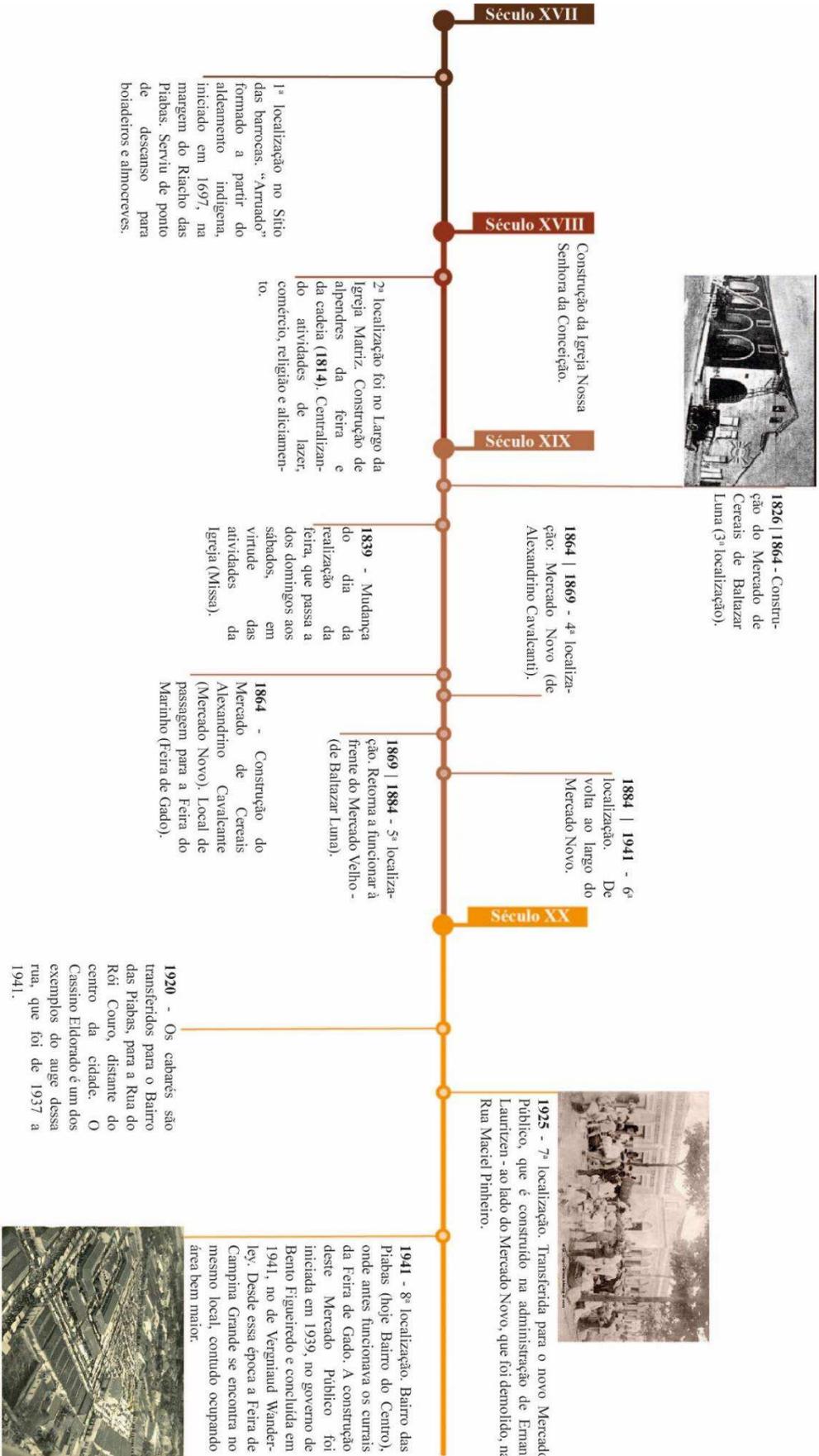
¹²⁹ Baltazar Pereira Gomes de Luna era genro do capitão-mor José Nunes Viana, chefe do Partido Liberal (COSTA, 2003).

mercado próximo ao de Baltazar, mas na Estrada do Seridó (hoje rua Maciel Pinheiro) – ponto estratégico, pois era uma das entradas da cidade, por onde chegavam os boiadeiros e viajantes, caminho de passagem do gado que chegava na cidade e mais próximo da Feira do Marinho (Feira de Gado).

Ao contrário de Baltazar Luna, Alexandrino Cavalcante possuía apoio do Partido Conservador e de outros comerciantes da região, o que iniciou o cenário de disputa pelo local onde se realizaria a feira. Como apenas outra lei poderia modificar o lugar da Feira, Alexandrino utiliza-se da articulação com o Partido Conservador para efetivar essa mudança. A Feira de Campina Grande passa a ser objeto das disputas políticas entre os dois partidos. Assim, sempre que um grupo político chegava ao poder (liberais ou conservadores) a Feira era transferida de local: para a frente do mercado do proprietário aliado ao grupo vencedor.

Em 1864, ocorre a terceira mudança de local da Feira, para frente do Mercado Novo, propriedade de Alexandrino Cavalcante, ali permanecendo até 1869 – tempo em que os conservadores permanecem no poder. Já de 1869 a 1884, com os liberais à frente da política, a Feira volta ao Mercado Velho, de Baltazar Luna (quarta mudança). A quinta mudança ocorre com o retorno à frente do Mercado Novo, durando de 1884 até 1941 – momento que a Feira é transferida pela sexta e última vez, passando a ocupar o espaço atual. Para um entendimento simplificado das mudanças e principais acontecimentos envolvendo a Feira, conferir a Linha do Tempo a seguir.

Figura 23 - Linha do Tempo das mudanças do local da Feira de Campina Grande



Fonte: pesquisa do autor baseada em diversas bibliografias.

A Feira: objeto e cenário de disputas políticas

Os estudos históricos nos mostram que a Feira de Campina Grande não era apenas objeto de disputas políticas e econômicas, apropriada pelos grupos políticos para manutenção de poder, mas também palco de revolta populares, dada a sua importância para a sociedade (ALMEIDA, 1962; COSTA, 2003; OLIVEIRA, 2005). No período da história brasileira que compreende o Segundo Reinado (1840-1889) temos a Revolta do Ronco da Abelha (1851/1852) e da Revolta de Quebra-Quilos (1874); e no período da Primeira República (1889-1930), a Revolta do Rasga-Vales (1895).

A revolta conhecida como Ronco da Abelha deu-se em virtude dos decretos de 1851 que instituíam o “Censo Geral do Império” e o “Registro Civil de Nascimentos e Óbitos” (OLIVEIRA, 2005), tendo repercussão nas províncias¹³⁰ de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas.

No novo sistema, o juiz de paz seria o responsável pelos registros e não haveria mais a separação pelos livros entre escravos e livres. Em época de crise de mão-de-obra, de fim do tráfico de escravos, ser registrado como negro era visto como altamente arriscado (OLIVEIRA, 2005, p. 121).

Nesta época o registro civil causou desconfiança na população, pois não havia conhecimento claro dos seus objetivos. O ato de registrar para fins de controle e catalogação nos é apresentado como um ato comum e benéfico do homem racional, contudo não reflete-se sobre as suas consequências. No caso da Revolta do Ronco da Abelha esta noção não era esclarecida para toda a população que não via com bons olhos o fato de ser registrado no mesmo livro que os escravos.

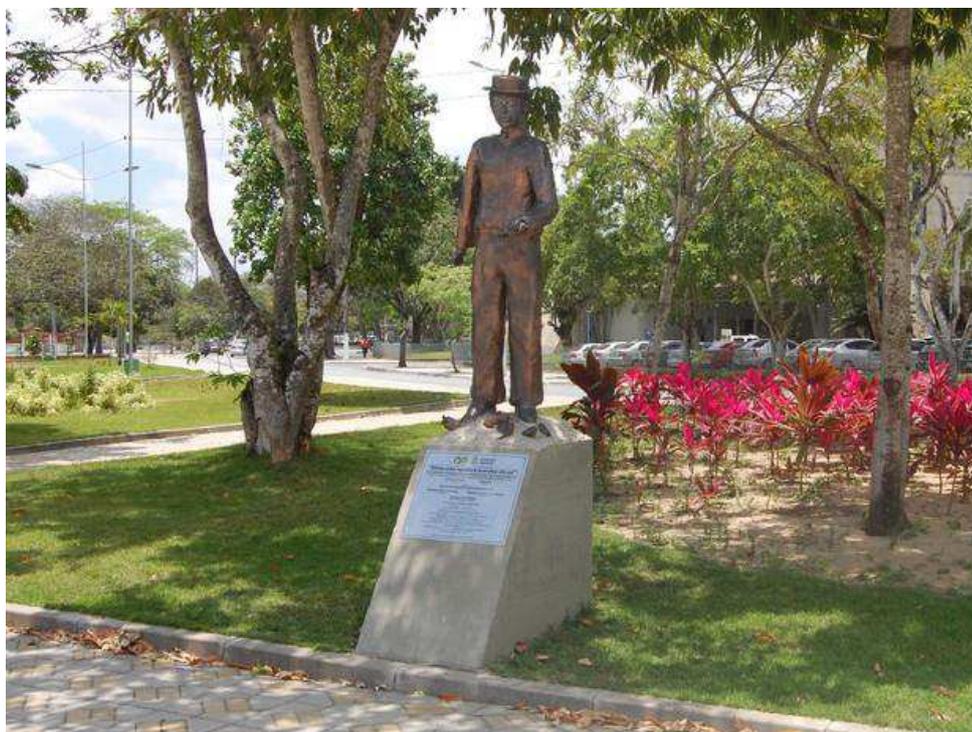
Sobre o controle estatal nos registros, podemos refletir sobre os museus e os patrimônios. Muitas peças de museu são expostas e referenciadas como objetos de contemplação do exótico para os visitantes. Por outro lado, as peças ali expostas muitas vezes possuem relação com culturas que antes foram colonizadas e tiveram seus bens usurpados. Discute-se hoje a repatriação dos bens culturais, por exemplo. Há por destas ações a manifestação de um poder simbólico, “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a acção [*sic*] sobre

¹³⁰ Só a partir de 1889, com a Proclamação da República, as províncias passam a ser denominadas de Estados.

o mundo, portanto o mundo (...)” (BOURDIEU, 1989, p. 14)¹³¹. Assim, o ato de registrar bens ou pessoas, no caso histórico narrado, podem evidenciar um tipo de violência simbólica.

Outro evento bastante conhecido que envolve a Feira de Campina Grande é a Revolta de Quebra-Quilos¹³². Em virtude da ação dos populares o governo teve de fazer grande movimentação para contê-la, pois teve repercussão em outras províncias brasileiras. O estopim da revolta foi a imposição do “Sistema Métrico Francês, substituindo o antigo sistema de pesos e medidas no Brasil” (LIMA, 2009, p. 1). Contudo a população revoltada com esta imposição, já estava desgostosa da quantidade de impostos¹³³ e da falta de importância que a Coroa dava a região.

Figura 24 – Monumento à João Carga D’Água



O monumento localiza-se nas proximidades do Açude Velho. Foi inaugurado no dia 20 de novembro de 2015, Dia da Consciência Negra, pois há o registro de que João Vieira era negro. No monumento, a personagem segura em uma das mãos uma balança, símbolo da imposição do sistema métrico e que ele ajudou a jogar no Açude Velho; na outra mão segura uma rapadura, produto que ele vendia na feira. Fonte: G1 Paraíba (2015).

¹³¹ Por isso, a preocupação do IPHAN em determinar que o registro deve ser feito com a anuência da comunidade que detêm o bem cultural. Além disso, no processo de registro e no pós-processo deve-se contemplar a atuação da mesma comunidade.

¹³² Há nas proximidades do Açude Velho um monumento em homenagem ao João Carga D’Água, um dos líderes do movimento insurgente (Figura 24).

¹³³ Principalmente o imposto de chão, que era cobrado de qualquer pessoa que colocasse seus produtos à venda na rua.

A consequência foi que feirantes e usuários foram até as feiras para quebrar os novos instrumentos de medição do sistema métrico decimal – por isso o nome “quebra-quilos”. Além disso, se dirigiram “para outros estabelecimentos comerciais fazendo o mesmo, invadiram as coletorias, Câmaras Municipais e cartórios para destruírem documentos ali existentes, como listas de impostos, hipotecas e etc.” (LIMA, 2009, p. 1). A revolta, que se inicia em Fagundes e Pocinhos (municípios vizinhos a Campina Grande), expande-se para as províncias vizinhas: Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas.

Não menos importante, mas menos conhecida, a revolta do Rasga-Vales é estudada por Costa (2003), que explica que os vales eram documentos impressos que facilitavam a circulação de mercadorias e se apresentavam como substitutos da moeda, facilitando a troca e circulação de mercadorias com pequeno valor (COSTA, 2003, p. 106). O problema é que o vale, na medida que funcionava como um substituto, não tem o valor em si que é dado a moeda, que por ser de metal, já possui valor. O vale, quando rasgado, todo dinheiro é perdido. A prática dos vales foi proibida pelo Ministro de Justiça e na hora da aplicação da lei alguns comerciantes e compradores revoltaram-se com a imposição e com a atitude dos policiais, que rasgavam os vales, mas, também, guardavam outros para poder trocar posteriormente (COSTA, 2003).

Essas revoltas são constantemente lembradas no processo de registro para fundamentar a importância da Feira de Campina de Grande, destacando o seu papel de referência cultural, seu passado heroico e glorioso para além das explorações que ocorreram nessa época (século XIX). Mas apontar estas revoltas no presente trabalho tem como objetivo destacar que nas feiras aconteciam processos que provocavam ameaça aos seus usuários, muitas vezes submetidos a constantes controles: submissão a mudança métrica, submissão à cobrança de impostos, a usar apenas o espaço estabelecido pela lei. Quando a população conseguia acessar direitos, por exemplo, através dos vales, ocorreu a proibição como mais um ato de controle. Percebe-se um paralelo com a Feira e sua patrimonialização: de um lado ela é reconhecida por parte da população, mas, por outro, o seu registro é malvisto diante da percepção de sua tímida efetividade – pois pouco foi feito após o registro.

Neste sentido, vemos a Feira como uma arena política onde instituições políticas buscam se estabelecer, mas também vemos a própria população buscando o reconhecimento de seu espaço e suas prerrogativas. Apesar das repercussões locais que as revoltas geraram, as atividades da Feira de Campina Grande continuaram, assim como a cidade seguiu seu crescimento.

Reflexos do crescimento econômico

Das diversas transformações que ocorreram no Brasil no século XIX, destacamos: a Independência de Portugal, em 1822, a abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da República, 1889. Os ideais da Revolução Industrial chegaram de forma tardia ao Brasil, que, segundo Brum (1999), continuaram a desempenhar uma “função econômica complementar: produção e exportação de alguns gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais e importação de produtos manufaturados” (BRUM, 1999, p.154). Contudo, os ciclos e subciclos econômicos trazem transformações no país.

No crescimento na produção do algodão em algumas partes do Nordeste, na virada do século XIX para o XX, transparecem algumas transformações que ocorreram na paisagem e nas culturas locais. Neste sentido, a cidade de Campina Grande passou por mudanças econômicas que se fizeram sentir na organização espacial da cidade e, assim, na própria Feira, como é o caso das transformações no comércio da atual Rua Maciel Pinheiro, hoje centro da Cidade.

o deslocamento da feira para as proximidades do prédio do novo mercado construído pelo comerciante Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque, na rua do Seridó [...], a nova artéria comercial da cidade [...]. A cidade passou, então, a despontar de uma nova área comercial que se transformou na praça do comércio algodoeiro – a *rua dos Armazéns*, como era conhecida esta importante artéria comercial do povoado [...] (DINIZ, 2004, p. 29, grifo do autor).

Campina Grande viu seu crescimento acelerar-se com o cultivo de algodão em meados do século XIX, uma vez que era o único produto nordestino que conseguia competir com a cana-de-açúcar, principalmente no final deste século, quando os Estados Unidos, maior produtor e fornecedor inglês, vivenciavam a Guerra da Secessão (1861-1864).

Ainda no final do século XIX são iniciadas algumas mudanças com base sanitária na organização urbanística de Campina Grande, como a transferência da Feira de Gado, em 1896. De extrema importância para o crescimento comercial da região, esta feira localizava-se nas proximidades do Centro da Cidade, na Estrada do Seridó, mas foi transferida para a saída leste da cidade, no Bairro das Piabas, perto do atual Açude Velho (COSTA, 2003).

A ampliação da linha ferroviária, em 1907, de Itabaiana¹³⁴ para Campina Grande, contribuiu para a aceleração de seu crescimento, uma vez que o transporte ferroviário gerava o escoamento mais rápido da produção algodoeira de Campina Grande para Itabaiana, e

¹³⁴ Segundo Costa (2003) desde 1901 Alagoa Grande (PB) já estava ligada a Timbaúba (PE) pela estrada de ferro.

consecutivamente, para o porto de Recife¹³⁵ (COSTA, 2003; DINIZ, 2004). Assim, a cidade localizada na Serra da Borborema, se apresentava como “ponta de trilho” beneficiada por seu posicionamento estratégico entre o agreste e o sertão e as diversas estradas que vinham do interior do Ceará, do Rio Grande do Norte e também de Pernambuco.

O crescimento econômico da cidade fez emergir uma camada social elitizada detentora de ideais modernizadores, que conseguiu influenciar nas mudanças espaciais da cidade. No início do século XX a cidade passou por algumas intervenções para organizar o espaço urbano de acordo com esta nova lógica, importada de cidades europeias – mas, também, seguindo o exemplo do Rio de Janeiro, com as reformas instituídas na gestão do prefeito Pereira Passos entre 1902 e 1906 –, que incluía, por exemplo, a construção de estradas para desviar o caminho dos boiadeiros, que não mais passariam nas ruas centrais da cidade – evitando, assim, a sujeira causada por seus animais¹³⁶. Além do viés sanitarista, importado das teorias elaboradas por médicos ingleses¹³⁷, as transformações espaciais nas cidades foram influenciadas pelas vertentes francesas, que buscaram, através do ajardinamento e ampliação das ruas – que à primeira vista chama a atenção por sua beleza monumental –, também controlar a massa populacional formada pelos trabalhadores pobres, desempregados e os mendigos – como no caso da Comuna de Paris, revolução ocorrida em 1848 em Paris (BRESCIANI, 1989).

[...] enquanto entre os ingleses se computa o custo econômico da miséria nos seus mais variados aspectos (doenças, desemprego, desmoralização, representam gastos para a sociedade), entre os franceses a preocupação maior fica com os custos políticos da ameaça da miséria às instituições (BRESCIANI, 1989, p. 55).

Quando deflagrada a Comuna de Paris, em 1848, os comunas fecharam diversas ruas com barricadas e trincheiras impedindo o avanço da contrarrevolução. Contudo, após contida a revolução, o governo tratou de colocar em prática uma “política de disciplinarização da vida do

¹³⁵ A linha de ferro ligava Itabaiana a Timbaúba e desta a capital pernambucana.

¹³⁶ Vale ressaltar que essa dinamização e ajardinamento que são percebidas nas transformações urbanas tem também o objetivo de expulsar cada vez mais os pobres das ruas centrais da cidade, o que não necessariamente se enquadraria em uma gentrificação. Neste sentido, temos a influência vinda da Europa, com o barão de Haussman, que modificou Paris para facilitar ações militares (BRESCIANI, 1989), em virtude do medo gerado pelas revoltas populares. Já no Brasil Pereira Passos, no Rio de Janeiro, transformou a paisagem daquela cidade com bases nos ideais sanitaristas.

¹³⁷ Bresciani (1989) cita o Relatório Chadwick, estudo feito por médicos ingleses em busca de “soluções” para os “problemas” causados pela população pobre da Inglaterra. A autora destaca a “teoria da degeneração urbana”, que foi desenvolvida no século XIX, quando as grandes cidades são relacionadas com o aumento de doença, pobreza e criminalidade. A concentração de trabalhadores pobres e mendigos nos centros urbanos era, na verdade, consequência da “instabilidade do mercado de trabalho” que “acentua a extrema exploração do trabalhador” forçando-o a “residir no centro da cidade, próximo aos lugares onde sua busca de emprego ocasional se faz possível a cada manhã” (BRESCIANI, 1989, p. 37).

pobre” (BRESCIANI, 1989, p. 121). O que moveu essas reformas, portando, foi o medo da instabilidade política.

A tarefa de demolir uma revolução, na Paris do século XIX, foi entregue a equipes de técnicos que formularam soluções pontuais permitindo devassar toda a vida das *classes pobres* (BRESCIANI, 1989, p. 121, grifos da autora).

Figura 25 – Um exemplo das transformações de Paris



Na foto a Rua Réaumur, em Paris antes e depois das reformas feitas pelo Barão de Haussman, prefeito da cidade. O alargamento das ruas tinha o objetivo de evitar as barricadas que os comunas fizeram em 1948. Fonte: Blog Dicas de Francês.

O “medo” vivido pelas classes dominantes diante da instabilidade política reflete-se nas diversas dimensões da sociedade, tanto em termos macroeconômicos como das relações micro sociais, relações face a face do cotidiano. Assim, a solução foi a expulsão da classe pobre (trabalhadores, mendigos, prostitutas, etc.), “participantes” das revoluções (Revolução Francesa e a Comuna de Paris), dos centros urbanos para as periferias da cidade, em virtude dessas instabilidades. No Brasil, o que fundamenta as reformas urbanas não é o medo de uma instabilidade política, mas o medo gerado pelo discurso médico (sanitarista) e do discurso artístico e arquitetônico. Sobre o assunto Sousa (2005) destaca:

A percepção, nas primeiras décadas do século, do crescimento e incremento das atividades comerciais associadas diretamente a uma imagem de cidade plástica e higiênica, sem riscos de epidemias, esteve na origem de muitos episódios que desembocaram em mudanças nos espaços e territórios de Campina Grande nas décadas de 1930 e 1940. Um deles foi o deslocamento da feira, que se esparramava pelas ruas Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales, Venâncio Neiva, Cardoso Vieira e pelas praças Eptácio Pessoa e Lauritzen, para o mercado novo [...] (SOUSA, 2005, p. 290).

Assim, é colocado na Feira um estigma, uma marca que deprecia o lugar: a Feira é suja e promíscua. Através de notícias de jornais do início do século XX Sousa (2005)¹³⁸ relata como essa percepção da Feira foi construída a partir dos ideais higienistas. A noção de estigma (GOFFMAN, 2008) é associada a vergonha e ao nojo, que parte da sociedade campinense externaliza e objetifica sobre a Feira, em tempos históricos e intensidade diferentes. O estigma como um “atributo profundamente depreciativo” (GOFFMAN, 2008, p. 13) marcou a Feira como um lugar de problemas sociais.

O cheiro das frutas, carnes e verduras que eram jogadas na rua, juntamente com o cheiro das fezes de animais que circulavam no espaço (cachorros, porcos, cavalos, bois, etc.) geravam o forte odor que incomodava os moradores do bairro central, próximo a Rua Maciel Pinheiro – um dos lugares onde funcionou a Feira nos séculos XIX e XX (SILVA, 2005). Associado a isso, prostitutas trabalhavam nestes espaços em busca dos viajantes e trabalhadores, contribuindo para acirrar os conflitos com “as mulheres de respeito” que pertenciam à elite campinense – um dos poucos lugares que as mulheres dessa época podiam circular mais livremente.

O estigma, como uma marca, deve ser pensando não apenas como um atributo, mas sim como uma relação entre “atributo e estereótipo” (GOFFMAN, 2008, p. 13), que por sua vez pode ser empregado não apenas a indivíduos ou grupos sociais, mas também a lugares. Desta forma, a relação entre códigos de moralidade diversos estabelece a estigmatização. O código de moralidade do grupo estabelecido enquadra certas qualidades (de uma atividade, por exemplo) e sua aparência física (em termos estéticos ou higiênicos) a determinados lugares. Aplica-se, desta forma, a manicômios, cemitérios, prostíbulos. No caso da Feira a marca depreciativa diverge de padrões estabelecidos pelo grupo dominante¹³⁹.

Apesar do estigma do lugar a Feira, já consolidada à frente do Mercado Novo, apresentou um crescimento para outras ruas, além da Maciel Pinheiro: Praça da Independência, R. Venâncio Neiva, Praça Cristiano Lauritzen e de pequenos becos das proximidades, atraindo

¹³⁸ Ressalto que Sousa (2005) não fala dessa percepção negativa da Feira como um estigma – eu que faço essa analogia.

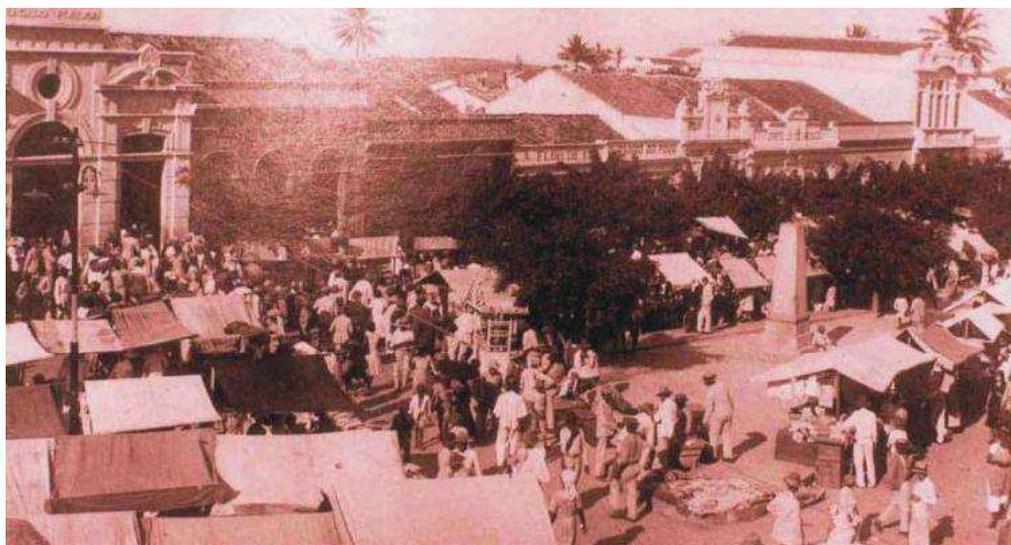
¹³⁹ Sousa (2005) aponta os olhares dos médicos, bacharéis, administradores e literatos.

os boiadeiros e tropeiros a atravessar a cidade passando pelas ruas ocupadas pela Feira, que se modificou no início do século XX. Em 1912 o Mercado Novo (de Alexandrino) foi demolido e em 1925 foi construído um Mercado Público (municipal) no mesmo local, na administração de Ernani Lauritzen. Nesta época a Feira já apresentava uma larga extensão: se estendendo da Praça Cristiano Lauritzen à Praça da Luz e de mais cinco ruas.

Em 1925, apesar de continuar no mesmo local, a Feira ganhou um novo mercado, desta vez não mais de particulares, era um mercado público construído na administração de Ernani Lauritzen, ao lado do mercado de Alexandrino Cavalcanti [...]. O Mercado Novo possuía uma entrada pela atual rua Maciel Pinheiro e outra pela rua Barão do Abiaí. (COSTA, 2003, p. 106).

Já a feira livre, evento maior, continuava a ser realizada aos sábados¹⁴⁰ no meio da rua, em bancos de madeira ou mesmo no chão. O que era para a elite campinense¹⁴¹ uma contradição com a modernização vivida pela cidade. O governo deveria tomar iniciativas com a Feira e as outras atividades consideradas insalubres, isto é, contrárias aos ideais sanitaristas ou morais. Assim, o cemitério, o matadouro, o meretrício¹⁴², a feira de gado e, depois, a feira livre são transferidas para locais mais afastados do centro populacional da cidade (COSTA, 2003).

Figura 26 – Antiga Feira na Rua Maciel Pinheiro



Campina Grande. Década de 1920. Fonte: Museu Histórico de Campina Grande.

¹⁴⁰ Segundo Elpídio Almeida (1962) a Feira era realizada aos domingos até receber a visita do Bispo de Olinda, Dom João Perdigão, em 1839, quando é transferida aos sábados, a pedido do mesmo, em virtude da realização das missas ao domingo.

¹⁴¹ Isto é, a parte da sociedade formada por indivíduos que concentravam a maior parte do capital financeiro e intelectual.

¹⁴² Termo utilizado por Costa (2003) para designar os bares e os serviços de prostituição.

Queiroz (2008), ao estudar como ideais e práticas nacionais e internacionais contribuíram para as transformações ocorridas na arquitetura e organização da cidade de Campina Grande, percebe como os jornais da década de 1930 traziam discursos carregados dos ideais higienistas.

A região central, ou o que era conhecido como perímetro urbano, tinha que ser saneada e embelezada em todas as suas esferas públicas, privadas e sociais, em todos os seus aspectos físicos e simbólicos, atingindo desde a condição material de ruas, praças, e edificações até os hábitos, costumes, corpos e estéticas de seus respectivos usuários e moradores. Exigiam-se ações enérgicas, pois, como afirmou uma das matérias subsequentes, feiúras, insalubridades, imoralidades e pobreza eram toleradas “em subúrbio, não no centro de uma cidade como a nossa” (QUEIROZ, p. 82, 2008)

Figura 27 – A Feira na rua



A Feira de Campina Grande funcionando na Rua Maciel Pinheiro. Ao Fundo a Casa Pernambucana, famosa revendedora de algodão. Década de 1920. Fonte: Blog CG Retalhos.

Na esteira desse olhar que classificava, media, reivindicava e denunciava, vamos encontrar um conjunto de outros problemas que, com o advento dos anos 30, pareciam ampliados: o lamaçal e os buracos nas ruas e becos centrais; as casas de couro verde aí localizadas, que tornavam o ar fétido e atraíam urubus; a necessidade da construção de um matadouro afastado do centro urbano, onde o gado fosse abatido dentro dos preceitos modernos de higiene; a construção de uma cadeia pública higiênica e fora da área central; campanhas e denúncias contra leprosos, mendigos e loucos, que circulavam

livremente pelas ruas; a retirada do meretrício das ruas centrais e sua localização em uma área suburbana e isolada, etc. (SOUSA, 2005, p. 293).

Outra mudança ocorre com a construção de um cemitério mais afastado da população, em 1928, e com a demolição, em 1931, do Cemitério das Boninas – próximo ao largo do Rosário e do centro da Cidade. Já o matadouro foi construído no final da década de 1930 no Bairro do Bodocongó, distante do centro da cidade, no bairro onde hoje funciona a Universidade Federal de Campina Grande.

A mudança do local dos meretrícios ocorre em semelhança com a mudança da Feira, uma vez que ambos são deslocados para a mesma região: o Bairro das Piabas, local onde antes funcionou a Feira de Gado (de 1896 a 1939). O meretrício, que oferecia os serviços das prostitutas para os viajantes e feirantes, funcionava, primeiramente, na Rua Juvino do Ó, a sudoeste da rua Maciel Pinheiro, foi transferido para o Bairro das Piabas (próximo ao Açude Velho), em 1931.

Era urgente a transferência das prostitutas “para local mais afastado do centro urbano”, pois “Campina já necessita mesmo circumscrever [*sic*] á uma zona mais propria [*sic*] a certos desregramentos comuns aos centros que são adiantados, ‘o movimento’ de suas mulheres de via airada” (QUEIROZ, 2008, p. 86)¹⁴³.

Ainda sobre as mudanças na primeira metade do século XX, Costa (2003) destaca que:

Os anos 30 (sec. XX) marcaram a consolidação do comercio campinense com o advento do automóvel. Os caminhões foram substituindo os tropeiros e já circulavam duas linhas de ônibus coletivo na cidade. Campina Grande continuava como ponta de trilho só expandindo a ferrovia até Soledade (PB) no ano de 1958. (COSTA, 2003, p. 39)

Já em 1935, Vergniaud Wanderley (1935-1937) assume a prefeitura de Campina Grande, impondo as primeiras intervenções urbanas, dentre elas a abertura de ruas e construções de prédios, com destaque para o Grande Hotel¹⁴⁴, símbolo da modernização campinense. Situado no encontro da Rua Maciel Pinheiro com a Avenida Floriano Peixoto, hoje o prédio é utilizado pela Secretaria de Finanças e da Administração do Município.

¹⁴³ Em aspas Queiroz traz texto contido no Jornal O Século, em notícia intitulada “Paraíso das ‘mulheres dadeiras’”, de 1929. Na mesma matéria ao fazer referência a prostituição utiliza-se da expressão “saneamento social”, que nos mostra um pouco da moralidade pregada pela ideologia higienista.

¹⁴⁴ As obras foram iniciadas em 1936 e concluídas em 1942.

Figura 28 – O Grande Hotel



O primeiro hotel da cidade de Campina Grande, onde atualmente funciona a Secretaria de Finanças do Município. Fonte: G1 Paraíba.

Já em 1939, na gestão do prefeito Bento de Figueiredo (1938 - 1940), é iniciada a construção do mercado da Feira, localizado no Bairro das Piabas, onde atualmente funciona a Feira Central de Campina Grande.

A Feira só é transferida para esta localização em 1941 – já na segunda gestão de Vergniaud Wanderley. “As décadas de 1940-60 foram marcadas pelo surto do ‘progresso’ que consolida Campina Grande como polo regional” (COSTA, 2003, p. 42). Segundo Costa (2003), em 1940 a cidade possuía aproximadamente 127.000 habitantes, já na década de 1950 o número cresce para 173.206 e na década de 1960 alcança o número de 204.582 habitantes.

Mudança “definitiva” da Feira de Campina Grande

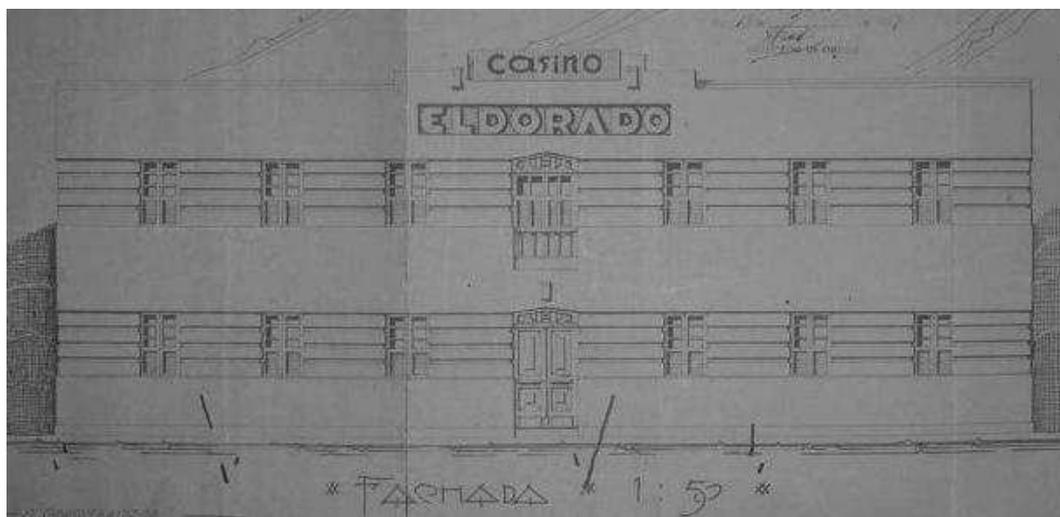
No Bairro das Piabas funcionavam diversos cabarés e casas de prostituição. Esta mudança, como já delineada, foi apontada por Silva (2005) em virtude das exigências de uma elite campinense, domiciliada no centro da cidade, que buscava a higienização moral e material do seu bairro. Os feirantes, por outro lado, não viam com bons olhos a mudança da Feira para a região próxima aos centros de prostituição. Oliveira (2012) fala de notícia de jornal da época trazendo o discurso dos feirantes. Assim, em face desta rejeição pelos feirantes, o prefeito iniciaria, em paralelo à transferência da Feira, mais uma ação de higienização dos espaços

públicos, contra a prostituição e a mendicância que ocupavam as ruas do Bairro das Piabas (OLIVEIRA, 2012, p. 52).

Uma das ruas mais conhecidas do Bairro das Piabas era a Rua do “Rói Côro”, depois conhecida como Rua Boa¹⁴⁵, que segundo Oliveira (2012), teve os seus tempos áureos de 1937 a 1941. A rua abrigava as famosas pensões (como a de Zefa Tributino), casas de mulheres e cabarés luxuosos como o Casino Eldorado (de Carminha Vilar), usadas pelos viajantes, feirantes e outros moradores da cidade. Em 1937, este foi construído como uma casa de espetáculos, jogos e danças, frequentado pelas camadas sociais mais ricas de Campina Grande. Oliveira (2012) destaca que alguns cabarés e pensões da rua Manoel Pereira de Araújo exigiam a utilização de paletós pelos seus usuários e que isso só foi alterado quando, segundo ela, na década de 1950 a Rua Boa já não era frequentada pela mesma elite.

Hoje o prédio do Casino Eldorado, apesar de desprotegido foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP¹⁴⁶). Esse prédio possui uma imagem de destaque do crescimento e dos tempos áureos da cidade, além disso aparece no processo de patrimonialização da Feira de Campina Grande com um papel bem específico: para justificar o embargo, pelo IPHAN e o IPHAEP, das obras de requalificação da Feira.

Figura 29 – Casino Eldorado (desenho



Projeto do Casino Eldorado, pelo arquiteto Isaac Soares. Fonte: Blog CG Retalhos.

¹⁴⁵ Hoje Rua Manoel Pereira de Araújo.

¹⁴⁶ Em 2014 a fachada do Casino desmoronou.

Figura 30 – Fachada do Casino Eldorado



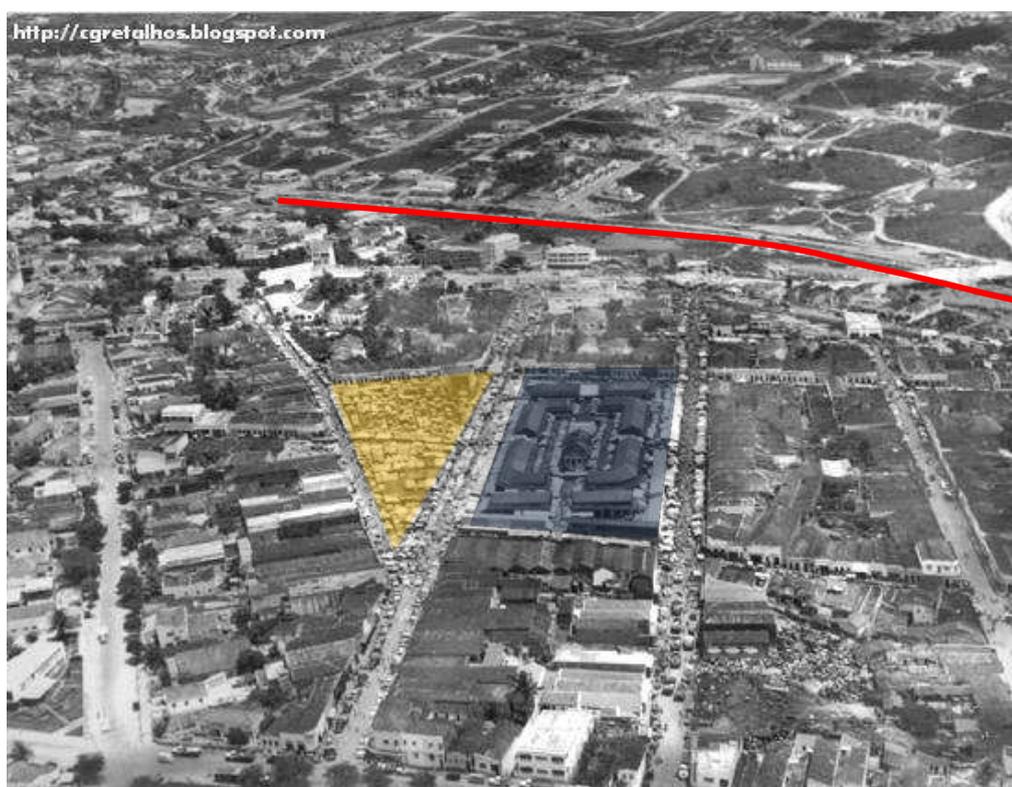
Casino Eldorado na década de 1990. Fonte: Blog CG Retalhos.

Figura 31 – O Cassino Eldorado “tombado”



Em 2014 a fachada do Cassino Eldorado caiu. Acervo do autor, nov. 2017.

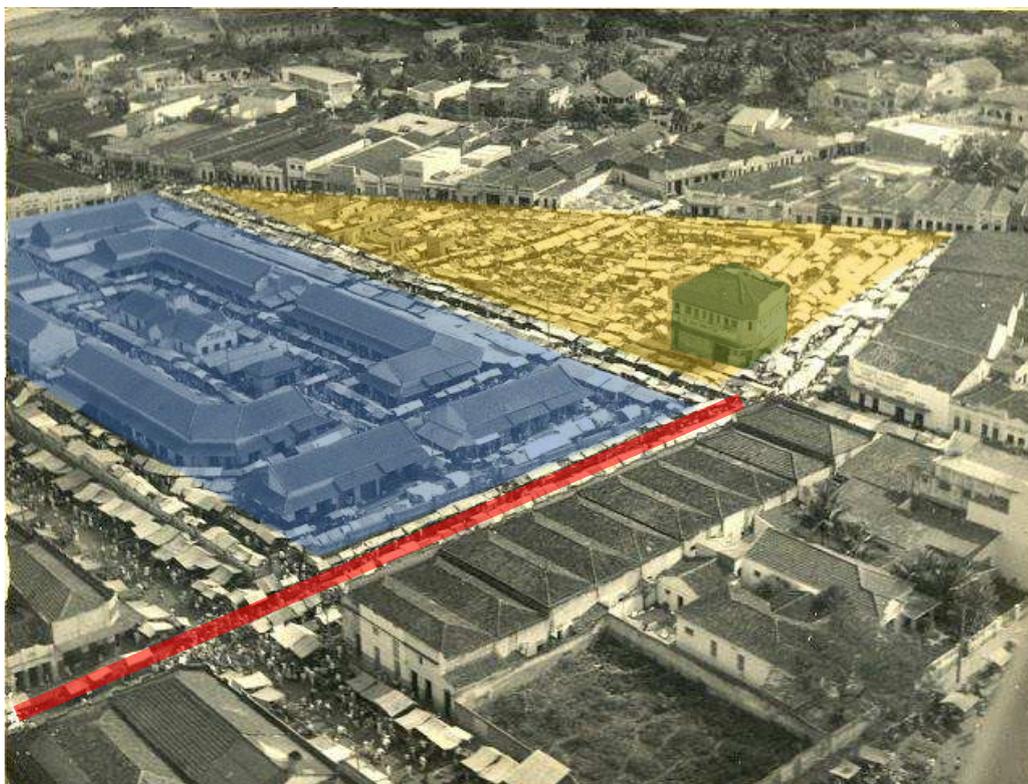
Figura 32 – Foto aérea da Feira de Campina Grande



A foto é de meados de 1960. Destaque amarelo para o Largo do Pau do Meio, também conhecido como Terreno dos Martins. Em azul, o Mercado Central, que hoje está coberto por uma estrutura metálica. Em vermelho, provável localização da Avenida Floriano Peixoto. Fonte: Blog CG Retalhos.

Desde 1941, quando a Feira passou a ocupar o espaço atual, havia a construção do Mercado Público, alguns armazéns no seu entorno e a feira livre com suas barracas que eram montadas nas diversas ruas circundantes do mercado (Figuras 32 e 33).

Figura 33 – Feira de Campina Grande em 1960



Meados de 1960. O Mercado Central (azul), o Largo do Pau do Meio (amarelo) e o edifício Arte Déco, conhecido como Edifício do Pau do Meio (verde). A linha vermelha é a Rua Marcílio Dias. Fonte: FGV/CPDOC.

Hoje o mercado central da Feira de Campina Grande possui uma coberta construída em um dos mandatos do prefeito Ronaldo Cunha Lima (1983-1988), considerada pelos feirantes como uma de suas maiores conquistas¹⁴⁷. Além disso o crescimento da cidade, trouxe consigo o crescimento comercial e a concentração de supermercados e mercadinhos nos arredores da Feira. Este crescimento é bastante apontado pelos feirantes entrevistados pela Prof. Giovanna Aquino em seu livro “Múltiplos Discursos Sobre a Feira de Campina Grande” (ARAÚJO, 2006). Fruto de sua dissertação de mestrado, ela destaca no livro o papel que a Feira de Campina Grande tem na construção das identidades dos feirantes e dos seus usuários.

Utilizando-se da história oral a partir das entrevistas com estes indivíduos (trinta feirantes e trinta fregueses) ela percebe, dentre outras questões, que a Feira de Campina Grande

consiste em um espaço físico, onde encontramos o comércio, a troca de mercadorias [...], mas, acima de tudo, relações interpessoais que envolvem pensamentos e ações de indivíduos diferentes [...] com temáticas ecléticas, que

¹⁴⁷ Segundo relatos dos feirantes contidos na Informação Técnica 020/2014-DT/IPHAN/PB, que trata da Análise dos Impactos do Anteprojeto e Projeto de Revitalização da Feira Livre Central de Campina Grande/PB.

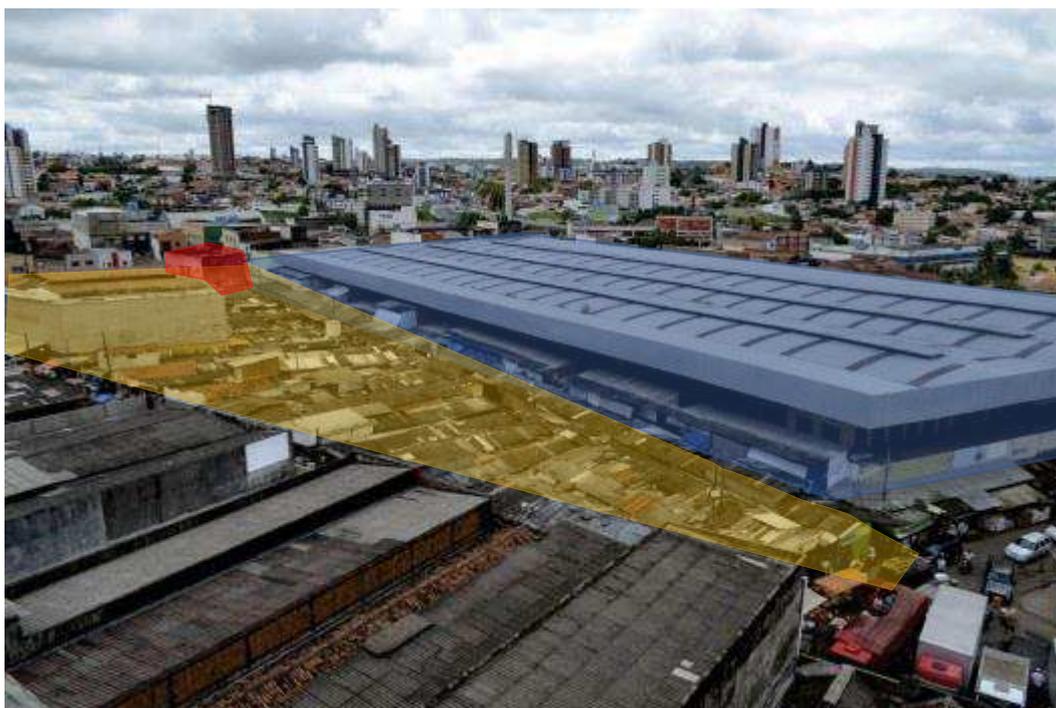
em conjunto ‘formam’ a memória coletiva, sendo essencialmente um documento de História viva (ARAÚJO, 2006, p. 100).

Nos discursos desses indivíduos é constantemente lembrado por eles a Feira de antigamente e as consequências negativas do crescimento e modernização do seu entorno.

O entorno apontado pelos entrevistados é composto, de diversos supermercados, principal concorrência da Feira, gerando impactos para os feirantes. Por outro lado, algo não apontado pela autora é que na cultura popular sempre os nativos estarão se referindo a um passado “romântico” onde todas as manifestações culturais – e, assim também, a Feira – eram melhores, eram mais vividas.

De 1941 – quando a Feira passou a ocupar a área do Bairro das Piabas, atual centro da Cidade – até tempos mais recentes a Feira cresceu: hoje ela ocupa além do Mercado Central cerca de nove ruas, totalizando uma área de 75.000 metros quadrados.

Figura 34 - Feira de Campina Grande atualmente



Em azul o Mercado Central. Amarelo o Largo do Pau do Meio e o Edifício em arte déco¹⁴⁸, em destaque vermelho. Fonte: Vitruvius.

Relatamos um pouco da história da Feira para posicionar espacial e simbolicamente o lugar que a Feira ocupa na cartografia e no imaginário de Campina Grande, em termos

¹⁴⁸ Arte Déco é um estilo artístico que influenciou a arquitetura no início do século XX. Estilo que utiliza do racionalismo e das formas geométricas (principalmente linha verticais). Em Campina Grande a arte Déco marca a arquitetura principalmente entre as décadas de 1930 e 1940 (QUEIROZ, 2010). Na Feira é possível ver diversos edifícios marcados por esse estilo, contudo os letreiros, as lonas e propagandas cobrem a maior parte deles.

identitários e políticos: das imagens dos primeiros habitantes – ainda que marginalizados dos discursos históricos¹⁴⁹, como os indígenas, que foram “amansados” e submetidos a cultura branca; dos tropeiros, tidos como os percussores do comércio campinense e, assim, da Feira de Campina Grande; e do algodão que propicia o crescimento econômico e a modernização da cidade. Estas personagens estão assinaladas como responsáveis pelo nascimento e crescimento da cidade¹⁵⁰.

Destaca-se mais uma vez o papel subordinado dos indígenas, contrariando a proposta do monumento, “Os Pioneiros da Borborema”, que expõe a importância dos três personagens. Denota-se, assim, que a projeção de imaginários através dos monumentos, não condiz com a realidade social. No caso dos índios, vemos, na verdade, que eles estão ausentes da realidade campinense. Aos indígenas é dado o lugar de primeiros habitantes da região, como se isso por si só fosse suficiente para reparação de memórias silenciadas. Da mesma forma, vemos o lugar dos negros e da escravidão, que Campina Grande, com o monumento à “João Cargas D’Água”, busca também reparar.

Estudos históricos da Feira de Campina Grande e da cidade (ALMEIDA, 1962; ARAÚJO, 2006, 2013, 2014; COSTA, 2003; OLIVEIRA, 2005; PEREIRA JÚNIOR, 1977; QUEIROZ, 2008; SILVA, 2005) são capazes de indicar algumas reflexões sobre o objeto pesquisado. Sabemos, por outro lado, que a perspectiva histórica deve ser relativizada em virtude do lugar social em que o historiador descreve os fatos, possibilitando a sua utilização como mais uma das diversas narrativas em torno do objeto. Neste sentido, é preciso problematizar o papel dos historiadores memorialistas utilizados neste e em tantos outros trabalhos (ALMEIDA, 1962; CÂMARA, 1999) acadêmicos. Eles descrevem fatos históricos sem utilizar das ferramentas metodológicas legitimadas na atualidade, como por exemplo, a descrição da metodologia e o referenciamento das fontes. Isto não deslegitima os seus trabalhos, mas nos indica os limites de suas descrições e apontamentos.

Não buscamos, portanto, responder as perguntas do presente trabalho a partir dos discursos históricos, mas refletir sobre a atual questão em torno das disputas políticas que estão presentes nos processos sociais que envolvem a Feira – como o crescimento da cidade, as revoltas populares, a materialização da cultura emotiva da cidade – e que transparecem em alguns momentos do processo social de sua patrimonialização.

¹⁴⁹ Seja por falta de fontes documentais ou conscientemente pelo papel discursivo da História (clássica e eurocêntrica).

¹⁵⁰ Inclusive a história da Feira e da cidade norteou boa parte da narrativa construída no processo de registro para fundamentar a importância da Feira na formação da identidade dos campinenses e, assim, a justificativa para o registro.

Muito mais do que uma praça de mercado, no sentido econômico, percebemos que a Feira é também um lugar de trocas simbólicas, onde sujeitos vivenciam seus projetos de vida, onde se desenvolvem relações complexas de interação, como a de lealdade do freguês, por exemplo. No passado, quando não havia os meios de comunicação de hoje, a Feira era o lugar certo para saber, através dos viajantes, dos acontecimentos políticos e, por isso, os agentes políticos ali manifestavam seus interesses. A primeira difusora de som (prenúncio das rádios) de Campina Grande foi instalada na Feira em 1937, por Jovelino Farias. Os alto-falantes da “Difusora de seu Gaúcho” (MUSEU HISTÓRICO, 2018), como era conhecido Jovelino, levavam as notícias da rua Marquês do Herval até a Praça Clementino Procópio, na avenida Floriano Peixoto.

A história nos revela algumas complexidades que envolvem a Feira como um objeto de disputas políticas, econômicas e culturais e que se refletem hoje na patrimonialização da mesma. Assim, este curto relato historiográfico teve como foco estabelecer a posição da Feira de Campina Grande no campo político, demonstrando como este bem cultural vem sendo apropriado de diversas maneiras pela sociedade campinense.

Na Paraíba e mais especificamente em Campina Grande dois grupos político-partidários posicionam-se de forma mais estabelecida. Esses dois grupos abarcam gestores políticos com sobrenomes conhecidos dos paraibanos, que frequentemente acionam a Feira de Campina Grande, bem como outros lugares de destaque da cultura campinense¹⁵¹ nos seus discursos.

Política e Antropologia

Silva (2005) ao estudar a Feira de Campina Grande buscou privilegiar uma abordagem social das trocas que ocorrem no ato de consumo. Desta forma, ele destaca que apesar do caráter economicista presente nas trocas e negociações estabelecidas na Feira, a própria Feira é um evento social e sociológico.

Passamos por um breve estudo historiográfico da Feira de Campina Grande, percebendo como o crescimento econômico da Cidade motivou as mudanças na Feira, como este crescimento influenciou nos ideais da sociedade local e, assim, na divisão dos espaços urbanos. Relatamos também como a política local provocou transformações na organização e dinâmica da Feira, deslocando-a do centro da cidade, com justificativas sanitaristas, urbanas e políticas.

¹⁵¹ Os monumentos, lugares de memória referenciados são: Parque do Povo, Açude Velho, Praça da Bandeira, dentre outros.

Ao estudarmos o processo de patrimonialização da Feira de Campina Grande deparamo-nos com diversas problemáticas envolvendo gestão de políticas públicas, relação do Estado com a sociedade civil, relações hierárquicas de poder, processos políticos, políticas públicas (de patrimônio), gestão política¹⁵², jogo político partidário, dentre outras que permeiam o que Teixeira e Souza Lima (2010) chamam, em outro contexto, de “transbordamento das fronteiras e demarcações” dos campos antropológicos¹⁵³ e de sua relação com contextos sociais mais amplos.

Quando entrevistamos os agentes envolvidos no processo de patrimonialização, principalmente os funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), percebemos como a ação do Estado (Prefeitura Municipal de Campina Grande) influenciava no andamento do processo, uma vez que ela ficou responsável pelo pedido de registro.

No próximo capítulo ao descrevermos o processo administrativo de registro situaremos o papel destas duas instituições no caso estudado. Como elas se posicionam e disputam forças, interagindo nos processos sociais. Busca-se, portanto, uma descrição histórica cronologicamente coerente, privilegiando-se, ao contrário do que fizemos no presente capítulo, fontes documentais primárias do processo administrativo de registro e desta política de salvaguarda. Em um sentido mais burocrático veremos como a patrimonialização é, também, um processo documental que conta uma das histórias do processo social. Assim, a linguagem utilizada nos próximos dois capítulos são, na verdade, reflexos destes documentos administrativos.

¹⁵² Esta expressão que segundo Teixeira e Souza Lima (2010) “abrange não apenas as bases do exercício da autoridade política, mas também o modo pelo qual se conduzem os assuntos de uma coletividade de recursos” (SOUZA LIMA e CASTRO, 2015, p. 47).

¹⁵³ Contudo, devemos ressaltar, que estas temáticas dialogam com a sociologia e ciência política.

CAPÍTULO 3



Capítulo 3 – O processo de registro da Feira de Campina Grande

A concentração de diferentes tipos de capital [pelo Estado] leva de fato, à *emergência* de um capital específico, propriamente estatal: que permite ao Estado exercer um poder sobre os diversos campos e sobre os diferentes tipos específicos de capital, especialmente sobre as taxas de câmbio entre eles (e, concomitantemente, sobre as relações de força entre seus detentores) (BOURDIEU, 1996, p. 99, grifo do autor).

Até o presente momento fizemos a descrição de duas situações sociais localizadas no processo de registro da Feira de Campina Grande, posteriormente situamos a Feira historicamente, demonstrando as disputas políticas e simbólicas em torno do espaço específico e como este espaço relaciona-se com a cidade. Além, disso falou-se superficialmente que o processo de registro da Feira de Campina Grande compreende uma complexidade de fatos e situações, que se concluem com a oficialização do registro da Feira de Campina Grande como Patrimônio Cultural do Brasil.

Principalmente no ano de 2017 a mídia publicou notícias sobre a comemoração do título que foi concedido à Feira. Contudo, as notícias apresentavam apenas o pódio de uma maratona que durou mais de dez anos. Esse pódio foi a votação realizada na Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural que aclamou a dita Feira à Patrimônio Cultural do Brasil por unanimidade, registrando-a no Livro dos Lugares – situação já descrita no início deste trabalho.

A maratona, por outro lado, iniciou-se com o pedido de registro da Feira em 31 de agosto 2007 pela prefeitura municipal de Campina Grande. Do pedido até o dia 27 de setembro de 2017, dia que ocorreu a supracitada reunião, diversos acontecimentos marcaram a maratona, ou melhor, o processo de registro. Como a tentativa de reforma da Feira em 2009, a paralisação das atividades de registro em 2010, o evento para construção de um novo projeto de reforma com participação da comunidade em 2013 e os problemas no desenvolvimento do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) em 2014.

Neste capítulo busco descrever o processo administrativo de registro, composto por diversos documentos que estão sob a guarda do IPHAN. Esses documentos possuem uma narrativa diferente da que os atores que participaram do processo constroem, mas que também podem nos dizer muita coisa sobre o processo social. O Estado burocrático e democrático de direito exige a formalização de uma série de atos para que determinadas situações possam ser atendidas pelo Direito, tornando-se objetos de políticas, por exemplo. É o que acontece no

processo administrativo de registro. Na introdução busquei esclarecer em que contexto foi criado o instrumento de registro e o que é este processo administrativo.

O processo administrativo e o processo social

Apesar da legislação patrimonial tratar do processo administrativo, neste trabalho quando falo do “processo de registro” ou apenas “processo”, utilizo a palavra “processo” de forma mais ampla para contemplar também os eventos e situações, que não aparecem nos documentos do processo administrativo. Assim, me aproximo do sentido de processo social, que remete ao caráter dinâmico da sociedade, ao seu movimento. Insisto, portanto, na diferença entre “processo de registro” (processo social e seus significados) e “processo administrativo” (ao mesmo tempo uma das fontes documentais da pesquisa e campo de pesquisa).

Como já foi dito o processo administrativo é composto por documentos técnicos e formais que, em tese, devem acompanhar a cronologia dos fatos. Quando iniciei a pesquisa esse processo já estava próximo de sua conclusão, assim, a forma que encontrei para retratar o seu contexto (o seu início e diversos outros fatos), além de examinar os seus documentos, foi entrevistar algumas pessoas que participaram direta ou indiretamente do registro, e a partir de notícias publicadas na internet.

O pedido de registro da feira

Uma das pessoas entrevistadas, a coordenadora da equipe do INRC, faz pesquisas na Feira desde sua graduação (1997-1999), passando também a pesquisar a Feira no seu mestrado e no seu doutorado. Em 2007, antes do doutorado, ela atuava como professora da rede pública municipal de Campina Grande quando foi convidada pelo então Secretário de Educação, Esporte e Cultura, Flávio Romero Guimarães, para gerenciar uma equipe de projetos.

E eu disse: ‘Está, tudo bem. Eu topo coordenar esse trabalho, essa gerência de projeto, no entanto, eu gostaria, assim, de uma coisa muito pessoal, muito particular, que eu entendo, que a princípio, é particular, mas que é uma benesse pra Campina Grande e que, na verdade, Campina Grande reconhece a Feira de Campina Grande como patrimônio. E eu gostaria de dar entrada no pedido de registro’. E aí argumentei tudo que a Feira tinha e quais eram as benesses se esse registro saísse, por exemplo, para a gestão (ARAÚJO, 2017).

Com a anuência do secretário e do prefeito de Campina Grande, à época Veneziano Vital do Rego Segundo Neto, foi dado início às atividades que embasariam o pedido de registro. O gerente da Feira que ocupa o cargo desde 2005, recorda-se das primeiras articulações:

Quando Giovanna, quando o Tan¹⁵⁴, que na época ele estava coordenando, tinha uma coordenação na Secretaria de Cultura... Giovanna trouxe a ideia, trouxe para cá, trouxe as pessoas, a equipe e eu servia assim, como... eu não vou dizer assim... como cobaia, porque eu não sabia ainda nem o que era isso. Eu não sabia nem o que era IPHAN, não sabia o que era IPHAEP, eu não sabia absolutamente nada, mas eles foram fazendo perguntas e tinha que ter dados. Como é que eu vou ter dados sem ter o cadastro? Aí foi justamente aí onde nós começamos como um processo de cadastrar todos os comerciantes. Então, quando a gente começou a cadastrar todos os comerciantes foi que a gente foi começando a passar dados [...]. E a gente foi pegando de um e de outro. Quando a gente começou a anunciar que até o prazo tal quem não trouxer o documento tal, nem esse, nem esse, a gente não responderia mais por seu ponto comercial. Aí vieram tudo de novo aqui. Entendeu? (BATISTA, 2017).

Na entrevista, ele destacou a dificuldade de mobilizar e articular os feirantes neste momento inicial. Esse fato foi algo também percebido pelo presidente da Associação dos Feirantes, e por outras pessoas que participaram do registro, como a coordenadora da equipe do INRC. Segundo o gerente da feira e o presidente da Associação, a falta de interesse em mobilizar-se acontece em decorrência da descrença nas ações e promessas dos políticos. O gerente da Feira cita a ferramenta que eles tiveram que utilizar para conseguir a participação dos feirantes, como uma forma de conseguir a colaboração da comunidade a partir de uma cobrança que, na sua concepção, traria benefício para a própria Feira. Ele ocupa um cargo comissionado na prefeitura tendo como função a administração da Feira: fiscalização das normas que regem a organização e limpeza e manutenção dos espaços.

O contexto do recadastramento dos Feirantes, organizado pela prefeitura, foi apontado pelo referido gerente como uma atividade que iria subsidiar o pedido de registro, contudo só foi concluído três anos depois¹⁵⁵. Além do recadastramento, duas outras atividades são destacadas por Giovanna, ainda na época da mobilização em 2007¹⁵⁶: programas de televisão gravados na Feira Central¹⁵⁷ e a arrecadação de assinaturas para o abaixo assinado. Conforme declarado por Giovanna (ARAÚJO, 2017), o IPHAN já tinha deixado claro que a “comunidade detentora” é quem teria que dizer que a Feira é patrimônio e não o governo. Por isso, foi necessária a

¹⁵⁴ Alexandre Tan nessa época era funcionário da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

¹⁵⁵ Apenas em 2010 o recadastramento foi concluído.

¹⁵⁶ Ainda em 2007, Giovanna, saiu da prefeitura licenciada para desenvolver sua pesquisa de doutorado em Portugal.

¹⁵⁷ O programa Arrastapé.net de junho de 2007, por exemplo, teve algumas realizações na Feira Central de Campina Grande.

mobilização dos feirantes e dos moradores de Campina Grande. Os abaixo-assinados foram distribuídos pela cidade e vinham precedidos do texto:

Em cumprimento ao Decreto nº 3.551, de 04 de Agosto de 2000 do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial [...] bem como a Resolução nº 01, de 03 de Agosto de 2006, Art. 4º item III que exige um a [sic] Denominação e descrição sumária do bem proposto para o Registro, com indicação da participação e/ou atuação dos grupos sociais envolvidos, de onde ocorre e se situa, do período e da forma em que ocorre. Vimos por meio deste documento oficializar o reconhecimento identitário cultural e social da Feira Livre e Central de Campina Grande-PB, como patrimônio intangível/ Imaterial de nossa gente. Assim sendo, estamos de acordo que tenhamos o registro de Patrimônio Imaterial Brasileiro, concedido pelo IPHAN, sob o propósito maior de salvaguardar um bem cultural, que infere diretamente na expectativa de ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação a todos os campinenses que se identificam com a Feira, enquanto locus social de manifestações culturais campinenses, paraibanas, nordestinas e brasileiras (IPHAN, 2007, p. 13).

Apesar do que indica o texto, o abaixo-assinado tem o objetivo de suprir a demanda do artigo 4º, inciso VII, que exige como um dos documentos para a instauração do processo de registro a declaração de interesse e anuência do representante ou dos membros da comunidade produtora do bem proposto. Foram produzidas dezenas de páginas contendo os abaixo-assinados, que foram anexados ao requerimento de instauração de registro das “Manifestações Sócio-Artístico-Culturais da Feira de Campina Grande”.

Assim, o pedido de registro foi feito pela Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG), através de requerimento de Veneziano Vital do Rego Segundo Neto, o então prefeito da época. Segue parte do texto do requerimento:

Conforme previsto no Decreto nº 3551/2000, regulamentado pela Resolução nº 001/2006 [...] a PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPINA GRANDE, CNPJ [...] representada pelo prefeito Veneziano Vital do Rego Segundo Neto, RG [...] vem, por meio deste, apresentar documentação em anexo para apreciação deste reconhecido órgão quanto ao conhecimento das Manifestações Sócio-Artístico-Culturais da Feira de Campina Grande como Patrimônio Imaterial e Histórico do Brasil. Reconhecer as manifestações sócio-artístico-culturais da Feira de Campina Grande representa para a sociedade a valorização da diversidade étnica e cultural do seu povo. Implica na dotação de sentidos das raízes identitárias: hábitos, costumes e crenças. Além de possibilitar o usufruto dos bens de natureza imaterial na formação das futuras gerações, a saber expressões de natureza verbal e corporal, diversidade e autenticidade [sic] dos produtos comercializados, manifestações artístico-culturais no âmbito da literatura, música, dança e artesanato, bem como, políticas de captação e de promoção de parcerias para a sustentabilidade do Patrimônio Cultural Campinense (IPHAN, 2007, p. 13).

Apesar da prefeitura não se configurar como parte legítima para iniciar o processo administrativo de registro, o processo segue o rito prescrito de sua instauração¹⁵⁸. No requerimento não há menção ao registro da Feira no Livro de Registro dos Lugares, mas sim das suas manifestações sócio-artístico-culturais. O pedido foi feito diretamente ao Presidente do IPHAN, juntamente com os documentos bibliográficos, descritivos, fotográficos e audiovisuais sobre o objeto, assim requeridos pela lei (IPHAN, 2006, art. 4º). Dos documentos, destaco o vídeo que foi desenvolvido pela Prefeitura de Campina Grande, com direção e texto da coordenadora da equipe do INRC. O vídeo possui depoimentos de políticos (prefeito e vereadores), professores (da UFCG e da UEPB) e de feirantes (presidente da associação e outros), destacando a importância da Feira por seu valor histórico e cultural e da necessidade de mantê-la com esse valor. Em um dos depoimentos do vídeo o prefeito Veneziano afirmou existir um projeto de revitalização já nessa época (2007):

Existe um projeto já elaborado, já apresentado, inclusive, ao Ministério das Cidades, como também ao Ministério do Turismo, porque a Feira Central atrai milhares e milhares de visitantes [...]. Nós temos um projeto que foi elaborado para que reformulemos por completo não apenas nos investimentos de infraestrutura, mas nas outras melhorias também com outros programas de outras ações que serão desenvolvidas pela Secretaria de Saúde, pela Secretaria de Assistência Social. É um projeto de tamanho vulto que nós o orçamos em algo em torno de 29 milhões de reais [...] (FEIRA CENTRAL, 2007, 1'47"-2'20")

Neste sentido, não poderia haver surpresa por parte do IPHAN quando posteriormente foram iniciadas as obras de revitalização (2009). No processo administrativo, também verificase que o requerimento vinha acompanhado de um ofício da Bancada dos Deputados Federais do Estado da Paraíba¹⁵⁹ dando apoio ao pedido¹⁶⁰. Em setembro de 2007 ainda se verifica a presença de um outro ofício do Deputado Federal Vitalzinho¹⁶¹ insistindo no registro da Feira

¹⁵⁸ Esta falha no processo só foi identificada e corrigida tempos depois, quando o processo já estava próximo de finalização – o mesmo havia ocorrido com a Feira de Caruaru. As partes legítimas (proponentes) para iniciar o processo estão indicadas no Decreto 3.551/2000 e na Resolução IPHAN nº 001/2006: o Ministro da Cultura; as instituições vinculadas a este Ministério; as Secretarias de Estado, Municípios e do Distrito federal; além das sociedades ou associações civis (BRASIL, 2000, art. 2º; IPHAN, 2006, art. 2º).

¹⁵⁹ Na época os deputados federais eram: Vital do Rêgo Filho (PMDB), José Wilson Braga (PMDB), Wilson Leite Braga (PMDB), Manoel Alves da Silva Júnior (PSB), Marcondes Iran Benevides Gadelha (PSB), Luiz Albuquerque Couto (PT), Damião Feliciano da Silva (PTB), Armando Abílio Vieira (PTB), Efraim de Araújo Morais Filho (DEM), Ronaldo José da Cunha Lima (PSDB), Rômulo José de Gouveia (PSDB) e José Wellington Roberto (PSB). Interessante perceber que, da lista dos parlamentares, apenas Ronaldo Cunha Lima (adversário político do PMDB) não havia assinado o ofício.

¹⁶⁰ Este ofício foi protocolado a partir de um novo processo e, posteriormente, juntado ao principal.

¹⁶¹ Vital do Rêgo Filho, irmão do então prefeito de Campina Grande, Veneziano. Ele é destacado pela imprensa como um dos responsáveis por emenda parlamentar que garantiu orçamento para os projetos de revitalização das Feiras de Campina Grande.

de Campina Grande. O processo seguiu o rito da instauração do registro: foi verificada sua procedência junto ao Departamento de Patrimônio Imaterial e em seguida pela Câmara do Patrimônio Imaterial do Conselho Consultivo do Patrimônio¹⁶². Destaco que esta Câmara indicou a necessidade de mudança na forma do pedido, incorporando as manifestações sócio-artístico-culturais da Feira a categoria de Lugar, englobando o todo complexo, em um espaço de convergência. Portanto ao invés de registrar as “manifestações sócio-artístico-culturais”, registraria a “Feira de Campina Grande”.

Já em abril de 2008 um novo ofício é enviado pela Prefeitura de Campina Grande ao IPHAN/PB reencaminhando “o material relativo ao Registro da Feira Central de Campina Grande”. Insisto que o objeto de registro passou a ser enquadrado na categoria patrimonial de “lugar” da Feira e não mais as manifestação-sócio-artístico-culturais¹⁶³. Esta categoria, além de ser a que possui menos bens registrados (conferir o Quadro 2 nos Anexos), é uma das mais complexas. O Decreto 3.551/00 é bastante direto e simplório ao dizer que no Livro de Registro de Lugares “serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas” (BRASIL, 2000, art. 1º, §1º, IV). As Feiras de Campina Grande e Caruaru se enquadram na categoria porque a letra da lei é taxativa. Contudo, o site do IPHAN – plataforma que ajuda a dar publicidade a base teórica da instituição – busca explorar a categoria indicando que:

Os Lugares são aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas, participando da construção dos sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais (IPHAN, 2018C).

Parece então que não basta ser uma feira, pois para ser uma referência cultural, um bem cultural patrimonializável, o lugar deve focalizar a “vida social de uma localidade” e pertencer a “memória e identidades dos grupos sociais”. No caso específico da Feira de Campina Grande, percebe-se a relação do lugar com diversos grupos sociais que se relacionam com o território de diversas maneiras, construindo sua identidade e sua memória nele: feirantes, consumidores (antigos, esporádicos, recentes), moradores, passantes. No texto a instituição expande a noção de lugar trazida no Decreto de Registro (BRASIL, 2000). Essa ampliação utiliza-se de termos

¹⁶² Na introdução esclareci as funções do Conselho Consultivo do Patrimônio e de suas Câmaras Setoriais (a Câmara do Patrimônio Imaterial e a Câmara de Arquitetura e Urbanismo).

¹⁶³ Mas só em 2010 o DPI envia o processo ao IPHAN/PB para dar início a instrução.

discricionários, que abrem margem para o enquadramento de diversas possibilidades na categoria, mas no caso específico, isto é, na descrição do pedido do registro e na instrução do processo, esse enquadramento é feito a partir da construção narrativa técnica da referência cultural, alinhada com os parâmetros da instituição¹⁶⁴.

A categoria “lugar” guarda também relação com o patrimônio material e edificado. A divisão entre patrimônio material e patrimônio imaterial é trazida pelo IPHAN para facilitar suas ações técnicas que estão legitimadas em dois principais departamentos: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) e o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI).

Primeira tentativa de reforma na Feira

Dando continuidade ao processo administrativo de registro, em março de 2009 ocorre uma das primeiras visitas do IPHAN à Feira Central, momento em que o prefeito assina termo de responsabilidade garantindo a continuidade ao processo de instrução com a aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) (ARAÚJO, 2013)¹⁶⁵.

Ao mesmo tempo que a Prefeitura afirmava o compromisso com o registro, dava continuidade aos projetos para revitalização¹⁶⁶ das duas principais feiras de Campina Grande. A reforma da Feira da Prata¹⁶⁷, por sua vez, foi concluída em outubro de 2009, trazendo consequências para a paisagem e dinâmica dos feirantes e fregueses.

[...] na primeira gestão do prefeito Veneziano Vital do Rêgo (2005-2008), iniciou-se o processo de reestruturação do “Mercado Velho” da Prata para dar lugar ao “Novo Mercado” da Prata ou a “Nova Feira” da Prata, como passou a ser chamada. A reinauguração aconteceu no dia 14 de outubro de 2009 [...] (LIMA, 2015, p. 106).

Todavia, este processo desenvolveu-se em meio a inúmeras divergências entre o poder público e os feirantes que ocupavam o espaço, uma vez que a nova estrutura não foi suficiente para abarcar todos os feirantes e não atendeu todas as necessidades apontadas pelos usuários da mesma (LIMA, 2014, p. 8).

¹⁶⁴ Inclusive, para destacar a importância do enquadramento do bem em processo de registro na categoria patrimonial, em 2016 um parecer do IPHAN/Sede apontava a necessidade de “deixar claro o que se entende por ‘lugar’ – **como categoria de Registro** – e como a Feira se insere nessa categoria [...]” (IPHAN, 2007, grifo nosso) no caso da Feira de Campina Grande.

¹⁶⁵ Neste ano o IPHAN havia publicado a Instrução Normativa nº 001, de março de 2009, com o objetivo de regulamentar a utilização do INRC por entidades externas ao IPHAN. Hoje a utilização do INRC está temporariamente suspensa, em virtude de uma revisão que o órgão está fazendo.

¹⁶⁶ Sobre o termo revitalização, há quem critique em virtude da carga negativa que a palavra carrega, preferindo a palavra requalificação. Apesar de preferir a utilização desta, optamos pela palavra utilizada nos projetos de reforma, que estão no processo administrativo de registro e nos outros processos. Só em após 2013 a prefeitura passa a utilizar o termo “Requalificação”.

¹⁶⁷ As reformas da Nova Feira da Prata haviam iniciado em 2007.

Quanto a Feira Central, a Prefeitura ao fazer o pedido não apresentou projeto de revitalização ao IPHAN e ao passo que acontecia as reuniões relativas ao registro da Feira, não expôs o andamento dos projetos de reforma. Em novembro de 2009 é realizada a oficina “Discutindo a Nova Feira Central” promovida pela Prefeitura em parceria com o SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que vinha desenvolvendo nacionalmente o Programa de Modernização de Feiras Livres e Mercados¹⁶⁸. A oficina foi desenvolvida com a participação da: “administração da Feira Central, dos feirantes, do SEBRAE, Conselho Tutelar, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Obras, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Vigilância Sanitária, Secretaria de Educação e Cultura e da Câmara de vereadores” (FEIRA CENTRAL..., 2009A). Por outro lado, não contou com a participação dos órgãos do patrimônio, que só tomaram conhecimento efetivo da intervenção¹⁶⁹ quando ela estava em execução.

Disputas por espaço institucional: Registro ou Revitalização?

Em 2010, Emanuel Braga inicia os seus trabalhos como técnico em Ciências Sociais, no IPHAN/PB, ficando responsável pelo processo de registro da Feira de Campina Grande. Neste mesmo ano, uma equipe de técnicos, incluindo o próprio técnico em Ciências Sociais do IPHAN/PB, tomou conhecimento do projeto de revitalização, que já possuía projeto arquitetônico.

Alexandre Tan, coordenador de cultura da então Secretaria de Educação, Esportes e Cultura¹⁷⁰ da PMCG, intermediou a visita dos técnicos do IPHAN em 2010 à Campina Grande, quando tomaram conhecimento do projeto de revitalização. Esse projeto não possuía estudo prévio dos impactos ambientais e sociais¹⁷¹ e não havia solicitado autorização dos órgãos patrimoniais. Um escritório de Brasília foi selecionado para desenvolver o projeto, que, segundo Emanuel, não tinha participação popular e, à primeira vista, não respeitava a dinâmica da própria Feira.

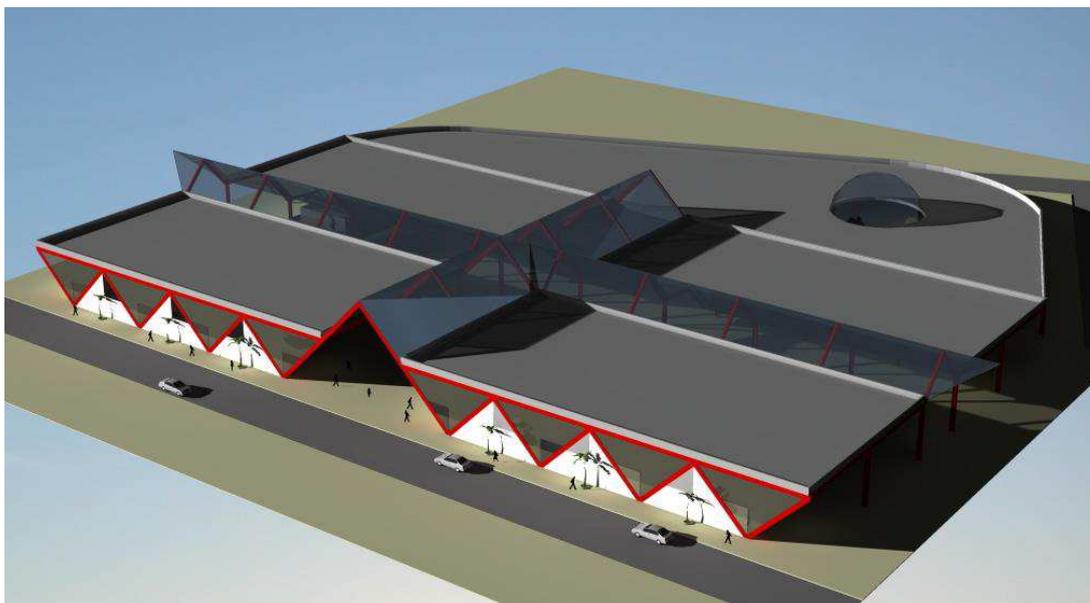
¹⁶⁸ Este mesmo programa havia sido implantado na Nova Feira da Prata e recebia elogios da imprensa local (FEIRA CENTRAL..., 2009A e 2009B).

¹⁶⁹ A Feira de Campina Grande localiza-se no em torno do Centro Histórico da Cidade, o que não impediria uma requalificação. Contudo, possui em uma de suas ruas um edifício que está cadastrado no IPHAEP, o Cassino Eldorado, onde funcionou um antigo cabaré da década de 1940. O cadastro do edifício o equipara a um bem tombado, exigindo que as obras no seu entorno sejam autorizadas pelo IPHAEP.

¹⁷⁰ Na gestão de Romero Rodrigues essa secretaria seria desmembrada em três secretarias: Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura e Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer.

¹⁷¹ Um dos requisitos básicos para intervenções urbanas de grande vulto é a Avaliação de Impactos Ambientais.

Figura 35 – Projeto de Revitalização da gestão de Veneziano



Projeto do Mercado Público (Mercado Central) da Feira Central de Campina Grande desenvolvido na gestão do prefeito Veneziano em 2010, pelo escritório de Brasília, Ferreira Santos Arquitetura & Engenharia Ltda. Fonte: Ferreira Santos Arquitetura & Engenharia Ltda.

No processo administrativo de registro (IPHAN, 2007) a primeira comunicação formal a respeito das obras de revitalização da Feira aconteceu em julho de 2010 com o ofício do IPHAN solicitando o “Projeto Executivo de Revitalização Feira Livre de Campina Grande”¹⁷² e do Memorial descritivo¹⁷³, e informando que a apreciação desses documentos “torna-se imprescindível para dar prosseguimento à instrução do Processo de Registro” (IPHAN, 2007, p. 222), uma vez que o Instituto, neste primeiro momento, estava preocupado com os “impactos culturais do projeto” – o que por si só não seria uma justificativa plausível para a paralisação das obras que estariam na “iminência de sua execução”.

Este primeiro contato não era esperado pela Secretaria de Planejamento, que foi surpreendida com a interferência do IPHAN no andamento do referido Projeto. Antes mesmo de entregar o material requisitado, o IPHAN/PB é convidado para uma reunião com o, na época,

¹⁷² O Projeto executivo é a última fase do Projeto de arquitetura. Além dele, existe o Levantamento de dados, o Estudo preliminar, o Anteprojeto, o Projeto Legal (com a autorização dos órgãos competentes) e, por último, o Projeto executivo, que segundo o Dicionário do Colégio de Arquitetura (PINHAL, 1996-?) é “Muito mais técnico, consiste no desenvolvimento detalhado do anteprojeto. Integra o projeto aos projetos complementares (elétrico, hidráulico, estrutural, telefônico etc.), dando plenas condições à execução da obra, conforme o detalhamento do projeto” (PINHAL, 1996-?).

¹⁷³ O Memorial descritivo é a “Descrição de todas as características de um projeto arquitetônico, especificando os materiais que serão necessários à obra, da fundação ao acabamento. Normalmente tem o objetivo de explicitar, na forma de um texto, as informações mais importantes e que constam do projeto completo e que, porém, devido ao volume de informações ser grande, não são facilmente observáveis, principalmente para uma pessoa sem a formação técnica” (PINHAL, 1996-?).

Secretário de Educação, Esporte e Cultura, Flávio Romero, com o objetivo de esclarecimentos. O técnico em Ciências Sociais do IPHAN/PB narra como foi a reunião:

E aí eu me lembro que foi um pouco constrangedora essa reunião, porque eles colocaram a gente na parede. Tipo assim: ‘Vocês estão falando que tem que congelar a Feira e que ela não pode ter uma dinâmica’. E foi colocando a gente assim, nessa berlinda. A gente disse assim, que o **registro é da dinâmica da Feira**, mas a dinâmica respeita como é que os feirantes traduzem essa Feira, como é que eles resistem essa Feira, **como é que eles estabelecem relações de trabalho nos espaços, quais são os conhecimentos que tem ali**, tal. A gente tentou, mas ele entrou com uns argumentos mais pesados assim... dizendo que não havia nenhuma contradição entre o projeto de revitalização no nível que eles estavam querendo e a solicitação de registro [...]. Ele argumentava, tinha outra figura que argumentava também, mas ele era o mais enfático [...]. Lembro que foi uma reunião com um foco. Como a gente também não tinha muitos conhecimentos de exemplificar a Feira, a gente ficava um pouco também na posição muito de tentar...de princípios das políticas públicas e essa coisa toda, mas não tínhamos como dar um exemplo: ‘existe uma rua assim tal tal tal, os feirantes estão assim, as necessidades deles são essas’. Hoje em dia é possível mobilizar a gente nesse sentido, depois de tantos anos participando disso tudo. E a ausência [...] de outras pessoas que se configuravam na solicitação de registro, também davam uma fragilidade à gente, nessa reunião. Mas aí ficou nesse embate e eles acabaram mandando o projeto meio à revelia e a gente fez um parecer¹⁷⁴ (BRAGA, 2017, grifo nosso).

Ele se esforça para explicar ao secretário algo que é bastante comum de acontecer: uma confusão entre o registro e tombamento e as implicações de cada um. Ainda é muito forte para as pessoas que quando se fala em patrimônio cultural a única forma de preservação é o tombamento e, assim, a propriedade do bem é condicionada as autorizações do Estado¹⁷⁵. Além disso, não fica claro os limites do patrimônio imaterial quanto aos seus aspectos materiais, principalmente quando falamos da categoria “Lugar”. O caso da Feira de Campina Grande é importante por isso, pois deu ao IPHAN a capacidade de intervir no caso concreto, sem que a legislação desse o respaldo que existe para o tombamento.

Sobre essa capacidade do IPHAN o técnico em ciências sociais, ressalta a insistência da Secretaria ao ratificar o projeto de reforma. Ainda em agosto de 2010, em resposta ao ofício do IPHAN que pedia o Projeto de Revitalização, o Secretário de Planejamento, Ricardo Nóbrega Pedrosa, informa que “ainda não dispõe” dos documentos solicitados, mas que iria enviar, assim

¹⁷⁴ O parecer é uma peça técnica na qual algum especialista é convocado a dar uma opinião a determinado assunto. No IPHAN o parecer é chamado de Instrução Técnica, mas os funcionários utilizam sua forma abreviada: I.T. Na entrevista, Emanuel fala do parecer que na verdade é a Instrução Técnica 001 de 9 de janeiro de 2012, que se posicionou contrária ao projeto da gestão de Veneziano.

¹⁷⁵ Quando um imóvel é tombado, reformas e alienações devem ser autorizadas pelo IPHAN ou IPHAEP, dependendo de quem é a competência.

que os recebesse da empresa vencedora da licitação¹⁷⁶ (IPHAN, 2007, p. 223) – mesmo as obras estando na iminência de sua realização. O IPHAN insiste com novo ofício, em meados de setembro, informando que estavam aguardando a documentação, e complementa:

Ressaltamos que para o caso de empreendimento de grande porte como a Revitalização da Feira Central, que se encontra em área de relevante interesse histórico para a cidade de Campina Grande, com grande potencial arqueológico, a obra deve prever as pesquisas de arqueologia, fase anterior ao início da obra, conforme o que dispõe a Lei nº 3924/61, nos Arts. 62, 63, 64, a Lei nº 9605/98, a Portaria SPHAN 07/88, a Portaria IPHAN 230/02 e a Resolução CONAMA 001/86 (IPHAN, 2007, p. 224)

Neste segundo ofício o IPHAN/PB utiliza-se das ferramentas legais e uma justificativa mais técnica – ao contrário do que antes chamou de “impactos culturais”. A resposta da Prefeitura com o “Projeto Executivo de Revitalização Feira Livre de Campina Grande” e com o Memorial descritivo do projeto foi enviado em outubro de 2010.

Projetos para Feira e a disputa pelo capital estatal

A Prefeitura seguindo a lógica de organização estatal desenvolve os dois projetos de intervenção na Feira, o registro e a revitalização, de forma separada, sendo coordenados por secretarias municipais distintas. Essa lógica gera tensões dentro da administração municipal e consequências para o processo administrativo de registro. Este funcionamento da administração que compartimentaliza o poder burocraticamente, transferindo para cada secretaria funções diferentes contribui para disputas também compartimentalizadas, que dizem respeito a diversos capitais:

O Estado é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor, de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores (BOURDIEU, 1996, p. 99).

Este metacapital é chamado por Bourdieu de capital estatal – destacado na epígrafe deste capítulo. O Estado que detêm o poder de aplicar a legislação, de burocratizar as relações e a linguagem, é também capaz de gerir a lógica das disputas entre os diversos agentes que atuam

¹⁷⁶ A empresa responsável pelo projeto foi a Ferreira Santos Arquitetura & Engenharia Ltda. (DF), já a execução seria responsabilidade da Construtora Cavalcante Ltda. (PB).

em diferentes campos, sejam feirantes, defensores do patrimônio, vereadores, funcionário da prefeitura, etc. Ele é capaz de gerir a lógica porque exerce poder sobre todos os capitais.

[...] o Estado contribui para a unificação do mercado cultural ao unificar todos os códigos - jurídico, linguístico, métrico - e ao realizar a homogeneização das formas de comunicação, especialmente a burocrática (por exemplo, os formulários, os impressos etc.) (BOURDIEU, 1996, p. 105).

Desta forma, a lógica burocrática, que aparece facilitando a nossa vida em alguns momentos e dificultando em outros, exerce também a função de legitimar as ações do Estado como o discurso técnico legitima a ação dos agentes no campo do patrimônio. Um dos aspectos legitimadores da burocracia e da técnica está retratado neste processo administrativo de registro. Este tramita dentro da máquina estatal, em um órgão dessa máquina, com o objetivo de facilitar a atuação do próprio Estado – a concretização das políticas públicas de preservação, por exemplo.

No processo de registro, é a partir de 2010 que o IPHAN comunica a Prefeitura a possibilidade da interferência da reforma no registro, com os possíveis impactos culturais, decorrentes da requalificação, mas as obras iniciam sua execução mesmo assim.

Ao final do ano de 2010 um outro processo administrativo¹⁷⁷ é iniciado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). A prefeitura de Campina Grande solicita informações sobre a área da Feira¹⁷⁸. No ofício enviado ao órgão estadual do patrimônio, a Secretaria de Planejamento pergunta se a Feira¹⁷⁹ localizava-se em Área de Preservação Rigorosa (APR)¹⁸⁰, que diz respeito a área delimitada pelo órgão que restringe a construção e reforma de imóveis próximo a bens tombados ou cadastrados¹⁸¹. No parecer, o IPHAEP informa à Prefeitura que a área da Feira, que corresponde ao Mercado Central e ao Largo do Pau do Meio, se encontra em Área de Preservação de Entorno (APE) de um imóvel cadastrado, o Cassino Eldorado, e complementa que:

¹⁷⁷ O processo 0395/2010, foi aberto em 10 de novembro de 2010. Compõe um dos processos administrativos que fazem parte do Processo de Registro da Feira.

¹⁷⁸ A partir do ofício 409/201- Gabinete do Secretário de Planejamento (Ricardo Nóbrega Pedrosa), constante no Processo 0395/2010/IPHAEP.

¹⁷⁹ Área compreendida pelas ruas Doutor Antonio de Sá, Marcílio Dias, Doutor Carlos Agra e Capitão João de Sá.

¹⁸⁰ “É a área (ou sítio) delimitada por Decreto Estadual de tombamento e devidamente inscrita em seu Livro de Tombo Estadual” (PARAÍBA, 2013) que visa coibir a desconfiguração da área preservada ou cadastrada pelo IPHAEP.

¹⁸¹ Como já observado em nota de rodapé anterior, para o IPHAEP o cadastro de imóveis não difere do Tombamento, gerando até as mesmas consequências. A diferença é que o bem quando tombado deve ter a publicação por um Decreto.

Toda e qualquer intervenção realizada em **Área de Preservação de Entorno (APE)** de imóveis cadastrados deve ter projeto analisado por este Instituto, regra que se aplica a área objeto de solicitação por parte do requerente.

Informamos ainda que no interior do sítio que compreende o Mercado de Campina Grande constitui **patrimônio imaterial**, e principalmente apresenta em seu interior bens de valor material (IPHAEP, 2010, grifos do autor).

Apesar do IPHAEP destacar o patrimônio imaterial, não há legislação estadual que trate desse tipo de patrimônio¹⁸². A função do órgão estadual ainda se restringe a preservação do patrimônio material. Segundo a arquiteta que trabalhou no IPHAEP, as principais atividades do órgão são análises de projetos arquitetônicos, portanto voltadas a ações referentes ao patrimônio material (COSTA, 2017).

Em abril de 2011 a própria Prefeitura inicia um terceiro processo¹⁸³ que tem a Feira de Campina Grande como objeto. Este processo administrativo solicitava do IPHAEP a análise do Projeto de Revitalização do Mercado da Feira Central. Assim, o Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais (CONPEC) do IPHAEP delibera sobre o projeto, aprovando o parecer do Conselheiro Amaro Muniz Neto, representante da FAMUP (Federação dos Municípios da Paraíba). O posicionamento dele foi pela aprovação do projeto com algumas ressalvas. O parecer, estranhamente, é bastante curto, segue apenas trecho dele:

Concordamos com o parecer da CAE [Coordenação de Arquitetura e Ecologia]¹⁸⁴ quanto a inclusão do prédio do Pau do Meio no “shopping”, recuperado em suas fachadas e coberta para implantação do setor de apoio e serviços do mercado, bem como da não ocupação da área central do mercado, que poderá ser ocupada por barracas clássicas cobertas por uma estrutura delicada que identifique a intervenção.

Recomendamos a manutenção das fachadas dos prédios definidores das ruas dos miolos de quadra, que como janelas do tempo darão integridade aos novos espaços, bem como conservarão a integridade da fotografia externa.

Recomendamos ainda a ocupação pelas barracas da área central das “ruas” de fundo de quadra, com passeios laterais contíguos as [*sic*] edificações já existentes, posta que tal solução estimulará a abertura das fachadas de fundos dos tais prédios contribuindo de forma decisiva para a interação urbana desejada (IPHAEP, 2011).

¹⁸² Não consegui localizar nenhuma legislação que na época tratasse a Feira de Campina Grande como Patrimônio Imaterial. Existe, por outro lado, diversas leis estaduais que individualmente reconhecem algumas referências como Patrimônio Imaterial do Estado da Paraíba sem, contudo, ter passado por um processo formal de registro. Como exemplo disso temos o São João de Campina Grande conhecido como o “Maior São João do Mundo”, considerado Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado da Paraíba através da Lei nº 9.390, de 28 de junho de 2011 (MAIOR SÃO JOÃO...,2011).

¹⁸³ O processo número 0121/2011, foi aberto em 6 de abril de 2011.

¹⁸⁴ Lendo o processo no arquivo do IPHAEP percebi que algumas páginas desse processo não estavam numeradas e que o parecer da CAE não estava no processo. Indiquei para funcionária que achou estranho e foi falar com sua supervisora. Depois de algum tempo ela retornou dizendo que iria verificar o erro. Até o momento não recebi retorno sobre o documento.

A peça técnica do parecer não descreve o motivo pelo qual o processo foi aberto e nem faz qualquer indicativo do projeto arquitetônico que está em objeto de estudo. No entanto, o que mais chama a atenção é que o parecerista não se posicionou de forma clara, colocando apenas algumas recomendações. Ressalto que na ata da 1.110ª Reunião do CONPEC, em que foi votado o parecer supracitado, alguns conselheiros manifestaram-se, inclusive Umbelino Peregrino, que representava o IPHAN. Este relatou que existia um processo de registro e que na época do pedido foram feitas algumas reuniões com o IPHAN para tratar sobre a requalificação, mas o processo estaria suspenso¹⁸⁵. Apesar disso este Conselheiro, representante do IPHAN, demonstrou que o projeto deveria ser melhor discutido, mas não justificou seu posicionamento¹⁸⁶. Porém, o CONPEC decidiu pela aprovação do parecer e pela criação de uma comissão que iria acompanhar algumas reformulações que foram recomendadas no parecer. Não fica claro se essa deliberação autorizaria o início das obras, mas, mesmo assim, a Prefeitura de Campina Grande começou a executar o projeto.

Em 2011 três processos administrativos de denúncia das obras da Feira foram abertos no IPHAN, dentre os quais um foi iniciado pelo Ministério Público Federal (MPF)¹⁸⁷. As denúncias eram em virtude das obras de drenagem das águas pluviais na Feira Central, o que gerou a instauração de um Inquérito Civil por parte do MPF¹⁸⁸. Estas obras, por interferirem com o subsolo do terreno, justificariam a demanda de um laudo arqueológico, segundo a resolução nº 1/86 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e legislações que tratam do subsolo como propriedade da União. Neste sentido, foi necessário um posicionamento do IPHAN quando o projeto de revitalização foi exposto na Informação Técnica nº 001 de janeiro de 2012. Esta peça documental, produzida conjuntamente por técnicos da área de Arquitetura e Urbanismo e de Ciências Sociais do órgão, coloca-se contrária ao projeto apresentado, analisando desde aspectos técnicos arquitetônicos à dinâmica cultural, organização social do espaço e os impactos da reforma. Segue um trecho deste parecer:

¹⁸⁵ Não deixa claro qual o processo que ele estava se referindo, contudo, o processo administrativo de registro realmente estava parado desde que se iniciaram os debates sobre a reforma da Feira, em agosto de 2010.

¹⁸⁶ Ressalto que isso é o que se apreende pela ata da reunião, sujeita a diversos erros e omissões da situação.

¹⁸⁷ São eles: Superintendência do IPHAN na Paraíba. Número do Protocolo: 01408.000668/2011-06. Denúncia de Obras de Drenagem de Águas Pluviais da Feira Central de Campina Grande; José Maria Bezerra Filho. Número do Protocolo: 01408.000699/2011-59. Assunto: Denúncia sobre mudanças na Feira de Campina Grande – PB; Procuradoria da República no Município de Campina Grande/PB. Número do Protocolo: 01408.000877/2011-41. Informação Técnica a Respeito da Revitalização da Feira Central de Campina Grande.

¹⁸⁸ Uma das funções deste órgão jurídico é a promoção “inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos” (BRASIL, 1988, art. 129, III).

Observou-se na proposta o uso de materiais de acabamento completamente alheios à linguagem arquitetônica local, à tradição das construções do lugar e à tipologia edificada do Mercado Público anterior. [...] não guardam nenhuma correspondência com a arquitetura tradicional de Campina Grande e não preservam qualquer referência cultural da feira livre.

Conforme a análise da equipe técnica do Iphan/PB, consideramos que o Projeto de Revitalização da Feira Livre Central de Campina Grande [...] não respeita as referências culturais dos feirantes, sua organização espacial tradicional, dissolvendo as formas de apropriação, uso e ocupação do espaço público. (IPHAN, 2007, p. 315)

O IPHAN/PB, através de seus técnicos, conseguiu mobilizar forças para impedir a execução de um projeto que, segundo os próprios técnicos, traria diversos impactos para a Feira Central. Toda a reforma em espaços públicos, seja em mercados ou praças, gera mudanças na dinâmica social do local, com consequências, muitas vezes, políticas, como no caso da reforma que a mesma gestão municipal executou na Feira da Prata que resultou na sua falta de credibilidade¹⁸⁹.

Falhas na comunicação entre a Prefeitura e o IPHAN/PB causaram problemas no andamento dos processos. Foram feitas reuniões entre os dois órgãos sobre uma possível intervenção no espaço da Feira, contudo uma série de normas deveriam ter sido respeitadas para que o procedimento de intervenção acontecesse. Segundo o técnico em Ciências Sociais do IPHAN/PB, a Informação Técnica (IT), produzida pelo órgão em 2012, foi de extrema importância para garantir a preservação do patrimônio cultural da Feira, servindo de base para a participação dos feirantes na formulação de um posterior projeto de intervenção. Na fala de Emanuel Braga a IT funcionou como uma estratégia da Instituição:

A gente fez uma Informação Técnica, essa Informação Técnica, por incrível que pareça, por mais que não tenha uma validade legal pública expressiva, ela acabou sendo o “fio de cabelo” que é o que [...] chamamos, o “fio de cabelo” que conseguiu segurar através de uma espécie de chantagem os interesses da Prefeitura de Campina Grande, junto com os ativistas e os representantes das associações, pro Registro da Feira fazer com que se discutisse a Feira em sua complexidade e não trouxessem um projeto feito de cima pra baixo. (BRAGA, 2017).

Percebe-se que a instituição teve que utilizar-se de seus instrumentos legais para obter alguma atitude do governo municipal. O diálogo gerado entre os documentos gerou a justificativa para o impedimento da intervenção municipal. A justificativa da imaterialidade de

¹⁸⁹ Esta falta de credibilidade pode não ser demonstrada através desta pesquisa, mas os próprios técnicos do IPHAN e da Prefeitura falaram a respeito disso. Encontramos a possível confirmação dessa falta de credibilidade nos trabalhos de Lima (2015; 2014).

um bem cultural interferiu jurídica e materialmente em um bem cultural. Sobre o mesmo parecer a técnica em arquitetura do IPHAN/PB destaca a sua perspectiva com relação ao projeto e o que ele significava para o processo de registro.

Na nossa leitura tinha uma questão ali subjetiva que estava vinculada a imaterialidade da Feira de CG e que se a gente aprovasse um projeto como aquele, era como se a gente tivesse colocando em risco o próprio processo de registro. Por que como é que o IPHAN vai dar andamento a um processo de registro de que está desconfigurando a característica oficial/original da Feira de Campina Grande. Então foi um pouco nesse sentido o nosso parecer. (MORAES, 2017)

O processo de registro estava paralisado desde que o IPHAN tomou conhecimento da existência do projeto de reforma (2010) e continuou durante todo o ano de 2012, ano das eleições municipais. O prefeito Veneziano apoiou a candidatura de Daniella Ribeiro (PP), contudo o candidato da oposição, Romero Rodrigues da Veiga (PSDB)¹⁹⁰ saiu vitorioso. O processo de registro passa a acontecer em uma nova conjuntura. A nova gestão municipal assume uma estratégia diferente da anterior, articulando-se para construir uma nova conjuntura no desenvolvimento das ações (registro e revitalização) da Feira. No próximo capítulo indico o novo caminho percorrido pelo registro da Feira de Campina Grande.

¹⁹⁰ Primo de Cassio Rodrigues Cunha Lima. O parentesco se dá pelo lado materno de Cássio, sua mãe Dona Glória também participa da articulação política e com a morte de Ronaldo Cunha Lima, em 2012, assume essa articulação com maior protagonismo.

CAPÍTULO 4



Capítulo 4 – Proseguimento do registro

Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (FOUCAULT, 1999, p. 38).

Com o início da nova gestão do prefeito Romero Rodrigues (PSDB), em 2013, o processo administrativo de registro e as atividades de intervenção na Feira voltaram a ser colocadas como centrais na política de governo a partir de duas secretarias municipais: a Secretaria Municipal de Cultura (SECULT) ficou responsável pelo registro e o projeto de requalificação sob responsabilidade da Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Com a nova conjuntura política, novos atores entram em cena trazendo mudanças e possibilidades.

Nesta gestão ocorre a retomada das atividades do processo administrativo de registro (2013), a produção do Inventário Nacional de Referências Culturais (2013-2015) e o registro da Feira de Campina Grande (2017)¹⁹¹. Em paralelo, a prefeitura realiza um evento onde os feirantes são chamados a participar da construção de um novo projeto de requalificação para o espaço da Feira (2013). Este evento e a construção desse novo projeto foram essenciais para que o IPHAN/PB abrisse o diálogo sobre o registro da Feira, que foi comprometido pela tentativa de revitalização da gestão anterior. Além disto, outros eventos relacionados com o registro transparecem a dinâmica das atividades realizadas ao longo de todo o processo (Conferir Linha do Tempo no final deste capítulo).

Nova possibilidade de reforma da Feira

Com o insucesso do projeto de reforma na gestão de Veneziano, o diálogo entre a prefeitura e o IPHAN/PB estava comprometido, inclusive o IPHAN havia paralisado o processo administrativo de registro em virtude da “falta de interesse da instituição proponente”¹⁹². Com a nova gestão, alguns agentes da Prefeitura de Campina Grande se articulam com outras instituições para iniciar um novo diálogo com o IPHAN/PB. No início do ano de 2013 André Agra, na época à frente da Secretaria Municipal de Obras (SECOB), entra em contato com o professor de arquitetura da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e pesquisador

¹⁹¹ O processo administrativo de registro tem o objetivo final de registrar a referência cultural.

¹⁹² É assim que em uma comunicação da Sede do IPHAN para o IPHAN/PB é descrito o andamento do processo, no início de 2013 (IPHAN, 2007).

da Feira, Marcus Vinícius, que relata como se iniciaram os primeiros diálogos com a nova gestão e essa instituição.

Então, daí André Agra me chamou para conversar... isso através também, nós tínhamos na época uns canais de rede social (Twitter e Facebook) e nós através desse grupo de pesquisa¹⁹³ começamos a cobrar da gestão ação pra Feira [...]. Eu fiz esse parecer, representando a UFCG, para reforçar o parecer do IPHAN e do IPHAEP¹⁹⁴. No caso eu estava falando mais do projeto de arquitetura. Ok! A partir disso, falei pra André Agra que tinha que ser feito um novo projeto, enfim. A partir de algum momento, não me lembro qual momento, esse debate saiu da SECOB e foi para a SEPLAN (QUEIROZ, 2017).

Assim a SEPLAN dava continuidade ao diálogo com os órgãos de preservação do patrimônio. O professor doutor em sociologia da UFCG, na época secretário de planejamento do município, diz o que aconteceu quando ele assumiu a SEPLAN e tomou conhecimento do dinheiro reservado para a revitalização da Feira Central.

Então, o que é que eu decidi? Conversei com o prefeito, eu digo: ‘Oh, a gente tem esse dinheiro, é de dezoito milhões, onde tinham sido executados 600 mil já para aquela primeira parte¹⁹⁵. E a gente não pode perder o dinheiro. Vamos... eu quero tocar esse projeto.’ O prefeito me deu carta branca. Mas eu disse: ‘Eu quero tocar de uma maneira diferente, eu quero conversar com a Universidade antes de tudo’. E assim foi (CANIELLO, 2017).

Segundo ele, ao receber a “carta branca”, no início de 2013, o diálogo foi iniciado com o IPHAEP e com o IPHAN/PB, no qual ficou decidido que não seria possível a execução do projeto de reforma desenvolvido na gestão anterior. Desta forma, o então secretário de planejamento e o professor de arquitetura da UFCG criaram a ideia da Oficina de Projeto Participativo, na qual os feirantes e outros interessados poderiam participar da produção de um novo projeto arquitetônico. No final de fevereiro, a SEPLAN já havia feito um Plano de Trabalho, que previa a contratação de diversos profissionais para o levantamento prévio e para elaboração do projeto arquitetônico, que deveria seguir as diretrizes produzidas na Oficina de

¹⁹³ Se refere ao projeto de extensão “A cidade como patrimônio cultural: Campina Grande, arquitetura e urbanismo”. “Objetiva conhecer, registrar, analisar e divulgar os patrimônios urbano e arquitetônico da cidade de Campina Grande, Paraíba, em parceria com organizações sociais e órgãos públicos vinculados à questão. Tem como metas: 1) inventariar construções e espaços públicos; 2) digitalizar projetos arquitetônicos originais de edifícios e espaços públicos; 3) sistematizar e georeferenciar as informações coletadas; 4) divulgar o banco de dados gerado. Para tanto, estão sendo utilizados modelos de inventário, ferramentas digitais de captura, edição e sistematização de imagens, recursos computacionais e softwares de geoprocessamento” (A CIDADE, 2018).

¹⁹⁴ Ele se refere a Informação Técnica IPHAN nº 001/2012 (IPHAN, 2007, p. 307) que não aprovou o projeto de revitalização da gestão municipal anterior. Quanto ao IPHAEP, provavelmente se refere ao parecer da CAE, que eu não consegui ter acesso, no processo 0121/2011.

¹⁹⁵ Contratação do projeto arquitetônico e da execução da obra de drenagem das águas pluviais, que foi embargada em 2011.

Projeto Participativo. Assim, em abril foi realizada uma audiência pública no auditório da SECULT, onde os membros do poder público puderam expor para os feirantes e à sociedade o desenvolvimento de um novo projeto, que agora seria feito com participação da sociedade¹⁹⁶. Já em 23 de maio de 2013, a Prefeitura de Campina Grande assinava Convênio de Parceria¹⁹⁷ com a Universidade Federal de Campina Grande tendo como objetivo desenvolver as “diretrizes projetuais para a Revitalização da Feira Central e do Mercado Público de Campina Grande” (UFCG, 2013, p. 62).

Os órgãos de preservação estavam cientes e concordaram que o novo projeto seria feito a partir da referida Oficina de Projeto, contudo eles destacaram que o evento deveria respeitar uma série de diretrizes. Assim, juntamente com a prefeitura, o IPHAN e o IPHAEP desenvolveram as “Diretrizes para Salvaguarda das Referências Culturais da Feira Livre Central de Campina Grande”¹⁹⁸ que ficaram registradas na Informação Técnica do IPHAN/PB nº 044 de 28 de maio de 2013, documentado no processo administrativo de registro da Feira (IPHAN, 2007).

Retomada do registro e formação da Equipe do INRC

No outro canal de diálogo com os órgãos de preservação estava a Secretaria Municipal de Cultura (SECULT) articulando o processo administrativo de registro. Consta neste processo que, em março de 2013, a referida secretaria manifestou interesse, através de um ofício ao IPHAN/PB¹⁹⁹, em dar continuidade ao registro²⁰⁰. Segundo a coordenadora da equipe do INRC, quando retornou de seu doutorado, foi convidada pela então secretária de Cultura, a professora da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba), Prof. Dr.^a Marlene Alves, para iniciar os trabalhos de uma nova diretoria da SECULT: a Diretoria de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Campina Grande. Esta seria encarregada de desenvolver as atividades para o

¹⁹⁶ Tive acesso à Ata da Audiência que está no Relatório de Atividades (UFCG, 2013). Segundo a mesma a audiência contou com a participação de aproximadamente 50 feirantes.

¹⁹⁷ Segundo o Contrato de Convênio presente no Relatório de Atividades (UFCG, 2013) a execução da parceria seria coordenada pelo então secretário de planejamento, representando a PMCG, e o professor de arquitetura da UFCG.

¹⁹⁸ Destaco desde já que há uma diferença entre essas Diretrizes de Salvaguarda (que tinham o objetivo de limitar algumas intervenções no espaço) e o Plano de Salvaguarda (que deve ser desenvolvido em etapa posterior ao Registro do Bem cultural). Em virtude das necessidades locais algumas diretrizes são parecidas com as recomendações, como se verá quando tratarmos do Dossiê de Registro.

¹⁹⁹ No processo uma comunicação feita nesta época entre a superintendência e a sede do IPHAN, na qual a Coordenadora de Registro do IPHAN, Cláudia Vasques, comunicou que o processo se encontrava parado “pelo desinteresse do proponente em dar início à sua instrução técnica” (IPHAN, Processo, 2007, p. 280).

²⁰⁰ Após a manifestação de interesse desta, a Superintendência do IPHAN na Paraíba solicitou informações sobre o estágio atual do projeto de reforma do Mercado Central e aguardou o andamento do diálogo.

registro da Feira, mais especificamente fazer o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) (ARAÚJO, 2017).

Assim, foi montada uma equipe multidisciplinar composta de funcionários e estagiários de diversas áreas. A equipe principal era formada por funcionários da prefeitura (SEDUC e SECULT): uma historiadora (a coordenadora do INRC), uma arte educadora, uma pedagoga e um sociólogo.

Duas secretarias, dois objetivos, um Lugar

Pelo exposto, percebe-se que as atividades da Prefeitura se concentraram em duas frentes de trabalho, SEPLAN e SECULT, onde cada secretaria montou a sua equipe multidisciplinar²⁰¹ e teve seus objetivos específicos. No caso da SEPLAN, o objetivo da equipe era fazer o “diagnóstico da Feira”, como ressalta o ex-secretário de planejamento:

Fizemos um diagnóstico da Feira. Então, teve todo um processo de cadastramento dos feirantes. Bastante detalhado. Todos os feirantes foram contatados; foi feito um mapa [...] de cada banca naquele espaço todo, pelos arquitetos, urbanistas, etc. foi feito o levantamento dos prédios históricos. A equipe de serviço social procurou ver [...] o povo invisível da Feira. Porque ali você sabe, né? Você tem moradores de rua, tem pessoas, crianças, tem, enfim, dependente de droga, você tem um conjunto de pessoas, digamos assim, marginalizadas, cuja a casa, entre aspas, é a feira grande [...] O pessoal da antropologia, justamente pra saber como era a dinâmica, fizemos uma pesquisa de opinião, com uma amostra bastante significativa de 300 feirantes. Então, a pesquisa de opinião para saber quais eram os principais problemas da Feira. Então, essa equipe... e é claro, os arquitetos, engenheiros estudando tecnicamente as soluções. E como eu disse, tudo isso dialogado com os próprios feirantes. (CANIELLO, 2017)

Em um pequeno espaço de tempo a equipe da SEPLAN consegue fazer os levantamentos que serviriam de base para a realização do evento “Qual é sua ideia para a Feira de Campina Grande? Oficina de Projeto Participativo”. Segundo o relatório deste evento (UFCG, 2013) desenvolvido pelo professor de arquitetura da UFCG, a SEPLAN executou uma série de atividades anteriores no diagnóstico da Feira: pesquisa de opinião, pesquisa sobre as dinâmicas sócio espaciais, levantamento fotográfico, desenvolvimento dos objetivos da SEPLAN, “levantamento e análise de projetos correlatos, pesquisa histórica, estudos dos levantamentos PMCG e projeto licitado, legislação vigente, levantamentos físicos espaciais”

²⁰¹ Segundo o ex-secretário de planejamento e professor da UFCG, a equipe era formada por arquitetos, engenheiros, assistentes sociais, antropólogos, estatísticos que mantinham comunicação com o pessoal da secretaria de cultura (CANIELLO, 2017).

(UFCG, 2013, p. 7). Ressalto a pesquisa de opinião que foi feita em maio de 2013, contando com a participação de 300 feirantes²⁰², composto por 38 perguntas direcionadas à Feira Central (ver “Questionário da Pesquisa de Opinião Feira pela Prefeitura” nos Anexos).

As perguntas tinham o objetivo de perceber como os feirantes viam a intervenção no espaço e quais direcionamentos poderiam ser dados no evento e no projeto. Essa pesquisa reforçou, assim, as justificativas para a reforma, pois já era do conhecimento do poder público que há algum tempo os feirantes vinham requisitando mudanças estruturais no local. O evento da Oficina de Projeto Participativo reuniu uma quantidade de materiais e a mobilização de diversos agentes (funcionário da prefeitura, professores de Universidades, estudantes, integrantes de várias associações e os feirantes) com a promessa da participação democrática.

Oficina de Projeto Participativo

O evento foi realizado no Mercado Central da Feira de Campina Grande a partir da parceria entre a PMCG (Prefeitura Municipal de Campina Grande) e a UFCG nos dias 31 de maio, 1 e 2 de junho. A Feira não parou para receber o evento que ocorreu na sexta-feira, no sábado e no domingo²⁰³. O relatório de atividades do evento expõe os principais envolvidos:

A ação é fruto de uma parceria entre o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande (CAUUFCEG) e a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Campina Grande (SEPLAN/PMCG). Contou com o apoio e a participação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDE), Secretaria de Educação (SEDUC), Secretaria de Cultura (SECULT), Gerência de Vigilância Sanitária (GVISA) e Superintendência de Trânsito e Transporte Público (STTP) da Prefeitura Municipal de Campina Grande; Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS), Unidade Acadêmica de Design (UADesign), Unidade Acadêmica de História (UAHis), Unidade Acadêmica de Geografia (UAG) e grupo de extensão *Campina Grande (PB), arquitetura e patrimônio cultural* (PROBEX) da Universidade Federal de Campina Grande; Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba (CAUUFPA), Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (CAUUFPE), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) (UFCG, 2013, grifos do autor).

²⁰² Segundo o mesmo relatório, a Feira era composta por 3.281 pontos de comércio, distribuído nos 75 mil metros quadrados de sua área total. A quantidade certa de feirantes que trabalham na Feira ainda é difícil de se auferir, pois muitos não possuem um ponto de comércio, circulando pela Feira vendendo os seus produtos ou indo apenas no sábado para vender. Além disto, a quantidade de feirantes por ponto comercial também sofre variações, por causa da natureza familiar deste tipo de negócio – podendo ter mais de duas pessoas por ponto.

²⁰³ A Feira de Campina Grande funciona de segunda à sábado. Contudo, quarta e sábado são os dias de maior movimento, sendo este último o dia principal. No domingo alguns feirantes vendem os produtos que sobraram na Feira da Prata (ARAÚJO, 2006).

O referido relatório revela o caráter descritivo deste tipo de documento, apontando as principais características do evento, objetivos, participantes, etc. Ele é composto por 27 páginas de texto relatando o que ocorreu e mais de 500 páginas de anexos – materiais desenvolvidos antes e depois do evento como: resultado das pesquisas, plano de trabalho, atas de reuniões, fotografias, lista de presenças, mapas, desenhos, etc. Serviu de base para alguns entendimentos do evento, contudo o foco principal foi a descrição que os entrevistados fizeram. Assim, as entrevistas aparecem como uma outra maneira de acessar a memória do evento. Das dez pessoas que entrevistei nesta pesquisa, apenas uma não tinha participado da Oficina²⁰⁴, o que implica que este é um evento de grande peso para a construção da narrativa de como este processo aconteceu.

Leitura dos participantes

Busco fazer uma relação entre os diversos depoimentos dos entrevistados e os documentos, não com objetivo de buscar discrepâncias, mas indicar a fala dos atores de acordo com o lugar que cada um ocupa nesse campo. Um dos arquitetos contratados pela prefeitura para desenvolver o projeto de revitalização da gestão de Romero e que participou da Oficina como arquiteto prestador de serviço da SEPLAN, foi a primeira pessoa que entrevistei e pelo lugar que ocupou (prestador de serviço), pôde destacar alguns pontos interessantes do evento.

Foi uma coisa super participativa. O feirante chegava e levava a gente numa banca para dizer qual era o problema daquela banca. Então assim, a gente percebeu que as pessoas queriam muito melhorar vários espaços, algumas pessoas não queriam. (ROCHA, 2017).

Além de falar sobre a importância da participação dos feirantes, apontou também alguns conflitos presentes no evento e na Feira (como a sua precariedade, por exemplo). Ele aponta como alguns empresários conseguem lucrar com a precariedade da Feira, pois, na medida em que há o esvaziamento dos pequenos comerciantes, outros adquirem diversos boxes daqueles que não conseguem dar continuidade aos negócios, montando um grande “conglomerado” de boxes (Figura 36).

²⁰⁴ A entrevistada que não participou foi a técnica em antropologia da Sede do IPHAN, pessoa que ocupou o cargo de Coordenadora de Registro em parte do período que o processo de registro da Feira estava em andamento. Ela me concedeu a entrevista através da internet via Skype, quando estava em licença para o doutorado na Universidade de Brasília (UNB).

Figura 36 – Corredor da rua Cristóvão Colombo



Caso em que um comerciante possui diversos boxes destinado a apenas um empreendimento. Lucrando com a precariedade. Fonte: Foto do autor, abr. 2018.

Figura 37 – Cartaz do Evento

qual é sua ideia para a feira de Campina Grande?
 oficina de projeto participativo
 Feira de Campina Grande, 31 de maio a 02 de junho de 2013

Fonte: Relatório de Atividades do projeto de extensão (UFCG, 2013).

Outro depoimento sobre a Oficina de Projeto é de um dos feirantes que participou do evento, o presidente da Associação de Feirantes (AFEMEC), Cícero. Destacou os benefícios do projeto e os “pontos positivos” do evento.

[...] o workshop aqui, pegou muita sugestão, teve vários arquitetos, engenheiro da própria universidade [...]. O próprio órgão, o IPHAEP, o IPHAN, tinha muita gente envolvida, né? E eu gostei muito do projeto. Primeiro que ele não descaracterizava muito a Feira e preservaria as edificações antigas, para não perder essa característica da Feira Central, que é o foco do IPHAN de **conservar o patrimônio, nas formas mais originais, não perder suas características** (RODRIGUES, 2017, grifo nosso).

Cícero, aponta a questão da originalidade como sendo o foco das atividades do IPHAN. Este órgão vem cada vez mais destacando a importância da dinâmica nos processos sociais, sendo fundamental para entender os registros, que, teoricamente, não defendem o congelamento e reificação da originalidade – como o faz o tombamento. Por outro lado, vamos discutir mais na frente como a folclorização e a tradição estão presentes nos discursos patrimoniais. Ainda sobre os “pontos positivos”, o secretário de planejamento à época, expõe em entrevista o que achou do evento:

Então foi um sucesso muito grande, extremamente participativo, né? Não apenas com os feirantes que já estavam interagindo conosco, mas outros que acabaram se agregando: os próprios consumidores, transeuntes ali, então, foi um sucesso [...]. E dali nós tiramos as diretrizes do projeto. A partir dali se construiu então o projeto a partir do que foi delimitado naqueles dois dias, acho que foram dois dias (CANIELLO, 2017).

Eles indicam, nesse primeiro momento os “benefícios”, sempre destacando a participação da comunidade local. Diante do cenário anterior em que não houve participação da comunidade no desenvolvimento de um projeto de requalificação, no evento de 2013 o IPHAN e o IPHAEP deram o apoio necessário para que o projeto respeitasse o valor artístico e tradicional do patrimônio edificado do entorno, mas, principalmente, que as manifestações culturais, expressas nos ofícios, e na dinâmica da comunidade fosse colocada como principal diretriz.

Além da participação da comunidade, a os órgãos do patrimônio foram convidados a participar como uma estratégia da prefeitura para alcançar o objetivo da efetivação da reforma – estratégia que não foi utilizada na gestão do prefeito Veneziano. O ex-secretário de planejamento destaca esse convite como primordial para a relação com as instituições do patrimônio:

Foi uma relação um pouco tensa no início, mas como eles foram convidados como atores... a ideia foi essa, que você convida os órgãos de controle para ser um ator na construção do projeto e não pra vir apenas fiscalizar. Então, a partir daí foi uma relação muito boa. Tanto é que, né? Você sabe como o projeto foi feito. Feito de forma participativa [...]. Então, como eles se

sentiram contemplados, no sentido de “vamos construir o projeto juntos”, eu nunca tive problema nenhum (CANIELLO, 2018).

O IPHAN convidado a participar, atuou efetivamente no evento, inclusive influenciando alguns resultados nas discussões dos Grupos de Trabalho e das Plenárias. Ao participar como convidado o IPHAN, parece ser cooptado pelo discurso articulador da prefeitura, o que remete a colocação de Bourdieu.

Para que um campo funcione, é necessário que haja paradas em jogo e pessoas prontas a jogar esse jogo, dotadas do *habitus* que implica o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, das paradas em jogo, etc. (BOURDIEU, 1983, p. 120).

A técnica em arquitetura e o técnico em Ciências Sociais (ambos do IPHAN) participaram do evento como representantes do órgão. Estes dois técnicos, que já vinham acompanhando os processos administrativos (de revitalização e de registro) da Feira, apontam como evento conseguiu trazer os feirantes para as discussões do projeto e, também destacam a participação do órgão no evento:

Foram, parece, dois ou três dias. E que nós ficamos lá ouvindo os feirantes. Teve uns momentos de plenárias com os feirantes, de ouvir mesmo (MORAES, 2017).

Mas foi um negócio tão interessante que a gente entrou de cabeça nesse projeto. A gente era para estar mais como alguém que ia participar de algum grupo de trabalho nos momentos finais e a gente acabou participando de todo o processo de planejamento [...]. (BRAGA, 2017)

Porque o ideal desde o início era que os feirantes participassem [...], mas se eu fosse eleger o momento que eles mais participaram desse processo de registro, eu diria sem sombra de dúvida que foi a Oficina de Projeto Participativo (BRAGA, 2017).

A estratégia da prefeitura de convidar o IPHAN como um colaborador deu oportunidade para a abertura de novas questões levantadas ou apoiadas pelos técnicos da instituição. A base da política de salvaguarda do patrimônio imaterial do IPHAN (suas diretrizes e instrumentos) é a participação e o envolvimento da “comunidade detentora do bem”. A salvaguarda engloba não apenas uma atuação institucionalizada, mas a forma como a própria sociedade mantém e preserva seus bens culturais, suas referências. O próprio termo “referência cultural” é estabelecido a partir da comunidade: o que os atores sociais referenciam na sua cultura, em outras palavras “pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido”

(INVENTÁRIO NACIONAL, 2000, p. 11). Nesse sentido, a fala do técnico em Ciências Sociais já indica a importância do Evento de Oficina Participativo para a efetivação dessa política de salvaguarda: a participação da comunidade. Por outro lado, o fato de dizer que este evento foi o momento de maior participação, por si não é suficiente para nos indicar de que modo ocorreu a colaboração dos feirantes no processo como um todo.

De qualquer forma, os depoimentos sobre o evento se concentraram na participação da sociedade, como conta a coordenadora da equipe de trabalho do INRC, que destaca como os feirantes colaboraram com os diversos profissionais:

Montou-se um stand na Feira, onde os feirantes podiam chegar lá e propor, dizer quais eram suas demandas para Feira e os arquitetos e sociólogos e historiadores, enfim, era uma equipe gigante [...]. (ARAÚJO, 2017).

A partir das observações feitas pelos entrevistados, podemos perceber que o processo de registro de 2007 até 2013, possibilitou um rearranjo dos posicionamentos. Os feirantes, que no decorrer da história, sofreram intervenções as mais variadas – seja para mudar o lugar da Feira, para cadastrar e recadastrar os pontos de comércio, para obedecer ou se revoltar contra os ditames governamentais –, sendo invisibilizados²⁰⁵ nestes processos, tinham com o Evento de Projeto Participativo (2013) a possibilidade de participar das decisões e de dar opiniões. Se as opiniões seriam acatadas já é outra questão, uma vez que elas dependeriam de diálogos acima da participação social, relacionados a regulamentos legais (de higiene e saúde ou tombamento) e projetos institucionais (de desobstrução de vias para o tráfego ou valor patrimonial), isto é, diálogos de projetos políticos e de construção de discursos técnicos (engenharia de trânsito, saúde, patrimonialização, etc.).

Processo e Conflito

Então eu lembro que um ponto polêmico foi a questão da Rua Manoel Pereira de Araújo [a Rua das Galinhas] (COSTA, 2017)

Teve uns momentos de plenárias com os feirantes, de ouvir mesmo [...]. Criaram grupos para pensar soluções para os diversos setores da Feira. Mas eu lembro que a gente teve muitos conflitos também, nesse evento. (MORAES, 2017).

E teve momento muito tensos. E isso eu gostei também. Momentos tensos de que algumas diretrizes que o IPHAN mais ou menos tinha definido junto com

²⁰⁵ As Revoltas de Quebra-Quilos (1851/1852), o Ronco da Abelha (1874) e o Rasga-Vales (1895) ilustram essa ideia de invisibilidade dos feirantes.

o IPHAEP, alguns arquitetos achavam que eles estavam muito amarrados [...]. (BRAGA, 2017).

Os três depoimentos que abrem essa seção são de agentes patrimoniais, o primeiro de arquiteta ex-funcionária do IPHAEP²⁰⁶, o da técnica em arquitetura do IPHAN/PB e do técnico em Ciências Sociais do IPHAN/PB, que participaram do processo anterior e posterior ao evento. A temática central dos depoimentos foi o conflito decorrente das disputas entre projetos diferentes. A arquiteta e ex-funcionária do IPHAEP fala da problemática envolvendo a obediência das normas da vigilância sanitária e a dinâmica dos feirantes na venda de mercadorias na Rua Manoel Pereira de Araújo, a Rua das Galinhas. As diretrizes que o técnico em Ciências Sociais do IPHAN/PB faz referências são aquelas “Diretrizes de Salvaguarda” projetuais que foram desenvolvidas um mês antes do evento – apontadas no início do capítulo.

Estas diretrizes²⁰⁷ produzidas em conjunto (IPHAN, IPHAEP, SEPLAN e SECULT) tinham o objetivo de coibir as ações que poderiam agredir a dinâmica cultural dos feirantes e o valor patrimonial das edificações, estabelecendo limites na reforma do espaço. A primeira e uma das diretrizes mais frisadas no workshop de 2013 foi: “resguardar a organização espacial-setorial própria dos feirantes, valorizando os modos tradicionais de compra e venda” (IPHAN, 2007).

Sabemos que o conflito faz parte da vida social, como destaca Simmel: “Conflito é, portanto, destinado a resolver dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir algum tipo de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio” (SIMMEL, 2011, p. 567). O conflito foi essencial para a construção do atual projeto e, assim, o atendimento das reivindicações básicas dos feirantes. A oficina de projeto participativo buscava uma espécie de unidade no estabelecimento de parâmetros para o projeto de requalificação da Feira Central e, portanto, os conflitos, apontado pelos próprios atores, apareceram em diversos momentos.

Neste evento, que tinha o objetivo de dialogar as ideias coletivamente, era impossível não se deparar com estes conflitos. Os projetos dos órgãos estatais (SEPLAN, SECULT, STTP, GVISA), dos feirantes, dos órgãos patrimoniais e das outras instituições (Universidades e Associações) se apresentaram contrários e, assim, foram desencadeados os momentos de “tensão” e “polêmica”²⁰⁸. Destaco duas tensões que apareceram com mais frequência nas entrevistas que estão no Relatório da UFCG e relacionam-se com as Diretrizes mencionadas: o

²⁰⁶ Apesar de não trabalhar mais no IPHAEP, ela estava como arquiteta do órgão na época da Oficina de Projeto Participativo.

²⁰⁷ Refiro-me a Informação Técnica IPHAN nº 044/2013, onde estão as Diretrizes de Salvaguarda, já destacada anteriormente.

²⁰⁸ Coloco em aspas para frisar que são expressões que os entrevistados falaram.

caso da Gerência de Vigilância Sanitária (GVISA) com relação à higiene na venda de animais e laticínios e o caso da Secretaria de Trânsito e Transportes Públicos (STTP) com relação à Rua Deputado José Tavares.

Higiene (GVISA)

A Gerência de Vigilância Sanitária (GVISA) segue uma série de regulamentos relacionados a parâmetros de higiene e saúde que foram colocados como contraditórios com alguns costumes mantidos na Feira, mais especificamente na venda e no abate de animais a céu aberto, na venda de laticínios e na venda de carne sem a “devida” refrigeração²⁰⁹ ou atestado de procedência.

A venda de carnes acontece principalmente dentro do Mercado Central. Os feirantes expõem as carnes penduradas em ganchos ou colocadas diretamente no balcão ou da mesa de venda – poucos feirantes possuem balcão de inox com vidro e refrigeração, a maioria vende em cima dos balcões revestidos de azulejo branco ou apenas cimento.

Os queijos e doces são vendidos em uma das ruas que margeiam o Mercado Central, a rua Marcílio Dias. As barracas são feitas de cimento com metal e madeira, encostadas umas às outras. É comum o vendedor de doces (de goiaba, de jaca, de coco, “quebra-queixo”, etc.) vender também o queijo de coalho ou de manteiga – combinação regional da sobremesa conhecida como “Romeu e Julieta”. Esses produtos ficam expostos no balcão da barraca – na maioria das vezes coberto apenas com um plástico filme ou pano (tecido).

Já a Feira das Galinhas ocorre na Rua Manoel Pereira de Araújo, a mesma rua do Casino Eldorado – que está cadastrado no IPHAEP como patrimônio edificado²¹⁰. Nesta rua algumas barracas feitas de madeira, vendem as aves vivas, que podem ser abatidas no local²¹¹. Esta rua é marcada pelo tipo de comércio e alguns usos “marginais” (ponto de uso de drogas e prostituição):

Que é a rua do Eldorado e que é a rua mais marginal da Feira. Assim... onde tem feira de troca, de produtos roubados – está naquela rua –, fumo, coisas de candomblé, está lá. Porque é uma coisa marginalizada. E os animais vivos: aves, bode, tudo está lá. E a parte de galinha também era lá. Essa parte da

²⁰⁹ Ressalto ainda a existência da Feira de Peixe, próximo a Feira de Flores. Entretanto apenas um dos entrevistados (ROCHA, 2017) fez referência a ela sem especificar a existência deste tipo de “tensão” ou “polêmica”.

²¹⁰ Esta edificação foi de extrema importância para a intervenção dos órgãos patrimoniais nas reformas da Feira Central, pois o seu entorno também passa a ser objeto de preservação. No capítulo anterior foi mencionada essa questão.

²¹¹ É comum que os consumidores vejam que a galinha que ele escolheu é exatamente a que está sendo abatida para evitar qualquer artimanha na troca do produto.

galinha, durante o cadastro, a vigilância sanitária fez uma ação e tirou da rua essa matança de galinha na rua. E o pessoal da galinha se reuniu e alugou uma casa, na época, um imóvel, na própria rua. E aí fizeram uma reforma, fizeram azulejo e tal. E passaram a abater as aves dentro dessa casa num Termo de Ajustamento de Conduta com a vigilância sanitária (ROCHA, 2017).

Este trecho da entrevista com o arquiteto contratado pela Prefeitura, já aponta algumas problemáticas sociológicas que envolvem a Feira como um todo. Por exemplo, a marginalização de diversos produtos e atividades da Feira: é bastante comum em virtude da realização de práticas muitas vezes consideradas arcaicas e dos “riscos” que são produzidos por estas práticas. Na verdade, essas classificações são impostas por um sistema de normas técnicas dominantes atualmente, o “sistema perito” (GIDDENS, 1991), típico da sociedade moderna, que produz referências para a confiança ou a desconfiança em certas práticas.

Figura 38 – Feira das Galinhas



Fotografia de Pedro Carvalho. Retirada do material do Relatório do Evento (UFCEG, 2013), cedido pelo Prof. Marcus Vinícius.

A coordenadora da equipe do INRC, por outro lado, reflete sobre a problemática envolvida na Feira de Galinhas, ressaltando o ponto de vista do feirante:

A galinha é abatida no meio da rua, aí você tinha o jogo de interesse de disputa ali: a vigilância sanitária dizia que não podia ser abatida na rua, ‘está errado isso’; o freguês, por sua vez, acha interessante assistir, escolher a galinha e saber qual a galinha que ele leva pra casa - ele faz isso quando ele escolhe e é abatido na rua; e o feirante interessado na sua freguesia, que a sua freguesia está satisfeita. Então, foi tenso, a oficina foi tensa nesse sentido, porque se tinha que chegar a um projeto prévio, que atendesse a todos os interesses, mas foi interessante, porque houve uma democratização, vamos dizer assim, das falas. (ARAÚJO, 2017)

Os conflitos aconteciam à medida que os projetos/ideias eram expostos e, assim, aceitos ou rejeitados. A “democratização das falas” acontecia nesse sentido. Por outro lado, dizer o que queria, não significava que seria atendido no projeto final. No decorrer do evento e das fases posteriores percebe-se a impossibilidade de atendimento a todos os interesses na construção de um “projeto ideal”.

A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou, se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores (BOURDIEU, 1983, p. 120)

As falas seriam gerenciadas pela administração pública, detentora da força legítima para dizer o que poderia ser atendido no projeto final. Essa possibilidade se deu na medida em que acordos foram feitos a partir da abdicação ou relativização dos interesses. O que valeria mais: a dinâmica da comunidade com seus costumes ou as normas de higiene e saúde? A folclorização de algumas práticas ou bem-estar dos feirantes?

Nas falas esteve presente o debate envolvendo as regulamentações legais e os costumes dos feirantes (principal defesa do IPHAN). Segundo a arquiteta ex-funcionária do IPHAEP, o IPHAN apareceu nesse debate para defender o interesse dos feirantes.

Então eu lembro que um ponto polêmico foi a questão da Rua das Galinhas, né? [...]. E a ANVISA [refere-se a GEVISA], falava: ‘Oh, não pode. Para você comercializar carne tem que ser num ambiente refrigerado, tem que ter isso, tem que ter aquilo, tem que ter... enfim, a câmara de refrigeração, tem que ser num local com higiene, esgotamento [...]’. E isso era uma coisa que afrontava diretamente, pelo que me lembro, o IPHAN. Porque o IPHAN falava: ‘Mas olha, isso daqui é uma coisa característica da Feira. Essa rua aqui já está caracterizada pela comercialização das galinhas, desse jeito.’ Estes pontos que eram de extrema tensão. (COSTA, 2017)

A defesa da tradição pelo IPHAN é destacada por outros entrevistados e pela própria instituição que cada vez mais se identifica com a tutela de valores tradicionais ou valores estéticos, construídos ao longo da trajetória do Instituto (GONÇALVES, 1996). A tradição faz referência a algo que nasce no passado, mas que necessita ser transmitido para o presente e que, em alguns momentos, parece prescindir de reflexão.

Seu sentido mais elementar deriva de *traditum*, ou seja, de algo (objetos materiais, crenças, representações, práticas, instituições etc.) que é transmitido do passado ao presente, e seu poder, justamente da crença em sua existência,

independentemente de uma reflexão sobre sua duração, suas formas de transmissão ou exibição, e o grau de deliberação racional em sua criação ou autoria (GRÜNEWALD, 2012, p. 186).

Constantemente usado pelos técnicos do IPHAN e por pessoas que participaram do processo de registro, o termo tradição é usado para conceituar o patrimônio imaterial²¹². O IPHAN entende por bens culturais de natureza imaterial:

as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social (IPHAN, 2006, preâmbulo).

De um lado o patrimônio material é reconhecido pelo IPHAN como algo construído no passado e que se busca preservar evitando interferências da degradação humana (com o tombamento); de outro lado o patrimônio imaterial é visto como fundado na tradição (passado) mas vivido no cotidiano da comunidade e em suas referências culturais. O IPHAN entende

tradição no seu sentido etimológico de “dizer através do tempo”, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado (IPHAN, 2006, preâmbulo).

A dimensão e repercussões do poder não aparece no conceito dado pela instituição. Neste sentido, Grünewald (2012), ao fazer um apanhado geral das discussões acadêmicas sobre o termo tradição, aponta o caráter arbitrário deste termo, que impõe uma ideia do passado no presente. A ideia do passado, como sabemos, é construída e legitimada por diversos interesses e, muitas vezes, tem a capacidade de romantizar ou fantasiar situações que diluindo o seu caráter arbitrário (de projetos diversos). Assim,

Na condição de comportamento orientado pelo passado, a tradição é fundamentalmente arbitrária; como invenção presente, um processo que extrai sua autoridade do comportamento passado (GRÜNEWALD, 2012, p. 186).

No mesmo sentido, o termo patrimônio denota a busca pelo passado (tradição) e por sua preservação:

O termo “patrimônio” – em inglês, *heritage* – refere-se a algo que herdamos e que, por conseguinte, deve ser protegido [...]. O patrimônio cultural precisa

²¹² Remete, por outro lado, às noções de identidade, ação e memória dos grupos sociais.

ser preservado, numa operação pelo meio da qual se procura guardar algo que corre o risco de ser destruído (OLIVEN, 2009, p. 80).

Figura 39 – Feira de Carnes no Mercado Central



Fonte: Fotografia de Pedro Carvalho. Retirada do material do Relatório do Evento (UFCCG, 2013).

O passado, assim, deve ser preservado, salvaguardado ou conservado, pois se constitui muitas vezes como patrimônio. Todos estes três termos remetem à tutela ou proteção. O que não tem a capacidade de se proteger precisa de um tutor. Tutelar valores é também uma forma de tutelar os atores que sustentam esses valores e é assim que o órgão se posiciona no processo: na defesa dos interesses dos feirantes, da “dinâmica cultural”, da “dinâmica da organização espacial”, etc. Assim, a causa da tutela é a possibilidade de seu desaparecimento, uma vez que a cultura popular sempre esteve em vias de desaparecimento (CERTEAU; JULIA; REVEL, 1989). A “Beleza do morto” texto destes três autores reflete sobre a forma como a burguesia “matou” a cultura popular para exaltá-la como algo extinto ou em vias de extinção. Neste

sentido, o perigo iminente do desaparecimento da tradição, da cultura popular se perpetua desde muito tempo. Não é diferente o caso da Feira de Campina Grande. No documentário de Elyseu Visconti Cavallero (1979) e no livro de Francisco Pereira Júnior (1977), os autores destacam o risco constante da Feira ser extinta em virtude da lógica modernizadora: crescimento urbano e dos supermercados. Então, o IPHAN aparece para tutelar a Feira.

No caso da polêmica da higiene o órgão questiona algumas imposições legais em detrimento dos interesses dos feirantes, da parte “mais frágil” e mais impactada pelo processo de intervenção.

Figura 40 – Feira de Doces e Queijos



Fonte: Fotografia de Pedro Carvalho. Retirada do material do Relatório do Evento (UFCEG, 2013).

O arquiteto prestador de serviço da prefeitura, destaca mais uma vez o embate entre os dois projetos, a tradição de um lado e, do outro, o enquadramento legal:

Tem sempre aquele confronto de algumas práticas de resistência da Feira e que o mundo moderno não permite. A gente era o que intermediava a relação entre os feirantes e vigilância sanitária. Se para vigilância sanitária havia uma série de demandas que historicamente a Feira não atende... o queijo. O queijo não poderia ser vendido de forma exposta. A carne muito menos [...]. Faz parte da tradição deles, mas a vigilância sanitária não permite [...] a vigilância sanitária pra determinadas coisas ela não negociava. (ROCHA, 2017).

Ele se coloca como um dos que estava intermediando essa relação entre os dois lados, em virtude do lugar que ocupava: um dos responsáveis por fazer o projeto, mas que não era da prefeitura e, portanto, não era a favor de um projeto que não levasse em consideração as opiniões dos feirantes. Ele aponta a tensão entre a lógica moderna e a lógica da Feira. O workshop tinha o objetivo de desenvolver as principais demandas e interesses que o projeto iria contemplar e, como disse a coordenadora da equipe de trabalho do INRC, para atender “a todos os interesses”.

Figura 41 – Local de abate das galinhas



Fonte: Fotografia de Pedro Carvalho. Retirada do material do Relatório do Evento (UFCG, 2013). Barraca localizada na “Rua das Galinhas”. O pescoço da galinha passa pelo funil e é feito um corte para que o sangue escorra para a bacia.

Ao final do evento chegou-se a uma proposta sobre a situação da Feira das Galinhas. Seriam mantidos o abate e a venda dos animais vivos, contudo em um prédio com as especificações da GVISA. A Feira também continuaria na mesma rua, Manoel Pereira de Araújo. Além disso, a venda de queijos e carnes deveria atender as especificações do órgão sanitário (refrigeração).

Mobilidade urbana (STTP)

[...] eu lembro que a tensão era em relação a isso. Uma rua que tinha uma organização, uma lógica interna, inclusive, uma identidade e uma setorização dos produtos comercializados e, ao mesmo tempo, existia essa pressão da prefeitura de liberar ela pra os ônibus. (COSTA, 2017)

Neste trecho da entrevista, a ex-funcionária do IPHAEP, falou da problemática que envolveu a Rua Deputado José Tavares. Como já mencionando anteriormente a Feira de Campina Grande, é organizada por setores mais ou menos homogêneos, a Feira de Hortifrutigranjeiros se concentra principalmente na Rua Dep. José Tavares, que é a continuação da Rua Afonso Campos. Estas duas ruas, juntamente com a Rua Treze de Maio, formariam um corredor alternativo para o tráfego de carros, que segundo a STTP, diminuiria a quantidade de carros na Avenida Floriano Peixoto, uma das principais vias da cidade, que concentra a maior parte do transporte público.

Acontece que o carro ao trafegar pela Afonso Campos não consegue prosseguir na Dep. José Tavares em virtude das barracas que foram construídas nesta rua no decorrer do crescimento da Feira de Campina Grande. Com o crescimento da cidade, diversos supermercados foram instalados na região, visando a grande quantidade de potenciais consumidores que circulam na região, o centro da cidade é ponto de parada do transporte público municipal e extramunicipal. Assim, os próprios feirantes buscaram táticas para combater o crescimento da concorrência: buscando sair do miolo da Feira para suas extremidades, mais próximas das avenidas principais, onde estão os diversos supermercados.

A rua Dep. José Tavares é uma das entradas principais da Feira, conhecida principalmente por causa da sua proximidade com as principais paradas de ônibus. Os usuários que chegam de ônibus, podem encontrar diversos produtos nessa “ponta de Feira”, desde produtos hortifrutigranjeiros, oleaginosas e temperos, além de bares e lanchonetes. Nesta ponta também é possível acessar o largo da Feira ou Largo do Pau do Meio, conhecido também como Terreno dos Martins, localizado na rua perpendicular à rua Dep. José Tavares, rua Dr. Antônio Sá, onde são vendidos produtos variados como confecções, plásticos e ferragens, além da grande quantidade de moradias e bares que ali estão estabelecidos.

A Dep. José Tavares é uma das ruas mais utilizadas, colaborando, assim, com a lucratividade dos feirantes que conseguiram se estabelecer nela. Por outro lado, essa lucratividade não é bem vista por outros feirantes, que veem nela um bloqueio para a passagem dos fregueses para o meio de Feira: Mercado Central e adjacências. Alguns entrevistados que preferiram não se identificarem, destacaram que são a favor da retirada dos feirantes daquela

rua em benefício da maioria dos feirantes que estão localizados em outras ruas. A retirada ou não dos feirantes para passagem de ônibus e outros automóveis gerou este tipo de questionamento por parte de feirantes que possuem seus pontos em outras ruas e que se colocam como “prejudicados” pela rua.

O ex-secretário de planejamento, um dos representantes da prefeitura na época do evento, destacou que independente dos projetos das instituições, o objetivo do workshop foi ouvir a comunidade local:

Foi tudo dialogado lá. Tinha algumas coisas na cabeça, mas qual era a ideia? A ideia é aquela mesma: qual é sua ideia sobre a feira? [nome do workshop]. [...] tinha é claro, teve questões conflitivas, que a gente procurou discutir ali, por exemplo, a Rua Deputado José Tavares e tal, que enfim... a STTP também participou. Tinha uma ideia ali de liberar o trânsito naquela rua. Então, tudo isso foi conversado ali. Era tudo conversado ali. E não terminou ali, porque a gente teve outras plenárias depois disso. (CANIELLO, 2017)

A retirada dos feirantes foi proposta pela STTP no evento da Oficina de Projeto Participativo. Logo no início do evento realizado em maio de 2013, na Feira Central, a coordenadora da equipe do INRC percebeu qual era a proposta da prefeitura para essa rua:

Tivemos um problema grande lá, que estou me lembrando agora, que foi a questão da rua Deputado José Tavares. É uma das artérias da Feira principais e que – aí veja, outro interesse [...]. E a gente observou quando chegou – e eu digo a gente, são as pessoas da Secretaria de Cultura na época e, também do IPHAN e do IPHAEP. Parece que existia essa coisa desses blocos bem definidos [...]. E que quando nós chegamos não vimos nenhuma barraquinha na maquete da Deputado José Tavares, perguntamos: ‘o que é que está acontecendo? Por que é que não tem barraca aqui? Essa rua tem barraca, ela é tomada por barracas.’ ‘Não, mas não vai ter mais barraca’. ‘Por que é que não vai ter mais barraca?’ ‘Não, não vai ter porque tem um projeto que a STTP fez, viário, que diz que essa rua aqui tem que ser desobstruída.’ ‘Ah! Não, mas a gente está aqui para discutir isso’. (ARAÚJO, 2017)

Ela mesma destacou a existência de um grupo de participantes atuando ao lado de uma causa específica, a defesa do patrimônio e dos “feirantes” – que por si é uma categoria difícil de se uniformizar, mas a uniformidade é uma das características do discurso patrimonial. Há uma seleção das referências culturais que são enquadradas como patrimônio, assim, sempre que se falar da Feira de Campina Grande como Patrimônio Imaterial lembra-se que ela está inscrita no livro dos lugares e foram selecionadas “x” referências sobre ela. A unidade no discurso é uma das consequências apontadas por Handler (1984) da “objetificação cultural”, isto é, “a materialização imaginativa de realidade humanas em termos de discurso teórico baseado no

conceito de cultura” (p. 56, tradução minha)²¹³. A Feira é tratada como um lugar, uma comunidade imaginada, como um objeto e, assim, necessita de fronteiras e de características que a torne distinta de sua área circunvizinha.

O grupo que se colocou em defesa dos “detentores do bem cultural” (os feirantes) e da tradição era formado, inclusive, por funcionários dos órgãos do patrimônio e dos funcionários da Prefeitura que atuavam na SECULT e na SEDUC (que formariam a equipe de trabalho do INRC). Ressalto aqui que o termo “tradição” foi utilizado pelos próprios entrevistados para se referir aos costumes dos feirantes ou ao que eles classificavam como os costumes dos feirantes – as referências culturais foram transportadas da realidade pesquisada (pela equipe que selecionou e fez o inventário) para as categorias e fichas da pesquisa de campo do INRC. A técnica em arquitetura do IPHAN/PB, fala da defesa desta tradição e do caso da “querela” da rua supracitada.

Então tiveram algumas ideias. Eu lembro que quando estavam discutindo as ideias ainda... e a gente: ‘Não’. A gente era sempre aquela voz que dizia: ‘Não, veja só. E a tradição? E tem certas coisas que precisam ser preservadas. Esse traçado, essa rua’. E tinha uma questão específica, sobre uma rua específica [...]. É a rua que tem a feira de hortifrúti [Rua Deputado José Tavares], que eles estavam querendo tirar a Feira de lá pra que passasse um ônibus. Aí eu sei que foi a grande querela desse evento era essa rua [...]. Mas a questão para nós não era essa, a questão era que independente do que a gente fizesse ou esperneasse, já estava decidida a questão de abrir essa rua, porque já era um projeto da Secretaria de Trânsito [STTP]. Para eles não era uma questão [...]. Mas aí a gente encrencou tanto que virou uma questão. Como fazer para manter o tráfego só em alguns dias e horários e outros não. Sabe? Uma maneira de compatibilizar, de deixar as barracas...será que tem como deixar ao mesmo tempo as barracas e um espaço para os carros e ônibus? [...] Foi um grande exercício de ideias, para a partir disso que veio o projeto”. (MORAES, 2017)

Na entrevista a arquiteta fala do desenvolvimento das alternativas para o projeto da STTP. É nesse sentido que os interesses deveriam chegar a um acordo para a construção de um projeto arquitetônico possível. Pela fala dos entrevistados, o interesse da STTP na abertura da rua já era algo resolvido, mas que em virtude dos outros interesses existentes, passou a ser dialogado.

O técnico em Ciências Sociais do IPHAN/PB, aponta a importância desse conflito, mas não deixa de reconhecer a problemática envolvendo a rua.

²¹³ No original: “the imaginative embodiment of human realities in terms of a theoretical discourse based on the concept of culture” (HANDLER, 1984, p.56).

Foi um momento que o IPHAN estava como convidado, teve opiniões relevantes consideradas ali naquele momento e que naquela conjuntura dos arquitetos da UFCG, dos coordenadores, conseguiu propiciar essa atuação mais direta. Inclusive mudando, tentando mudar os rumos de um trecho do projeto que era tirar, transformar a [rua] Deputado José Tavares numa via onde passasse ônibus. Tirar todas as barracas. Ali está um problema sério. Ali é uma rua que deixou de ser rua, porque feirantes fizeram alvenaria no meio da rua, entendeu? Um problema legal, tem um problema legal aí. Que... mas daí você pegar esse problema legal urbano e cortar pela raiz totalmente, e usar como modo para desengavetar um projeto da Secretaria de Mobilidade Urbana [refere-se a STTP] de Campina Grande e ignorar que aquilo ali é um trecho fundamental da Feira, é a ponta de Feira, é a principal ponta da Feira. Na verdade, se discute hoje em dia, isso a Salvaguarda vai ter que dar conta. A [rua] Deputado José Tavares é responsável por um certo esvaziamento da feira. Porque a galera já resolve tudo ali. [...]. O que não se pode fazer é de cima pra baixo mandar passar o ônibus ali à fórceps. De tudo que se pode discutir... pode se discutir várias coisas com os feirantes. A Deputado José Tavares tem problemas específicos e que fazem que o povo tenha as demandas específicas relacionadas aos problemas específicos da [rua] Deputado José Tavares [...]. (BRAGA, 2017)

Como já foi dito, alguns feirantes conseguem perceber os problemas que são apontados na rua Deputado José Tavares, contudo, em busca de não criar conflitos, muitos se calam. A técnica em arquitetura do IPHAN/PB, destacou que até mesmo no evento não havia consenso entre os feirantes.

Aí tinha...inclusive com os feirantes também, porque quando a gente jogou para eles o que eles queriam sobre essa rua, uns diziam que achavam bom, que tirasse, que não tinha problema se levasse para outro canto, outros diziam não, mas a Feira, aquela rua. Teve opiniões até dos feirantes, tanto contra como a favor. (MORAES, 2017)

O arquiteto prestador de serviço da prefeitura também apontou o caso da rua e como o IPHAN se preocupou em mudar o planejamento da STTP.

Mas o IPHAN, como a pauta sempre era essa coisa do patrimônio imaterial e como as representações do IPHAN que estavam no evento já demonstraram que o tempo todo que para eles isso era muito importante, eles é... se detiveram muito na questão da [rua] Deputado José Tavares, embora o parecer²¹⁴ detonasse muito mais coisa. (ROCHA, 2017)

Ainda sobre o caso da rua o na época secretário de planejamento, fala do apoio e da oposição na ideia da STTP.

²¹⁴ Fala do parecer que avaliou o Projeto de Requalificação, publicado em 2015.

Teve discussão sobre isso. Enfim, a maioria apoiava, né? Claro que as pessoas que estavam lá, ali estabelecidas ali naquela rua, existia uma resistência, em relação a isso. O próprio vereador Olímpio, Olímpio Oliveira era um dos que era resistente em relação a essa questão de abrir aquela rua ao trânsito, mas a gente não fez cavalo de batalha disso, a gente estava conversando (CANIELLO, 2017).

Em relação ao vereador Olímpio Oliveira (PMDB), que já é um político influente na Feira, tendo inclusive um familiar que é feirante, não consegui resposta para uma possível entrevista. O professor de arquitetura da UFCG, um dos organizadores do evento, destacou como o tema desta rua ocupou o workshop.

Tivemos vários momentos de debate e embates. Teve um momento muito animado que foi quando o debate da famosa rua Deputado José Tavares, que a confusão foi tão grande que a gente teve que chamar a STTP pra explicar a ideia deles e eles ficaram lá discutindo muito tempo no sábado. Tem até as fotos desse momento, que tem até o superintendente da STTP discutindo com os feirantes. A discussão dessa rua foi tão grande que você vai ver no **material** que ninguém chegou a uma conclusão (QUEIROZ, 2017, grifo meu).

O material que ele faz referência é o Relatório do Evento (UFCG, 2013) desenvolvido por ele, que acompanha as propostas para solucionar o debate sobre a rua com desenhos das propostas criadas pelos grupos de trabalho. Assim, os participantes chegaram a três propostas:

- 1) manutenção da situação atual, com o logradouro ocupado pela feira livre todos os dias e trânsito fechado para a circulação de veículos motorizados (carros, ônibus, motos etc.);
- 2) na perspectiva de desobstrução da via para abertura de corredor de transporte público, seguindo diretrizes da Superintendência de Trânsito e Transporte Público (STTP) da PMCG, a Feira deveria ser transferida para as ruas Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral, nos trechos entre a Avenida Floriano Peixoto e a Rua Deputado José Tavares;
- 3) proposta conciliadora entre as opções 1 e 2, propôs-se a abertura da Rua Deputado José Tavares para trânsito de domingo a quinta-feira e o fechamento do tráfego nas sextas e nos sábados, para a realização das atividades na Feira Livre. (UFCG, 2013, p. 23)

Ao contrário da situação da GVISA e a “Rua das Galinhas”, que se chegou a um meio termo, no caso da STTP não houve resolução. Ainda hoje a polêmica da abertura ou não da rua não foi resolvida. Segundo o gerente da feira²¹⁵, a resolução da questão será responsabilidade do Plano de Salvaguarda, que ainda está em fase de desenvolvimento.

²¹⁵ O técnico em Ciências Sociais do IPHAN/PB também fez referências ao Plano de Salvaguarda.

Porque eu ouvi ainda, eu participei da conversa, melhor dizendo, eu, ele [o professor de arquitetura da UFCG] e o vereador Olímpio Oliveira. A questão da salvaguarda, que vai ser dor de cabeça. Se para aprovar foi dessa forma... Escreva aí! Anote lá no papel: bem que Agnaldo falou. (BATISTA, 2017)

Figura 42 – Propostas para Rua Deputado José Tavares



A base das três propostas se resume a essas duas imagens. A primeira imagem é a proposta do STTP com a transferência dos feirantes. Já a segunda se enquadra nas outras duas propostas: fechada para tráfego ou revezamento de dias para o tráfego. Fonte: Imagem adaptada do material do Relatório do Evento da Oficina de Projeto Participativo (UFCG, 2013, pp. 583/584).

O Plano de Salvaguarda deve respeitar as recomendações (ou indicações) de salvaguarda que foram produzidas a partir das demandas levantadas pelos participantes dos diálogos produzidos pela Oficina de Projeto Participativo e que foram elencadas no Dossiê

Final da Feira de Campina Grande²¹⁶ (DOSSIÊ DE REGISTRO, 2017). Apesar deste Dossiê não especificar a rua Deputado José Tavares nas recomendações de salvaguarda, faz-se referência a ela em outras partes do Dossiê.

Figura 43 – Entrada da Rua Deputado José Tavares



Fotografia retirada do Google Earth. Entre o supermercado *Pexinxá* e o *Esquinão da Verdura*, está localizada a entrada da rua, objeto de disputas vivenciadas no evento da Oficina de Projeto Participativo. Fonte: Google Street View.

Na entrevista com o gerente da Feira, ele ressaltou a atuação dos políticos no local, apontando as promessas não cumpridas e o uso do espaço pelas campanhas eleitorais e como a atuação desses políticos (oposição ou situação) pode influenciar na decisão sobre a rua Deputado José Tavares.

Apesar dos conflitos e tensões, o Dossiê Final, assim, como os principais agentes participantes do processo de registro destaca a relevância do evento para a participação da comunidade.

A Oficina de Projeto Participativo “Qual a sua ideia para a Feira de Campina Grande?” é, provavelmente, a primeira experiência planejada de abertura de diálogo com os “detentores do bem” que deixou explícita a necessidade de uma construção mais democrática de um projeto de intervenção nos espaços da Feira [...]. A oficina conseguiu mediar, na medida do possível, diálogos

²¹⁶ O Dossiê Final é o documento produzido com base no INRC e em todas atividades decorrentes do processo administrativo de registro. Ele é um dos principais produtos do registro, descreve as características e os assuntos relevantes sobre o bem cultural. Por outro lado, esse material deve ser apresentado de forma sintetizada evitando a exaustividade do INRC.

institucionais entre a associação de feirantes, o poder público local, UFCG, UFPB, Iphan e Iphaep [...]. (DOSSIÊ DE REGISTRO, 2017, p. 89).

O produto do Evento: O projeto de Requalificação

A “Oficina de projeto participativo: Qual a sua ideia para Feira de Campina Grande?” abriu o diálogo com a comunidade e com os órgãos de patrimônio, possibilitando a construção do projeto de intervenção. Transformou também as possibilidades de um outro seguimento para as atividades realizadas na Feira. Os conflitos e tensões presentes no evento, foram essenciais nessas transformações que possibilitaram o desenvolvimento do projeto apresentado no final do ano de 2013.

Ainda neste mesmo ano, foi realizada uma audiência na Câmara dos Vereadores para tratar especificamente do assunto do projeto da STTP e Rua Deputado José Tavares, a partir do requerimento do vereador Olímpio Oliveira, que há algum tempo participa das ações na Feira Central²¹⁷. Na audiência estiveram presentes os comerciantes, os funcionários dos órgãos patrimoniais e os representantes da prefeitura.

Além desta audiência na Câmara dos Vereadores, foram realizadas reuniões setoriais (para cada tipo de produto vendido – as reuniões setoriais), além de outras plenárias com os diversos comerciantes. O ex-secretário de planejamento ressaltou a ocorrência das reuniões setoriais com os profissionais da SEPLAN e as reuniões maiores (plenárias) com intuito de aprovar aspectos mais gerais.

Isso, essas reuniões setoriais, por exemplo, com o povo da rua [...]. Mas as plenárias eu presidia, e a última foi exatamente, foi no SESC Centro, foi exatamente a apresentação do anteprojeto para aprovação e foi aprovado ali, a partir daquele estudo que a gente tinha feito. (CANIELLO, 2017)

Assim, no final de 2013, foi realizado um outro evento no Mercado Central com o objetivo de apresentar o projeto de requalificação da Feira para a comunidade. O evento contou com a participação do prefeito Romero Rodrigues que, em vídeo disponível na internet, aparece discursando e respondendo questionamentos dos feirantes no evento citado (ROMERO RODRIGUES..., 2013). No seu discurso ele destaca os benefícios do projeto, mais conforto e

²¹⁷ Não consegui informação suficiente para aprofundar esse assunto. Ressalto, por outro lado, que o vereador Olímpio Oliveira tem relação com a Feira desde muito tempo, sendo, inclusive, um dos fundadores da Associação dos Feirantes do Mercado Central (AFEMEC). Seu pai ainda possui um ponto comercial na Feira. Solicitei pelas vias formais uma reunião com o vereador, em janeiro de 2018, contudo não obtive resposta.

beleza, mais estacionamento e acessibilidade, com edifícios garagem, melhoria ao acesso de ônibus e segurança:

Vamos revitalizar para melhorar todos os aspectos. Mesmo porque, revitalizando fica mais bonita, fica mais atrativa... vamos tentar – e aí eu quero a compreensão, a parceria aqui de vocês para compreenderem que ninguém vem aqui com a frequência maior se não tiver acesso. Por que é que as pessoas vão ao shopping? Campina tem uma marca muito grande histórica da Feira Central ao ar livre, talvez a maior e mais bonita, sobretudo, pela presença da população do Brasil, nesse espaço livre [...], porém o espaço de acesso é essencial (VEIGA, 2013).

Romero Rodrigues da Veiga, no seu discurso faz questão de falar o nome de alguns feirantes presentes no momento, saudando e elogiando os produtos que eles vendem. Diante da Feira, o prefeito busca a atenção de todos quando destaca os benefícios. Contudo aponta também os “problemas” da Feira – destaco o caso da rua Deputado José Tavares.

Na medida que a gente revitaliza, que a gente pode ver o espaço, que a gente revitaliza o patrimônio histórico dessa Feira. Inclusive pelo Eldorado, que todo mundo fala. Tem rua interditada, minha gente! Aí cria problema porque o carro não circula, não circula gente, não circula ninguém (VEIGA, 2013)

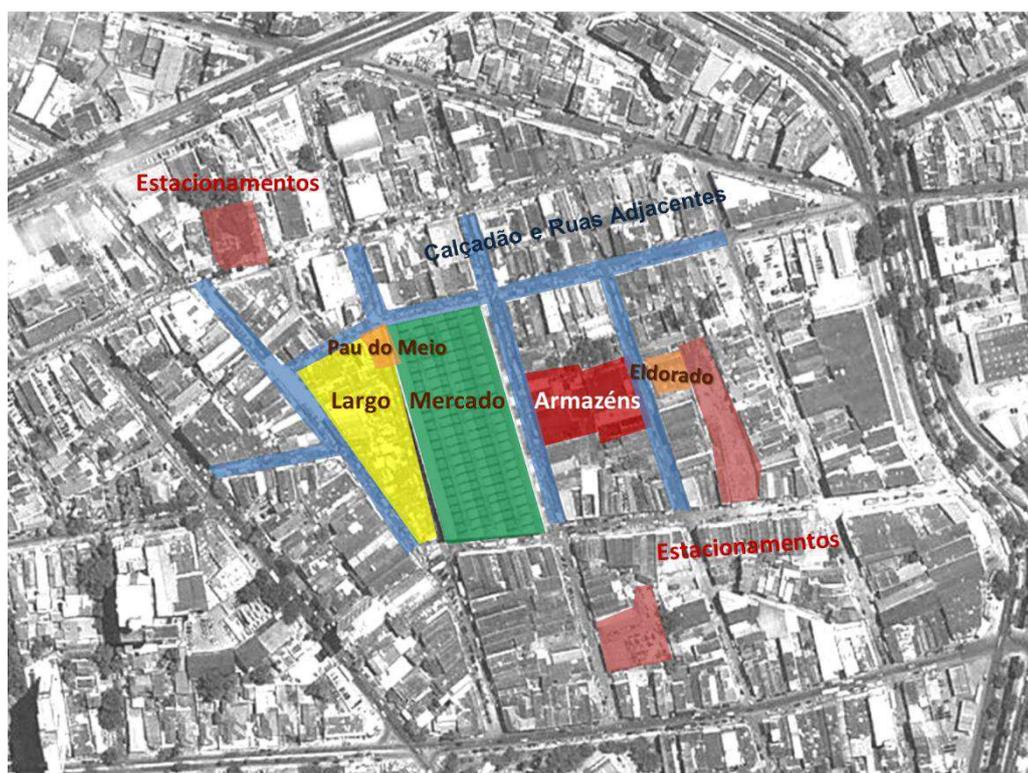
Ainda no trecho do discurso disponível na internet, o prefeito fala da importância do projeto e a metodologia para a sua execução, uma vez que prevê a sua realização em cinco etapas. A citação de Simmel quanto aos conflitos parece se encaixar nesse discurso, porque o prefeito se utilizando da confiança e autoridade do seu cargo aponta a rua como um problema, muitas vezes inferiorizando a visão de quem defende a permanência dos feirantes. O conflito como forma de sociação se destina também “a resolver dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir algum tipo de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio” (SIMMEL, 2011, p. 568). Através do seu discurso o prefeito transparece insignificância da rua para os feirantes, como se ela estivesse interditada sem motivo. Coloca os feirantes contra os próprios feirantes ao se posicionar contrário a permanência deles na rua, seu local de trabalho. Ressalto que a rua não está interditada, apenas não passa automóveis grandes. Ela ganhou outro uso dentro da dinâmica da Feira e não é a única rua utilizada apenas para o comércio; temos ainda as Ruas Pedro Álvares Cabral, Marcilio Dias, Cristóvão Colombo e Dr. Antônio Sá. Não é a Rua que a prefeitura quer abrir, mas sim concretizar a sua política de mobilidade.

Apesar de ter apresentado o projeto para a sociedade campinense em outubro de 2013, em meio às comemorações do aniversário da cidade, o projeto só passou para a análise do

IPHAN em janeiro de 2014²¹⁸. O ofício 026/2014 da Prefeitura Municipal de Campina Grande, que encaminhou o “Projeto de Requalificação da Feira Central de Campina Grande” elenca as etapas de execução das obras:

- Primeira etapa: Armazéns, novo espaço criado a partir da desapropriação de alguns imóveis na quadra entre as ruas Pedro Álvares Cabral e Manoel Pereira de Araújo;
- Segunda etapa: Largo da Feira e ruas Manoel Farias Leite, Dr. Antônio Sá e, parcialmente, Cristóvão Colombo e Marcílio Dias;
- Terceira etapa: Mercado Central e ruas Pedro Álvares Cabral, Manoel Pereira de Araújo, Cristóvão Colombo (complemento), Marcílio Dias (complemento), Dr. Carlos Agra e Deputado José Tavares;
- Quarta etapa: Restauração de Edifícios Históricos [Cassino Eldorado e Pau do Meio];
- Quinta etapa: Estacionamentos (IPHAN, 2007).

Figura 44 – Etapas da Requalificação



As cinco etapas: Armazéns; Largo; Mercado; Estacionamentos; Edifícios históricos (Cassino Eldorado e Pau do Meio). Fonte: “Material da SEPLAN”, disponível no Relatório da UFCG (UFCG, 2013).

²¹⁸ Quanto a este fato, destaco que foi dada entrada do projeto em outubro de 2013, contudo, por falta da documentação e de ofício para remessa de análise, o projeto ficou parado no protocolo até o início de 2014, quando a prefeitura apresentou a documentação que restava.

Bastante ressaltada no decorrer do processo, a divisão em etapas tinha o objetivo de causar menos transtorno aos feirantes e aos consumidores (ROMERO APRESENTA..., 2013). Seguem algumas imagens do projeto e do atual estado do Mercado Central.

Figura 45 – Projeto de Requalificação



Esta vista é da parte de trás do Mercado Central. Os toldos brancos do lado esquerdo estão no Largo do Pau do Meio. Fonte: Blog do Caniello (PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO..., 2018).

Seguindo a cronologia dos fatos do processo, em 27 de março de 2014, o IPHAN se posicionou sobre o Projeto de Requalificação na Informação Técnica IPHAN nº 020/2014. Nesta peça documental o órgão relata os principais acontecimentos em torno da Feira Central no ano de 2013: o desenvolvimento das “Diretrizes para Salvaguarda das Referências Culturais da Feira Central de Campina Grande/PB” e a “Oficina de Projeto Participativo”; e, também avalia o Projeto de requalificação desenvolvido.

Esta avaliação se concentrou em detalhes do projeto, especificando ponto a ponto: zoneamento e organização das barracas; o caso da Rua Deputado José Tavares; o Mercado Público; Largo do Pau do Meio; Comércio de animais vivos; o “coringa”; indicações finais (com sete pontos para correção no projeto) (IPHAN, 2007). Demandaria muito tempo especificar o que o IPHAN tratava em cada um destes pontos, portanto, em resumo o parecer não aprovava o projeto, exigindo correções para que se atendessem o que tinha sido estabelecido nas “Diretrizes de Salvaguarda” (2013).

Figura 46 – Feira Central atualmente



A imagem anterior teve como base essa foto, portanto, a perspectiva do prédio do Mercado Central é de sua parte de trás. Ao seu lado esquerdo está o Largo do Pau do Meio, onde diversas barracas com telhado cinza (telha tipo Brasilit) formam corredores labirínticos. Fonte: Vitruvius (QUEIROZ, 2014).

O parecer concluída da seguinte forma:

Por fim, cabe-nos informar que as providências indicadas por esta Informação Técnica só se fizeram necessárias diante do descompromisso que o projeto até o momento apresentou em relação às Diretrizes para Salvaguarda das Referências Culturais da Feira Central de Campina Grande/PB, diretrizes que foram amplamente divulgadas, acordadas com a SEPLAN/PMCG e debatidas durante o Workshop de junho de 2013. (IPHAN, 2007)

O arquiteto prestador serviço da prefeitura, Fabiano, contratado pela SEPLAN, esteve à frente da produção do projeto e fez algumas reflexões sobre este e sobre o parecer do IPHAN, explicando da necessidade de incorporar as exigências dos feirantes com as questões estéticas e patrimoniais.

[...] eu, como arquiteto, tiraria a cobertura toda, porque eu acho bonito o conjunto arquitetônico, mas eu não posso negar que o cara entende essa sombra como uma conquista, ao longo de décadas para o cara. Aí quem deve ceder, eu como arquiteto, vinculado a questão material, patrimonial ou ele que usa aquilo no dia a dia? Então eu acho que o patrimônio é uma coisa muito viva. Com isso eu não estou dizendo que o nosso projeto está certo e o parecer

do IPHAN está errado não. Mas eu acho que a gente conseguiu chegar num acordo é... em nível de projeto, pelo menos (ROCHA, 2017).

Este arquiteto também destacou que buscou dialogar as exigências legais (GVISA, Bombeiros, STTP, etc.) com as exigências dos feirantes. No entanto, a defesa dos valores patrimoniais passa a entrar em choque com o interesse dos feirantes, inclusive com algumas exigências do próprio IPHAN. Neste sentido, ele aponta:

Mas na hora que o feirante ou a Associação de Feirantes reconhecem determinadas coisas como avanço para o ofício deles, eu acho um equívoco, por uma questão patrimonial, da gente impedir que um cara desse passe a frente, por causa de um certo **saudosismo** ou uma **folclorização** do que seria uma determinada atividade (ROCHA, 2017, grifo nosso)

Já foi levantada a problematização em torno do mecanismo de registro e a possível folclorização das manifestações culturais. Somone Toji, por exemplo, chama a atenção para a objetificação da realidade social:

O perigo desse tipo de procedimento é a reificação das presenças socioculturais, levando, em muitos casos, a uma “folclorização” de identidades e à naturalização de alteridades, que [...] estão sempre em transformação (TOJI, 2011, p. 73).

A folclorização de identidades remete ao que foi tratado no capítulo um quando descrevi as duas situações sociais e apontei como o percurso feito na visita técnica levou em conta os aspectos “folclóricos” e mais “populares” da Feira. O caso do seu Martins (raizeiro), de Renata do Queijo, etc. Por outro lado, a partir do que foi colocado pelo arquiteto entrevistado, refletimos sobre os diálogos entre os ideais defendidos pelo IPHAN e o interesse da própria comunidade dos feirantes. Pois se ela mesma não possui uma unidade de posicionamentos e de projetos, como é possível defender uma tradição? Quem pode ter autoridade para afirmar o que entraria e o que não entraria na narrativa? O Estado? Os agentes patrimoniais²¹⁹? Neste sentido a patrimonialização e o papel do IPHAN no processo de registro estudado pode ser lido como uma “objetificação cultural” (HANDLER, 1984). Além disso, não é possível falar de tradição como uma categoria uniforme. Já foi apontado anteriormente que a tradição deve ser pensada em termos culturais, portanto, em processo de reinvenção constante (CHIANCA, 2013; GRÜNEWALD, 2012).

²¹⁹ Isto é, aqueles profissionais que trabalham com questões patrimoniais, desde arquitetos, antropólogos e historiadores aos estagiários de graduação que são contratados para fazer as pesquisas do INRC.

O processo de objetificação é um instrumento utilizado no processo de “invenção cultural”, objetificação da realidade social nas atividades da comunidade e enquadrando-as em categorias patrimoniais. Independente das consequências que isso pode acarretar, o IPHAN continua agindo como se a patrimonialização não gerasse o risco de produzir uma folclorização de certos objetos, lugares, identidades, etc. E aqui a folclorização ganha uma conotação problemática, pois assim como a burguesia mata o popular para torná-lo belo (CERTEAU; JULIA; REVEL, 1989), deve-se patrimonializar a “referência cultural” para garantir sua legitimidade e, assim, sua perpetuação.

Quanto a Oficina de Projeto Participativo, sabemos que o debate entre os diversos discursos, que muitas vezes eram contrários, tornou possível o projeto da gestão de Romero Rodrigues (2013/2014). O material que tive acesso no IPHAN não apresentou com clareza o destino do projeto de requalificação. Contudo no dia 1º de abril de 2014, foi realizada a sexta plenária, no SESC-Centro, em Campina Grande, onde foi apresentado o projeto de Requalificação.

O último documento referente a intervenção que tive acesso, foi um ofício da SEPLAN, datado de abril de 2014, em que é apresentada a “Ficha de identificação de empreendimento (FIE) do Projeto de Requalificação da Feira Central de Campina Grande”, assinado pelo então secretário de planejamento. Neste documento é informado que o arqueólogo, Juvandi de Souza Santos, seria o responsável pela produção do laudo arqueológico da requalificação – uma das exigências para aprovação das obras pelo IPHAN.

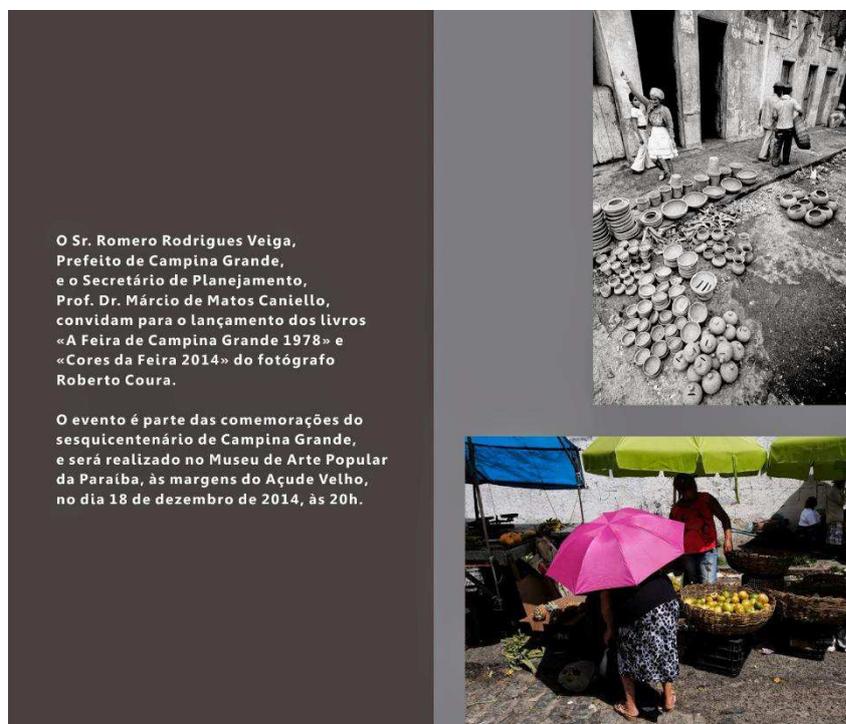
Dando relevância à Feira: estratégias da preservação

Ainda no ano de 2014, nas comemorações do Sesquicentenário de Campina Grande, a prefeitura da cidade através da SEPLAN, reedita o livro "A Feira de Campina Grande", ensaio fotográfico de Roberto Coura de 1978, e lança o livro do mesmo autor "As Cores da Feira", com fotos de 2014. O evento de lançamento ocorreu em dezembro de 2014 a partir da ideia do ex-secretário de planejamento, e ocorria em função das atenções em torno das intervenções na Feira, tanto o Registro, que caminhava na SECULT, como a requalificação que caminhava na SEPLAN.

E eu um dia – foi até uma coisa assim de supetão – encontrei com Roberto Coura e disse assim: ‘Ei, vamos relançar o seu livro? Estamos fazendo esse processo na Feira e... vamos relançar?’ Aí a gente conversando saiu essa ideia de fazer esse ensaio colorido, 2014. Então, foi isso, foi uma iniciativa minha

ali, quer dizer, mais por laço de amizade com Roberto, mas **acreditando ser importante até pra patrimonialização** (CANIELLO, 2017, grifo meu).

Figura 47 – Convite para o lançamento do livro



O convite para o lançamento do livro “As Cores da Feira” e para a nova edição do livro “A Feira de Campina Grande 1978”, todos os dois do fotógrafo Roberto Coura. Este evento buscou dar maior publicidade as ações em torno da Feira, na construção da mesma como patrimônio histórico e cultural. Fonte: Blog do Caniello (A FEIRA EM..., 2014).

Na verdade, o lançamento do livro foi mais uma das diversas atividades que a prefeitura fez tendo a Feira de Campina Grande como foco. No trecho da entrevista acima, o ex-secretário apresenta como articulou a realização de um dos eventos para dar publicidade a Feira e aponta como seu capital social (informação) foi fundamental e serviu para complementar o capital estatal que ele detinha – estas articulações são comuns de acontecer nessa esfera de poder e, muitas vezes, necessárias para o funcionamento da máquina estatal. Por outro lado, esta atividade que deveria ser realizada pela Secretaria de Cultura, legitima a ação da Secretaria de Planejamento.

Além da publicação e reedição do livro, o Relatório de Atividades do INRC destaca, que em 2014, foram realizadas ações de Educação Patrimonial junto a algumas escolas da rede municipal e a criação da Revista do Patrimônio de Campina Grande²²⁰, além do apoio à

²²⁰ Segundo o relatório, a revista foi feita em parceria da UFCG, da SECULT e da SEDUC. Entretanto, não consegui ter acesso a nenhum exemplar.

realização de apresentação de dança baseada na peça teatral “A Feira”, de Lourdes Ramalho (1980).

Já sobre o início de 2015 o ex-secretário de planejamento informa os últimos encaminhamentos do projeto de requalificação dados por ele:

Eu saí eu 2015, fevereiro. Eu fiquei 2013 e 2014. Dois anos. Então, e eu só demorei até fevereiro [2015] exatamente porque queria deixar os projetos da Feira aprovados e homologados. Então, meu último ato na cidade, na Secretaria foi exatamente, protocolar no gabinete do prefeito esses projetos, dizendo: olha, estão aqui aprovados, tem dinheiro em caixa, falta executar. (CANIELLO, 2017).

Ele aponta a importância de seu mandato como secretário de planejamento nas ações em torno da Feira. Apesar disso, o projeto aprovado, como ele coloca, não foi executado. A SECULT, através da Diretoria de Patrimônio, apoiava e encabeçava algumas das ações da prefeitura voltadas para dar maior publicidade à Feira de Campina Grande. Tanto tempo invisibilizada, a Feira Central ganhava mais espaço na mídia e nas atividades estatais, contudo este reconhecimento no espaço simbólico, não trazia mudanças visíveis para os feirantes – nem o registro, nem a tão esperada reforma.

Atividades do processo administrativo de registro da Feira de Campina Grande

Mais uma vez as questões burocráticas são retomadas no presente trabalho, uma vez que o patrimônio como pauta estatal é o fio condutor do presente trabalho. Neste sentido, em 2013 a instrução técnica do registro é retomada a partir do pedido da SECULT, tendo início em outubro do mesmo ano, quando a equipe de trabalho do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) recebeu o treinamento de técnicos do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) do IPHAN²²¹. Após o treinamento, em outubro, a equipe iniciou o levantamento preliminar (primeira fase do INRC) que foi concluído em julho de 2014. A partir daí foi iniciado o trabalho de identificação e documentação, que demandou visitas constantes à Feira com o objetivo de preenchimento das fichas.

Em abril de 2015 foi protocolado um ofício da prefeitura com o objetivo de pedir apoio financeiro ao IPHAN, para a produção do documentário que iria subsidiar o Dossiê para a

²²¹ É bastante comum o IPHAN fazer este tipo de treinamento visando inteirar os iniciantes agentes patrimoniais na metodologia do INRC. No treinamento eles ensinam como deve ser feito o preenchimento das fichas, qual a base conceitual na qual elas são construídas, dentre outras temáticas técnicas.

Reunião do Conselho Consultivo que é realizada ao final do processo. Juntamente com o ofício foi apresentado um pré-roteiro para o documentário além do orçamento no valor de 55 mil reais. Como se tratou de um financiamento, foi aberto um novo processo pelo IPHAN/Sede (IPHAN, 2015) que atendeu ao pedido da prefeitura – como consta na Informação Técnica IPHAN/PB 162/2015²²² (IPHAN, 2007).

Ainda em 2015, em julho, a equipe de trabalho do INRC depositou no IPHAN/PB os seguintes materiais que foram reunidos no processo administrativo de registro: Relatório de Atividades, Dossiê Prévio, Plano de Salvaguarda²²³, Roteiro Audiovisual, além de dois volumes com diversas fichas preenchidas. Assim, este material, iniciado no final de 2013, foi colocado à avaliação pelo IPHAN em julho 2015.

O Relatório de Atividades da Equipe Técnica do INRC²²⁴ descreve alguns fatos que aconteceram no decorrer das pesquisas do inventário (IPHAN, 2007), como problemas com os recursos que financiavam os estagiários, diminuindo o corpo técnico com a saída destes estudantes²²⁵. Além disso, o mesmo relatório aponta a confusão que acontece hoje das implicações do registro na propriedade e, assim, os feirantes não entendiam a diferença entre o registro e a reforma da Feira – tirando algumas exceções de feirantes que participaram mais ativamente do registro. Para a maioria deles, os funcionários da SEPLAN e da SECULT eram vistos como uma única categoria: funcionários da Prefeitura. Isto, segundo o Relatório citado e a entrevista feita com coordenadora da equipe de trabalho do INRC, dificultou o andamento das entrevistas para o preenchimento das fichas, posto que nem todos eram a favor da requalificação e outros não viam importância nas pesquisas, deixando, assim, de colaborar com a equipe de pesquisadores do INRC.

Após a Equipe do INRC depositar no IPHAN o material produzido, em 2015, foi analisado pelo DPI que, em julho de 2016, publicou a Informação Técnica 114/2016/DivTec IPHAN/PB. Alguns problemas técnicos foram identificados no material depositado: no Dossiê Prévio e em outros documentos. Em busca da aplicação das normas que guiam o registro, o

²²² Esta IT foi publicada no dia 6 de novembro de 2015.

²²³ Há um equívoco no documento que faz a juntada dos documentos, pois o Plano de Salvaguarda só pode ser feito após o registro do bem cultural. Desta forma, apesar de ter o nome “Plano de Salvaguarda”, o documento tratava das recomendações de salvaguarda, que devem ser avaliadas pela equipe do DPI e, posteriormente poderá servir de base para o desenvolvimento do Plano de Salvaguarda.

²²⁴ A Equipe Técnica ou Equipe de Trabalho do INRC, era composta principalmente pelos funcionários da prefeitura, tendo a Prof. Dr.^a Giovanna Aquino como coordenadora.

²²⁵ A intermediação de uma instituição para execução de contrato de estágio e de bolsa é um dos problemas encontrados em outras experiências do INRC. Eu já vivenciei um desses casos no Levantamento Preliminar do dos Engenhos de Açúcar, Rapadura e Cachaça da Paraíba, iniciado em 2012, mas interrompido por pendências nos pagamentos. Outro caso é apontado por Medeiros (2007).

IPHAN se posicionou de forma direta já no início da referida IT (Informação Técnica), principalmente quanto ao “Dossiê Prévio”²²⁶:

De um modo geral, o texto do produto apresentado está mal elaborado e necessita reestruturação, revisão e aperfeiçoamento ortográfico, conceitual e metodológico. Dentre as alterações imperativas, destaco:

- a) a necessidade de melhor fundamentação conceitual da definição e classificação de “Lugar”, categoria do INRC e do Decreto n. 3.551/2000;
- b) a necessidade de melhor desenvolvimento da descrição analítica dos debates, desafios e perspectivas que possibilitam a estruturação do plano de salvaguarda;
- c) a necessidade de revisão e aprimoramento do roteiro audiovisual previsto para a execução do documentário etnográfico que acompanha do Dossiê de Registro [...] (IPHAN, 2007, IT 114/2016/DivTec IPHAN/PB, p. 1).

Anteriormente já problematizou-se a questão da categoria “lugar”, em virtude de suas especificidades e aproximações da categoria com o patrimônio material e, assim, a possível confusão com o instrumento de tombamento. No ponto “b” do parecer trata das indicações de salvaguarda que foram pouco exploradas no Dossiê Prévio. Este ponto é de extrema importância, uma vez que irá direcionar as ações estruturais para a preservação da referência cultural e sua relação com a comunidade mais ampla: atividades de educação patrimonial, publicidade da Feira, crescimento urbano, exploração econômica, requalificação e intervenções na estrutura material, etc.

No ponto “c” foi falado do roteiro audiovisual para o documentário etnográfico. Falar de etnografia levanta diferentes questões, desde o lugar de fala do autor, os pontos abordados por ela e as consequências na sua produção – para ficarmos apenas com algumas questões polêmicas. Neste sentido, fala-se da autoridade do autor e da construção/invenção narrativa das mesmas (CLIFFORD, 2008). Geertz (2008) também trata do aspecto ficcional das narrativas etnográficas, ao refletir que ela também é uma invenção:

Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são "algo construído", "algo modelado" — o sentido original *fictio* — não que sejam falsas, não-fatuais ou apenas experimentos de pensamento (GEERTZ, 2008, p. 11).

Por outro lado, não cabe ao produtor de qualquer filme documentário a liberdade para etiquetá-lo como “etnográfico”. O documentário etnográfico é sim uma ficção, no sentido de

²²⁶ Que mais tarde fundamentou o Dossiê Final de Registro, um dos produtos finais da instrução técnica. É a partir do Dossiê Final que o órgão irá fundamentar o registro e colocar para apreciação no Conselho do Patrimônio. Além disso, a revalidação do título de Patrimônio Cultural Brasileiro, exigida por lei a cada 10 anos após o registro, utilizará como norte o conteúdo pesquisado na instrução técnica e sistematizado neste Dossiê.

algo construído e na medida em que é uma leitura de uma realidade, mas não pode autorizar o uso de atores que irão atuar numa encenação, por exemplo. A “revisão e aprimoramento do roteiro audiovisual” indicado na IT refere-se ao roteiro que foi desenvolvido, mas que é diferente do que foi produzido para o registro. O anterior usava de atores que encenavam um dia de Feira com diálogos criados. No caso dos documentários do IPHAN, seria melhor retirar a classificação de documentário etnográfico e deixar apenas documentário, cabendo a instituição caso a caso fazer a avaliação do roteiro.

Costurando alguns pontos

O projeto de revitalização da PMCG caminhava devagar, com os entraves decorrentes dos acordos e das disputas que já foram citadas, principalmente entre o IPHAN e a Prefeitura, o registro apresentava falhas técnicas que, de certa forma, atrasaram o andamento do mesmo. Possíveis causas foram apresentadas pelos entrevistados: a falta de recursos para equipe que fazia a pesquisa (principalmente estagiários), os problemas pessoais enfrentados por alguns pesquisadores, falha na comunicação entre estes e os agentes públicos, confusão gerada pela sociedade entre o registro da Feira e a sua reforma, dentre outras, como a crise política brasileira.

De 2015 a 2016 diversos acontecimentos comprometeram o funcionamento das instituições brasileiras e assim foi com o IPHAN, autarquia que responde ao Ministério da Cultura. As manipulações feitas pela mídia acarretaram crises na eleição presidencial de 2014. Já em dezembro de 2015 foi entregue a denúncia para a abertura de processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff. E em maio de 2016 o Congresso Nacional aceitou a abertura do processo afastando temporariamente a presidente, e passando ao vice-presidente Michel Temer a Presidência interina. Em agosto do mesmo ano Temer assumiu a Presidência da República colocando em prática uma série de medidas que geraram as consequências nos diversos setores institucionais, inclusive no Ministério da Cultura: primeiro a sua extinção, depois os problemas estruturais de gestão do IPHAN, por causa da denúncia do Ministro da Cultura Marcelo Calero sobre o tráfico de influência do Ministro Geddel Vieira Lima. Diversos ministros exonerados de cargos, em virtude das investigações do Judiciário. Assim, estas e outras ações contribuíram por dispersar as atividades do órgão, consecutivamente do registro da Feira de Campina Grande.

O registro e a sua execução direta

Desta forma, as atividades do processo de registro só foram retomadas em 2017. Segundo o técnico em Ciências Sociais do IPHAN/PB, o processo foi priorizado quando ele recebeu o telefonema do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN, solicitando o prosseguimento das atividades do registro para que a avaliação do Conselho do Patrimônio acontecesse naquele mesmo ano. Assim, foi montada uma “força tarefa” composta por técnicos do IPHAN e pela Equipe de Trabalho do INRC, pois eles teriam que reescrever boa parte do Dossiê Final e do Roteiro do Documentário, que foram reprovados pela IT 114/2016. Ele fala o que foi dito pela Coordenadora de Registro na época, Marina Duque C. de Abreu Lacerda:

Neste momento de crise política e econômica que o país vive, o Conselho Consultivo estava praticamente esvaziado, principalmente de questões patrimoniais, ligadas ao patrimônio imaterial, não tinha nenhum registro compatível para que pudesse compor com dignidade mínima técnica o rito e ter algum registro no ano de 2017. E que ela analisando o meu parecer e o parecer do DPI, que era de Amanda [técnica da Coordenação de Registro do IPHAN/SEDE], ela viu que existia ajustes a serem feitos, mas se a gente fizesse uma força tarefa a gente dava conta. Aí foi quando caiu a ficha para mim de **execução direta** (BRAGA, 2017, grifo meu).

Ele retrata como a crise governamental era sentida pelo órgão, como por exemplo as poucas Reuniões do Conselho. Por outro lado, o órgão devia mostrar a sua atuação, é quando surge a ideia da “execução direta”. Segundo ele, é quando o órgão do serviço público executa o serviço diretamente, sem precisar delegar a sua atividade. A instrução técnica, já mencionada anteriormente, é a fase do processo de responsabilidade do Departamento do Patrimônio Imaterial, mas que pode ser delegada à instituição proponente do pedido “desde que tenha competência técnica para tanto” (IPHAN, 2006, art. 7º, I). Por outro lado, a Resolução 001/2006 (IPHAN, 2006) ainda dispõe que:

Art. 8º A instrução técnica do processo administrativo de Registro será sempre acompanhada e supervisionada pelo Iphan, que solicitará sua complementação **ou a complementar, no que couber** (IPHAN, 2006, grifo meu).

Portanto, o controle será sempre do IPHAN e a possível autonomia da comunidade é aqui limitada em virtude do enquadramento no que a lei estabelece como requisitos básicos do registro. Como estes requisitos serão avaliados pelo Conselho do Patrimônio, na fase posterior, se estabelece uma avaliação prévia pelos técnicos para se descobrir detalhes que possam passar despercebidos da instituição responsável pela instrução técnica – no caso a Secretaria de Cultura

de Campina Grande. Mais uma vez aparece a capacidade do poder do tutor, poder de falar pelo outro e agir pelo outro.

A necessidade do órgão delegar a sua atividade para uma outra instituição se dá em virtude da quantidade de bens em processo de registro.

Por que a gente não faz o trabalho de execução direta? Porque não temos condições. Não é por outra questão não. Talvez a priori a nossa missão de fato fosse fazer execução direta o tempo todo, fazer o trabalho [...]. O máximo que a gente consegue fazer é acompanhar esses projetos, fazer uma capacitação inicial, uma formação inicial, reuniões, porque é uma demanda descomunal (BRAGA, 2017).

A missão do IPHAN é a defesa do patrimônio, apontado por diversos autores como a “causa do Patrimônio” (GONÇALVES, 1996; FONSECA, 2005) que se relaciona com o que já foi dito pela sua capacidade de tutelar os incapazes de se defender. Desta forma, a “força tarefa” do IPHAN se juntou com a Equipe de Trabalho do INRC e conseguiram organizar o Dossiê Final com as recomendações do DPI. Este Dossiê foi aprovado pelo órgão que já articulou e marcou a avaliação para Reunião do Conselho Consultivo que ocorreu em setembro de 2017.

O conselheiro relator escolhido, como já indicado no início do trabalho, foi o Prof. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. A partir da escolha foi agendada uma visita técnica para que o relator pudesse ter um contato físico com a Feira, percebê-la para além do que está escrito no processo ou colocado nas imagens e vídeos – visita já descrita também no início do trabalho.

Após a visita e a Reunião do Conselho estava garantido o título de Patrimônio Cultural Brasileiro para a Feira de Campina Grande. O processo de registro foi na maior parte regido pela lógica burocrática e pelo poder coercitivo do Estado de dizer o que é e o que não é possível de se enquadrar como patrimônio.

Buscamos descrever o processo administrativo de registro de forma detalhada, com o objetivo de apresentarmos uma das leituras possíveis sobre o processo social. Assim, os documentos presentes naquele processo buscam representar, através de um tipo específico de linguagem, a realidade social. Da mesma forma que mapas cartográficos revelam e representam a realidade social a partir de uma linguagem e com objetivos técnicos específicos, devemos perceber que por traz destas representações existem indivíduos e instituições com projetos e interesses que buscam concretizar.

Figura 48 - Linhas do tempo do Processo de Registro

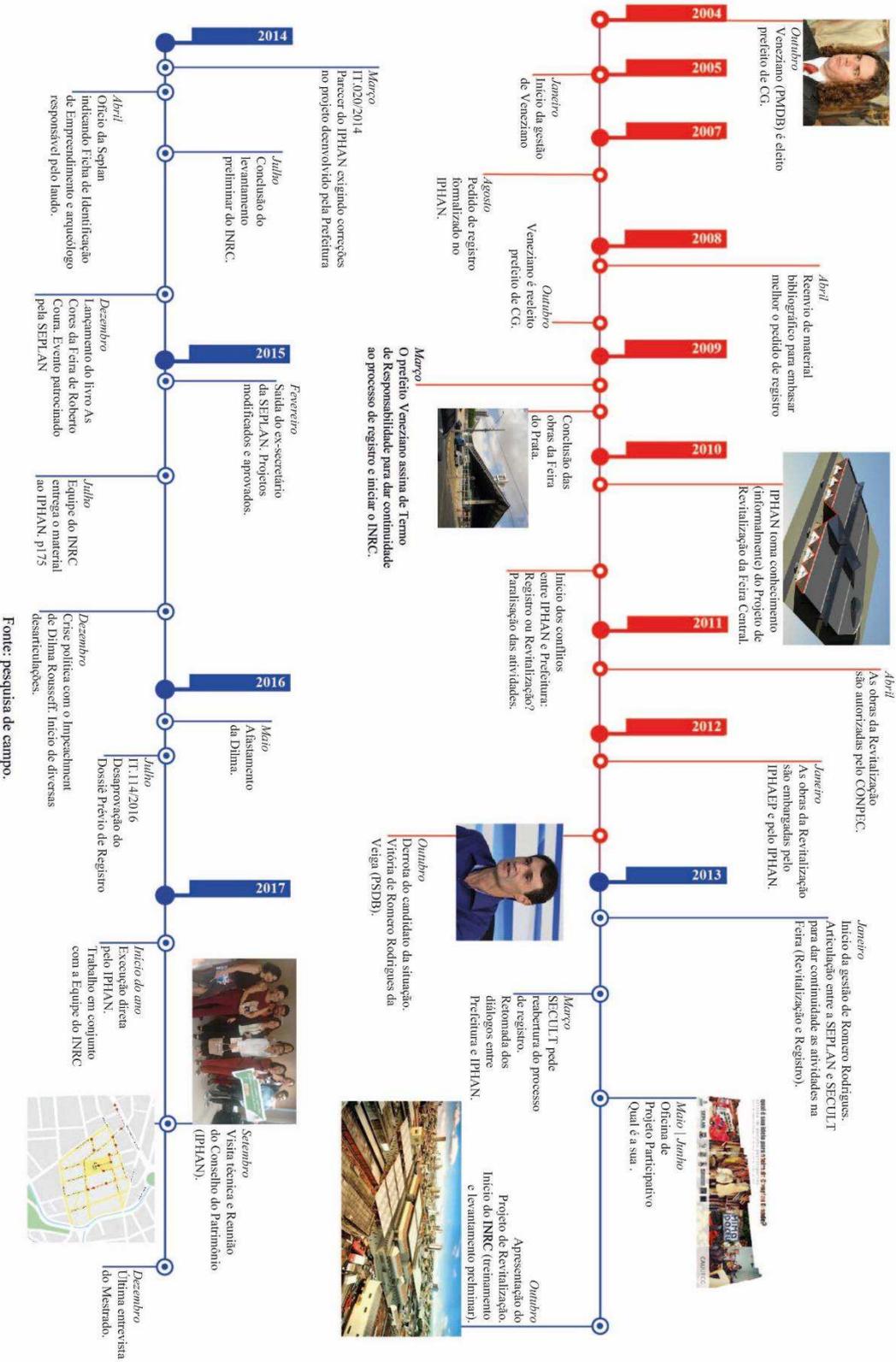


Figura 48 - Linhas do tempo do Processo de Registro

Fonte: pesquisa de campo.

Considerações Finais



Considerações finais

Podemos, acho, satisfazer as demandas de nossa ciência deixando sempre claros os limites do que estudamos, marcando as fronteiras além das quais nossas descobertas não podem ser aplicadas sem problemas (BECKER, 1976, p. 136).

O presente trabalho buscou refletir sobre a atuação do IPHAN a partir de um caso prático, o registro da Feira de Campina Grande como Patrimônio Cultural Brasileiro. O registro como um instrumento institucional de proteção/tutela do patrimônio histórico cultural, se constitui como um instrumento que gera mudanças efetivas na realidade social, mas que também sofre influência da realidade objetivada por ele. Assim, tratou-se do registro da Feira de Campina Grande como um processo, não apenas um processo administrativo composto de documentos, mas sim como um processo social.

A ideia de processo social relaciona-se com as mudanças sociais, com as transformações inerentes à atividade e interação dos indivíduos, contudo não foi nosso objetivo apontar as mudanças sociais e refletir sobre elas. A mudança é percebida na descrição sobre o processo de registro além dos apontamentos sobre a história mais ampla da Feira.

A abordagem processual utilizada tem como objetivo pensar a sociedade a partir do fluxo cultural. Assim, a cultura não é algo permanente possível de uma objetificação, pois está em constante processo de reformulação. Este constante processo de se refazer é o que dá o seu caráter de durabilidade.

No entanto, acho útil a metáfora do fluxo - por um lado, porque captura um dos paradoxos da cultura. Quando você vê um rio de longe, pode parecer uma linha azul (ou verde, ou marrom) em uma paisagem; algo de uma permanência impressionante. Mas, ao mesmo tempo, [você] “não pode pisar no mesmo rio duas vezes”, e somente assim ele alcança sua durabilidade. Da mesma forma é a cultura - mesmo quando você percebe a estrutura, ela depende inteiramente do processo em andamento (HANNERZ, 1992, p. 4).²²⁷

Esta ideia de constante reformulação é percebida nas idas e vindas do processo de registro, nas mudanças acarretadas em virtude de novos contextos políticos, de indivíduos e grupos que lutam por espaço e que são substituídos por novos indivíduos; além das

²²⁷ No original: “Yet I find the flow metaphor useful – for one thing, because it captures one of the paradoxes of culture. When you see a river for afar, it may look like a blue (or green, or brown) line across a landscape; something of awesome permanence. But at the same time, “cannot step in the same river twice”, for it is always moving, and only in this way does it achieve its durability. The same way with culture – even as you perceive structure, it is entirely dependent on ongoing process” (HANNERZ, 1992, p. 4).

impermanências entre a teoria e a prática da instituição. Falar do processo de registro da Feira é complicado em virtude dos diversos interesses e projetos que foram concretizados ou não; mas também em virtude das emoções e afetos que se constroem em torno da Feira de Campina Grande, que é um lugar de memória e, assim, de disputas – o que deu possibilidade da política e a economia complexificarem os entraves no processo de registro.

Os processos de registro executados pelo IPHAN com mais de quarenta referências culturais (Quadro 2 – Anexo) possuem características, enredos e caminhos diferentes, uma vez que em cada caso o contexto se altera. Assim, os processos administrativos de registro estão cada vez mais influenciados pela lógica burocrática do IPHAN, ainda em aperfeiçoamento e se adaptando a realidade social – o que exige flexibilidade. Percebemos isso a partir das publicações sucessivas de portarias e resoluções do IPHAN que buscam complementar o decreto 3.551/2000 que instituiu o registro.

Esse instrumento de preservação ganha maior repercussão com a legitimação das políticas internacionais de salvaguarda dos bens imateriais. Assim, o IPHAN institui a política de salvaguarda nos moldes nacionais trazendo a participação da comunidade como fundamental. A salvaguarda no sentido mais amplo é vivenciada no dia a dia da comunidade onde a referência cultural está: os feirantes, usuários e moradores salvaguardam a Feira na medida que continuam a desempenhar suas atividades e estabelecerem relações nela. Portanto, a salvaguarda não é apenas a atuação do órgão patrimonial que, exercendo sua função, executa os instrumentos de preservação (registro ou tombamento). Por outro lado, o IPHAN estabelece e legitima sua política de salvaguarda através de sua atuação, de sua legislação e do desenvolvimento de suas bases teóricas (legitimadas por profissionais com reconhecimento técnico).

Neste sentido, a base da política de salvaguarda é a atuação da comunidade, que pode ocorrer de diversas formas, mas que, na aplicação do instrumento de registro, é importante que ocorra nas diversas fases do processo administrativo, isto é, além da articulação para o pedido de registro – fase anterior ao processo administrativo – a atuação deve ser vivenciada durante o registro e após o registro com o Plano de Salvaguarda.

No caso da Feira de Campina Grande a comunidade “produtora” ou “detentora do bem” é muito mais ampla do que apenas os feirantes. Sabemos que os maiores impactados pela falta de políticas públicas na Feira são eles, pois para alguns deles ela é o único sustento financeiro. Coloco “alguns”, porque a utilização da categoria feirante ainda não foi bem explorada por estudos antropológicos e, assim, difícil de refletirmos sobre os seus diversos significados e repercussões na concretização do registro. Ao pensar a Feira como um espaço social, mais do

que um espaço econômico, percebemos que outros tipos de usos são vividos nela – além dos usos estabelecidos pelos “feirantes”. Neste sentido, o termo “comunidade detentora” também foi pouco explorado – temos pessoas que utilizam a Feira apenas como um lugar de passagem, outros a utilizam como um lugar de lazer nos bares e prostíbulos, alguns moram em barracas ou ruelas da Feira, dentre tantos outros. Quem são os reais detentores do bem? Como ocorrem as relações diárias entre a comunidade e o Estado? A limitação na quantidade de estudos na Feira, com a Feira e sobre a Feira refletem-se no processo de registro e, assim, falar de políticas públicas ou políticas culturais na Feira será sempre uma atitude de privilegiar uns e excluir outros.

No primeiro capítulo, utilizamos a metodologia desenvolvida por Gluckman (1987) e vimos como duas situações, a Visita Técnica e a Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio, ocorridas em setembro de 2017, nos dão algumas pistas sobre o processo de registro. Problematizou-se o discurso patrimonial ao se esforçar para unificar a diversidade da Feira como um objeto da política de salvaguarda. Assim, a objetificação cultural (HANDLER, 1984) se constitui como uma ferramenta deste discurso, que utiliza de categorias como tradição e patrimônio como formas “naturais” da realidade social. O IPHAN incentiva a salvaguarda do bem cultural pela comunidade, mas necessita que a comunidade detenha o arcabouço conceitual das políticas de salvaguarda – por exemplo, eles devem saber que a Feira é um patrimônio para que exista a preservação.

A participação dos feirantes nas duas situações é questionada. Os feirantes parecem não saber do que se trata a visita. Por outro lado, um núcleo de feirantes, mais próximo da Associação de Feirantes se dedicam ao registro e ajudam os agentes patrimoniais que buscavam a articulação. Inclusive dois destes feirantes participam da Reunião em Brasília, contrastando com a quantidade de políticos. Isso, por outro lado, pode dizer respeito a utilização de verbas financeiras diferentes para cada categoria. Buscamos, nesse sentido, apresentar como dois eventos do processo administrativo, dois atos necessários para a conclusão deste processo, na verdade podem ser pensando como duas situações sociais (ou comportamentos) que representam o processo social mais amplo.

O capítulo dois teve o objetivo de situar a Feira como um lugar de memória e um lugar de história, por isso recorreu-se a descrição histórica a partir de historiadores locais (ALMEIDA, 1962; COSTA, 2003; OLIVEIRA, 2005), que a situam como um espaço fundamental para o crescimento da cidade de Campina Grande, primeiramente como lugar de orgulho, em seguida de degeneração com os tipos sociais desviantes, e hoje como um

patrimônio histórico cultural, que merece ser preservado em virtude de sua importância local, regional e nacional.

No capítulo três apresentou-se o processo de registro a partir da linguagem do processo administrativo de registro, de ordem burocrática que tramita no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), onde um conjunto de documentos (cartas, ofícios, despachos, relatórios, pareceres, etc.) compõe uma das narrativas sobre o processo em foco. A descrição inicia com a articulação inicial para o pedido de registro (com assinaturas de diversos campinenses) e os entraves posteriores: a tentativa de reforma da Feira em 2009 na gestão de Veneziano e a desarticulação do registro com a saída da coordenadora do INRC, que viajou para fazer seu doutorado.

Já no capítulo quatro continuamos a apresentar o processo administrativo que ganha novas possibilidades em virtude do rearranjo político (com a gestão de Romero Rodrigues) e, assim, com um novo contexto onde a comunicação entre IPHAN e Prefeitura se dá por canais mais técnicos. Além disso, o retorno da coordenadora do INRC contribui para que o registro retomasse antigas articulações. O evento de Oficina de Projeto Participativo em 2013 é notável no processo. Em busca da construção de um projeto de reforma para Feira a cidade é chamada a produzi-lo democraticamente. A notabilidade do evento se dá principalmente por causa da participação da comunidade de feirantes que ganham um pouco mais de espaço, comparado com toda a exclusão vivida por eles indicada no processo de registro e que a história da Feira nos mostra algumas pistas.

A participação dos feirantes, por outro lado, ocorre depois que eles ficaram sabendo da possibilidade de retirada dos seus pontos da rua Deputado José Tavares, demonstrando com isso que a participação dos mesmos é gerada por motivações mais práticas, que implique em perdas ou “falta de ganhos” – uma das estratégias adotadas por aqueles que possuem pouca voz.

Não podemos posicionar os indivíduos em grupos específicos, em virtude da heterogeneidade de interesses e da flexibilidade nos discursos, contudo alguns entrevistados se colocam como um grupo que defende os “feirantes” – a equipe de trabalho do INRC e alguns funcionários dos órgãos do patrimônio estadual e federal. Assim, não é possível colocar alguns indivíduos trabalhando apenas para o Estado e, neste sentido, buscando concretizar apenas os projetos das instituições que fazem parte. Muitas vezes, eles se encontram em posições contraditórias, buscando a realização de projetos individuais e coletivos divergentes (feirantes e prefeitura), outras vezes tendo que optar por apenas um dos projetos. Apesar de funcionários da prefeitura, alguns se mantiveram ao lado do “projeto dos feirantes”.

Desta forma, a patrimonialização da Feira de Campina Grande traz à nossa reflexão algumas facetas do processo social estudado e de sua institucionalização através do registro. Ao delinear o funcionamento do processo de registro tentamos indicar as complexidades das relações que ocorrem em torno da Feira e em torno do instituto do registro: o posicionamento das instituições e atores envolvidos, das suas interações e discursos, o predomínio das relações políticas estabelecidas entre os indivíduos e as instituições, além da forma como cada um deles se relaciona com o bem cultural em processo de registro.

É importante observar que o processo administrativo não dá conta do processo social, isto é, o processo administrativo, jurídico, burocrático, não dá conta do processo vivido e das relações estabelecidas. Muitos elementos que são fundamentais para entender a amplitude do registro não seriam apreendidos se ficássemos apenas nas sequências de documentos. Por isso a utilização das entrevistas foi fundamental para termos acesso a uma parte da complexidade do campo e entender o funcionamento (ou estrutura) da política do IPHAN – e como ela esta concretizada.

Assim, buscamos fazer uma etnografia do processo de registro, uma leitura possível do que aconteceu e acontece na Feira, como objeto de políticas culturais e, assim, de disputas políticas. Acessar as leituras dos participantes, dos documentos e da história e discurso sobre a Feira, se constitui como uma atividade de extrema importância para se perceber a atuação do IPHAN, e de que maneira o registro é uma ferramenta de objetificação da cultura, da Feira.

Apontamos as diversas formas através das quais o Estado legitima a categoria patrimônio: a partir dos agentes políticos (vereadores e gestores), dos agentes técnicos especializados e da construção de um discurso uniforme. Esta uniformidade que vimos no início do trabalho com o roteiro da visita técnica, vemos também no processo administrativo, revelada a partir de uma cronologia da narrativa documental (ofícios, relatórios, pareceres, documentos técnicos, etc.).

Algumas atividades desenvolvidas no cotidiano das comunidades são objetificadas (HANDLER, 1984) como “referências culturais”, patrimônio, cultura popular ou folclore. Assim, na Feira de Campina Grande, os indivíduos, chamados de “fazedores” da Feira, principalmente feirantes²²⁸, não interrompem seu cotidiano para se dedicar ao processo de registro – o que cabia ao Estado. A patrimonialização dos bens intangíveis, por outro lado, deve respeitar a autonomia e dinâmicas dos indivíduos fazedores daquele bem cultural. Os feirantes e a comunidade usuária da Feira no seu cotidiano estarão desenvolvendo as atividades que

²²⁸ Os fregueses e usuários também são fazedores da Feira.

salvaguardam – e “produzem” – a Feira, seja vivenciando-a como praça de mercado ou como um local para interação estritamente social. Assim, eles fazem emergir as mais diversas práticas que envolvem saberes antigos que são passados de geração em geração – desde ofícios a regras de postura – mas que interagem com práticas mais recentes de comércio e de socialização – trazidas pela industrialização e modernização. Essa interação do passado com o presente é que dá movimento ao fluxo cultural (HANNERZ, 1992) e que independe dos processos de patrimonialização.

A atividade da patrimonialização, o registro da Feira de Campina Grande, é fundamental para perceber que a ausência dos feirantes também pode ser percebida na medida em que eles não se dedicaram ao processo de registro porque estavam ocupados com a sua atividade diária, trabalhando na Feira. Outras questões, por outro lado, surgem dessa não participação. As revoltas as quais a história faz referência sempre estiveram relacionadas com atividades de controle do Estado para com os cidadãos.

O registro civil gerou a Revolta do Ronco da Abelha (1851/1852), a imposição do sistema métrico decimal gerou a Revolta de Quebra Quilos (1874) e a Revolta do Rasga-Vales (1895) foi a imposição do sistema financeiro em lugar das estratégias locais. Portanto, a experiência, por mais que não esteja de forma consciente nas atitudes dos feirantes, reflete na não participação do grupo nas atividades.

Isto remete a outro aspecto revelado na pesquisa, que foi a dúvida existente sobre quem era a equipe do INRC e quem era a equipe da Reforma. A própria coordenadora do INRC apontou que foi necessário que a sua equipe de trabalho utilizasse uma camisa com a logomarca para destacar que eles se diferenciavam da Secretaria de Planejamento (SEPLAM).

A repercussão do registro na realidade social pode ser percebida com as atividades do INRC e das visitas técnicas do IPHAN. Essas atividades, por seu turno, influenciaram para que alguns políticos voltassem sua atenção para Feira. Posteriormente, a atuação do IPHAN e a mobilização dos pesquisadores conseguiram impedir a concretização da política de obras que vinha ocorrendo na cidade de Campina Grande, na gestão de Veneziano, mas mais especificamente a reforma da Feira tentada em 2009. A salvaguarda da Feira foi garantida pela articulação do IPHAN e pesquisadores da Feira e que, depois, serviu para garantir o desenvolvimento de um novo projeto de reforma (2013) com maior participação da sociedade, na gestão de Romero Rodrigues.

Como se constrói uma gestão do patrimônio inclusiva sabendo que existe essa multiplicidade de narrativas? Haverá cortes, olhares. A legislação é composta de meias verdades, portanto não dará conta da complexidade da realidade social.

O passado já não existe mais, o que existe são as narrativas do passado. Neste sentido, a multiplicidade de narrativas dá condições de uma produção possível sobre o passado, mas não quer dizer que sejam uma descrição fidedigna. Com certeza não é esse objetivo das Ciências Sociais quando trabalha com questões diacrônicas. O passado possível é construído a partir do presente, a partir de um lugar de fala. As pessoas que participaram do processo de registro irão falar sobre este de formas diferentes da que eu escrevo. As narrativas sobre o passado são tentativas de alcance de uma verdade, assim como a escolha de um bem para registro é uma escolha de uma verdade. Estas narrativas, estas escolhas, representam ideologias, posturas políticas e, assim, escolhas. O desafio das ciências sociais em analisar a complexidade social, produzindo narrativas, são refletidas ou repetidas nas narrativas patrimoniais. O processo de escolha está presente em ambas. Há nos dois processos a efetivação de violências volitivas, pois quando escolhemos estudar algo, ou patrimonializar algo, há a inferiorização de outros objetos de pesquisa, escolhemos um ao invés do outro. É uma violência simbólica, mas também existe o desafio de mostrar o porquê de se escolher e como podemos contribuir a partir das escolhas e pesquisas. As narrativas possuem relação direta com o poder, uma vez que nem todas narrativas serão mantidas.

Referências

A CIDADE como patrimônio cultural: Campina Grande, arquitetura e urbanismo. **Projeto de extensão – PROBEX/UFCG**. Site do Projeto. 2018. Disponível em: <<http://hidro.ufcg.edu.br/patrimoniocg/projeto.html>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ALMEIDA, Cosma Ribeiro de. Arte, Mídia e Política: uma análise da construção dos personagens políticos Veneziano Vital e Rômulo Gouveia nas eleições municipais de 2004. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Campina Grande, 2008.

ALMEIDA, Elpídio. **História de Campina Grande**. João Pessoa: Editora Livraria Pedrosa, 1962.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **Múltiplos discursos sobre a Feira de Campina Grande**. Campina Grande: Agenda, 2006.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **Requalificação espacial e elaboração de Inventário Imaterial: duas experiências em andamento na centenária Feira Central de Campina Grande – PB**. VI Congresso Internacional de História. 25 a 27 de setembro de 2013. ANAIS DO VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2013>>. Acesso em 12 fev. 2017.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **O global e o local nas feiras contemporâneas: um estudo dos impactos gerados pela globalização em feiras de Portugal e do Brasil (1986-2007)**. Campina Grande: EDUFCG, 2014.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca de. Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007). **Tese de Douramento em História**. Regime de Co-tutela Universidade do Minho/ Universidade Federal da Bahia. 2011.

BECKER, Howard. **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Capítulo 7: De que lado estamos? Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: **A Miséria do mundo**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008. Pp. 693-732.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores). 9ª ed.- Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Capítulo 1. Sobre o Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Capítulo 4. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papiрус, 1996.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no Século XIX: O espetáculo da Pobreza**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

BRENDLE, Betânia. Carnavalização Patrimonial: destruição da identidade cromática dos centros antigos de João Pessoa, Areia (PB) e Olinda (PE). In: **Trabalho apresentado no Urbicentros 3**. Salvador, 22 a 24 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST137.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20ª ed. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

CÂMARA, Epaminondas. "Datas Campinenses", 1999.

CANIELLO, Gabriela Toralles. O Popstar Paraibano: Análise Da Construção Da Imagem Pública Do Senador Cássio Cunha Lima. **Dissertação de Mestrado** Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Campina Grande, 2013.

CARVALHO, Luciana Gonçalves de. "O boi não faz mais matança": folclorização, patrimonialização e outras transformações na brincadeira do boi. Trabalho apresentado na **29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401732740_ARQUIVO_TrabalhoCompleto_ABA2014.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; SOUZA LIMA, Antônio Carlos de e TEIXEIRA, Carla Costa. (Org.). Introdução. **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: ContraCapa; Faperj, 2014.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, n.16, 1995, p. 179-192. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2005>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CHIANCA, Luciana. **São João na Cidade: Ensaios e improvisos sobre a Festa Junina**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

CERTEAU, M. de; JULIA, D.; REVEL, J. A beleza do morto: o conceito de cultura popular. In: **A invenção da sociedade**. Trad. Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1989

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1998.

CORBINIANO Lins. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8717/corbiniano-lins>>. Acesso em: 11 de mai. 2018. Verbetes da Enciclopédia.

COSTA, Antonio Albuquerque da. Sucessões e Coexistências do espaço campinense ao meio técnico-científico-informacional: a Feira de Campina Grande na interface desse processo. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciências Geográficas. Recife, 2003.

DINIZ, Lincoln da Silva. As bodegas da cidade de Campina Grande: objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro de José Pinheiro. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciências Geográficas. Recife, 2004.

DOSSIÊ DE REGISTRO da Feira de Campina Grande. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Superintendência do Iphan na Paraíba**. Campina Grande, 2017.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELYSEU Visconti Cavalleiro. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa13136/elyseu-visconti-cavalleiro>>. Acesso em: 12 de Mar. 2018. Verbete da Enciclopédia.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5ª ed. Edições Loyola: São Paulo, 1999.

GARCIA, Tânia da Costa. A folclorização do popular: uma operação de resistência à mundialização da cultura, no Brasil dos anos 50. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 7-22, jan.-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.artcultura.inhis.ufu.br/anteriorNr20.php>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Capítulo 1. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 3-21.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **A Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. P. 227-344.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Editora UFRJ; IPHAN: Rio de Janeiro, 1996.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Tradição. In: **Antropologia & Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos** / coordenação geral [de] Antonio Carlos de Souza Lima. – Brasília / Rio de Janeiro / Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia / laced / Nova Letra, 2012. Pp. 186-201.

HANDLER, Richard. On Sociocultural Discontinuity: Nationalism and Cultural Objectification in Quebec. **CURRENT ANTHROPOLOGY**, Vol. 25, No. 1, February 1984.

HANNERZ, Ulf. 1992. Chapter 1: The Nature of Culture Today. In: **Cultural Complexity: Studies in the Social Organization of Meaning**. New York: Columbia University Press, 1992.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 08 set 2017.

IBGE. Campina Grande. População. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

INVENTÁRIO NACIONAL de referências culturais: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 2000.

IPHAN. **Site da Instituição**. Patrimônio Imaterial - Diretrizes Básicas. 2018A. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/682/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

IPHAN. **Site da Instituição**. Patrimônio Imaterial – Plano de Salvaguarda. 2018B. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/682/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

IPHAN. **Site da Instituição**. Livros de Registro. 2018C. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/682/>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

IPHAN. **Site da Instituição**. Atas do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. 2018D. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/atasConselho?data=2011%2F2018&pagina=1>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

IPHAN. **Site da Instituição**. Banco de Dados dos Bens Culturais Registrados. 2018E. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

IPHAN. **Site da Instituição**. Bens em Processo de Registro. 2018F. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/426>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

IPHAN. Feira de Campina Grande: Patrimônio Cultural do Brasil. **Dossiê de Registro da Feira de Campina Grande**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Superintendência do Iphan na Paraíba. Campina Grande, 2017.

JOFFILY, Geraldo Irenêo. **O quebra-quilo. A revolta dos matutos contra os doutores**. (1874). Disponível em: <<file:///C:/Users/Lucas/Downloads/78552-107806-1-SM.pdf>>. Acesso em: 8 de set 2017.

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e Quilombolas: cidadania ou folclorização? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, maio 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831999000100006>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

LIMA, Jéssica Camêlo de. Do Mercado Velho À Nova Feira: A Reestruturação Da Feira Do Bairro Da Prata, Campina Grande – PB. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. João Pessoa, 2015.

LIMA, Jéssica Camêlo de. Do "Mercado Velho" à "Nova Feira": Uma reflexão sobre a reestruturação da Feira Da Prata, Campina Grande – PB. In: Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. 2014. Disponível em: <http://www.cbgt2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404310024_ARQUIVO_JessicaLima.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2017.

LIMA, Elisabeth Christina de Andrade. A Festa de São João e a invenção da Cultura Popular. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 11, p. 01-29, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Lucas/Downloads/1637-5420-1-PB.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2018.

LIMA, Viviane de Oliveira. Aprendendo com a História: o quebra-quilos na construção do imaginário nordestino. In: Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo e Flávia Florentino Varella (orgs.). **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Edufop, 2009. ISBN: 978-85-288-0061-6. Disponível em: <http://docplayer.com.br/12371281-Aprendendo-com-a-historia-o-quebra-quilos-na-construcao-do-imaginario-nordestino-viviane-de-oliveira-lima-1-os-quebra-quilos.html>. Acesso 1 abr. 2017.

MEDEIROS, Bartolomeu Tito Figueirôa de. Caminhos e Descaminhos do Patrimônio Imaterial. In: Associação Brasileira de Antropologia. **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos** / organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. – Blumenau: Nova Letra, 2007.

MITCHELL, Clyde. "A Dança Kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte". In: Bela Feldman-Bianco (org.), **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Unesp, 2010. pp. 365-436.

MITCHELL, Clyde. A questão da quantificação na Antropologia Social. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **A Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. P. 77-126.

MUSEU HISTÓRICO de Campina Grande. Pesquisa de Campo. Campina Grande: mar. 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo. (10). dez. 1993. P. 7-27.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. O Ronco da Abelha: resistência popular e conflito na consolidação do Estado nacional, 1851-1852. **Almanack braziliense**. n°01, maio 2005. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/almanack/neste_numero/n01/index.asp?tipo=informes%20de%20pesquisa&edicao=1&conteudo=6&numero=1>. Acesso em: 8 de set 2017

OLIVEN, Ruben George. Patrimônio Intangível: considerações iniciais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ONU/BR. 2017. UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>. Acesso em 29 mar. 2017.

PATRIMÔNIO IMATERIAL: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: **Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 4. ed, 2006.

PEREIRA JÚNIOR, Francisco. **Feira de Campina Grande: um museu vivo de cultura popular e do folclore nordestino**. Campina Grande: Editora Universitária/UFPB, 1977.

PEREGRINO, Lucas Neiva. Tomba, destomba: a Rádio Tabajara e o campo do patrimônio em João Pessoa. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** – Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa: 2015.

PINHAL, Paulo. **Dicionário de Terminologias Arquitetônicas**, Colégio de Arquitetos. Versão da internet [1996 - ?]. Disponível em: <<http://www.colegiodearquitetos.com.br/>>. Acesso em: 22 set. 2017.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2018.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. Art Déco em Campina Grande (PB): valorização, patrimonialização e esquecimento. **Revista UFG**, jul. 2010, ano XII, nº 8. Dossiê ART DÉCO. Disponível em: <https://www.proec.ufg.br/up/694/o/08_ArtDecoemCampinaGrande.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

RAMALHO, Maria de L. N (1980). A feira. In: **Cinco textos para montar ou simplesmente ler**. Teatro Nordestino, Grupo do Centro Cultural Paschoal Carlos Magno. Campina Grande.

ROCHA, Gilmar. Cultura popular: do folclore ao patrimônio. **Mediações** - Revista de Ciências Sociais. v. 14, n. 1 (2009). Londrina.

SILVA, Iolanda Barbosa da. A construção espetacular do personagem político Ronaldo José da Cunha Lima. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campina Grande: UFCG, 2009.

SILVA, Valmir Pereira de. Artes de fazer a feira: práticas e representações de negociação na Feira Central de Campina Grande (CG). **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campina Grande: UFCG, 2005.

SIMMEL, Georg, O conflito como sociação. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, pp. 568-573. Dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSE%20v10%20n30%20dez2011%20em%20pdf.pdf>>. Acesso em: 8 jan 2018.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. “TERRITÓRIOS PROMÍSCUOS”: a feira de Campina Grande (1920-1945). **Revista Vivência**. n. 29, p. 289-304. 2005.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46, 2003. pp. 61-92.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de e CASTRO, João Paulo Macedo e. Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s). Revista **ANTHROPOLÓGICAS**. Ano 19, 26(2):17-54, 2015.

TERMO DE REFERÊNCIA para a Salvaguarda de Bens Registrados. BAE – **Boletim Administrativo Eletrônico do IPHAN** nº. 1093 – Edição Semanal de 17/07/2015. Coordenação-Geral de Salvaguarda Departamento do Patrimônio Imaterial. Brasília, julho de 2015.

TURNER, Victor. Floresta dos símbolos: aspectos do ritual Ndembu. Niterói: EdUFF, 2005.

UFCG. **RELATÓRIO DE ATIVIDADES**. Extensão Universitária: Qual é sua ideia para a Feira de Campina Grande? OFICINA DE PROJETO PARTICIPATIVO. abril a junho de 2013. Campina Grande.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 17 de outubro de 2003. Documento originalmente publicado pela UNESCO sobre o título Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, 17 October 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. P. 345-374

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, Apr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 3 out. 2017.

VINCENT, J. The anthropology of politics: a reader in ethnography, theory, and critique. Malden-London, Blackwell, 2002.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

Notícias

A FEIRA EM dois tempos. **BLOG DO CANIELLO**. 2014. Publicado em: 16.12.2014. Disponível em: <<http://caniello.blogspot.com.br/2014/12/a-feira-de-campina-grande-em-dois.html>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

CAPILÉ É EXONERADO do cargo de secretário de Cultura de Campina Grande. **Jornal da Paraíba Online**. 2016. Publicado em: 08.06.2016. Disponível em: <<http://www.jornaldaparaiba.com.br/cultura/capile-e-exonerado-do-cargo-de-secretario-de-cultura-de-campina-grande.html>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

EQUIPE DO IPHAN realiza última visita a Campina para registro da Feira Central como Patrimônio Cultural do Brasil. **Coordenação de Comunicação da Prefeitura Municipal de Campina Grande**. 2017. 15/09/2017. Disponível em: <<https://pmcg2.websiteseuro.com/equipe-do-iphan-realiza-ultima-visita-a-campina-para-registro-da-feira-central-como-patrimonio-cultural-do-brasil/>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

FEIRA CENTRAL de Campina Grande é reconhecida patrimônio. **G1 Paraíba**. 2017A. Publicado em: 27.09.2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/feira-central-de-campina-grande-e-reconhecida-patrimonio-cultural-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FEIRA CENTRAL de Campina Grande é reconhecida patrimônio cultural do Brasil. **Jornal da Paraíba**. 2017B. Publicado em: 27.09.2017. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/feira-central-de-campina-grande-e-reconhecida-como-patrimonio-cultural-do-brasil.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FEIRA CENTRAL de Campina Grande será revitalizada. **Paraíba.com.br**. 2009A. Publicado em 09.11.2009. Disponível em: <<http://www.paraiba.com.br/2009/11/09/84657-feira-central-de-campina-grande-sera-revitalizada>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

FEIRA CENTRAL de Campina será revitalizada com a participação da sociedade. **ClickPB**. 2009B. Publicado em 09.11.2009. Disponível em: <<https://www.clickpb.com.br/cotidiano/feira-central-de-campina-sera-revitalizada-com-a-participacao-da-sociedade-civil-63643.html>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

FEIRA CENTRAL de Campina Grande é reconhecida patrimônio cultural do Brasil. **Jornal da Paraíba**. 2017B. Publicado em: 27.09.2017. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/feira-central-de-campina-grande-e-reconhecida-como-patrimonio-cultural-do-brasil.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FEIRA DE Campina Grande é reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. **Paraíba Online**. Publicado em: 27.09.2017. Disponível em: <<https://paraibaonline.com.br/2017/09/feira-de-campina-grande-e-reconhecida-como-patrimonio-cultural-imaterial-do-brasil/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

JOSÉ MARANHÃO: nova Feira da Prata é obra que tem a marca do coração. **Secretaria de Comunicação do Estado da Paraíba (SECOM/PB)**. 2009C. Publicado em 14.10.2009. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/jose-maranhao-nova-feira-da-prata-e-obra-que-tem-a-marca-do-coracao/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

MAIOR SÃO JOÃO do Mundo agora é Patrimônio Cultural e Imaterial. **Secretaria de Comunicação do Estado da Paraíba (SECOM/PB)**. 2011. Publicado em 29.06.2011. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/maior-sao-joao-do-mundo-agora-e-patrimonio-cultural-e-imaterial/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO da Feira Central de Campina Grande é apresentado à população. **BLOG DO CANIELLO**. 2013 Publicado em: 20.10.2013. Disponível em: <<http://caniello.blogspot.com.br/2013/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ROMERO APRESENTA projeto de requalificação de Feira. **PBAgora**. 2013. Publicado em 18.10.2013. Disponível em:

<<https://www2.pbagora.com.br/noticia/politica/20131018141235/romero-apresenta-projeto-de-requalificacao-de-feira>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

SEGUNDO NETO, Veneziano Vital do Rego. Câmara dos Deputados. Discursos e Notas Taquigráficas. **Discursos Proferidos em Plenário**. Sessão: 277.3.55.O. Data: 27/09/2017. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=277.3.55.O&nuQuarto=22&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=11:42&sgFaseSessao=BC&Data=27/09/2017&txApelido=VENEZIANO%20VITAL%20DO%20R%20C3%8AGO,%20PMDB-PB>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

Entrevistas

ARAÚJO, Giovanna. João Pessoa, 27 dez. de 2017. Entrevista concedida ao autor.

BATISTA, Agnaldo. Campina Grande, 5 out. 2017. Entrevista concedida ao autor.

BRAGA, Emanuel. João Pessoa, 27 jul. 2017. Entrevista concedida ao autor.

CANIELLO, Márcio. Campina Grande, 13 dez. 2017. Entrevista concedida ao autor.

COSTA, Paula. João Pessoa, 3 ago. 2017. Entrevista concedida ao autor.

DIANOVSKY, Diana. Via Skype, 4 out. 2017. Entrevista concedida ao autor.

MORAES, Carla. João Pessoa, 3 mai. 2017. Entrevista concedida ao autor.

ROCHA, Fabiano. Campina Grande, 20 fev. 2017. Entrevista concedida ao autor.

RODRIGUES, Cícero. Campina Grande, 6 dez. 2017. Entrevista concedida ao autor.

QUEIROZ, Marcus Vinícius. Campina Grande, 10 out. 2017. Entrevista concedida ao autor.

Audiovisual

FEIRA CENTRAL de Campina Grande/PB: Patrimônio Cultural e Imaterial do Brasil. Documentário encaminhado ao IPHAN sobre a Feira Central de Campina Grande. Araújo, G. de A. F. (Direção e criação). (2007). Campina Grande-PB. Feira Central. Produção: Ativa vídeo Profissional CRIARE comunicação. Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Campina Grande-PB.

FEIRA DE MANGAIO. Música. Composição: Glorinha Gadelha e Sivuca. Gravadora: RCA Pure Gold. Catálogo: 107.0269. Ano: 1977.

CUNHA LIMA, Cássio. Feira de Campina Grande é novo Patrimônio Cultural do Brasil. Trecho da Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio. **Canal do YouTube**. Perfil de Cássio Cunha Lima. Publicado em: 27 set. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m6WrWSaCIP8>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

IPHAN. Vídeo Documentário que compõe o Dossiê de Registro da Feira Central de Campina Grande como Patrimônio Cultural do Brasil. Processo IPHAN nº 01450.012500/2007-33. **Feira de Campina Grande: Patrimônio Cultural do Brasil**. Produção de Ivo Junior. Campina Grande: 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UC-PXlIH-qqxfUNkx5kNWwRg/videos>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

ROMERO RODRIGUES Apresenta o projeto de requalificação da feira Central. Discurso proferido no Mercado Central de Campina Grande. **Canal do Youtube**. 19 de outubro de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CzFDMf-I-S8>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CAVALLEIRO, Elyseu Visconti (Fotografia e Direção). Feira da Campina Grande. Elyseu Visconti Cavalleiro Produções Cinematográficas. 1979.

Legislação

BRASIL, 1988. **Constituição Federal (1988)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 2 mar. 2017.

BRASIL, 2000. **Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em 2 mar. 2017.

BRASIL, 1937B. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em 10 out. 2017.

BRASIL, 1937A. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10378.htm>. Acesso em 10 out. 2017.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 486, de 29 de novembro de 2012**. Aprova o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Regimento_Interno_Conselho_%20Consultivo_2012.pdf> Acesso em 20 de janeiro de 2018.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2006**. Publicada no Diário Oficial de 23 de março de 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Resolucao_001_de_3_de_agosto_de_2006.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrução Normativa Nº 001, de 02 de março de 2009**. Dispõe sobre as condições de autorização de uso do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_Normativa_001_2009\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_Normativa_001_2009(2).pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2018.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Resolução n. 1, de 18 de julho de 2013.** Dispõe sobre processo administrativo de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil dos bens culturais registrados e altera o parágrafo único do art. 17 da Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2006. Publicada no Diário Oficial da União, n. 139, seção 1, p. 3, 22 jul. 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/10_1%20IPHAN%20inicia%20a%20rev%20alida%C3%A7%C3%A3o%20dos%20patrim%C3%B4nios%20culturais%20registrados-Resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

PARAÍBA, 2013. **Decreto nº 33.816, de 05 de abril de 2013.** Homologa a Deliberação nº 0009/2012, do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC, Órgão de Deliberação Superior do IPHAEP, aprova as normativas técnicas para as áreas sob proteção do IPHAEP, exceto no município de João Pessoa. Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa - Sábado, Nº 15.203 06 de Abril de 2013.

Processos

IPHAEP, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. **Processo:** 0254/2013. Solicitação de análise da primeira etapa (Armazéns) do projeto de requalificação da Feira Central de Campina Grande/PB. Aberto em 26 de dezembro de 2013.

IPHAEP, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. **Processo:** 0121/2011. Solicita análise do projeto de revitalização do Mercado Central de Campina Grande, na Rua Marcílio Dias, s/n. Aberto em 6 de abril de 2011.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Número do **Processo:** 01408.000668/2011-06. Interessado. Superintendência do IPHAN na Paraíba. Denúncia de Obras de Drenagem de Águas Pluviais da Feira Central de Campina Grande. 2011A.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Número do **Processo:** 01408.000699/2011-59. Interessado: José Maria Bezerra Filho. Assunto: Denúncia sobre mudanças na Feira de Campina Grande – PB. 2011B.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Número do **Processo:** 01408.000877/2011-41. Interessado: Procuradoria da República no Município De Campina Grande/PB. Informação Técnica a Respeito da Revitalização da Feira Central de Campina Grande. 2011C.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Número do **Processo:** 01408.000877/2011-41. Interessado: Prefeitura Municipal de Campina Grande. Registro da Feira Central de Campina Grande, Paraíba, como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. 2007

Figura 49 – O palhaço Major Palito



Major Palito (*in memoriam*). Personagem da Feira de Campina Grande. Foto: Orlando Brito.

Anexos

Quadro 1 - Entrevistas realizadas na pesquisa

Referência no texto	Nome	Profissão	Data da entrevista
Arquiteto	Fabiano Rocha	Arquiteta	23/02/2017
Técnica de arquitetura do IPHAN/PB	Carla Moraes	Arquiteta	03/05/2017
Técnico de Ciências Sociais do IPHAN/PB	Emanuel Braga	Antropólogo	27/07/2017
Arquiteta e ex-funcionária do IPHAEP	Paula Costa	Arquiteta	03/08/2017
Técnica em antropologia do IPHAN/SEDE	Diana Dianovsky	Antropóloga	04/10/2017
Gerente da Feira de Campina Grande	Agnaldo Batista	Gerente	05/10/2017
Professor de arquitetura da UFCG e pesquisador da Feira	Marcus Vinícius Queiroz	Arquiteto	10/10/2017
Presidente da Associação de Feirantes	Cícero Rodrigues	Marchante	06/12/2017
Ex-Secretário de Planejamento do Município e professor da UFCG	Márcio Caniello	Sociólogo	13/12/2017
Coordenadora da Equipe do INRC	Giovanna Araújo	Historiadora	27/12/2017

Quadro 2 – Bens Culturais Registrados pelo IPHAN

#	Bem cultural	Livro de Registro	Data de Registro	UF	Abrangência	Proponente ²²⁹	INRC
1	Ofício das Paneleiras de Goiabeiras	Saberes	20/12/2002	ES	local	Associação das Paneleiras de Goiabeiras	Não
2	Arte Kusiwa - Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajápi	Formas de Expressão	20/12/2002	AP	local	Conselho das Aldeias Wajápi	Não
3	Samba de Roda do Recôncavo Baiano	Forma de Expressão	05/10/2004	BA	estadual	Associação Cultural Filhos de Nagô	Não
4	Círio de Nossa Senhora de Nazaré	Celebração	05/10/2004	PA	local	Arquidiocese de Belém	Sim
5	Modo de fazer Viola-de Cocho	Saberes	14/01/2005	MT e MS	regional	Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP)	Sim
6	Ofício das Baianas de Acarajé	Saberes	14/01/2005	BA	local	Associação de Baianas de Acarajé e Mingau do Estado da Bahia	Não
7	Jongo no Sudeste	Forma de Expressão	15/12/2005	SP, RJ, ES, MG	regional	CNFCP	Sim
8	Cachoeira de Iauaretê - Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri	Lugar	10/08/2006	AM	local	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)	Não
9	Feira de Caruaru	Lugar	20/12/2006	PE	local	Prefeitura de Caruaru	Sim
10	Frevo	Formas de Expressão	28/02/2007	PE	estadual	Prefeitura do Recife	Sim
11	Tambor de Crioula do Maranhão	Formas de Expressão	20/11/2007	MA	estadual	Prefeitura de São Luís	Sim
12	Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba enredo	Formas de Expressão	20/11/2007	RJ	estadual	Associação das Escolas de Samba do Rio de Janeiro	Sim

²²⁹ Coloco apenas como o IPHAN indica no Banco de Dados dos Bens Registrados (IPHAN, 2018E). Contudo, algumas vezes as solicitações de registro são feitas por diversas entidades que se articulam. Este dado, por outro lado, pode nos indicar a opção pela entidade ou associação mais central ou que se aproxima mais do IPHAN durante o registro, como no caso da Feira de Campina Grande é a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Cultura.

#	Bem cultural	Livro de Registro	Data de Registro	UF	Abrangência	Proponente ²²⁹	INRC
13	Modo artesanal de fazer Queijo de Minas nas regiões do Serro, da Serra da Canastra e Salitre/ Alto Paranaíba	Saberes	13/06/2008	MG	local	SECULT/MG e a Associação de Amigos do Serro (AASER)	Sim
14	Ofício dos Mestres de Capoeira	Saberes	21/10/2008	AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO	nacional	IPHAN	Não
15	Roda de Capoeira	Formas de Expressão	21/10/2008	AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO	nacional	IPHAN	Não
16	Modo de fazer Renda Irlandesa tendo como referência este Ofício em Divina Pastora/SE	Saberes	28/01/2009	SE	local	Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa de Divina Pastora ASDEREN	Não
17	Ofício de Sineiro	Saberes	03/12/2009	MG	estadual	Secretaria de Cultura de Minas Gerais	Sim
18	Toque dos Sinos em Minas Gerais	Formas de Expressão	03/12/2009	MG	estadual	Secretaria de Cultura de Minas Gerais	Sim
19	Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO	Celebrações	13/05/2010	GO	local	Prefeitura Municipal de Pirenópolis	Sim

#	Bem cultural	Livro de Registro	Data de Registro	UF	Abrangência	Proponente ²²⁹	INRC
20	Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro/ AM	Saberes	05/11/2010	AM	local	Associação das Comunidades Indígenas do Rio Negro (ACIMRN)	Não
21	Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê	Celebrações	05/11/2010	MT	local	Operação Amazônia Nativa (OPAN)	Não
22	Festa de Sant'Ana de Caicó/RN	Celebrações	10/12/2010	RN	local	Diocese de Caicó e Paróquia de Sant'Ana de Caicó	Sim
23	Complexo Cultural do Bumba-meuboi do Maranhão	Celebrações	30/08/2011	MA	estadual	Comissão Interinstitucional de Trabalho ²³⁰	Sim
24	Saberes e Práticas associados ao modo de fazer Bonecas Karajá TO	Saberes	25/01/2012	TO	local	Iny Mahadu Coordenação ²³¹	Não
25	Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá	Formas de Expressão	25/01/2012	TO	local	Iny Mahadu Coordenação	Não
26	Fandango Caiçara	Formas de Expressão	29/11/2012	SP, PR	regional	Associação de Cultura Popular Mandicuera	Sim
27	Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ	Celebração	03/04/2013	RJ	local	Instituto Histórico e Artístico de Paraty	Sem informações
28	Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	Celebração	05/06/2013	BA	local	Devoção do Senhor Bom Jesus do Bomfim	Sem informações

²³⁰ “O grupo é coordenado pela Superintendência do Iphan no Maranhão e composto pela Secretaria de Estado de Cultura, Fundação Municipal de Cultural, Comissão Maranhense de Folclore, Grupo de Pesquisa Religião e Cultura Popular da UFMA, representantes dos Grupos de Bumba-meu-boi dos Sotaques da Baixada, Matraca, Zabumba, Costa-de-mão, Orquestra e de Bois Alternativos e representantes e membros de grupos de Bumba-meu-boi e da comunidade” (IPHAN, 2018E).

²³¹ É uma articulação de diversas aldeias Karajá, criado com o “objetivo de defender os direitos indígenas e seu patrimônio cultural e ambiental” (IPHAN, 2018E).

#	Bem cultural	Livro de Registro	Data de Registro	UF	Abrangência	Proponente ²²⁹	INRC
29	Festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó ²³²	Celebração	27/11/2013	PA	local	Irmandade do Glorioso São Sebastião da Ilha do Marajó	Sim
30	Produção Tradicional e práticas socioculturais associadas a Cajuína no Piauí estadual	Saberes	15/05/2014	PI	estadual	Cooperativa de Produtores de Cajuína do Piauí (CAJUESP)	Sem informações
31	Carimbó	Formas de Expressão	11/09/2014	PA	estadual	Prefeitura de Santarém Novo (PA) ²³³	Sim
32	Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani	Lugares	03/12/2014	RS	local	Lideranças Guarani-Mbyá ²³⁴	Sim
33	Maracatu Nação	Formas de Expressão	03/12/2014	PE	estadual	Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco	Sim
34	Maracatu Baque Solto	Formas de Expressão	03/12/2014	PE	estadual	Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco	Sim
35	Cavalo-Marinho	Formas de Expressão	03/12/2014	PE	estadual	Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco	Sim
36	Teatro de Bonecos Popular do Nordeste _ Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco	Formas de Expressão	04/03/2015	RN, PE, PB, CE, DF	regional	Associação Brasileira de Teatro de Bonecos	Não
37	Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas	Saberes	11/06/2015	PA	local	CNFCP	Sim
38	Festa do Pau de Santo Antônio de Barbalha / CE	Celebrações	17/09/2015	CE	local	Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura	Sim

²³² Ressalto que o Banco de Dados dos Bens Culturais Registrados só contempla os bens registrados até 5 de junho. Portanto, a partir deste bem tive de pesquisar nas atas das Reuniões do Conselho do Patrimônio as informações que trago aqui.

²³³ Como esses dados foram coletados diretamente da Ata da 76ª Reunião do Conselho (IPHAN, 2018D), indico todas as entidades que assinam o pedido de registro: Prefeitura de Santarém Novo (PA), Irmandade de Carimbó de São Benedito, Associação Cultural Jappim, Associação Cultural Raízes da Terra e Associação Cultural Uirapurú.

²³⁴ A ata não deixa claro quais lideranças, mas fala que foram doze lideranças de seis estados brasileiros (RS, SC, PR, SP, RJ e ES), além de uma liderança do Paraguai, que estavam participando do Encontro Internacional de Valorização do Mundo Guarani (2007). Ressalto que o pedido foi endossado pelo IPHAN/RS.

#	Bem cultural	Livro de Registro	Data de Registro	UF	Abrangência	Proponente ²²⁹	INRC
						Municipal de Barbalha ²³⁵	
39	Romaria de Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade	Celebrações	15/09/2016	GO	local	Federação Goiana de Carreiros (FEGOCAR) e Paróquia do Divino Pai Eterno/GO	Sim
40	Caboclinho pernambucano	Formas de Expressão	24/11/2016	PE	local		
41	Feira de Campina Grande	Lugares	27/19/2017	PB	local	Prefeitura Municipal de Campina Grande	Sim

O quadro tem o objetivo de mostrar quais instituições são as proponentes do pedido de registro, em comparação com o caso estudado no trabalho. Muitas vezes o próprio Estado tem o interesse de fazer a articulação, daí o papel das Secretarias de Cultural (Estaduais e Municipais). Fonte: adaptação de tabelas e dados do IPHAN (IPHAN, 2018E; IPHAN, 2018D).

²³⁵ Assinam também o pedido: o Instituto Cultural do Vale Caririense (ICVC); o Prefeito Municipal de Barbalha; o Centro Pró-Memória de Barbalha Josafá Magalhães; o Presidente da Câmara Municipal de Barbalha; e a União das Associações de Barbalha (UNAB).

Quadro 3 – Bens Imateriais em Processo de Instrução para Registro

#	Bem cultural	Estado	Proponente
1	Areruya	RR	Conselho do Povo Indígena Ingarikó (Coping)
2	Banho de São João	MS	Fundação de Cultura e Turismo do Pantanal/Prefeitura Municipal de Corumbá (MS)
3	Bembé do Mercado	BA	Associação Beneficente e Cultural Ilê Axé Ojú Onirê – Santo Amaro (BA)
4	Bico e Renda Singeleza -	AL	Associação das Rendeiras de Marechal Deodoro (AL)
5	Cantos Sagrados de Milho Verde (MG)	MG	Associação Cultural e Comunitária do Catopê e da Marujada de Milho Verde e Adjacências (ACMVA)
6	Centenária Procissão do Senhor dos Passos -	SC	Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (SC)
7	Choro	PE, RS, RJ, DF.	Clube do Choro de Brasília
8	Circo de Tradição Familiar	PR	Circo Zanchettini
9	Ciranda do Estado de Pernambuco	PE	Secretaria de Estado da Cultura de Pernambuco – Recife (PE)
10	Cocos do Nordeste	AL, CE, PB, PE.	Coletivo de Cultura e Educação Meio do Mundo
11	Congadas de Minas	MG	Prefeituras municipais de Uberlândia, Campos Altos, Frutal, Monte Alegre; Fundação Cultural de Uberaba; e Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba (Conphau)
12	Cultura do Boi-Bumbá de Parintins -	AM	Secretaria de Estado da Cultura de Amazonas (AM)
13	Feira de São Joaquim – Salvador (BA)	BA	Sindicato dos Vendedores Ambulantes e Feirantes de Salvador (BA)
14	Festa do Divino Espírito Santo do Vale do Guaporé	RO	Conselho Geral da Irmandade do Divino Espírito Santo do Vale do Guaporé
15	Festa do Divino da Comunidade de Marmelada -	PI	Associação e Moradores da Comunidade Marmelada e Associação Brasileira de Documentaristas – Seção Piauí
16	Festa do Padroeiro dos Garimpeiros de Lençóis – Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos	BA	Sociedade União dos Mineiros – Lençóis (BA)
17	Festa de São Benedito de Aparecida	SP	Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida – Aparecida (SP)
18	Kenê Kui, Grafismos do Povo Indígena Huni Kui (Kaxinawá)	AC	Federação do Povo Huni Kui do Acre (Fephac) e Associação das Produtoras de Artesanato das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão (Apaminktaj), com apoio da Superintendência do Iphan no Acre.
19	Literatura de Cordel	AL, BA, CE, PB, PI, PE, RJ, RN, SE, DF	Academia Brasileira de Literatura de Cordel, com apoio do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/Iphan)
20	Marabaixo	AP	Superintendência do Iphan no Amapá – Macapá (AP)
21	Marujada de São Benedito	PA	Irmandade da Marujada de São Benedito de Bragança

22	Matrizes do Forró	AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, RJ, SE, DF.	Associação Cultural Balaio Nordeste – João Pessoa (PB)
23	Modo de Fazer Arte Santeira do Piauí	PI	Conselho dos Jovens Artesãos do Piauí
24	Modo de Saber Fazer do Queijo Artesanal Serrano de Santa Catarina e Rio Grande do Sul	SC, RS.	Associação de Produtores Rurais de Capão Alto e Aprocâmpos
25	Ofício das Quitadeiras de Minas Gerais	MG	Secretaria Municipal de Congonhas (MG)
26	Ofício de Raizeiras e Raizeiros no Cerrado	GO, MT, MA, TO, DF	Articulação Pacari – Plantas Medicinais do Cerrado
27	Ofício de Tacacazeira na Região Norte	AC, AP, AM, PA, RO, RR.	Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/Ipahan)
28	Ourivesaria da Cidade de Natividade	TO	Associação Comunitária Cultural de Natividade (Ascuna) – Natividade (TO)
29	Pesca com Arpão do Pirarucu	AP	Associação dos Moradores da Vila do Sucuriçu e Colônia de Pescadores Z-4 da Vila do Sucuriçu
30	Processos e Práticas Culturais Referentes à Canoa Caiçara	PR, RJ, SP.	Associação de Pescadores da Enseada
31	Produção de Doces Tradicionais Pelotenses	RS	Câmara dos Dirigentes Lojistas de Pelotas (RS)
32	Repente	AL, BA, CE, MA, PB, PI, PE, RN, RJ, SE, DF.	Associação dos Cantadores Repentistas e Escritores Populares do DF e Entorno
33	Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil	Abrangência Nacional	Grupo Curumim, Instituto Nômades, Associação das Parteiras Tradicionais e Hospitalares de Jaboatão dos Guararapes e Associação das Parteiras Tradicionais de Caruaru
34	Samba de Bumbo ou Samba Rural Paulista	SP	Fórum para as Culturas Populares e Tradicionais
35	Sistema Agrícola de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira	SP	Instituto Socioambiental (ISA)
36	Usos Rituais da Ayahuasca	AC	Fundação Elias Mansour, Fundação Garibaldi Brasil – Rio Branco Centro de Iluminação Cristã Luz Universal – Centro Espírita, e Culto da Oração Casa de Jesus Fonte de Luz, e União do Vegetal

Fonte: Adaptado do Portal do IPHAN, Bens em Processo de Registro (IPHAN, 2018F).

Questionário da Pesquisa de Opinião Feira pela Prefeitura (UFMG, 2013)

1. Há quanto tempo você comercializa na Feira Central?
2. Você é sócio da Associação dos Feirantes da Feira Central?
3. Quantas pessoas trabalham neste estabelecimento?
4. Você tem Alvará de Funcionamento para seu negócio?
5. Você tem Alvará de Saúde para seu negócio?
6. Você comercializa em outra feira fora a Feira Central?
7. Qual feira você comercializa seus produtos fora a Feira Central?
8. Como você avalia o acesso à Feira Central de Campina Grande?
9. Como você avalia o estacionamento da Feira Central de Campina Grande?
10. Como você avalia a pavimentação das ruas da Feira Central de Campina Grande?
11. Como você avalia a drenagem das ruas quando chove na Feira Central de Campina Grande?
12. Como você avalia a circulação das pessoas na Feira Central de Campina Grande?
13. Como você avalia a iluminação da Feira Central de Campina Grande?
14. Como você avalia o abastecimento d'água na Feira Central de Campina Grande?
15. Como você avalia o esgotamento sanitário na Feira Central de Campina Grande?
16. Como você avalia a higiene na Feira Central de Campina Grande?
17. Como você avalia a segurança na Feira Central de Campina Grande?
18. Como você avalia o movimento das vendas na Feira Central de Campina Grande?
19. Na sua opinião, você trabalha em condições dignas?
20. Qual o meio de transporte que você utiliza para trabalhar?
21. (SE VAI DE CARRO PARTICULAR AO TRABALHO). Onde você estaciona seu carro?
22. Você concorda com a revitalização da Feira Central?
23. Na sua opinião, após a revitalização da Feira Central, você acredita que a comercialização dos produtos será: Melhor, Igual ou Pior?
24. Na sua opinião, a setorização das mercadorias na Feira Central é um aspecto: Muito importante, Importante, Pouco importante ou Indiferente?
25. Na sua opinião, um abatedouro de aves na Feira Central é um aspecto: Muito importante, Importante, Pouco importante ou Indiferente?
26. Na sua opinião, uma área de carga/descarga na Feira Central é um aspecto: Muito importante, Importante, Pouco importante ou Indiferente?

27. Na sua opinião, um frigorífico comunitário na Feira Central é um aspecto: Muito importante, Importante, Pouco importante ou Indiferente?
28. Na sua opinião, um museu na Feira Central é um aspecto: Muito importante, Importante, Pouco importante ou Indiferente?
29. Na sua opinião, uma praça de alimentação na Feira Central é um aspecto: Muito importante, Importante, Pouco importante ou Indiferente?
30. Na sua opinião, uma praça de eventos na Feira Central é um aspecto: Muito importante, Importante, Pouco importante ou Indiferente?
31. Na sua opinião, a divulgação da Feira Central é um aspecto: Muito importante, Importante, Pouco importante ou Indiferente?
32. Na sua opinião, uma central de informação na Feira Central é um aspecto: Muito importante, Importante, Pouco importante ou Indiferente?
33. Na sua opinião, uma rádio comunitária na Feira Central é um aspecto: Muito importante, Importante, Pouco importante ou Indiferente?
34. Na sua opinião, um serviço sonoro de qualidade na Feira Central é um aspecto: Muito importante, Importante, Pouco importante ou Indiferente?
35. Na sua opinião, um posto policial na Feira Central é um aspecto: Muito importante, Importante, Pouco importante ou Indiferente?
36. Na sua opinião, a instalação de caixas eletrônicos na Feira Central é um aspecto: Muito importante, Importante, Pouco importante ou Indiferente?
37. Na sua opinião, a construção de uma creche na Feira Central é um aspecto: Muito importante, Importante, Pouco importante ou Indiferente?
38. Na sua opinião, o estacionamento na Feira Central é um aspecto: Muito importante, Importante, Pouco importante ou Indiferente? (PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA SOBRE A REVITALIZAÇÃO DA FEIRA CENTRAL, UFCG, 2013, pp.76-230).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE NOME E ENTREVISTA

Eu Aginaldo Batista
abaixo assinado(a), autorizo Lucas Neiva Peregrino, estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, a utilizar o meu nome e as informações por mim prestadas para a elaboração da sua Dissertação de Mestrado, que tem como título provisório "Encontros e Desencontros na patrimonialização da Feira de Campina Grande (PB)", orientado pela Prof.^a Dr.^a Mércia Rejane Rangel Batista. A Dissertação tem como objetivo descrever o processo de registro da Feira de Campina Grande, entrevistando os principais envolvidos no processo.

Observações do entrevistado:

Campina Grande, 09 de Maio de 2018.

Aginaldo Batista

Assinatura do entrevistado



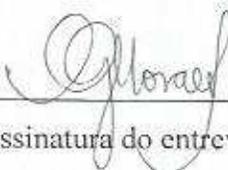
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE NOME E ENTREVISTA

Eu, CARLA GEFEE MACEDO SANTOS MARTINS MORAES,
abaixo assinado(a), autorizo Lucas Neiva Peregrino, estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, a utilizar o meu nome e as informações por mim prestadas para a elaboração da sua Dissertação de Mestrado, que tem como título “DESVELANDO AS TRILHAS E TRAMAS DE UM PROCESSO SOCIAL: diferentes leituras da patrimonialização da Feira de Campina Grande (PB)”, orientado pela Prof.^a Dr.^a Mércia Rejane Rangel Batista. A Dissertação tem como objetivo descrever o processo de registro da Feira de Campina Grande, entrevistando os principais envolvidos no processo.

Observações do entrevistado:

João Pessoa, 10 de JULHO de 2018.


Assinatura do entrevistado



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE NOME E ENTREVISTA

Eu, CIÇOS PEREIRA RODRIGUES,

abaixo assinado(a), autorizo Lucas Neiva Peregrino, estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, a utilizar o meu nome e as informações por mim prestadas para a elaboração da sua Dissertação de Mestrado, que tem como título provisório "Encontros e Desencontros na patrimonialização da Feira de Campina Grande (PB)", orientado pela Prof.ª Dr.ª Mércia Rejane Rangel Batista. A Dissertação tem como objetivo descrever o processo de registro da Feira de Campina Grande, entrevistando os principais envolvidos no processo.

Observações do entrevistado:

C. GRANDE, 14 de JUNHO de 2018.

Lucas Neiva Peregrino

Assinatura do entrevistado



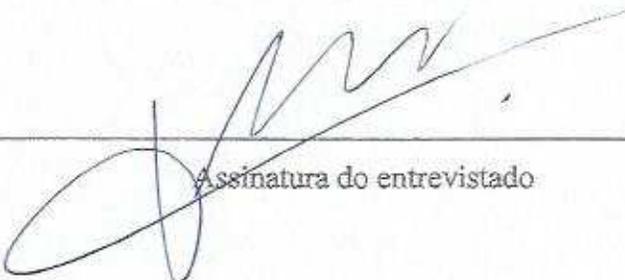
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE NOME E ENTREVISTA

Eu EMMUEL OLIVEIRA BARRA,
abaixo assinado(a), autorizo Lucas Neiva Peregrino, estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, a utilizar o meu nome e as informações por mim prestadas para a elaboração da sua Dissertação de Mestrado, que tem como título provisório “Encontros e Desencontros na patrimonialização da Feira de Campina Grande (PB)”, orientado pela Prof.^a Dr.^a Mércia Rejane Rangel Batista. A Dissertação tem como objetivo descrever o processo de registro da Feira de Campina Grande, entrevistando os principais envolvidos no processo.

Observações do entrevistado:

3. Pessoa, 02 de ABRIL de 2018.


Assinatura do entrevistado



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE NOME E ENTREVISTA

Eu FABIANO DE MELO DUARTE ROCHA,
abaixo assinado(a), autorizo Lucas Neiva Peregrino, estudante de mestrado do Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, a
utilizar o meu nome e as informações por mim prestadas para a elaboração da sua
Dissertação de Mestrado, que tem como título provisório "Encontros e Desencontros na
patrimonialização da Feira de Campina Grande (PB)", orientado pela Prof.ª Dr.ª Mércia
Rejane Rangel Batista. A Dissertação tem como objetivo descrever o processo de
registro da Feira de Campina Grande, entrevistando os principais envolvidos no
processo.

Observações do entrevistado:

SUPRIMIR DO TEXTO AS MENÇÕES AOS AGENTES PÚBLICOS
E FEIRANTES. CITAR OS FATS SEM MENCIONAR NOMES
DAS PESSOAS.

CAMPINA GRANDE, 18 de ABRIL de 2018.

Assinatura do entrevistado



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE NOME E ENTREVISTA

Eu MARCIO DE MAFS CANIELLO

abaixo assinado(a), autorizo Lucas Neiva Peregrino, estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, a utilizar o meu nome e as informações por mim prestadas para a elaboração da sua Dissertação de Mestrado, que tem como título provisório "Encontros e Desencontros na patrimonialização da Feira de Campina Grande (PB)", orientado pela Prof.^a Dr.^a Mércia Rejane Rangel Batista. A Dissertação tem como objetivo descrever o processo de registro da Feira de Campina Grande, entrevistando os principais envolvidos no processo.

Observações do entrevistado:

CAMPINA GRANDE, 20 de ABRIL de 2018.

Lucas Neiva Peregrino
Assinatura do entrevistado



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE NOME E ENTREVISTA

Eu MARCUS VINÍCIUS DANTAS DE OLIVEIRA,
abaixo assinado(a), autorizo Lucas Neiva Peregrino, estudante de mestrado do Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, a
utilizar o meu nome e as informações por mim prestadas para a elaboração da sua
Dissertação de Mestrado, que tem como título provisório "Encontros e Desencontros na
patrimonialização da Feira de Campina Grande (PB)", orientado pela Prof.^a Dr.^a Mércia
Rejane Rangel Batista. A Dissertação tem como objetivo descrever o processo de
registro da Feira de Campina Grande, entrevistando os principais envolvidos no
processo.

Observações do entrevistado:

CAMPINA GRANDE - PB, 13 de MAIO de 2018.

Marcus Vinícius D. Oliveira

Assinatura do entrevistado



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE NOME E ENTREVISTA

Eu PAULA AUGUSTA ISMAEL DA COSTA,
abaixo assinado(a), autorizo Lucas Neiva Peregrino, estudante de mestrado do Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, a
utilizar o meu nome e as informações por mim prestadas para a elaboração da sua
Dissertação de Mestrado, que tem como título provisório "Encontros e Desencontros na
patrimonialização da Feira de Campina Grande (PB)", orientado pela Prof.^a Dr.^a Mércia
Rejane Rangel Batista. A Dissertação tem como objetivo descrever o processo de
registro da Feira de Campina Grande, entrevistando os principais envolvidos no
processo.

Observações do entrevistado:

JOÃO PESSOA, 03 de JUNHO de 2018.


Assinatura do entrevistado



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE NOME E ENTREVISTA

Eu Epivanema de Aquino Fonseca Araújo
abaixo assinado(a), autorizo Lucas Neiva Peregrino, estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, a utilizar o meu nome e as informações por mim prestadas para a elaboração da sua Dissertação de Mestrado, que tem como título provisório "Encontros e Desencontros na patrimonialização da Feira de Campina Grande (PB)", orientado pela Prof.^a Dr.^a Mércia Rejane Rangel Batista. A Dissertação tem como objetivo descrever o processo de registro da Feira de Campina Grande, entrevistando os principais envolvidos no processo.

Observações do entrevistado:

Utilizar somente o texto rubricado em anexo
com transcrição de parte da entrevista.

Campina Grande, 14 de junho de 2018.

Epivanema de Aquino Fonseca Araújo Sr.
Assinatura do entrevistado

Entrevista Giovanna Aquino Araújo. Feita no hall de entrada de um prédio na praia de Intermares, Cabedelo. Embora resida em Campina Grande, na ocasião da entrevista desfrutava de licença prêmio, passando alguns dias em João Pessoa.

Qual o primeiro contato com a feira de Campina Grande?

Na infância teve contato com a feira durante as férias, no mês de junho, pois morava em Recife. A mãe dela é de Campina. Os seus avós moravam na Vila Nova da Rainha e tinha contato com as pessoas da feira. Com onze anos foi morar em CG e passou a frequentar de forma mais efetiva na feira.

Fez a graduação em história (1997-1999?), e seu objeto de estudo foi a feira. Na disciplina História da Paraíba teve que estudar sobre alguma coisa do estado e fez um apanhado da história de CG, mas com foco na feira. Na especialização passou a estudar a feira academicamente, pois a feira é “um universo mágico, fantástico, maravilhoso” e que a feira “persiste, resiste, não desiste, apesar das adversidades do mundo moderno. A própria feira se moderniza, se ressignifica a todo instante pra que ela continue existindo”. Paixão pela feira.

2- Como foi o processo de articulação para o processo de registro?

Professora de história da rede pública de Campina Grande. Quando fazia seu mestrado sobre a feira (2003-2005), “Já percebia que a Feira tinha todas as características de todos os livros de registro que o IPHAN se propõe no INRC, porque você tem saberes, você tem as expressões, você tem os ofícios, você tem tudo, né? Aliás, menos celebrações, celebrações a gente não conseguiu encontrar. Celebração numa constância, né? Celebrações tem eventos constantes, né?”.

2005. Foi convidada para gerenciar uma equipe de projetos na Secretaria de Educação. O secretário era o Flávio Romero Guimarães. A secretaria se chamava de Secretaria de Educação, Esporte e Cultura. Nesse momento sugere para o secretário que gostaria de dar entrada no pedido de registro.

“E argumentei, né? Tudo que a feira tinha e quais eram as benesses se esse registro saísse, por exemplo, para a gestão”.

Conta com o apoio do Secretário e do Prefeito Veneziano.

2007. Em junho distribuiu-se os abaixo assinados por diversos estabelecimentos: restaurantes, SAB's, nos bairros, na Casa Brasil, escolas municipais e estaduais. Houve divulgação pela cidade, inclusive na feira. Havia na época do São João o programa que era exibido na feira aos sábado, *Arrastapé.net*.

7'16"

“O IPHAN era muito claro e dizia: ‘Não adianta o governo dizer que a Feira é patrimônio, quem tem que dizer que a feira é patrimônio é a comunidade, porque é a comunidade que salvaguarda, né?’ São os feirantes, não só, mas também os fregueses, enfim, Campina Grande como um todo. É preciso que a feira seja reconhecida primeiro pela comunidade para que depois, aí precisa, que alguma entidade se manifeste, que pode ser pública, que pode ser filantrópica, que pode ser particular, enfim. Até pessoa física, que se manifeste e dê entrada no pedido de registro, mas com a chancela da comunidade. A comunidade precisa dizer isso. Então, recolhemos essas assinaturas e aí não era só isso, pedia-se um Dossiê Prévio na época. Então o Dossiê acompanhava os documentos que precisava, né? Esse abaixo-assinado, precisava ser feito uma pesquisa de tudo que havia sido feito sobre a feira de Campina Grande – e essa pesquisa não só documental no sentido físico, mas também de áudio visual – então fizemos um levantamento de todas as dissertações, teses, livros, cordéis, artigos de revista, fotografias, exposições, tudo que a Feira tinha sido objeto de investigação, de estudo ou mesmo de trabalho. Então, fizemos esse levantamento prévio, documentamos isso – foram várias caixas de arquivo – e por último, um documentário. Precisava ser feito também um documentário. Então, eu coordenei esse trabalho, chamei as pessoas que tinham apresentado algum material para o Dossiê prévio, que tinham algum envolvimento com a Feira, por exemplo, Lourdes Ramalho, teatróloga, que tinha sido premiada com a peça ‘A Feira’, que inclusive foi montada várias vezes depois disso e essa peça a ‘A Feira’, foi apresentada, foi montada na Europa, em Portugal, e recebeu o título, na época.”

10'

O Valmir foi chamado nessa mesma época.

Chamamos essas várias pessoas e produziram o documentário, com algumas falas do poder público. Quem abria o documentário era Veneziano fazendo o pedido formal ao IPHAN e depois o secretário de cultura.

Participaram do documentário: personagens políticos e culturais e feirantes.

A narração do documentário foi feita por ela.

Antes de ir sair para o doutorado (2007-2011) fez o pedido de registro a prefeitura.

12'12"

Quando juntaram o material, enviaram para Brasília que mandou de volta para a superintendência da Paraíba.

12'36

“A primeira fase do processo estava garantida”.

Na época aparecia no site do IPHAN a Feira como um dos bens que estavam em processo de registro. Quando o IPHAN/SEDE veio a Paraíba em 2009 para fazer uma das primeiras a Feira, pediu que Veneziano assinasse um termo de compromisso que daria continuidade ao INRC, uma vez que a portaria de 2009 do IPHAN – a portaria (13'12") cedia o direito de fazer o INRC a outras instituições, em virtude da grande demanda de inventários que estavam aparecendo. Nesta época Giovanna estava afastada para o doutorado (2007-2011).

15'

Ficou sabendo que o registro da feira estava parado quando viu que no site do IPHAN não mais constava a Feira. Uma vez que o processo não havia passado para fase de instrução, conforme termo de compromisso exigia.

2011. Retorna do doutorado.

Antes de retornar quando fazia a pesquisa de doutorado na Bahia, foi convidada a participar de uma oficina que o SEBRAE estava fazendo sobre o projeto de requalificação. Foi convidada pelo Muricy (consultor do SEBRAE) que já participou de diversos projetos de requalificação de feiras pelo Brasil.

16'12

“Seguindo o padrão SEBRAE”.

17'

Ela disse que reencontra o Muricy já em CG conversando sobre a requalificação com algumas representações de feirantes. [Qual o ano que ela vê isso? 2009?].

15'43

“E aí quando eu voltei pra o doutorado, eu procurei... fui convidada inclusive, ainda afastada pra o doutorado, pra participar de uma oficina que o SEBRAE tava fazendo, que tinha a ver com o projeto de requalificação. Fui convidada até pelo próprio Muricy, que é quem tava coordenando esse trabalho do SEBRAE. Ele é responsável por vários projetos de requalificação no Brasil, de feiras e de mercados, seguindo o padrão SEBRAE, né? Inclusive ele foi um dos meus entrevistados, quando eu tava fazendo a pesquisa da feira de Salvador, São Joaquim. Chegando lá me deparei... ele falou que me conhecia, porque Dr. Olímpio, que é vereador em Campina Grande, tinha entrado em contato com ele, tinha passado meus livros pra ele. Aí em Campina Grande revii e ele tava discutindo sobre essa coisa da requalificação, junto com algumas representações de feirantes e eu fiquei bem preocupada na época, me lembro. Não podia entrar mesmo no projeto e estudar, porque eu tava viajando fazendo toda essa pesquisa, que era Salvador, Caruaru, Campina Grande, no Brasil e em Portugal, mais outras três feiras, mas pra chegar em Portugal nessas três eu tive que investigar oito, né? Então a coisa ficou meio complicada. E eu não pude participar, com isso eu quero dizer, que eu não pude participar do projeto de requalificação, do estudo do projeto de requalificação que o Veneziano fez. E esse projeto foi o que empancou, travou todo o processo. Porque? Graças a Deus que isso aconteceu, né? Porque o projeto de requalificação que a gestão anterior tinha apresentado ele descaracterizava totalmente a feira. Não sei se você conhece, Lucas, o trabalho, o projeto. Descaracterizava todo o projeto. Então, ao mesmo tempo que a gestão fazia um pedido de registro, dizendo: Olha a Feira é Patrimônio do jeito que tá, ela tá legal, só falta alguns ajustes aí, no que diz respeito a higienização, segurança, tal. Mas é patrimônio do jeito que tá. Eles apresentavam um projeto de requalificação que desqualificava por completo a feira, né? E graças a Deus, que o pedido de registro tinha sido feito, porque o IPHAN precisou ser ouvido e deu um parecer negativo no projeto, o IPHAEP precisou ser ouvido, porque o Cassino Eldorado, embora não fosse tombado, na época, e não é até hoje, pelo IPHAEP, o rigor de proteção de um bem cadastrado é tal qual de um bem tombado. E como a feira está no perímetro exatamente do Eldorado, que o Eldorado é dentro da feira, né? O IPHAEP teve que ser ouvido e deu um parecer negativo também pra o projeto. Somado a isso o INRC não saiu e aí as coisas realmente pararam.”

“Quando foi em 2015, Romero assume, a primeira gestão de Romero. 2013 Romero assume a primeira gestão. E aí a secretária de cultura era Marlene Alves, que foi pró-reitora da UEPB também. Muito interessada com essas questões do patrimônio. A secretaria de cultura Veneziano teve uma... o prefeito na época, né? Foi bem interessante ter criado a secretaria de

cultura, mas até por uma questão de orçamento e de aprovar a criação de uma secretaria ele reduziu os custos muito dessa secretaria. E aí não se tinha nenhum departamento que cuidasse de patrimônio, por exemplo. E aí a professora Marlene me chamou pra implantar a diretoria de patrimônio histórico artístico e cultural na secretaria de cultura [...]. Então, foi criada essa diretoria de fato e não de direito, por enquanto. E dentro dessa diretoria a principal demanda dela, que eu costumo dizer, porque era exatamente aquilo que eu queria era o INRC da feira, porque inclusive eu levei essa proposta de uma das diretrizes ser da Feira. E aí começamos a coordenar esse trabalho. Montamos a equipe do INRC, composta por estagiários contratados e tinha alguns professores voluntários, pesquisadores, a exemplo de Marcus Vinícius, do professor Camillo, do professor de geografia Antônio, depois o professor Lincoln acabou também contribuindo de alguma forma. Alguma coisa que você tinha, algum artigo que você tinha publicado, alguma coisa sobre a feira se acabava disponibilizando, até porque a gente tinha que fazer esse levantamento, né? E tivemos alguns estagiários contratados, tanto da federal, como da estadual, como da FACISA, que era uma equipe multidisciplinar, né? Então nós tínhamos um de áudio visual, um de geografia, dois de história [...] [um de arquitetura]. Porque o INRC, de acordo com os livros, a gente precisava desse tipo de profissional [...].”

24'14”

Equipe interna da diretoria: Giovanna (historiadora), Socorro Duarte (pedagoga), Márcia (arte educadora), Valmir (sociólogo), todos funcionários da prefeitura, que tiveram parte da carga horária deles liberada pra se dedicar ao INRC. Além dos cinco estagiários.

“Só que a coisa também foi, foi, foi e não acabou seguindo como deveria ser no que diz respeito. Como deveria ser seguiu legal a questão da requalificação e aí depois eu digo o que foi que não deu muito certo.”

25'20

Questão da requalificação andou legal. Márcio Caniello como secretário de planejamento. Ela fala sobre a Oficina participativa que foi coordenada pelo Marcus Vinícius, que aconteceu no feriado de 1 de maio, 2 e 3 de maio.

[...] “Marcio Caniello, era secretário de planejamento na época e fez a oficina, né? Projeto Participativo, que foi coordenada por Marcus Vinícius e nós fomos convidados também pra participar, então foi uma experiência muito interessante, uma experiência dentro da feira. [...].”

Montou-se um stand da feira, onde os feirantes podiam chegar lá e propor, dizer quais eram suas demandas pra feira e os arquitetos e sociólogos e historiadores, enfim, era uma equipe gigante [...]. Foi bem interessante a forma como Marcus Vinícius conduziu a coisa, que não foi nada fácil, porque ali existia uma disputa e vários interesses em jogo e, por exemplo, o feirante que ele tá mais preocupado com o seu lugar, efetivamente, do que com, por exemplo, o que... um sei lá, a questão da higienização é importante, segurança é importante, mas ele não tá muito preocupado com a ideia de patrimônio no que diz respeito a... da higienização, tipo, a senhora que vende a galinha, que abate a galinha – foi uma polêmica grande – a galinha é abatida no meio da rua, aí você tinha o jogo de interesse de disputa ali. A vigilância sanitária dizia que não podia ser abatida na rua, tá errado isso. O freguês, por usa vez, acha interessante assistir, escolher a galinha e saber qual a galinha que ele leva pra casa. Ele faz isso quando ele escolhe e é abatido na rua. E o feirante interessado na sua freguesia, que a sua freguesia está satisfeita. Então, foi tenso, a oficina foi tensa nesse sentido, porque se tinha que chegar a um projeto prévio, que atendesse a todos os interesses, mas foi interessante, porque houve uma democratização, vamos dizer assim, das falas. Tivemos um problema grande lá, que estou me lembrando agora, que foi a questão da rua Deputado José Tavares. É uma das artérias da feira principais e que – aí veja, outro interesse – a questão da circulação urbana não permite mais que aquela rua seja fechada, seja fechada pra feira durante o dia, porque ela funciona durante o dia na feira, mas a noite ela fica livre se os carros quiserem passar. Não! Porque a própria STTP não permite. Então, a circulação, existia um projeto já na STTP de circulação viária em Campina dentro desse projeto a rua da Deputado José Tavares ela não existe mais pra feira, né? E o INRC nosso, a gente tava fazendo colocando as nove ruas, inclusive, dentro da qual a Deputado José Tavares faz parte. Então, foi bem intenso isso, né? Porque, por exemplo, quando a gente chegou tinha uma maquete, nessa maquete dizia a real situação da feira é essa, tá aqui. Agora vocês cheguem com as propostas. E a gente observou quando chegou – e eu digo a gente, são as pessoas da secretaria de cultura na época e também do IPHAN e do IPHAEP, parece que existia essa coisa desses blocos bem definidos tanto dentro da tensão política, que eu acho que é o que mais te interessa, né, Lucas? É que quando nós chegamos não vimos nenhuma barraquinha na maquete da Deputado José Tavares e aí perguntamos: ‘o que é que tá acontecendo, porque é que não tem barraca aqui? Essa rua tem barraca, ela é tomada por barracas.’ ‘Não, mas não vai ter mais barraca’. ‘Por que é que não vai ter mais barraca?’ ‘não, não vai ter porque tem um projeto que a STTP fez, viário, que diz que essa rua aqui tem que ser desobstruída.’ ‘Ah! Não, mas a gente tá aqui pra discutir isso.’ Então, foi uma das polêmicas também, né? Nesse sentido. Mas foi interessante, porque houve um momento de fala. Houve

essa possibilidade de posicionamento e no final, minimamente, chegou-se aos consensos, né? a partir das ideias que se tinha. Qual era a sua ideia pra Feira? O workshop era exatamente esse título. Pronto! Então, tivemos esse encontro e tivemos outros encontros depois disso ainda sobre a requalificação. Tivemos outros encontros setoriais, então, o pessoal da verdura, o pessoal do calçado eles se reuniram. Tudo coordenado pela secretaria de planejamento, porque isso era uma coisa que as pessoas também acabavam sem entender na época do INRC tava sendo feito, que era essa coisa de 'requalificação' e 'INRC'. Tinha que ficar claro pra todo mundo que a secretaria de cultura cuidava do INRC, o inventário das referências culturais e a secretaria de planejamento cuidava da requalificação, mas essa requalificação ela tava articulada com o INRC. Ela tinha que estar, por que? Porque ela seguia as diretrizes de salvaguarda que o IPHAN e o IPHAEP tinham proposto. Nós fomos convidados pra vir aqui pra João Pessoa pra fazer uma... pra participar de uma reunião junto com o IPHAN e com IPHAEP pra montar essas diretrizes de salvaguarda. Então, nós dissemos qual era as características da feira e a partir daí... antes da oficina, porque um dos documentos que a oficina precisava seguir, a partir das legislações toda que se tinha era também essa questão das diretrizes de salvaguarda. Então, ajudamos a montar essas diretrizes e aí foi um dos documentos que foi levado pra essa oficina. Então, pronto. A requalificação deveria estar casada com o INRC. Essas eram duas coisas distintas ao mesmo tempo, no que diz respeito a responsabilidades. Pronto. Isso foi positivo."

Continua falando sobre o aspecto negativo, que diz respeito as questões financeiras. Cortes no orçamento em todas as secretarias e que afetaram o andamento do INRC.

33'

Estagiários: Dayse (história), Brenda (geografia) e Ítalo (arquitetura). (foram até o fim do projeto).

34'

Seguiu o Manual do INRC. Tiveram o apoio do IPHAN.

Fez o dossiê prévio e encaminhou ao IPHAN que pediu pra se fazer algumas adequações. Nessa época ela estava de licença maternidade, mas fez as adequações com a ajuda do IPHAN Paraíba.

36'

Documentário. Feito com a ajuda do IPHAN/PB. Orçamento do IPHAN.

Roteiro de Valmir.

A Produtora de Natal, que ganhou o edital aberto pelo IPHAN, produziu o documentário, mas não teve aprovação da equipe. Depois disso, IPHAN/PB e Valmir foram até a produtora pra desenvolver um novo documentário. Apenas o material era da produtora. Somado aos materiais em áudio visual da pesquisa que o INRC havia produzido.

38'50"

Voltando um pouco. Você falou que quando você estava no doutorado você encontrou com o Muricy. Se lembra quando foi isso, que ele estava nesse processo de pensar na requalificação?

2009, quando fazia a pesquisa em Salvador.

E antes disso, em 2007, quando fez o pedido, você já estudava a área de patrimônio, como surgiu a ideia de trabalhar o patrimônio da feira?

Lendo sobre patrimônio imaterial. Percebeu que a Paraíba não tinha nenhum bem registrado. Já se ouvia falar que a feira era patrimônio. E a feira se enquadrava em todos os livros.

A força da feira, que mesmo mudando de lugar não acabou, resistiu.

Feirantes que se tornaram atacadistas, a exemplo do rapaz do Supermercado Ideal.

Fala de sua trajetória acadêmica e da importância de concluir com o registro da feira. Fala da importância da instrumentalidade da pesquisa, isto é, uma finalidade e não apenas pesquisar por pesquisar.

É porque a Feira sempre os políticos deram promessas de fazer mudanças na feira e não fizeram. Na época que vocês fizeram o pedido de registro existia possibilidade de se fazer a revitalização ou não trataram disso e você ficou sabendo só depois?

“Não. O projeto em si, o projeto de ‘shopping center’, área coberta, com ar condicionado, surgiu depois, entendeu? A necessidade de reforma, é uma necessidade urgente e ela é muito antiga. Todo prefeito quando assume, ou vereador... não só quando assume, quando tá querendo... quando é candidato já faz esse tipo de promessa. Os feirantes estão cansados de tanta promessa.”

43'20

“É bem difícil a gente fazer as pesquisas, fazer as entrevistas e tudo, porque assim, eles estão cansados de tanta promessa, né? e eles não entendem muito essa coisa que eu tava falando de diferenciação de responsabilidades, o que é a reforma e o que é o registro. Isso foi bem difícil deles entenderem durante esse processo. É tanto que a gente fez uma... criou uma identidade visual própria pra isso ficar claro, também, com nossos pesquisadores que aquilo ali tava se tratando imaterial. Os sons, os gostos, os cheiros, os sabores. O material, também, que são as edificações, mas as edificações no que diz respeito a seus valores sociais e culturais e não só os valores históricos.”

44'30”

Em 2007 foi feito o pedido, mas não tinha projeto de requalificação.

2009 o IPHAN teve em CG e Veneziano assinou o termo de compromisso dizendo que ia montar a equipe do INRC e iria dar início a instrução, mas não deu seguimento. Nesse mesmo ano apresenta o projeto.

Ela se recorda que nesse ano houve uma reunião com Muricy e ela apareceu para participar (na época fazia a pesquisa do doutorado). Na reunião o Muricy e o Dr. Olímpio a convidam pra coordenar a parte sócio cultural do projeto, mas ela se nega em virtude das demandas acadêmicas que já tinha assumido. Indicou algumas coisas que deveriam ser mantidas na feira. Na época o projeto de Veneziano ainda não tinha saído.

45'06

“Eu vi que ia acontecer essa oficina e aí eu cheguei nesse dia. Foi uma oficina de um dia, parece. Coisa assim. Sei que no outro dia eu tinha que viajar. Quando eu cheguei e o Muricy me viu e o Dr. Olímpio também queria que eu coordenasse a parte... foi me convidar pra coordenar a parte sociocultural do projeto, aí eu disse: ‘eu não posso, porque eu tou viajando, mas eu entendo que tem outras pessoas que podem fazer isso, entedeu? Que possam fazer isso. Eu posso dar uma ajuda e tudo, mas eu não posso assumir, mas assim eu já digo, a gente precisa manter isso, isso, isso e isso. O básico, o básico. Os feirantes querem o básico. Eles querem higiene, segurança. Não precisa mexer muita coisa, não. A feira é linda como ela é.’ E aí a gente conversou sobre isso e... mas o padrão SEBRAE, né? Aquela coisa do padrão SEBRAE. Padrão mesmo, no que diz respeito as barraquinhas, a fazer aquelas coisas toda. Eles tinham sido contratados pra fazer esse projeto. Pronto. Fui embora e nem vi mais o projeto. Aí quando eu tava fazendo minha pesquisa já escrevendo a tese de doutorado, eu tive acesso ao projeto. Aí

eu fiquei chocada, né? Porque era complicadíssimo aquilo ali. Fiquei chocada. Inclusive uma das partes da tese, no oitavo capítulo, eu trato disso, das feiras.”

47’

Os pedidos de registro das feiras de Caruaru, São Joaquim e Campina Grande foram feitos por entidades públicas.

[PESQUISAR QUAIS ENTIDADES FIZERAM O PEDIDO DE REGISTRO]

48’36”

Esse momento que você se encontrou com o Muricy o que eles tavam fazendo?

Não, eles estavam sendo contratados.

Se encontrou em Salvador com Muricy, porque foi entrevista-lo sobre a feira de São Joaquim.

50’

Ela repete que não teve nenhum envolvimento com o projeto de Veneziano. Diz que ficou surpresa.

50’30”

E na gestão de Romero quando você chegou e conseguiu a articulação da secretaria de cultura pra fazer o INRC. Tinha alguma comunicação de vocês entre vocês e a secretaria de planejamento? Ou foi só naquele primeiro momento da oficina, como é que era isso?

Teve sim. Reuniões setoriais. Algumas foram no auditório da SECULT.

“No dia a dia mesmo do projeto, no que diz respeito... por exemplo, eu sabia que eles tinham estagiários lá que estavam indo pra feira, pra fazer o levantamento e tal. Não existia um diálogo entre planejamento e cultura nisso. As vezes a gente até meio que é surpreendido com alguns episódios de uma gestão que você diz: ‘não, eu tinha que estar aqui dentro. Como é que eu não fui chamada?’ Acontecia isso também. Algumas coisas nesse sentido. Mas eu acho que o diálogo foi melhor. Indiscutivelmente foi bem melhor que o anterior. né? Porque se tivesse sido dialogado o mínimo que fosse entre planejamento e a secretaria de cultura, a própria Eneida Agra, que era a secretária na época. Não tinha ninguém que pensasse patrimônio? Não sei. Ela talvez não permitisse um negócio daquele, um projeto daquele.”

52’

Os feirantes falam que a prefeitura “tombou” a feira pra não fazer a reforma.

Uma das diretrizes da salvaguarda é que a requalificação tenha sido feita. [olhar no DOSSIÊ]
Construção desse mito de que o registro vai paralisar as requalificações.

55'16”

Você está chegando na salvaguarda, mas eu ainda tou lembrando de uma coisa. No momento que vocês fazem o pedido, dez anos atrás, vocês fazem o pedido pedindo pra registrar no livro dos lugares?

“Sim. Colocamos no livro de lugar, até seguindo o que se tinha de Caruaru. Porque em Caruaru a feira tava no livro de lugar então a gente entendia que a feira de Campina Grande também deveria ser inscrita no livro de lugar, mas era um lugar que era um grande guarda-chuva que acaba abrigando e essa era uma das dificuldades do INRC. Né? Era exatamente esse diálogo entre os livros, porque assim, é lugar, mas é lugar guarda-chuva, porque abriga os outros livros, né? porque se agente for fazer, por exemplo, um INRC da buchada. É possível fazer. Do modo de fazer a buchada. A buchada por de ser entendida também como um patrimônio. Aí, você tem a gelada de Sr. Biu [...]. Cada modo de fazer daquele pode ser registrado, como um saber, como um ofício independente. Entendeu? Então essa era a grande dificuldade. Outra grande dificuldade que se tinha era em relação a Feira de Caruaru, a não seguir aquilo que a Feira de Caruaru fez, sabe? Parecia que tinha que ser feito exatamente o contrário daquilo, a questão da setorização. A Feira de Campina é um labirinto. Você encontra lugares, setores, mas ao mesmo tempo, você encontra setores, você encontra dentro desses setores uma mistura. Porque você entra na feira, você sente o odor da feira e esse odor ele acompanha você durante toda a feira. Então, é onde você encontra ervas e temperos você encontra a feira toda. É um labirinto. Então, aí diferente de Caruaru, o registro foi a partir dos lugares setorizados: feira de flores, feira de artesanato, feira de fumo...e a nossa não é assim. Você vai ter a feira como labirinto, como um todo.”

58'43

Ainda falando da organização da feira. Desorganização ordenada.

1h

Vocês colocaram Feira de Campina Grande. Vocês decidiram desde o começo ou foi o IPHAN por causa da feira de Caruaru? E ela é mais conhecida como feira central.



1h03'

“No início foi pensado Feira Central de Campina Grande. Era assim que tava no pedido de registro, em 2007. E aí a gente viu que a própria metodologia do IPHAN permite que seja reconhecido outros nomes, desde que seja reconhecido. Então, mesmo que fosse registrado Feira de Campina de Campina Grande, que feira é essa? É a Feira Central, é o Mercado Central – tem isso também, tem muita gente que conhece como Mercado Central – então, essas nomenclaturas dão suporte a principal, que é Feira de Campina Grande.” [...]

Opiniana de Aquino Fonseca Araújo
Dr.

Lucas Neiva Peregrino
Att.